GISELE SILVA SANTOS

HERBERT MARCUSE: CRÍTICO DA SOCIEDADE TECNOCRÁTICA

ASSIS
2009

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

GISELE SILVA SANTOS

HERBERT MARCUSE: CRÍTICO DA SOCIEDADE TECNOCRÁTICA

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. º Dr. Milton Carlos Costa

ASSIS
2009

S237h Santos, Gisele Silva
Herbert Marcuse: crítico da sociedade tecnocrática um estudo histórico cultural / Gisele Silva Santos. – Assis : Universidade Estadual Paulista - UNESP, 2009.
165 f.

Orientador: Prof. Dr. Milton Carlos Costa.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista – UNESP.

1. Filosofia alemã. 2. Herbert Marcuse. 3. Sociedade tecnocrática. 4. Estados Unidos. 5. Eros e civilização. 6. Ideologia da sociedade industrial I. Universidade Estadual Paulista - UNESP. II. Título.

(21 ed) CDD: 193

Bibliotecária Responsável
Inês Gemelli
CRB 9/966

Para meus pais, Célio e Laide, meu irmão,
Bruno e ao meu grande amor, Rotildo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho constitui-se em minha dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista no ano de 2009. Como é de costume nessas ocasiões, gostaria de agradecer a todos que foram de grande importância para que esse trabalho fosse concluído. Ao longo do tempo vamos adquirindo uma infinidade de dívidas que não podem ser saldadas com dinheiro, pois representam uma importância que vai além do material. É para demonstrar a infinita gratidão a essas pessoas que este trecho foi escrito.

Em primeiro lugar e de forma especial agradeço ao meu orientador, professor Milton Carlos Costa, pela generosidade com que me recebeu como sua orientanda, por sua leitura atenta desde meu projeto de pesquisa à execução deste e por sua sabedoria, orientação competente e pelas numerosas sugestões que contribuíram para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos meus valiosos pais, para quem tenho minha maior dívida, pois sempre pude contar com seu apoio e suporte para enfrentar todas as dificuldades de minha vida. Ao meu irmão, Bruno Silva Santos, por todo seu carinho, apoio e incentivo.

No decorrer dos anos em que fiz minha graduação conheci e contei com a participação direta e indireta de pessoas que me estimularam a buscar o mestrado e outras, ainda, que se tornaram exemplo de profissionalismo e dedicação. Com carinho especial agradeço à amiga Carmem, a quem devo grande parte dessa conquista, pelo carinho com que me acolheu, a paciência e dedicação com que me guiou e acima de tudo por sua amizade sincera. Da mesma forma ao amigo André, pela paciência, pelo apoio, incentivo e por toda sua dedicação à profissão e ao saber que muito me estimularam.

Ao longo da realização desse trabalho, Rotildo Longo Jr. foi presença importante no meu dia-a-dia. A sua paciência, compreensão, incentivo, e acima de tudo, seu companheirismo e seu amor, serviram de esteio nos momentos mais difíceis para o desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

Ao amigo Guilherme Garcia Velásquez, pelas conversas descontraídas e pela troca de experiências, à Carolina de Amorin Boucault e à todos os meus familiares, pelo incentivo e por toda a compreensão em relação as minhas ausências.

Para encerrar gostaria de agradecer aos funcionários da biblioteca da UNESP/Assis e da seção de pós-graduação pela forma que gentilmente me atenderam e se mostraram solícitos em ajudar-me. Aos professores Claudinei Magno Magre Mendes e Ricardo Gião pela leitura atenta do texto de qualificação e à Alexandra Bonifácio que forma gentil e eficiente revisou todo o texto.

Através de todas essas pessoas que citei e as que ficaram ocultas é que tive o privilégio de estudar e concluir esse trabalho.

HERBERT MARCUSE: CRÍTICO DA SOCIEDADE TECNOCRÁTICA

RESUMO: A partir da segunda metade da década de 1940 um novo capitalismo configurava-se nos Estados Unidos da América. Com o início da Segunda Guerra Mundial, uma significativa parcela da tecnologia de guerra foi aprimorada à produção de bens. O grande investimento de capital no desenvolvimento de tecnologia requintada e mão-de-obra especializada constituíram-se na matriz geradora de uma gama de mudanças que atingiram aquela sociedade econômica. Dessas mudanças advêm a necessidade de organização da grande empresa e a previsão dos preços da mercadoria e da sua demanda, para evitar que os altos investimentos estivessem à mercê da instabilidade do mercado. Na esteira dessas mudanças e necessidades a iniciativa privada estabelece uma aliança econômica com o Estado que fornece a regulação de salários e preços e promove o desenvolvimento de um maciço aparelho de persuasão e incentivo associado à venda de mercadorias. Todas essas mudanças foram alvo de muitos debates, críticas e discussões. Dentre os mais importantes trabalhos sobre o moderno capitalismo norte-americano, destacamos as obras *Eros e Civilização* e a *Ideologia da Sociedade Industrial* de Herbert Marcuse. A presente pesquisa objetivou analisar essas duas obras e identificar o caráter de originalidade de suas críticas a sociedade norte-americana enquanto produto desse novo capitalismo da década de 1950. Constatou-se que os métodos e caminhos que Marcuse utilizou para construir seu pensamento, produziu um olhar próprio sobre aquela sociedade econômica e projetou esse autor e suas teorias nos mais diferentes meios sociais e em dimensões mundiais.

Palavras-Chave: Herbert Marcuse, Sociedade Tecnocrática, Estados Unidos, Eros e Civilização, Ideologia da Sociedade Industrial.

HERBERT MARCUSE: CRITIC OF THE TECHNOCRATIC SOCIETY

ABSTRACT: After the second half of 1940's a new form of Capitalism took shape in the United States of America. And because of World War II, a considerable share of technology developed during the war was improved and directed towards wealth gain. The tremendous sums of capital invested in high technology and specialized labor became the matrix responsible for generating changes that affected American society throughout. From these changes came the need of organized enterprise and prevision of products costs and their demand, so the market instability would not jeopardize all investments. In the midst of all needs and changes private financial initiative forms alliance with the State, the responsible for regulating wages and product prices, thus promoting the development of a massive tool of persuasion and incentives of products selling. All changes became the main target for intricate debates, criticism, and arguments. Among the most important published works dealing with modern capitalism in the United States is *Eros and Civilization*, and, Studies in the *Ideology of Advanced Industrial Society*, both by Herbert Marcuse. This research project aimed to analyze both of Marcuse publishing's and identify the body of originality of his own views on North American society as a product of this new form of capitalism in the 1950's. It is notorious and established that all methods and paths Marcuse built to reach his ways of thinking gave an entire new perspective on American society, projecting the author and his theories into the most various social niches worldwide.

Keywords: Marcuse, Technocratic Society, United States, Eros and Civilization, Studies in the Ideology of Advanced Industrial Society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO_____**09**

CAPÍTULO I - O JOVEM MARCUSE: SOB A ÉGIDE DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DA FENOMENOLOGIA_____ **18**

1.1 - MATERIALISMO HISTÓRICO E EXISTÊNCIA _____**20**

1.2 – MARCUSE TEÓRICO-CRÍTICO_____**37**

CAPÍTULO II - O FILÓSOFO DA LIBERDADE: UM NOVO OLHAR SOBRE A SOCIEDADE TECNOCRÁTICA_____**70**

2.1 - O MODERNO CAPITALISMO DOS ESTADOS UNIDOS_____**72**

2.2 - EROS E CIVILIZAÇÃO: UM ESTUDO DA SOCIEDADE OPRESSORA E A BUSCA DA FELICIDADE_____**111**

CAPÍTULO III - UM CRÍTICO DA SOCIEDADE TECNOCRÁTICA_____**146**

3.1 - OS ESTADOS UNIDOS NA DÉCADA DE 1960: UM CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÕES SOCIO-CULTURAIS_____**149**

3.2 - UM ESTUDO DA IDEOLOGIA DA SOCIEDADE INDUSTRIAL AVANÇADA _____**163**

CONCLUSÃO_____ **189**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS_____**197**

FONTES_____**197**

BIBLIOGRAFIA_____**198**

INTRODUÇÃO

Nosso trabalho tem por objetivo fazer uma análise histórico-cultural do pensamento crítico de Herbert Marcuse em relação ao capitalismo norte-americano, buscando evidenciar o caminho próprio de Marcuse por meio de um paralelo entre sua produção teórica e suas principais influências.

Para desenvolver esta proposta, dividimos a vida intelectual de Marcuse em três fases. Utilizamos como critérios para essa divisão os principais fatos que marcaram a vida desse filósofo e a maneira como estes determinaram os caminhos de seus estudos, bem como os contatos e influências teóricas do mesmo no transcorrer de sua formação e carreira.

Com base nesses critérios selecionamos para a primeira fase da vida intelectual de Marcuse o início de seus estudos com literatura alemã e seu engajamento político-militar com grupos esquerdistas, assim como seus primeiros contatos com a filosofia por meio do trabalho como assistente de Martin Heidegger que culminaram com a adesão de Herbert Marcuse ao Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Frankfurt.

Seguindo nossos critérios, a segunda fase da carreira de Marcuse pode ser caracterizada como o período em que o autor estará desenvolvendo trabalhos junto ao Instituto de Pesquisas Sociais. A Revista de Pesquisa Social, que se configurava como principal meio de realização e divulgação da proposta do Instituto, focada em um trabalho filosófico voltado para a prática política, contou com a publicação de muitos artigos de Herbert Marcuse. Acompanhando a Teoria Crítica, proposta metodológica de pesquisa do Instituto, Marcuse desenvolverá um trabalho atrelado ao materialismo histórico, cujo objetivo era de promover uma apreensão dialética da história das idéias, tomando como temática central a formação do sujeito em face das mudanças apresentadas pela consolidação do modo de produção capitalista nas primeiras décadas do século XX.

A terceira e última fase de nossa divisão da vida intelectual de Marcuse consideramos como período de maturidade em suas produções. O exílio provisório do Instituto de Pesquisas nos Estados Unidos por ocasião da expansão dos regimes totalitários, o retorno do Instituto e de seus membros para a Alemanha após a queda do nazismo e a separação e o distanciamento de Marcuse frente aos demais membros do

Instituto, foram fatores de grande relevância para a elaboração de dois trabalhos que tornaram Marcuse um dos mais debatidos críticos das sociedades tecnocráticas durante as décadas de 1950 e 1960: *Eros e Civilização* e a *Ideologia da Sociedade Industrial*.

Não pretendemos que sejamos os primeiros a trabalhar com essa divisão da vida intelectual de Herbert Marcuse. Wolfgang Leo Maar estabeleceu com nitidez esta divisão na construção teórica dos trabalhos de Marcuse ao afirmar que *é comum dividir a obra marcuseana em três fases: a fase inicial, com acento fenomenológico, anterior à sua participação na Revista; a fase filosófica do primeiro período frankfurtiano, de 1934 até 1955; e a terceira fase, centrada numa Teoria Crítica da Sociedade, iniciando em 1955, com Eros e civilização e etc.*[1] Leo Maar considera esta terceira fase da carreira de Marcuse como segundo período frankfurtiano; pois, segundo esse autor, *Eros e civilização e a Ideologia da Sociedade Industrial*, são obras centradas na Teoria Crítica, metodologia própria da Escola de Frankfurt. Contudo, Leo Maar não considerou a ruptura intelectual entre Marcuse e os membros da Escola antes mesmo que estes regressassem para a Alemanha e também não explorou a idéia de uma construção teórica própria de Marcuse nessas duas obras como resultado do amadurecimento de suas influências teóricas.

Nosso fio condutor será o período de maturidade da vida intelectual de Herbert Marcuse. No entanto, sua história anterior a isso será de extrema importância para nossos estudos, pois por meio dela conseguiremos diferenciar a identidade própria de Marcuse de suas referências mistas como Hegel, Heidegger, Marx e a Teoria Crítica do Instituto de Pesquisa Social, que mais tarde ganharia o estatuto de Escola de Frankfurt.

Pretendemos, portanto, construir uma cronologia das idéias de Marcuse, analisando toda a sua trajetória intelectual e a de suas produções. No entanto, a problemática que procuramos explicitar em nosso trabalho, será pressupor que o período em que Marcuse viveu nos Estados Unidos, separado intelectual e fisicamente dos teóricos de Frankfurt, configura-se como a fase em que o autor desenvolveu obras com maior autonomia, de grande originalidade teórica e impacto político.

O jovem Marcuse tem como principal parâmetro teórico o materialismo histórico. Considerando que esta metodologia propõe compreender a realidade nas sociedades humanas por meio de suas atividades produtoras (*práxis*); Marcuse, assim

---

[1] LEO MAAR, Wolfgang. Marcuse: em busca de uma ética materialista. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 v.I

como Marx, caracterizava o proletariado como a classe que representava a negação da sociedade burguesa, ou seja, caberia a este grupo social promover uma ação revolucionária a fim de libertar os trabalhadores de sua alienação perante o sistema de produção capitalista.

Para Francisco Antonio Dória, Heidegger foi o primeiro dos pensadores modernos a explorar e aprofundar a concepção marxista da práxis humana. Marx defendeu, por meio da teoria do materialismo histórico, que os estudos sobre as sociedades humanas não podem estar focados nas elucubrações teóricos sobre estas, ou seja, nas teorias desenvolvidas sobre as sociedades; ao contrário, para Marx, as sociedades deveriam ser analisadas a partir de seu cotidiano, seu trabalho, ou seja, sua práxis. O pensador ainda defende que a práxis humana estava impregnada da noção do econômico, ou seja, as ações humanas em seu cotidiano eram guiadas e direcionadas pelas questões econômicas. Para Heidegger, o pensamento humano não poderia ser estudado de maneira isolada do mundo, ao contrário, os estudos sobre o pensamento humano e a consciência deveriam manter como referência a relação dos mesmos com as coisas do mundo e procurar compreender a maneira como estes entes[2] são interpretados.

Desta forma, Heidegger assim como Marx, concentra-se na vida humana e em sua prática, focando suas análises no cotidiano das sociedades, e mantendo como critério o afastamento dos métodos filosóficos que se concentram em uma série de conceitos abstratos e distantes da realidade humana. Quando o filósofo aborda o conceito de utensílio, enfatizando a importância da utilidade de um ente para compreendermos o mundo como uma rede de utensílios, é possível detectar uma identidade entre a teoria de "valor de uso" marxista e o "ser para" do utensílio heideggeriano. Para Marx, a atração que uma dada mercadoria possui para os indivíduos poderia ser explicada em face de seu valor de uso, e a exploração deste acabará evoluindo em uma manifestação alienada, o valor de troca e a sua situação extrema, o dinheiro. Heidegger procurou concentrar-se em desvelar o que se encontra por trás das

---

[2] Compreender a diferença entre as categorias filosóficas *ente* e *ser* é necessário para o entendimento da obra *Ser e Tempo* de Martin Heidegger. O *ente* configura-se em todas as coisas do mundo, e a expressão ôntico designa tudo o que existe. Para Heidegger, cada ciência, a física, a química, a sociologia, a antropologia e etc, elaboram um determinado território do ente, ou trata do mesmo território, mas com questionamentos e métodos diferentes. Para Heidegger, o resultado dessa sistematização da ciência sobre o ente não apresenta clareza a respeito do sentido em que fazem o ser humano ser ente, apenas fazem como se pudessem dividir o ser humano como um todo, da mesma forma com que fazem com os outros objetos presentes no mundo.

redes de utensílios e até mesmo detectar alguma característica inerente á natureza do valor de uso que o transforma em valor de troca.

Além de manter uma relação com os objetos do mundo, o indivíduo mantém laços com outros indivíduos, ou melhor, outras mentes. Essas outras pessoas, assim como qualquer ser humano, têm consciência de sua existência e da existência dos outros e dos objetos, constituindo-se em *Daseins*[3]. Esses indivíduos interagem entre si em seu cotidiano, na medida em que eles se relacionam a presença do outro se revela de forma direta (pelo contato), como também pela utilização comum de utensílios disponíveis. Para Heidegger, como no mundo cotidiano as pessoas dividem, muitas vezes, o mesmo campo de ação, o comportamento dos indivíduos fica mais ou menos equivalente, resultando em uma auto-afirmação implícita do indivíduo de que todos são iguais.

Heidegger denomina o ato do indivíduo de agir em seu cotidiano da mesma forma que os outros de *ser-com.* Heidegger defende que a relação entre os indivíduos, sob a forma do "*ser-com*" vai igualando os hábitos e os costumes entre os seres humanos e anulando, de forma gradativa, a diferenças naturais existentes entre os indivíduos. Para Heidegger, o *Dasein* está alienado. Marx identificou uma alienação caracterizada pela passagem do valor de uso à categoria de valor de troca e a sua racionalização máxima com a criação de um equivalente de troca, o dinheiro e os diversos sistemas monetários. Heidegger defende que a alienação humana atinge os níveis da consciência. Para ele, o fato do indivíduo não ser capaz de perceber-se antes do rompimento do complexo instrumental, significa que o homem estava inconsciente sobre sua existência e fundamentando o sentido de sua vida na utilidade dos entes do mundo. A alienação para Heidegger

> Significa: em nossos *modos-de-ação* cotidianos somos regidos por um "se" impessoal e a nós externo, que exerce um controle autoritário e definitivo sobre nossas vidas, e cuja substância não conseguimos descobrir por que este "se" não é idêntico a nenhum dos *Daseins* que comigo compartilham o mundo.[4]

---

[3] O método de interpretação de Heidegger levou-o a utilizar um termo clássico da filosofia alemã bastante usado por Hegel, o *Dasein. Dasein* significa usualmente "presença" e é formado por dois elementos, *Da*, advérbio de lugar (aí, lá, por aí), e *Sein*, que significa Ser. Heidegger explorou afundo o significado do termo e o utilizou no sentido de ente que compreende o ser, o que significa compreende-lo em sua existência e entender a existência como possibilidade sua, de ser ou de não ser si mesmo, com qual está concernido. Para Martin Heidegger o *Dasein*, não é um objeto presente no mundo, mas configura-se como existência e por isso é inerente ao mundo.

[4] DÓRIA, F. A. *Marcuse vida e obra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.76

Heidegger procurou trabalhar em *Ser e Tempo* com alguns sentimentos, em específico, pois para ele os sentimentos apresentam-nos o mundo de diferentes formas que permitem expandir o horizonte de possibilidades do ser. Heidegger trabalhou o sentimento da angústia com grande ênfase em sua obra. Na angústia, diz Heidegger, o que nos ameaça não está em parte alguma. Não estando em parte alguma, a ameaça entretém relação com algo que não é intramundano. O que nela é temido se desloca para o mundo, o mundo originário, como um lugar estranho, marcado pela ausência dos conceitos prévios e das referências, um mundo que se abre para um *Dasein* desabrigado e singularizado

A angústia é o momento em que o mundo perde sua importância e que o *Dasein* sente-se exilado, não-protegido e sem objetivo. Para Heidegger, a irrupção para o *ser-próprio* acontece pela decisão de recuarmos do domínio estabilizado das normas para a determinação da liberdade, quando diante do nada que se desencobre, percebemos o que é facticamente possível na situação em que nos encontramos e fazemos brotar do nada um ser próprio

Traçando um paralelo entre o materialismo histórico de Marx e o existencialismo de Heidegger, Marcuse, em um de seus primeiros ensaios, *Contribuições para a Fenomenologia do materialismo histórico,* conclui que não serão somente os trabalhadores aqueles que se alienam dentro da sociedade capitalista, mas sim todo e qualquer membro desta sociedade. Neste mesmo ensaio, Marcuse discorda da idéia Heideggeriana de que somente por meio da angústia que a verdadeira essência humana é desvelada. O filósofo defende que a desalienação da sociedade é o caminho para a conquista de um homem autêntico, desta forma somente por meio de uma revolução do proletariado que o homem deixaria de estar alienado.

A construção das idéias da maturidade intelectual de Herbert Marcuse contou com a colaboração do Instituto de Pesquisas Sociais. Estes filósofos que analisam a sociedade contemporânea do início do século XX, refundaram o pensamento de Marx ao contestarem a capacidade revolucionária dos operários. O grupo de Frankfurt aponta para o racionalismo, enquanto um fenômeno generalizado na sociedade capitalista, como um dos principais fatores responsáveis pela perda do potencial revolucionário do proletariado. O racionalismo desencadeou um grande progresso científico que sistematizou e ordenou todos os setores da sociedade capitalista. Para os teóricos da Escola de Frankfurt, a ciência promoveu o surgimento de sociedades modernas com conforto material acessível para todos e tornou-se um

instrumento de conservação desta realidade. Todas essas transformações promovidas pelo racionalismo e pela ciência são recebidas de maneira positiva pela sociedade, inclusive o proletariado, que teve seu modo de vida melhorado com a implantação dessas mudanças. Para os frankfurtianos caberia as minorias sociais o papel de agentes revolucionários, uma vez que o proletariado encontrava-se alienado diante dos benefícios do racionalismo.

Os sociólogos da Escola de Frankfurt denunciam a racionalização da cultura. A cultura de massa, como foi denominada pelos frankfurtianos a cultura produzida para o consumo, é administrada de maneira que atenda as camadas populares por meio de sua aproximação à esfera do entretenimento. A crítica desses teóricos à indústria cultural consiste em defender que esta se constitui em um mecanismo sutil de repressão, pois, enquanto a sociedade burguesa fundamenta-se na liberdade individual, a cultura de massa tornou-se um veículo para a divulgação de um estilo de vida que enquadra todos os indivíduos dentro do modo de produção capitalista.

A fase de maturidade da vida intelectual de Herbert Marcuse é marcada pela mesma preocupação que atingia a Escola de Frankfurt: o racionalismo. *Eros e Civilização*, obra que inaugura essa fase da vida intelectual do autor, apresenta uma discussão em torno do racionalismo como principal caminho para alienação humana, e conta como principal ferramenta para este estudo, a psicanálise freudiana. Nos estudos sobre racionalismo da Escola de Frankfurt, ele é apontado como principal alavanca para a alienação porque transmite a sensação de que a sociedade pós-industrial é a mais perfeita das civilizações ocidentais, pois possui a ciência como meio para controlar a natureza, ao mesmo tempo, enquadra a todos os membros dessa sociedade a um sistema de regras pré-estabelecidas que sirvam para ordenar e controlar a sociedade. Por meio dos estudos realizados por Freud nas primeiras décadas do século XX, Marcuse encontrará as informações apropriadas para demonstrar como o racionalismo atinge de maneira complexa a consciência humana individual e, ao mesmo tempo, demonstrar como essa estrutura psíquica do indivíduo isolado ressoa diretamente na dinâmica das sociedades industriais avançadas.

A segunda obra do período de maturidade de Herbert Marcuse, a *Ideologia da Sociedade Industrial*, caracteriza-se por um afastamento das análises esparsas feitas pelo filósofo em seus trabalhos anteriores, e apresenta como proposta uma análise com uma perspectiva global das sociedades industriais avançadas. Para alcançar seu objetivo,

Marcuse trabalha com três conceitos capitais para sua análise: o racionalismo, a ideologia e a liberdade.

O racionalismo, segundo Marcuse, garantiu o progresso, o atendimento eficaz das necessidades humanas e uma organização satisfatória das sociedades. Para Marcuse, a produtividade, a eficiência e a capacidade do sistema capitalista de disseminar comodidades são produtos da racionalização da produção. No entanto, eles também promovem o fenômeno da necessidade falseada, que consiste na compulsão ao consumo, provocada por campanhas publicitárias que divulgam um leque de opções de mercadorias que não se enquadram nas nossas necessidades fundamentais.

Marcuse destaca que o fenômeno da necessidade falseada promove a concepção do fim das classes sociais, ou seja, as necessidades e exigências de classes antigamente contraditórias e conflitantes foram aplainadas no mesmo denominador comum. Esta constatação leva Herbert Marcuse a concluir que a ideologia incorporou-se a realidade. A ideologia sempre esteve relacionada a um feixe de necessidades que nem sempre podemos satisfazer. Nas sociedades industriais avançadas as maiores necessidades são representadas por mercadorias que, por sua vez, estão ao alcance de todos. Diante disso, Marcuse conclui que as ideologias acabaram absorvidas pela realidade, pois na moderna sociedade industrial, prevalece a crença na sua eficiência em satisfazer todas as necessidades de seus membros.

Marcuse destaca, em especial, a transformação que o conceito de liberdade sofreu com o evoluir do racionalismo nas sociedades capitalistas modernas. O filósofo destaca que a liberdade institucionalizou-se em direitos como a liberdade de expressão ou até a liberdade de consciência, porque esta perdeu sua principal função social: a crítica. Marcuse destaca que na medida em que o indivíduo da sociedade industrial avançada pode ter todas as suas necessidades atendidas pelo sistema, este deixa de questionar se suas opções de escolha ou até mesmo se suas necessidades são legítimas, ou seja, de sua livre escolha.

Desta forma, enquanto o jovem Marcuse vê nos operários os condutores da história, os agentes da revolução, o Marcuse das obras de sua maturidade reconhece que as lutas de classes foram liquidadas dentro dessas relações exteriores, onde a estrutura de produção vai integrar as classes antagônicas, patrão e operários, diante do comum acesso ao consumo oferecido pela sociedade capitalista.

No final dos anos 60 e início dos anos 70, Herbert Marcuse era considerado um dos mais importantes teóricos vivos. Mundialmente aclamado como o

filósofo da libertação e da revolução. Marcuse era figura proeminente nos debates sobre a sociedade contemporânea, influenciando profundamente a Nova Esquerda e os movimentos de oposição. Seu trabalho era debatido passionalmente por pessoas de todas as linhas políticas e teóricas, e influenciou profundamente uma geração de intelectuais ativistas radicais.

Como pretendemos por meio deste trabalho demonstrar como a história cultural é capaz de renovar as idéias, estudar um filósofo como Herbert Marcuse é estudar a história, uma vez que este contribuiu com suas análises e críticas sobre as sociedades industriais avançadas, além de influenciar movimentos de contestação cultural, como os liderados pelos jovens das décadas de 1960. Por isso, o nome e o trabalho de Marcuse constituem-se nos mais adequados para este estudo histórico-cultural, pois suas análises e críticas estão centradas na sociedade.

No primeiro capítulo desta pesquisa, "O Jovem Marcuse: Sob a Égide do Materialismo Histórico e da Fenomenologia", pretendemos retomar a trajetória filosófica de Marcuse entre os anos de 1922 e 1951, período que engloba o início dos contatos de Marcuse com Martin Heidegger, seu orientador durante quase uma década, até seus últimos contatos com os membros da Escola de Frankfurt. Por meio desta contextualização, pretendemos apresentar as bases e os fundamentos teóricos que influenciaram na construção da teoria crítica da maturidade intelectual de Herbert Marcuse sobre as sociedades tecnocráticas. No subtítulo, "Materialismo histórico e existência", pretendemos retomar o período da formação filosófica de Herbert Marcuse. Reconstruiremos o quadro existencial que permeou os primeiros contatos de Marcuse com a filosofia de Martin Heidegger. Pretendemos ainda, abordar a maneira como Marcuse reage à publicação dos *Manuscritos Econômico-filosóficos* de Karl Marx e da obra *Ser e Tempo* de Martin Heidegger, através da análise de dois artigos publicados por Marcuse nesse período em resposta à publicação desses trabalhos. Pretendemos também, analisar como o jovem Marcuse orientou seu pensamento sob o traçado do materialismo histórico do jovem Marx e do existencialismo de Martin Heidegger. O item "Marcuse teórico-crítico", será consagrado com a análise dos principais trabalhos realizados por Herbert Marcuse durante o período que foi um membro do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, afim de demonstrar sua intensa ligação com os projetos, temáticas e metodologia do Instituto. A última parte do item estará focada na separação entre Marcuse e os membros da Escola de Frankfurt e em apresentar os principais trabalhos realizados pelo filósofo nesse período.

O segundo capítulo deste trabalho, "O Filósofo da Liberdade: Um Novo Olhar sobre a Sociedade Tecnocrática" será dedicado ao estudo da obra *Eros e Civilização, uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. No primeiro subtítulo, "O moderno capitalismo dos Estados Unidos", reconstituiremos o quadro histórico-político em que se operou a formação da tecnocracia nos Estados Unidos e apresentaremos os principais pontos de dois importantes estudos, um na perspectiva marxista e outro na perspectiva liberal, realizados sobre esse novo capitalismo que se desenhava nos Estados Unidos nas décadas de 1950 e 1960. No item, "Eros e Civilização: um estudo da sociedade opressora e a busca da felicidade", nos dedicaremos a análise estrutural feita por Marcuse da sociedade repressiva em sua obra *Eros e Civilização.* Entre outras coisas, desejamos mostrar como toda essa obra aparece permeada pelas diversas influências teóricas de Marcuse e apresentar as principais críticas desenvolvidas sobre esta obra do filósofo.

No último capítulo, "Um crítico da Sociedade Tecnocrática", nos deteremos no esmiuçamento central da obra *A Ideologia da Sociedade Industrial*. No primeiro subtítulo "Os Estados Unidos na década de 1960: um cenário de transformações sócio-culturais" reconstruiremos o quadro histórico-político e existencial que permeou a construção de uma teoria com perspectiva global sobre a sociedade industrial. O item "Um estudo da Ideologia da Sociedade Industrial Avançada", analisaremos a teoria crítica desenvolvida por Marcuse sobre a sociedade contemporânea presente em sua obra *A Ideologia da Sociedade Industrial*. De fato, esse trabalho publicado em Boston em 1964, constitui-se no momento máximo da crítica de Marcuse às sociedades tecnocráticas. Nele, o autor reuniu todas as suas teorias esparsas sobre os mecanismos internos das sociedades contemporâneas e construiu uma análise ampla e unificada sobre essas estruturas sociais. Apresentaremos os principais fundamentos teóricos utilizados pelo filósofo na articulação de sua teoria e o pensamento exclusivo derivado dessa articulação. Para finalizar, pretendemos apresentar as principais críticas apontadas à esse trabalho de Marcuse.

CAPÍTULO I

O JOVEM MARCUSE: SOB A ÉGIDE DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DA FENOMENOLOGIA

CAPÍTULO I

O JOVEM MARCUSE: SOB A ÉGIDE DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DA FENOMENOLOGIA

> *"Quando o pensador profissional acredita pensar o mundo social, pensa sobre o já pensado, quer se trate do jornal caro a Hegel, das obras de sucesso dos ensaístas políticos ou dos trabalhos de seus colegas, que falam todos desse mundo, mas de maneira mais ou menos sabiamente eufêmica".*
>
> Pierre Bourdieu

O pensamento de Herbert Marcuse funda-se solidamente na tradição filosófica alemã que se apresenta a história. De um lado, influenciaram-no os contatos com as esquerdas revolucionárias, aproximando-o de Marx e do materialismo histórico. De outro lado, Martin Heidegger foi seu orientador na tese de doutoramento em filosofia, além de ter servido a Heidegger como professor assistente. Compreendemos que desde o início de sua carreira filosófica Marcuse defende os pontos de vista que se ampliarão nas suas obras de maturidade.

Marília Mello Pisani defende que a grande característica do pensamento filosófico de Herbert Marcuse está na forma específica como promove a articulação entre filosofia e marxismo. A autora afirma que a maneira exclusiva com que Marcuse alia essas duas metodologias constitui-se na teoria crítica marcuseana utilizada ao longo da carreira intelectual desse pensador. Pisani enfatiza o importante papel da filosofia para compreendermos as idéias presentes nos trabalhos da fase madura de Herbert Marcuse. Desta forma, torna-se necessário resgatar a fase jovem do pensamento de Marcuse, pois trata-se do período onde o autor incorpora o materialismo histórico e a fenomenologia existencial de Martin Heidegger à uma proposta de estudo própria que o jovem filósofo denomino de filosofia concreta.

> Eu me refiro ao conteúdo propriamente filosófico e ao modo muito particular como ele articula filosofia e marxismo. Para Marcuse, estas duas perspectivas não são excludentes e a forma como ele realiza esta articulação caracteriza a teoria crítica marcuseana. Ao enfatizar o papel da Filosofia poderemos compreender muitas das perspectivas

> desenvolvidas na fase tardia, assim como poderemos recusar toda interpretação ingênua de seu pensamento.[5]

Estamos considerando como parte da fase jovem do pensamento de Herbert Marcuse o período em que ele foi um membro da primeira geração do que se convencionou chamar de "Escola de Frankfurt", um grupo de intelectuais alemães reunidos em torno do Instituto de Pesquisas Sociais, que procurou deixar de lado a concepção política partidária do marxismo e tratá-lo, pela primeira vez, como um método de pesquisa, atribuindo-lhe um estatuto acadêmico e científico. A reinterpretação própria que o Instituto promove do Marxismo conferiu a esses pesquisadores uma característica inovadora em seus estudos que muito influenciaram Marcuse.

Compreende-se, portanto, essa primeira fase do pensamento marcuseano como um momento em que este teórico está levantando suas primeiras críticas ao materialismo histórico e buscando os fundamentos teóricos que lhe servirão de suporte epistemológico na elaboração de seu pensamento próprio que aparecerá de forma concretizada nas obras *Eros e Civilização* e *Ideologia da Sociedade Industrial* que se configuram nos principais trabalhos de sua maturidade intelectual.

Pretende-se, neste capítulo, apresentar as principais críticas formuladas pelo jovem Marcuse sobre o materialismo histórico, destacando os pontos de acordo e as lacunas apontadas pelo filósofo, procura-se-á destacar como nesse processo Marcuse vai abrindo um novo caminho em busca de uma teoria própria e, também, compreender a identidade histórica da teoria de Herbert Marcuse e de seus discursos. Por meio desta análise será possível compreender as causas que levaram o jovem Marcuse aos caminhos da filosofia e os motivos que determinaram suas escolhas teóricas.

1.1 MATERIALISMO HISTÓRICO E EXISTÊNCIA

Herbert Marcuse nasceu em Berlim no ano de 1898 no seio de uma família da alta burguesia, de origem judia, mas plenamente germanizada. Seu pai, um judeu da Pomerânia, viera outrora para Berlim com os irmãos, tornara-se acionista de

---

[5] PISANI, MARILIA MELLO. *A Atualidade de Herbert Marcuse. Filosofia e Engajamento*. Revista Filosofia Ciência & Vida edição 16. São Paulo, 08/11/2007

uma empresa têxtil e, finalmente, fundara, com um arquiteto, a empresa de construção Friedenthal et Marcuse. Era um pouco mais que um adolescente quando Marcuse começou, em 1918, a prestar o serviço militar numa unidade de reserva de dirigíveis em Berlim. Ainda neste mesmo período, começa a Primeira Guerra Mundial e o jovem Marcuse é convocada a participar como soldado. Entre 1917 e 1918 estava inscrito como membro passivo no SPD.[6] Segundo Rolf Wiggershaus[7] as atividades políticas de Marcuse ligadas ao partido comunista não contavam com o apoio de seus pais, que viam com olhos de "burgueses-capitalistas" todo o movimento operário.

Os anos de juventude de Herbert Marcuse coincidem com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra, a dissolução da ordem imperial em seu país, a implantação da República de Weimar, o fracasso do movimento revolucionário espartaquista e o caos econômico que levou à total desvalorização da moeda. Mas são também os anos da extraordinária ebulição intelectual da Alemanha dos anos vinte, anos em que o qualitativo de revolução cultural poderia ser aplicado. Além disso, e concretamente em Berlim, se flagram idéias revolucionárias que agitaram a Europa e que abriram um extenso leque de possibilidades para as sociedades contemporâneas. A arte abstrata e o cinema expressionista, o teatro social e a arquitetura integral, as teorias radicais de uma revolução e tantas outras coisas que agitam esta Alemanha sacudida pela crise e a bordo de intensas dificuldades para prover a subsistência de sua sociedade.

Quando Herbert Marcuse iniciou seus estudos superiores no ano de 1919, foi eleito para o soviete[8] de soldados de *Berlim-Reinickendorf***.** Apesar de sua admiração voltar-se para a política socialista encarnada de modo impressionante por Kurt Eisner, ministro presidente do governo provisório do Estado livre da Bavária, Marcuse distanciou-se dos *soviets* de soldados ao perceber que, muito em breve à sua eleição, seriam novamente eleitos os antigos oficiais, e acabou por pedir sua demissão. Suas pretensões políticas alcançaram o fim quando assistiu à escalada de violência entre os movimentos de direita e esquerda que culminaram em confrontos por meio de grupos

---

[6] Sigla em alemão para Partido Socialista da Alemanha (*Sozialistische Partei Deutschlands). F*undado em 1875, foi duramente perseguido durante o terceiro Reich, liderou grandes movimentos revolucionários durante toda a história da Alemanha, inclusive levando ao poder Friedrich Ebert como presidente da Alemanha durante a República de Weimar.

[7] WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt. História, desenvolvimento teórico, significação política.* Rio de Janeiro: Difel, 2006.

[8] Este termo é comumente usado para descrever trabalhadores governando a si mesmos, sem patrões, em regime de autogestão. Durante a revolução espartaquista, ocorrida na Alemanha de 1918-1919, foram os principais artifícios utilizados pelos militantes, que mais tarde serviram de modelo para outros conselhos no mundo.

paramilitares organizados pela extrema direita, e em motins de estudantes, militares e operários que constituíram uma aliança pela causa de um poder revolucionário socialista e que resultaram no assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Marcuse via nesses dois militantes símbolos da revolução socialista na Alemanha.

Segundo Douglas Kellner, o fracasso do movimento espartaquista em 1919 foi um dos momentos críticos na trajetória de Marcuse. Segundo ele, a tentativa frustrada do movimento revolucionário teria levado Marcuse a distanciar-se da militância partidária por acreditar que a mesma havia se desvirtuado dos ideais revolucionários do partido socialista. De acordo com Douglas Kellner, "*Marcuse parecia voltar-se para o consolo da estética após ou durante períodos extremamente difíceis de sua vida*".[9] Depois do afastamento da militância, Marcuse iniciou em Berlim seus estudos sobre arte, porém foi em *Freiburg-am-Breisgau* que ele foi estudar literatura alemã contemporânea e acessoriamente também filosofia e economia política. Ali conheceu os filósofos e professores de filosofia Edmund Husserl e Martin Heidegger, que fazia seus primeiros trabalhos como docente.

No ano de 1922, em Freiburg, Marcuse defendeu sua tese *Der deutsche Kunstlerroman* (O romance de arte alemão) que, inspirado fortemente em Lukács e em sua teoria do romance, bem como em Hegel, definia o romance de arte como a expressão de uma época em que a unidade da arte e da vida se havia rompido, em que o artista se encontrava solitário e frustrado com sua "*nostalgia metafísica da idéia de realização, diante da intensa pequenez e precariedade dos modos de vida na realidade*"[10]. Em sua tese, Marcuse discutia que na Antigüidade e na Idade Média dos Vikings os artistas escreviam suas obras baseados no modo de vida da totalidade, onde vida e espírito, vida e arte eram uma só coisa, mas que nas sociedades atuais este tipo de literatura encontra na pluralidade cultural de suas sociedades seu maior obstáculo.

Segundo Wiggershaus, Marcuse conclui em sua tese que apenas uma de todas as literaturas européias no início do século XX ignora o romance de arte no sentido desse conflito das concepções do mundo, e essa seria a literatura russa. Para Herbert Marcuse, na Rússia a sociedade encontrava-se unificada em seus modos de vida, e essa profunda unidade resultava em uma identificação entre o artista e o povo, o

---

[9] KELLNER, Douglas. Totalitarismo, o destino do socialismo e a era da unidimensionalidade. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo.* São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 57

[10] Entrevista realizada por Jürgen Habermas com MARCUSE In: WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt.* Op. Cit., p.127

que permitia que aquele se irmanasse do sofrimento destes, tornando-se uma espécie de "consolador da massa", um arauto ou um representante dos anseios daquela nação.

Marcuse não era capaz de identificar tal característica na sociedade alemã, que se encontrava dividida entre diferentes modos de vida e mentalidade. Desta forma, a publicação de um romance na Alemanha não necessariamente ganharia *status* de representação cultural daquela comunidade, podendo tornar-se algo abandonado, desprovido do ônus de identidade. Assim, segundo Marcuse "*para além do problema de história da literatura, percebemos uma parcela da história humana: a luta do homem alemão por uma nova comunidade.*"[11]

Para Herbert Marcuse, a divisão cultural estabelecida na sociedade alemã representava essa luta do homem alemão por uma nova comunidade. A valorização, por uma parte da sociedade alemã, dos hábitos e costumes provenientes da expansão do modo de produção burguês se opunha aos valores tradicionais defendidos pelos ultragermânicos, predominantes na história do povo alemão. Estas disputas entre esses dois olhares culturais se configuravam na expressão máxima da falta de unidade cultural na Alemanha.

Depois da defesa, Marcuse retorna para Berlim no ano de 1924, momento em que se encontrava casado com Sophie Marcuse. O futuro filósofo partia com sua esposa para esta cidade visando negociações com o pai sobre uma proposta de participação em uma firma editora que negociava livros antigos. Este negócio Marcuse utilizou para organizar e manter um salão literário de esquerda, onde se discutia sobre a teoria marxista, psicologismo, a pintura abstrata e as correntes contemporâneas da filosofia burguesa.

Em 1927 foi publicado o primeiro tomo de a obra Ser *e Tempo* de Martin de Heidegger. Após entrar em contato com a obra e estudá-la pessoalmente, Marcuse concluiu que o livro de Heidegger *tratava justamente do que faltara na teoria marxista: o elemento existencial, a abordagem das formas cotidianas de alienação e a elucidação do problema da definição da existência humana autêntica.*[12] Após a leitura do trabalho de Heidegger e da constatação que suas categorias poderia complementar as lacunas encontradas por Marcuse no materialismo histórico. O futuro filósofo resolve voltar a Freiburg, onde outrora freqüentara as aulas de Husserl, e lançar-se numa carreira universitária de filósofo. Mudou-se, em 1928, com mulher e filhos para Freiburg para

---

[11] Ibidem p.128
[12] WIGGERSHAUS, Rolf. Op. Cit. p. 128

trabalhar junto de Martin Heidegger, que acaba de suceder Husserl e ser nomeado catedrático.

Quando Marcuse foi trabalhar com Heidegger em Freiburg, em 1928, tinha um programa filosófico intitulado "filosofia concreta", na qual o filósofo pretendia promover uma incorporação da Fenomenologia de Martin Heidegger no Materialismo Histórico de Karl Marx. Esta pretensão surgiu enquanto uma conseqüência da influência da obra *História e Consciência de Classe* de Georg Lukács sobre o jovem Marcuse. Lukács elaborou sua crítica ao racionalismo predominante na sociedade e sugeriu que o trabalho filosófico fosse o resultado de uma práxis apoiada na teoria e que por meio desta aliança fosse possível superar o conhecimento como uma abstração ou uma mera observação do mundo. Marcuse, apesar de estar iniciando seus estudos em filosofia, já assumia a postura de um marxista heterodoxo que temia uma "racionalização" metodológica de Marx, advertia contra as abstrações de Kant e Husserl e defendia uma filosofia integrada com a realidade.

O resultado de um ano de trabalho como assistente de Martin Heidegger e de estudos sobre sua obra, *Ser e Tempo* pode ser conferido em um ensaio publicado por Marcuse em 1928, intitulado *Contribuições para a compreensão de uma fenomenologia do materialismo histórico*. As *Contribuições* se dividem em cinco seções nas quais Marcuse apresentou os pontos fundamentais do materialismo histórico, a relação entre historicidade e existência e analisou as possibilidades de uma fenomenologia do materialismo histórico.

Marcuse inicia seu artigo analisando a *fundamental situação marxista*. O jovem pensador chama a atenção para o problema epistemológico do marxismo e do materialismo histórico. Para Marcuse, o marxismo, ao mesmo tempo em que consiste em uma teoria da revolução proletária e crítica da sociedade burguesa, é também uma ciência no que concerne ao materialismo em específico, enquanto analisa a atividade social, as possibilidades do fato histórico e a estrutura econômico-social. *Ele vive na indestrutível unidade de teoria e prática, ciência e fato, e cada pesquisa marxista precisa guardar esta unidade como o mais alto fio condutor (...) As verdades do marxismo não são apenas verdades do conhecimento e sim do acontecer.*[13]

---

[13] MARCUSE, Herbert. Contribuições para a compreensão de uma fenomenologia do materialismo histórico.In: MARCUSE. *Materialismo histórico e existência*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968. p .58

Marcuse ressalta a "competência" do marxismo e do materialismo enquanto metodologias científicas, pois conseguem, de maneira aliada e de forma eficiente, a dupla tarefa de analisar uma sociedade e sua estrutura, e alcançar sua localização histórica e o sentido nela apreendido. No trato das qualidades do materialismo histórico e do marxismo, Marcuse destaca ainda a *situação fundamental* como uma categoria que vem acrescentar à esfera do conhecimento. Segundo o marxismo, *a situação fundamental trata-se da possibilidade histórica do ato radical, o qual deve liberar uma nova realidade necessária enquanto realização do homem total.*[14]

Considerando o ato radical um ato revolucionário capaz de modificar toda a circunstância da existência humana, o marxismo compreende como seu portador o homem consciente, que Marcuse denomina de homem histórico, capaz de compreender seu campo de ação e a posição deste dentro do processo histórico. O novo homem histórico, consciente de sua concreta situação histórica, promove uma grande transformação das circunstâncias de sua existência por meio do ato radical e, ao mesmo tempo, apreende-o como um modo essencial de comportamento da existência e que emerge da essência do ser.

> O ato radical só tem necessidade imanente se for historicamente necessário, se sua necessidade for uma necessidade histórica, mesmo porque a existência humana se realiza essencialmente na história e através da história se vê determinado. Isto é, o autor do ato radical precisa ter existência histórica e seu campo de ação precisa ser a história, sua direção e meta precisam vir da própria história e rumar à existência histórica.[15]

O ato radical é diretamente dependente do homem histórico, o sujeito que promove a ação. Este é assim denominado porque seu papel de transformar torna-se necessário em conformidade com o processo histórico por ele compreendido. O homem histórico não pode ser entendido como indivíduo isolado e sim enquanto homem pertencente a uma sociedade. Em seu artigo, Marcuse destaca que para Marx *o primeiro ato histórico é a produção da própria vida material*[16], ou seja, a manutenção e propagação da sociedade existente, conforme as condições naturais dependem da eficiência da direção escolhida pela sociedade. Este processo estabelece o surgimento de

---

[14] Ibidem. p.60
[15] Ibidem. p. 63
[16] MARX, Karl. Ideologia alemã. In: MARCUSE, Herbert. Op. Cit. p. 64

um horizonte ideal, constituído de representações e ideais, que servirá de guia na atividade material e na relação material dos homens em sociedade.

Entretanto, o amplo crescimento de uma sociedade acarreta na divisão do trabalho e desse processo brotam classes sociais enquanto unidades históricas. Desta forma a totalidade da concreta sociedade se decompõe em outras unidades. Como o desenvolvimento de uma sociedade está atrelado ao desenvolvimento de suas forças produtivas, projetando, conseqüentemente, a divisão do trabalho, de acional em internacional, sobre todo o condicionamento natural, de povo e de espaço, torna-se visível o caráter universal da classe. *A universal dependência dos indivíduos, na sua reprodução, torna sua existência histórica em histórica-mundial, efetuando assim a conversão da história em história mundial.*[17]

Com a divisão do trabalho, a unidade de uma sociedade se rompe e apenas alguns grupos sociais irão dedicar-se ao provimento das necessidades daquele conjunto social, muitas vezes o trabalho pesado é desenvolvido e dividido por meio de medidas coercivas sobre camadas para este fim determinadas. Neste momento, segundo Marcuse, as necessidades existenciais dentro da sociedade também foram divididas, assim, conforme sua estrutura, a sociedade passa a constituir-se de diversas camadas dentro do mesmo espaço vital. Segundo Marcuse, o processo de "coisificação", "reificação", "alienação" descoberto por Marx, encontra sua expressão nas necessidades existenciais da sociedade capitalista, onde o provimento do espaço vital não se ordenou unitariamente e de acordo com as necessidades concretas dessa sociedade, e sim estas se cindiram e perderam o domínio sobre sua existência. Então, segundo Marcuse, é necessário que o modo de produção de uma sociedade entre uma vez em contradição com suas formas de existência para que a própria classe produtora procure romper com a "coisificação" através do ato radical para superar essa contradição.

Após apresentar como se liberou, na situação fundamental segundo o marxismo, o ato radical na sua necessidade histórica, Marcuse afirma ter descoberto a historicidade como determinação primeira da existência humana, pois todos os objetos, materiais ou espirituais, são remetidos para o terreno concreto da história. Marcuse destaca que desde a segunda metade do século XIX tornou-se conhecido o problema da historicidade para os estudos filosóficos, mas apesar de todos os debates e críticas em torno dessa questão, o jovem pensador afirma em seu artigo:

---

[17] Idem.

> (...) até finalmente Heidegger que levantou e respondeu a pergunta, na totalidade radical do seu peso a partir de uma severa fenomenologia. Se nos demoramos mais longamente na sua obra, enquanto isto for necessário talvez à nossa conexão, isto ocorre porque nos parece este livro indicar uma reviravolta na história da filosofia: o ponto onde a filosofia burguesa se dissolve por dentro de si mesma e abre caminho para uma nova ciência "concreta".[18]

Em *Ser e Tempo*, a grande preocupação de Heidegger é o homem como indivíduo. Heidegger defende a necessidade humana de questionar sobre o sentido de sua existência e define a consciência como o ponto de abertura para um ser consciente de si mesmo, ou seja, um ser compreendido. Para Heidegger, o mundo é o lugar de atuação dos indivíduos, desta forma, a capacidade do ser humano de reconhecer alguma coisa do mundo se dá a partir da função que essa coisa exerce na existência do indivíduo. Assim, os estudos sobre o pensamento humano e a consciência deveriam manter como referência a relação dos mesmos com as coisas do mundo e procurar compreender a maneira como estes entes são interpretados pelos indivíduos.

Heidegger procurou trabalhar o mundo como uma totalidade anterior à existência de qualquer indivíduo e que, portanto, apresenta e se constitui de maneira definida muito antes do estabelecimento de qualquer consciência individual. Heidegger denomina de *ser-com-no-mundo,* o indivíduo (ser) situado no mundo pré-estabelecido à sua existência. Este mundo pré-estabelecido é determinante no cotidiano das pessoas que dividem, muitas vezes, o mesmo campo de ação, resultando em um comportamento equivalente dos indivíduos e anulando, de forma gradativa, as diferenças naturais existentes entre os indivíduos. Para Heidegger, o ser está alienado. *A existência já está desde o início plenamente respondida, pois o seu ser lhe foi imposto, sem que saiba do seu donde e para onde, e com este lançamento se encontra também lançada na sua circunstância, mesmo que ela pereça no perene retorno do seu peculiar ser*[19].

Segundo Heidegger, os indivíduos projetam o modo possível da sua própria existência como também da existência dos outros. Para este filósofo, projeção é também interpretação, que por sua vez, consiste na apropriação, pelo indivíduo, das possibilidades de sua existência no futuro. Essa apropriação não é jamais algo sem pressuposto, sempre parte de um referencial que se tem, explicitando em conceitos prévios na perspectiva do senso comum. Trata-se de fatos que em geral ainda não foram

---

[18] MARCUSE, Herbert. *Contribuições para uma fenomenologia do materialismo histórico*. Op. Cit. p. 68-69

[19] Ibidem. p. 71

experimentados pelo indivíduo, mas que são estabelecidos pelo senso comum como de grande valia para a existência de qualquer ser humano. De acordo com Heidegger, esse horizonte existencial e o complexo instrumental oferecidos pelo mundo oferecem sentido a existência humana e refletem a consciência dos indivíduos sobre o mundo.

Em *Ser e Tempo*, Heidegger apresenta o sentimento de angústia como o momento em que o ser percebe o mundo sem os valores do senso comum e o complexo instrumental do cotidiano, compreendendo-se como um indivíduo livre das normas estabelecidas. Heidegger destaca que o momento da angústia é o momento em que o ser tem sua essência desvelada. Em seu artigo, Marcuse defende que a essência do homem é inaliená-lo, e que este objetivo poderá ser alcançado, segundo Marcuse, a partir do tempo, dimensão última da existência humana.

> Passado, presente e futuro são modos de ser da existência humana, só eles possibilitam fenômenos básicos como a compreensão, a preocupação e a decisão. Deste modo está aberto o caminho para a demonstração da historicidade enquanto fundamental determinação da existência, que para nós representa o ponto decisivo na fenomenologia de Heidegger.[20]

Para Herbert Marcuse, Heidegger é o primeiro filósofo que realizou um trabalho filosófico sobre a existência de uma forma concreta, em que a historicidade foi compreendida como determinação básica da existência humana. Marcuse destaca que Heidegger inovou os estudos do ser dentro da filosofia, na medida em que reconheceu a história como uma referência para todas as determinações essenciais do homem.

> (...) A partir desta base sairão agora todos os problemas filosóficos no esforço de resolvê-los de novo na sua autêntica e essencial relação existencial, para indagar em que medida eles indicarão verdades, mentiras ou ocultamentos do ser-no-mundo. É maravilhoso como se converteram em mobilidade dialética, todos os problemas e soluções tornados rígidos, ordenando-se aos homens concretos, que neles viveram e vivem. Conceitos como conhecimento, verdade, ciência, compreensão, realidade, mundo externo, etc., vêm a ser esclarecidos, no que seus objetos vêm a ser liberados enquanto originários modos de comportamento da existência humana, ou enquanto básicos fenômenos naturais da existência humana.[21]

Marcuse encontrou em *Ser e Tempo* de Martin Heidegger uma elaboração teórica dos modos do comportamento humano a partir da vida prática do cotidiano, comprovando a práxis como campo das decisões. Além disso, Heidegger esclareceu a importância da situação histórica como fator determinante na construção de um

---

[20] Idem.
[21] MARCUSE, Herbert. *Contribuições para uma fenomenologia do materialismo histórico*. Op. Cit. p. 73

indivíduo autêntico, capaz perceber sua realidade e as possibilidades erigidas diante dela. No entanto, Marcuse aponta para uma lacuna na teoria de Heidegger. Para o jovem filósofo, Heidegger trabalhou a existência concreta no âmbito individual, isto é, sua resolução estabelece uma solitária existência humana e tão pouco procurou explorar as possibilidades de um ato que revolucionaria essa existência. Marcuse apreende esta categoria de maneira que a existência humana esteja definida como concreta conexão conjunta, ou seja, um mundo comum para os mais diferentes indivíduos, que culminaria no ato radical e no fim da existência alienante dos indivíduos.

> (...) E a tentativa de Heidegger remeter de volta, exatamente neste ponto, a decisiva resolução à solitária existência humana, em vez de levá-la adiante à resolução do ato, precisa vir a ser contradita. Este facto é mais que uma modificação da existência passada: ele é uma nova forma abrangente de todas as esferas da vida pública.[22]

Marcuse conclui seu artigo tratando da fenomenologia dialética enquanto metodologia do pensamento. Considerando que a fenomenologia é uma ciência que procura compreender de forma plena os objetos do mundo, para Marcuse, o método dialético é um modo de acesso a esses objetos e à esfera de sua validade, pois o pressuposto desse método é a historicidade essencialmente adequada dos seus objetos. Marcuse destaca que apesar da fenomenologia manter seu enfoque no objeto, ela não pode abster-se da demonstração da historicidade do seu objeto, mantendo-o sempre na mais extrema concretude. Para Marcuse, somente uma síntese de ambos os métodos – fenomenologia e dialética – que para o autor consistem em métodos de extrema concreção permitem à historicidade da existência humana tornar-se adequada.

> Quando, por um lado, reivindicamos que a fenomenologia, começada por Heidegger em torno da existência humana, impulsione-se na direção da concreção dialética e realiza-se numa fenomenologia da existência concreta e do atual ato concreto, historicamente reivindicado, assim precisa, por outro lado, tornar-se fenomenológico o método dialético do conhecimento e fazer sua a concreção enquanto plena apreensão do seu objeto também na outra direção. Deste modo, eles não se devem satisfazer em indicar o seu lugar histórico na análise da facticidade, em determinar seu enraizamento numa situação histórica de existência humana e sim é necessário pesquisar adiante, se ali a facticidade também se esgota, ou se trata de um próprio sentido, não a-histórico, porém enquanto habitado mediante toda historicidade.[23]

---

[22] Ibidem. p.75
[23]Ibidem. p. 80

No início da década de 1930 Marcuse inicia um trabalho de pesquisa que iria contemplar a história da filosofia, em especial a teoria desenvolvida por Hegel durante o século XIX. Os fatores que motivaram Marcuse a desenvolver este trabalho foram: a forte influência do materialismo histórico no pensamento de Marcuse, a falta de concretude nas definições elaboradas por Heidegger sobre o ser e o fato de Marcuse considerar a teoria a forma mais alta de *práxis*. O materialismo histórico, enquanto metodologia defende a práxis como principal fonte para os estudos sobre as sociedades humanas, no entanto, Marcuse pretende com sua pesquisa encontrar por meio da teoria hegeliana, definições mais concretas sobre o ser não alienado. A tese, *Hegels Ontologie und die Grundlengung einer Theorie der Geschichtlichheit* (A ontologia de Hegel e a fundação de uma teoria da historicidade), deveria dar condições para que Marcuse a defendesse perante Heidegger e que explicasse de certa forma, algumas lacunas apontadas por Marcuse na obra o *Ser e o Tempo*.

No mesmo ano em que Herbert Marcuse defenderia sua tese de doutorado, foram publicados pela primeira vez em 1932, no quadro da edição das obras completas de Marx e Engels, os *Manuscritos econômico-filosóficos.* Nestes documentos foram encontrados textos do jovem Marx, que ao invés da objetividade característica das idéias político-econômicas das obras de sua maturidade, apresentavam um Marx preocupado com a fundamentação filosófica de sua teoria, com destaque para a situação da história essencial do homem.

> Contudo, nos manuscritos econômico-filosóficos torna-se claro o originário sentido das categorias subjacentes, de modo tão nítido quanto até agora não tinha sido possível, e antes de poder apresentar-se necessário o revide à corrente interpretação da posterior elaboração da crítica, em relação às origens, quando a inversa forma originária da crítica viesse a ser interpretada corretamente, a partir das etapas posteriores. Ficará claro, na atual rescenção destes manuscritos, porque isto não foi efetuado com as conhecidas teses de uma revolução de Marx, a partir da base filosófica, para a econômica.[24]

Quando Marcuse descobriu o Marx dos manuscritos, encontrou um conjunto de idéias e definições que, segundo Marcuse, *deverá tornar-se um acontecimento decisivo na história da pesquisa em torno de Marx. Estes manuscritos poderiam situar, num novo plano, a discussão acerca da origem, e do sentido originário, do materialismo histórico ou mesmo de toda teoria do socialismo científico*

---

[24] MARCUSE, Herbert. Novas fontes para o materialismo-histórico. In: MARCUSE. *Materialismo-histórico e existência*. Op. Cit. p. 106

(...)[25] Marcuse pretendia encontrar uma fundamentação filosófica para o marxismo. Parte desses conceitos fundamentais, o jovem filósofo encontrou em Heidegger. Porém, a falta de concretude nas elaborações heideggerianas sobre a historicidade do ser, levaram Marcuse a reorientar sua busca em uma pesquisa sobre a historicidade em Hegel.

No entanto, foram os manuscritos do jovem Marx que apresentaram as definições e conceitos filosóficos procurados por Marcuse. As formulações presentes nos *Manuscritos Econômico-filosóficos* foram redigidas como resultado dos estudos de Marx a respeito da estrutura do sistema Capitalista sob a ótica da filosofia hegeliana[26]. Marx tentou compreender a relação essencial entre propriedade privada, lucro, divisão do trabalho, capital e de bens de raiz, entre intercâmbio e concorrência do valor e desvalorização do homem sob a influência das noções de alienação, de homem, de gênero humano e de essência humana provenientes da filosofia de Hegel. Marx estará sempre aplicando essas noções filosóficas em suas análises sobre a sociedade capitalista.

> Trata-se de uma crítica filosófica da economia política, pois as subjacentes categorias da teoria de Marx brotam aqui da expressa discussão com a filosofia hegeliana. E, aliás, não de tal modo que o método de Hegel seja assumido num sentido trocado e que venha a ser animado numa nova conexão, e sim que, remetendo-se aos próprios problemas da filosofia hegeliana (baseando-se primeiramente no método), venha a ser apreendido o seu conteúdo característico, de maneira autônoma, e sacadas as suas conseqüências.[27]

Desta forma, os *Manuscritos Econômico-filosóficos* apresentaram idéias que superaram o marxismo demasiadamente economicista, teórico e ortodoxo dos partidos socialistas e apresentaram um Marx que, na tentativa de provar a insuficiência da estrutura econômica capitalista, procurou compreender o mundo humano a partir de categorias como essência e existência. Estas elaborações filosóficas e, ao mesmo tempo, concretas, permitiram a Marcuse independência perante as teorias de Heidegger e Hegel.

---

[25] Ibidem. p. 105

[26] Grande parte dos autores evidênciam a influência maior de Feuerbach nas elaborações presentes nos manuscritos de Karl Marx. Apoiamos essa afirmação, haja vista que o período em que Marx elaborou seus manuscritos, foi caracterizado por sua adesão ao grupo dos neo-hegelianos, que contava com Feuerbach como sua expressão máxima. Todavia, Marcuse reitera, em seu artigo, a forte influência de Hegel, nas elaborações de Marx em seus manuscritos. Acreditamos que os estudos sobre Hegel, desenvolvidos por Marcuse para elaboração de sua tese de doutoramento, aliados a leitura dos manuscritos, permitiram que Marcuse detectasse o constante diálogo entre Marx e Hegel.

[27] Ibidem. p. 106

Para Marcuse, a importância desses manuscritos de Marx está na inversão promovida na estrutura dos estudos marxistas que se estabeleciam, até aquele momento, no sentido de uma análise de viés econômico e que se direcionou para um viés filosófico, esta última superada entre os teóricos do Marxismo. Agora, com a publicação desses escritos inéditos, Marcuse reconhece a base filosófica de Marx e sua importância fundamental nas teorias da maturidade desse pensador. Marcuse, de maneira introdutória, procura esclarecer, de acordo com o jovem Marx, que a fundamentação filosófica estabeleceria as condições para o conhecimento da economia política e ao mesmo se transformaria numa ciência das condições necessárias para a revolução comunista.

> (...) Por muitas razões mais, traz a fundamentação a base filosófica em si, pois seu sentido e meta não são filosóficos e sim prático-revolucionários: a derrubada da sociedade capitalista, através do combativo proletariado, econômica e politicamente. Mesmo isto precisa vir a ser observado e entendido: economia e política, à base de uma determinada interpretação filosófica da substância humana e da sua concretização histórica, tornaram-se base econômica-política da teoria da revolução.[28]

Marcuse apresentou uma das primeiras interpretações dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, em um artigo publicado no ano de 1932, denominado *Nue Quellen zur Grundlegung des Historischen* (Novas fontes sobre o materialismo histórico), centrando sua análise em dois conceitos amplamente abordados por Marx em seus manuscritos: o trabalho e a propriedade privada. Marcuse observou que no processo de definição desses dois conceitos na perspectiva político-econômica, o jovem Marx percorreu o caminho filosófico a fim de demonstrar o processo de alienação do trabalho e da propriedade privada. Para Marx, essas duas categorias pertencem ao universo existencial do indivíduo, na medida em que garantem o desenvolvimento da realidade humana e do seu espaço vital, constituem-se como parte da sua existência. No entanto, seu significado social e existencial foi "desvirtuado" pela sociedade capitalista (denominada de economia-política pelo autor em seus manuscritos) que transformou trabalho e propriedade privada em verdadeiros "elos" entre o homem e a mercadoria.

> Partindo desta "alienação" do trabalhador e do trabalho, surgiu uma total "desconcretização", a partir da concretização de todas as forças essenciais; o mundo objetivo não é mais "autêntica propriedade humana", apropriada em livre atividade e campo da livre afirmação e afirmação de toda natureza humana, e sim um mundo de coisas

---

[28] MARCUSE, Herbert. Novas fontes para o materialismo-histórico. In: MARCUSE. *Materialismo-histórico e existência*. Op. Cit. p. 107

> possuídas, utilizáveis e trocáveis na propriedade privada, a cujas próprias leis inalteráveis o homem está submisso – em poucas palavras: o universal domínio da matéria morta sobre os homens.[29]

Marcuse procurou demonstrar que os conceitos de trabalho e propriedade privada, na construção crítica de Marx em seus manuscritos, estão imersos em uma "bidimensionalidade" da existência. Em uma dessas dimensões o homem encontra-se como um "ente-espécie", isto é, um ente que possui uma substância que represente suas características e peculiaridades. Esta substância é o princípio comum da constituição material de um ser, ou seja, é um objeto ou a forma objetiva de sua essência. Segundo Marcuse, o homem pode tomar cada ente de tal modo que se torna capaz de apreender suas possibilidades, modificar, construir e elaborar cada ser segundo sua medida inerente.

Nesta primeira dimensão, Marcuse destaca que *o trabalho fundamenta-se nesta condição de "ente-espécie" do homem, enquanto específica "atividade vital" humana: ele pressupõe o poder-comportar-se em geral dos objetos e as possibilidades nele jacentes.* Assim, o trabalho apresenta-se para o homem como uma atividade livre e vital para sua existência, pois por meio dele o homem pode reconhecer seu espaço de sobrevivência e ao mesmo tempo se auto-conhecer. Nesta atividade o homem mostra como é sua espécie, enquanto ente humano, diferente do ente animal, vegetal, inorgânico. O trabalho assim apreendido constitui a afirmação do ente humano, nele se realiza e mantém-se o peculiar sentido humano.

A propriedade, neste mesmo contexto do trabalho, é determinada, por sua vez, pela simples existência e disponibilidade de todos os objetos no mundo. Esta existência e disponibilidade se transformam em propriedade na medida em que a essência do homem consiste no "apossar-se". Segundo Marcuse, este apossar-se é unilateral, pois ele se limita às atividades físicas do homem e aos objetos que podem ser imediatamente consumíveis e capitalizáveis. *Este é o sentido do trabalho, conceder os objetos enquanto trabalhados, à posse do homem, fazê-lo sua própria autorealização e auto-afirmação ao mundo.*[30] O trabalho é apropriação livre e universal, pois estabelece uma relação humana diante do objeto a partir de um comportamento criador e construtivo, estabelecendo uma relação de "autêntica propriedade".

---

[29] Ibidem. p. 108
[30] Ibidem. p. 134

Complementando a esfera bidimensional do trabalho e da propriedade privada, Marcuse acrescenta a interpretação marxista da perspectiva da alienação dessas duas categorias. Segundo Marcuse, na sociedade capitalista de produção industrializada, o trabalhador vende sua mão-de-obra em troca de um pagamento, a divisão do trabalho e a tecnização reduzem o trabalho em uma atividade abstrata para o trabalhador e o próprio produto de seu trabalho pertence a estranhos proprietários da fábrica onde trabalha. O trabalho nas sociedades capitalistas perde seu significado para a existência humana, ele perde sua função de remeter o homem ao sentido de existência. O trabalho deixa de ser atividade livre, de auto-realização do homem e se transforma em uma total escravização e desrealização, em que o trabalhador não representa um homem na sua totalidade vital, e sim um sub-homem.

> Assim é o trabalho muito mais uma "alienação", em vez de uma exteriorização do homem todo, em vez de uma total e livre realização do homem se tornou uma total desrealização: a alienação aparece então mais como desrealização, em que o trabalhador vem a se desrealizar até a morte pela fome. [31]

Segundo Marcuse, a alienação e a desrealização se tratam de duas expressões que, para Marx, exprimem a total inversão no comportamento do homem enquanto homem. Na sociedade capitalista, o produto do trabalho humano não pertence ao seu produtor, esta relação cindida obtém como resultado um estranhamento do produtor perante seu produto. Além disso, o trabalhador oferece seu trabalho em troca de um equivalente de troca, a fim de garantir a posse de bens para sua existência. Como conseqüência, ocorre uma supervalorização da matéria, das coisas que podem ser possuídas, utilizáveis e trocáveis. O homem se disponibiliza às mais diferentes condições para obter propriedade, a posse transformou-se na primeira condição para a sua existência.

> A propriedade privada fez-nos tão tolos e unilaterais que um objeto só é nosso quando nós o temos e ele existe assim para nós enquanto capital, ou vem ser imediatamente possuído, comido, bebido, etc., em poucas palavras, usado por nós(...) a vida, a cujo meio, estas realizações da posse, serve, é a vida da propriedade privada, trabalho e capitalização.[32]

Marcuse procurou mostrar como a alienação do trabalho e da propriedade privada, enquanto dois conceitos amplamente abordados por Marx em seus manuscritos

---

[31] MARCUSE, Herbert. Novas fontes para o materialismo-histórico. In: MARCUSE. *Materialismo-histórico e existência*. Op. Cit. p. 113

[32] MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos.* Apud: MARCUSE, Herbert. Op. Cit. p. 130

denotam uma inversão da essência humana, enquanto perda de sua realidade. O homem, por meio da "alienação" dessas duas categorias, afasta-se da sua essência, tornar-se estranho para si mesmo, ele se desumaniza mediante as circunstâncias político-econômicas da sociedade capitalista, isto porque a economia política burguesa não tem em vista uma existência humana baseada em sua essência, substância ou história humana, mas sim no desumanizado e objetivo mundo da mercadoria. Marcuse destaca que, para Marx, é necessário que essa realidade seja transformada radicalmente a fim de retomar uma autêntica apropriação da realidade humana.

> Constitui para Marx uma convicção básica que o homem consciente da sua história não pode cair em qualquer situação à qual ele propriamente não se concedeu e que só pode libertar a si própria a partir de cada situação. (...) Se as relações de produção tornaram-se "algema" para o homem diante de um determinado poder estranho, isto só é assim, portanto possível, porque o homem se alienou, outrora, da sua força sobre as relações de produção.[33]

Marcuse esclarece que com a publicação dos *Manuscritos Econômico-filosóficos* de Marx esclareceu-se a fundamentação filosófica deste teórico e por isso, ele procurou, em seu artigo, evidenciar as principais diferenças entre Marx e Hegel e como, apesar destas, é possível encontrar um nó de convergência entre esses dois pensadores. *Para Marx, existem reais descobertas positivas em Hegel, em cujo solo se pode e se precisa trabalhar adiante, só por isto pode e deve a filosofia de Hegel tornar-se para ele objeto de crítica*.[34] Marcuse destaca que Hegel concede a Fenomenologia como um estudo da história do ente humano e apreende este último como consciência abstrata, ou seja, pensamento. Assim, a história do ente humano desenrola-se no espaço da autoconsciência. A tentativa de objetivar a consciência resulta em um comportamento alienado, na perspectiva hegeliana.

Para Marx, porém, a objetividade era exatamente o comportamento humano no qual só e unicamente o homem pode atingir a realização do seu ente, para autorealização e auto-afirmação e, aliás, enquanto real objetividade, enquanto obra do trabalho humano, e de nenhum modo algo como objetividade da consciência abstrata. Marcuse afirma que mesmo a partir da interpretação genérica de Hegel sobre as categorias da objetivação e alienação, Marx apreendeu o sentido da fenomenologia mais profundamente e mais cheio que a maioria dos intérpretes de Hegel, e que apesar deste

---

[33] MARCUSE, Herbert. Novas fontes para o materialismo-histórico. In: MARCUSE. *Materialismo-histórico e existência*. Op. Cit. p. 113
[34] Ibidem. p. 145

descrever a objetivação e a alienação na sua forma abstrata, suas categorias permitiram a Marx compreender essas estruturas, seus movimentos essenciais para história humana e ao mesmo tempo conferir suas próprias interpretações às mesmas.

> E Marx logo passa do centro da própria problemática de Hegel à crítica: esta essência do homem, cuja história Hegel descreve filosoficamente, já se encontra falhada no ponto de partida, pois Hegel apreende a essência, de ponta, apenas enquanto "autoconsciência abstrata e com isso a subestima na sua autêntica plenitude concreta (...)".

Em 1933, quando tinha 35 anos de idade e estava a ponto de habilitar-se como professor, aconteceu a ascensão de Hitler ao poder. Neste momento sua estada na Universidade de Freiburg havia se tornado impossível, pois além do governo alemão apresentar características anti-semitas que eram semeadas por meio de decretos, seu mestre, Martin Heidegger, havia aderido ao Nazismo alemão. Segundo Wiggershaus, a não aprovação de Marcuse no concurso para professor havia sido "decretada" por Heidegger. No que tange às relações específicas entre Heidegger e Marcuse, tão importantes para uma fenomenologia dialética, enquanto objetivo marcuseano, este último muito se decepcionou com a fraqueza humana do autor de *Ser e Tempo* diante do Nazismo, a ponto de comparar sua atitude com a "queda dos titãs da filosofia clássica alemã".

A adesão oficial de Heidegger ao nacional-socialismo em 1933 complicou as relações entre Marcuse e seu orientador, pois neste mesmo ano Martin Heidegger tornou-se reitor da Universidade de Berlim e bloqueou o concurso de Marcuse para professor nesta universidade. Hursserl, conhecendo os problemas e limitações de Marcuse, um alemão, judeu e marxista, na Alemanha nazista, defendeu-o junto a Riezler, e Riezler junto a Horkheimer. No entanto, foi em vão. Somente no final do ano de 1933, depois de uma conversa com Leo Löwenthal, que procurou defender Marcuse junto a Horkheimer, é que Marcuse entrou para o Instituto de Pesquisas Sociais emigrado em Genebra.[35]

---

[35] WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt. História, desenvolvimento teórico, significação política*. Op. Cit. p. 136

1.2 MARCUSE TEÓRICO-CRÍTICO

O ano de 1933 foi um ano de intensas transformações na vida de Marcuse, impondo rupturas e recomeços: com a ascensão evidente do nazismo, a situação de um intelectual judeu ficava cada vez mais delicada. Ele tinha acabado de defender a tese de livre docência *A ontologia de Hegel e a fundamentação da teoria da historicidade* sob a orientação de Martin Heidegger e via na adesão ao Instituto de Pesquisas Sociais, que se preparava para emigrar, a possibilidade de fugir da Alemanha e de estabelecer contato com um grupo de intelectuais com os quais sentia grande afinidade teórica. A incorporação de Marcuse ao Instituto não foi sem controvérsias. Horkheirmer não via com bons olhos a relação de Marcuse com a filosofia de Heidegger, com o agravante da recente declaração de simpatia deste pelo nazismo, em 1933. Marcuse só ingressou no Instituto graças à recomendação de Edmund Husserl e à interferência de Leo Löwenthal, encontrando-se com Horkheimer pela primeira vez apenas em 1933, em Genebra.

Neste ano, Herbert Marcuse ainda não poderia ser considerado oficialmente um membro colaborador do Instituto, pois, a princípio, seu trabalho se resumiu em colaborar como redator responsável pelas resenhas de filosofia que iriam constituir os editoriais da revista do Instituto. Segundo Adorno, numa resenha de seu livro sobre Hegel, Marcuse era uma pessoa talentosa que *tem a tendência a passar do sentido do ser à determinação do sendo, de uma ontologia fundamental para uma filosofia da história, da historicidade à história.*[36] Durante o exílio na Suíça, o Instituto deu continuidade nas pesquisas sobre o fenômeno da autoridade, que estenderam seu curso em direção ao ano de 1934, pois, segundo Wiggershaus, elas não foram concebidas a tempo para o próximo número da revista, porque, além de faltarem os aspectos sistemáticos, havia a possibilidade de uma interpretação psicanalítica, para explorar o lado inconsciente do processo social, mais precisamente quanto ao aspecto familiar do processo de constituição de uma personalidade autoritária. Enquanto os resultados dessa pesquisa ainda não haviam sido alcançados, eram publicados artigos na revista do Instituto como a primeira reação do grupo de Horkheimer contra a vitória do nacional-socialismo. Entre os artigos que cumpriram este papel, foi publicado pela

---

[36] WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt. História, desenvolvimento teórico, significação política* Op. Cit. p.164

primeira vez na revista do Instituto um texto de Herbert Marcuse: *O combate ao liberalismo na concepção totalitária do Estado*.

Neste artigo Marcuse procurou expor o parentesco interno entre a teoria social liberal e a concepção totalitária do Estado. O pano de fundo para essa análise residiu nas mudanças então em curso na sociedade capitalista: A transição da economia liberal de mercado à economia de intervenção oligopólica ou estatal e o avanço operário sustentado nas contradições do capitalismo. Marcuse procurou demonstrar a lógica em que se processa a transição da sociedade liberal para os Estados Totalitários pautado em uma progressiva historicização das análises e na utilização do método teórico-crítico do Instituto de Pesquisas. Em resposta às crises sócio-políticas, a expansão dos governos totalitários por toda Europa e a incerteza do destino revolucionário da classe operária, Marcuse procura conduzir sua análise do viés econômico ao âmbito das idéias.

> (...) Dessa situação resultaria para a teoria crítica a tarefa de identificar as tendências que uniam o passado liberal com sua superação totalitária. Superação que de modo algum se limitou aos Estados totalitários, tornando-se realidade desde então em várias (e justamente as mais desenvolvidas) democracias. O presente não parecia contraposto de modo imediato ao passado: cabia revelar a mediação graças à qual a liberdade burguesa pôde se converter em ausência de liberdade; mas cabia também apresentar os elementos que se opunham a essa transformação. (...)[37]

Marcuse inicia seu artigo afirmando que o Estado totalitário nasceu dos anúncios do movimento "realismo heróico popular"[38]e depois se converteu em teoria dominante. Marcuse destaca que a crítica ao racionalismo, a luta contra a tecnização, a busca por um representante heróico da sociedade e a super valorização da raça, se constituem nas principais características desse movimento. Para o autor desse artigo, esse movimento resume seu objetivo em um verdadeiro combate ao liberalismo enquanto uma ideologia burguesa, porém, a grande maioria dos membros, adeptos ou simpatizantes desse movimento quando indagados sobre os propósitos do liberalismo, apresentaram pouco domínio do conceito deste termo. Segundo Marcuse, a maioria desses críticos concentram seu ataque ao liberalismo por se tratar de *idéias de 1789, de humanismo e pacifismo frágeis, intelectualismo ocidental, individualismo egoísta,*

---

[37] Este trecho foi extraído do prefácio elaborado por Herbert Marcuse em 1964 para a publicação de uma coletânia de seus artigos publicados na revista do Instituto de Pesquisas Sociais entre os anos de 1934 à 1938. Essa coletânia foi publicada no Brasil In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v.I. p. 38

[38] Denominação dada à ideologia predominante entre o movimento conservador dos ultragermânicos que predominou na Alemanha durante a década de 1920 e contou com o movimento *Volk* como sua maior expressão artística.

exposição da nação e do Estado às disputas de interesses de determinados grupos sociais, igualização abstrata, sistema partidário, hipertrofia da economia, tecnicismo e materialismo desagregador.[39]

Marcuse define o liberalismo como uma teoria econômica e social que se fundamenta na idéia de propriedade particular dos meios de produção. Para ele, um governo sob a vigência do liberalismo pode modificar toda e qualquer reivindicação econômica ou social, a fim de garantir a estabilidade desse princípio regente. Assim, em seu artigo, Marcuse destaca que a ditadura ou a condução autoritária não podem ser consideradas um ideário alheio ao liberalismo, *ao contrário, o liberalismo considera que o fascismo e todas as orientações ditatoriais semelhantes (...) salvaram na atualidade a formação civilizatória européia.*[40]

> (...) Apesar de toda a diversidade estrutural do liberalismo e de seus defensores nos vários países e períodos, o seu fundamento uniforme se mantém: a liberdade do sujeito econômico individual em dispor da propriedade privada e a garantia jurídico-estatal dessa liberdade de disposição. Todas as reivindicações econômicas e sociais do liberalismo podem ser mudadas para garantir a estabilidade desse princípio mudanças que incluem até mesmo sua auto-supressão. Assim, durante a vigência do domínio liberal, foram muito freqüentes inclusive intervenções violentas do poder estatal na vida econômica sempre que fosse exigido para garantir a liberdade e segurança da propriedade privada, sobretudo frente ao proletariado.[41]

Na seqüência, Marcuse procura comprovar o parentesco entre a teoria liberal e a teoria do Estado totalitário, aparentemente antiliberal. Em primeiro lugar, Marcuse destaca que apesar dos governos totalitários perseguirem a idéia da livre concorrência entre capitalistas individuais, esse sistema jamais se posicionou de forma contrária à ordem econômica capitalista e as funções econômicas do burguês na ordem produtiva capitalista. Como o espírito do capitalismo é a única causa da existência do burguês, é impossível a existência de um sem o outro. Segundo Marcuse, o discurso anti-burguês do totalitarismo e que ao mesmo tempo glorifica o dirigente da economia, *é apenas um desvio do "tornar heróico" ao homem, cujo sentido social ainda precisa ser esclarecido.*[42]

---

[39] MARCUSE, Herbert. O combate ao liberalismo na concepção totalitária do Estado. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade* . Op. Cit. p. 51.
[40] Ibidem. p. 53
[41] Ibidem. p.52
[42] MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade* . Op. Cit. p. 55.

Em seguida Marcuse procura destacar os dois mais importantes pontos em que o totalitarismo se apóia no liberalismo: a interpretação naturalista da sociedade e o racionalismo liberal que desemboca no irracionalismo. Para Marcuse o liberalismo enxerga por trás das forças e relações econômicas da sociedade capitalista "leis naturais", que por sua vez, trata-se de leis tão naturais quanto às leis da física e que, portanto, se posicionam acima da moralidade, cabendo aos homens sua adequação a elas. Para este crítico, o liberalismo defende que na medida em que ocorre essa adequação diante das leis naturais econômicas, os conflitos de interesse privado e geral e as desigualdades sociais seriam superados por uma harmonia do todo. Marcuse destaca que também no antiliberalismo totalitário predomina a idéia de leis naturais e eternas na vida social e defendem a convicção de que é no todo que se estabelece o equilíbrio de interesses.

Marcuse afirma em seu artigo que o naturalismo liberal se situa num sistema racionalista do pensamento enquanto o naturalismo antiliberal está em um sistema essencialmente irracionalista. Diz este autor que uma sociedade racionalista é aquela que estabelece a razão como grande justificativa para qualquer atividade, meta ou método e modelo de organização. Tudo que está justificado na razão é considerado puro, verdadeiro e bom. A sociedade irracionalista, não procura negar a efetividade da razão, segundo Marcuse, mas encontra-se submetida e dependente de situações e condições funcionais e orgânicas que se estabelecem de maneira autônoma à razão, assim, dados irracionais como "natureza", "sangue", "terra" e "povo", acabam como principais fundamentais.

> A disposição de situações orgânico-naturais contra a razão "desenraizada" possui na teoria da sociedade contemporânea o sentido de justificar uma sociedade racionalmente injustificável por meio de forças irracionais, retirando as suas contradições da sacralidade do conhecimento conceitual e mergulhando-as nas trevas obscurecidas do "sangue" ou da "alma" para evitar desse modo a crítica do conhecimento.

Na comparação com o realismo heróico-popular, o liberalismo é uma teoria racionalista. Seu elemento vital é a crença na supremacia da razão e na harmonia do todo enquanto superação dos diferentes conflitos de interesses e opiniões. Contudo, Marcuse destaca que nesse aspecto o racionalismo se depara com uma limitação: a condição abstrata de seu discurso de universalidade e de humanidade. Para ele, sendo a estrutura liberal fundada nos interesses individuais, torna-se difícil que esses, por sua

diversidade, se concretizem em um equilíbrio natural, mas que ao invés disso, alcancem o agravamento desses contrastes e das crises econômicas.

> A mudança do Estado liberal ao Estado total-autoritário ocorre no plano da mesma ordem social. No que concerne a essa unidade da base econômica é possível afirmar: o liberalismo "gera" a partir de si próprio o Estado total-autoritário, como sendo a sua realização plena num estágio evoluído do desenvolvimento. O Estado total-autoritário fornece a organização e a teoria social que correspondem ao estágio monopolista do capitalismo.[43]

Para Marcuse, os fundamentos econômicos do trajeto da teoria liberal à teoria totalitária foram assumidos como pressupostos e repousam essencialmente na mudança da sociedade capitalista do capitalismo mercantil e industrial, edificado sobre a livre concorrência dos empresários individuais autônomos, ao moderno capitalismo monopolista em que as relações de produção modificadas exigem um Estado forte e mobilizador de todos os meios de poder.

Para finalizar seu artigo, Marcuse procurou apresentar sua interpretação dos três componentes constitutivos da teoria do Estado totalitário: o universalismo, o naturalismo (organicismo) e o existencialismo. Para Marcuse, o universalismo se define como a primazia do todo frente a todos os membros da sociedade, uma totalidade que se realiza a partir da unificação das diferentes partes sociais. Esta prioridade do todo frente aos indivíduos é justificada na medida em que as formas de produção e da reprodução da vida enquanto "universais" preexistem como dados para os indivíduos e representam a possibilidade da felicidade individual dos homens. Segundo Marcuse, o conceito de todo está totalmente vinculado ao aspecto econômico-social, pois sua efetivação ocorre como resposta às exigências e necessidades do próprio desenvolvimento econômico capitalista. No plano teórico, ao contrário do nível factual apresentado pela estrutura econômica, o todo não é a uniformização resultante da dominação de uma classe sobre as demais, mas uma unidade capaz de suprimir a luta de classes, mas que ao mesmo tempo mantém sua base capitalista. *Contudo, nesses termos são assumidas todas as contradições existentes nessa estrutura e que permanentemente impossibilitam um todo efetivo. A realização do todo unificador almejado seria na verdade primariamente uma tarefa econômica: eliminação da ordem econômica que é a causa das classes e das lutas de classe.*[44]

---

[43] Ibidem. p. 61
[44] Ibidem. p. 64

O realismo heróico-popular acentua as características naturais do todo representado pelo povo. Neste contexto, a raça que determina uma unidade e a pátria que reúne o povo a partir de sua origem é glorificada pelos seguidores dessa ideologia. Na seqüência desse naturalismo desenvolve-se uma transfiguração do campesinato como sendo o último estamento ainda vinculado à natureza e acarreta no ataque à metrópole pelo seu espírito contrário à natureza. Segundo Marcuse, a natureza é convertida em um mito, em que os destinos particulares dos indivíduos, suas aspirações e necessidades são anuladas por sua transitoriedade, enquanto a natureza e o povo são tomados como substância eterna e por isso podem determinar as relações humanas.

> A natureza é a primeira na série dos pressupostos condicionantes a que se subordina a razão, a autoridade incondicionada do Estado é por ora a última. Contudo, a natureza glorificada pelo organicismo não aparece como fator de produção no contexto das relações produtivas de fato, como condição da produção, nem como o terreno, ele próprio histórico, da história da humanidade. Ela se converte em mito, e enquanto mito ela oculta a depravação e a repressão organicistas do acontecer histórico-social. A natureza se converte no grande adversário da história.[45]

Marcuse denuncia uma "depravação da história" que se procede como característica do realismo heróico-popular. De acordo com a teoria naturalista, todas as formações que estão subordinadas ao tempo são inferiores à natureza. Marcuse destaca uma desvalorização do tempo frente ao espaço, uma elevação do estático acima do dinâmico e uma recusa da dialética em função do apreço pela tradição. Assim, nada é justificado como um processo, mas enquanto um destino comum que constitui uma unidade geopolítica, cultural e econômica. Esta última, segundo Marcuse, é apreendida como um organismo vivo onde se edificam as leis primitivas ancoradas na natureza e a intervenção humana que se antecipa diante dessas leis pode acarretar em uma "vingança da natureza", desenhada em forma de crise econômica. Para Marcuse, essa transfiguração de relações econômicas e sociais, como ordens naturais, confronta-se com a facticidade das formas vigentes da vida e para encobrir essa contradição, a ideologia naturalista procura desvalorizar a esfera material da existência e exaltar a pobreza, o serviço e a disciplina como "heroísmo" ou como representações de valores ideais como honra, moral e dever.

> Assim, a teoria antiliberal é perpassada por uma ambigüidade fundamental. Ao mesmo tempo em que, por um lado, exige um realismo permanente, rígido e quase cínico, por outro lado valoriza os valores "ideais" como sendo o primeiro e o último sentido da vida e

[45] MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. Op. Cit. p. 65.

> conclama a salvação do "espírito". Lado a lado encontram-se manifestações contrárias aos "idealistas" débeis e alheios ao mundo, que são confrontados com o novo tipo do homem heróico: ele não vive do espírito, mas do sangue e da terra. [46]

Ao analisar em seu artigo o existencialismo enquanto um componente constitutivo do Estado totalitário, Marcuse procurou destacar que sua preocupação com esta crítica não se dirige à forma filosófica do existencialismo, mas aos seus aspectos políticos que se converteram, segundo ele, em momentos decisivos da teoria totalitária. Marcuse assinala que no existencialismo político não existe nenhuma determinação geral e de princípio para se decidir quais situações devem ser consideradas como sendo existenciais. Esta ausência de racionalização e normatização constitui uma norma absoluta para o existencialismo político que torna inacessível qualquer crítica ou justificativa racional. Nesse âmbito, o sentido da existência humana que, segundo Marcuse, poderia se concretizar através do condicionamento histórico acaba resignado às determinações jurídicas, sociais e políticas e naturalistas.

As relações e situações políticas serão interpretadas como sendo existenciais relativas ao ser, no âmbito das relações políticas em que todos os nexos são orientados para a situação emergencial. Esta última se configura como o momento em que o soberano adquire legalmente o poder de tomar as decisões para todo o povo em nome da preservação de sua unidade. De acordo com Marcuse, trata-se da legitimação do poder do Estado de se tornar o portador das possibilidades individuais da existência. Para Marcuse esta forma de dominação do Estado, já não fundada no pluralismo dos interesses sociais e esvaziada de legalidade, configura-se em liderança autoritária, que compreende a autoridade estatal como sendo a característica essencial do Estado.

> A autoridade só é possível a partir da transcendência. A palavra transcendência deve ser aqui tomada a sério: o fundamento da autoridade ultrapassa qualquer facticidade social, de modo que independe dela para se justificar e ultrapassar, sobretudo a situação de fato e a capacidade de compreensão do povo: Autoridade pressupõe uma hierarquia que vale em relação ao povo, porque o povo não a atribui, mas reconhece. O reconhecimento fundamenta a autoridade: uma fundamentação verdadeiramente existencial.[47]

Para Marcuse, com o Estado totalitário o existencialismo é suprimido em detrimento de uma responsabilidade de qualquer um para a nação. Essa responsabilidade suprime o caráter privado da existência individual. Segundo o autor

---

[46] Ibidem. p. 69
[47] Ibidem. p.79

desse artigo, originariamente o existencialismo se fundava no caráter privado e individual da existência. Porém, o Estado totalitário assume a responsabilidade total pela existência de cada indivíduo, decide em relação a todas as dimensões do existente e exige total dedicação do dever do indivíduo sem permitir qualquer questionamento da verdade desse tal dever. *O existencialismo havia consagrado a dignidade própria dos homens (...) agora, ao contrário, o homem recebe autorização para a liberdade pela comunidade popular conduzida autoritariamente*.[48]

Este primeiro ensaio publicado por Marcuse na Revista de Estudos Sociais do Instituto em que o autor procura analisar a passagem do Estado liberal ao Estado totalitário, tendo como ponto alto deste exercício a idéia de que a mudança do Estado liberal ao Estado total-autoritário ocorre mediante a impossibilidade de uma sociedade liberal constituir-se de maneira ordenada e unificada, gerando a partir de si própria o Estado total autoritário como sendo sua realização plena num estágio evoluído do desenvolvimento. O próprio Marcuse, no prefácio da obra que reúne seus ensaios publicados na revista do Instituto entre os anos de 1934 e 1938 e que foi publicado no Brasil com o título de *Cultura e Sociedade,* afirmou:

> Pois se havia algo acerca de que o autor desses ensaios e seus amigos no Instituto não tinham dúvidas, então se tratava da convicção de que o Estado fascista era a sociedade fascista, e que o poder totalitário e a razão totalitária se originavam da estrutura da sociedade vigente, que se encontrava em vias de superar seu passado liberal, incorporando a sua negação histórica.[49]

Marcuse como um crítico da ideologia liberal e da doutrina totalitária do Estado e da sociedade apresentou, por meio desse artigo, uma interpretação em comum acordo com o argumento dominante em meio à esquerda alemã da década de 1930, que ao se deparar com a oposição nazista passou a reconhecer este partido como um braço da direita, uma extensão do conservadorismo. Portanto, para Marcuse, o nazi-fascismo mantinha suas raízes ideológicas no capitalismo burguês, se apresentando como uma conseqüência das lacunas do liberalismo e como uma forma de dominação política própria do capitalismo monopolístico.

O progresso do fascismo por toda Europa levou os dirigentes do Instituto de pesquisa a começarem a contemplar a possibilidade de uma emigração para os Estados Unidos. O Estado americano vinha disponibilizando locais e ofertas de trabalho para que os intelectuais do Instiututo se estabelecessem no país e para que lá pudessem

---

[48] MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade* . Op. Cit. p. 79
[49] Ibidem. p. 38

oferecer seu trabalho e dar continuidade às suas pesquisas. Desta forma, em junho de 1934, Horkheimer aceitou definitivamente o oferecimento da Universidade de Columbia como sede para o Instituto. Marcuse foi o primeiro que Horkheimer mandou chamar de Genebra no começo de julho daquele ano. *Ele não era necessário na Europa e deveria servir de parceiro a Horkheimer para as palestras filosóficas, a partir das quais ele esperava inspiração para um livro sobre a lógica materialista, projeto concebido em princípios dos anos 30, em que ora Adorno, ora Marcuse, ora Korsch, deveriam ajudá-lo.*[50] Wiggershaus defende que aos olhos de Horkheimer, Marcuse era visto como um mero técnico da literatura filosófica e que devido a seu passado heideggeriano ele poderia demonstrar competências limitadas na assimilação da teoria crítica.

No primeiro ano de exílio americano, além da continuação normal da revista, saíam os primeiros relatórios publicados pelo Instituto em relação às pesquisas sobre autoridade e família. Estes relatórios viriam acompanhados de três artigos que deveriam desenvolver a teoria materialista da família em forma de hipóteses, que tratariam da autoridade familiar como fator de convergência social. Caberia a Marcuse, neste trabalho, dar a visão geral da questão nas publicações, mas, como afirma Wiggershaus, o texto de Marcuse não se distinguia dos relatórios bibliográficos apresentados na terceira parte do volume, porque ele colocava, no plano da crítica das ideologias, o conceito da estrutura burguesa de autoridade, tema central nos dois outros artigos produzidos por Horkeimer e Eric Fromm.

Em 1935, após alguns anos de distanciamento, Adorno e Horkheimer, retomaram suas colaborações. Neste período de afastamento, enquanto Horkheimer procurou organizar uma teoria crítica da sociedade, Adorno se dedicou a descrever a arte e suas possibilidades na sociedade dos anos 30. Em 1936, Adorno propôs a Horkheimer, que o Instituto desenvolvesse um estudo "sobre a filosofia do nacional-socialismo", um estudo de dialética que explicaria a desintegração imanente da filosofia idealista e a transferência dos ideais da formação social capitalista, para o âmbito artístico, cultural e filosófico. Essa concepção dava a Horkheimer o entusiasmo necessário para iniciar um novo número da revista abordando essa temática. Na edição de 1937 Marcuse publicou o artigo *Sobre o Caráter afirmativo da Cultura,* no qual o autor relembra a antiga distinção feita e até hoje difundida na Alemanha entre "cultura"

---

[50] WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: História, desenvolvimento teórico e significação política*. Op. Cit. p. 177

e "civilização", isto é, entre o mundo das idéias e dos sentimentos de um lado, e o mundo da reprodução material do outro.

Em seu artigo Marcuse analisa as condições históricas em que essa separação foi consumada e perpetuada. Enquanto o mundo do trabalho seguia a lógica da necessidade, impondo sofrimento e abstenção aos homens que nele se movia, o mundo cultural permitia postular a liberdade, a felicidade, à realização espiritual, se não realizadas no presente, pelo menos prometidas para o futuro. À oposição trabalho-lazer, necessidade-liberdade, matéria-espírito, associou-se ao par exterioridade-interioridade, central, de acordo com Marcuse, para a filosofia da cultura do período burguês do século XIX. A ênfase dada à dimensão subjetiva, à interioridade dos sentimentos, aos valores espirituais, à dignidade da pobreza, etc., constituía uma forma de seduzir os membros da sociedade para se contentarem com promessas ou expectativas de felicidade no mundo espiritual, sem reivindicá-las ou estende-las também às suas condições materiais de vida. Essas condições só eram favoráveis para uma pequena minoria detentora dos meios de produção. A grande maioria da população estava excluída tanto do usufruto dos bens materiais, portanto do bem-estar e do conforto individual quanto do acesso ao consumo de bens culturais como a pintura, escultura, música e outras manifestações da cultura.

> Os grupos da burguesia em ascensão haviam fundamentado sua exigência por uma nova liberdade social mediante a razão humana universal. Confrontavam a crença na eternidade divina de uma ordem restritiva com a sua crença no progresso, em um futuro melhor. Contudo, razão e liberdade não extrapolavam o interesse daqueles grupos, que se opunha mais e mais ao interesse da maioria. Aos questionamentos acusadores a burguesia dava uma resposta decisiva: a cultura afirmativa. Em seus traços fundamentais ela é idealista. Às necessidades do indivíduo isolado ela responde com a característica humanitária universal; à miséria do corpo, com a beleza da alma; à servidão exterior, com a liberdade interior; ao egoísmo brutal, com o mundo virtuoso do dever.[51]

No curso do desenvolvimento da época burguesa ocorreu a separação dessa sociedade em dois mundos – o da reprodução material da vida (civilização) e o mundo espiritual das idéias, da arte, dos sentimentos, etc. (cultura) e permitiu a essa sociedade justificar a exploração e alienação que a grande maioria sofria nas linhas de montagem e produção, na administração burocratizada e no cotidiano miserável.

---

[51] MARCUSE, Herbert. Sobre o Caráter afirmativo da Cultura. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. Op. Cit. p. 98.

> Civilização e cultura não é uma mera tradução da antiga relação entre o que tem finalidade (*Zweckmässigem*) e o desprovido de finalidade (*Zwecklosem*), o necessário e o belo. Na medida em que o desprovido de finalidade e o belo são interiorizados e convertidos com as qualidades da universalidade e da beleza sublime, nos valores culturais da burguesia, erige-se na cultura um reino de aparente unidade e aparente liberdade, onde as relações existenciais antagônicas devem ser enquadradas e apaziguadas. A cultura reafirma e oculta as novas condições sociais de vida.[52]

Em contrapartida, essa mesma sociedade acena através dos seus bens culturais com um mundo melhor no qual se concretizariam a felicidade, a liberdade, o amor e a humanidade. Esses ideais são tematizados em obras de arte e na produção cultural, simbolizando a promessa de felicidade. Marcuse acredita, por isso, que a obra de arte, alienada de uma realidade material de exploração, assume uma função alienante na medida em que faz com que os homens se ajustem e se adéquem às formas desumanas de organização da sociedade, remetendo para o futuro os seus desejos de felicidade e realização. Ao mesmo tempo em que a obra de arte e a cultura em geral se fechavam ao consumo da classe trabalhadora por serem considerados bens de consumo reservados a uma elite, representavam em sua própria estrutura um protesto contra a injustiça, mas esta só poderia ser superada no futuro.

> A cultura afirmativa foi a forma histórica em que se preservaram as necessidades dos homens que iam além da reprodução material da existência, e nessa medida se aplica a ela, bem como à forma da realidade social a que corresponde, a afirmação; o direito se encontra do seu lado. Embora ela tenha desobrigado "as relações externas" da responsabilidade pela "determinação do homem" – estabilizando assim a injustiça das mesmas -, ela também as confronta com a imagem de uma ordem melhor que impõe à ordem vigente. A imagem se encontra distorcida, e a distorção falseou todos os valores culturais da burguesia. Mesmo assim trata-se de uma imagem da felicidade: há uma parcela de contentamento mundano nas obras da grande arte burguesa, inclusive ao pintarem o céu. Do indivíduo frui a beleza, a bondade, o brilho e a paz, a alegria vitoriosa; até mesmo a dor e o sofrimento, a crueldade e o crime. (...) [53]

No decorrer do tempo, esse modelo foi se tornando, segundo a análise de Marcuse, cada vez mais frágil e incapaz de contribuir para a manutenção do sistema de reprodução material, sobretudo na fase de ascensão da burguesia. Para manter os trabalhadores e assalariados em geral inseridos no processo produtivo, tornavam-se necessárias novas formas de repressão e exploração, exigindo do Estado e da empresa

---

[52] Ibidem. p.96
[53] Ibidem. p. 119

intervenções mais radicais e eficientes. A separação entre a produção material (civilização) e a produção de bens espirituais (cultura) não era a forma mais adequada para dissimular as estruturas do novo sistema de produção. A fim de tornar os trabalhadores dóceis e submissos, não bastava recorrer à dicotomia entre civilização e cultura, entre escassez material externa e riqueza espiritual interna, tornou-se imperioso mudar os padrões de organização da produção cultural que foi sendo gradativamente cooptada pela esfera da civilização, isto é, sendo absorvida pelo sistema da produção de bens materiais que reestruturou inteiramente as formas de circulação e consumo da cultura.

Esta era a acepção de cultura do capitalismo liberal, que se determinava como experiência de formação cultural vinculada ao trabalho social. Caberia ao trabalhador ter acesso aos elementos culturais formativos, para aprender como seu trabalho socialmente produtivo efetivamente era deformador, aprisionando-o em vez de possibilitar sua auto-realização plena com fim em si mesmo. Por essa via a cultura possibilitaria uma tomada de consciência ao trabalhador, orientando o mesmo para uma práxis de transformação do processo produtivo nos termos vigentes. A não efetivação da consciência de classe seria atribuída à ausência de acesso à cultura por parte do trabalhador. Nesse ponto entram em cena as mudanças no capitalismo, com maior acesso à cultura e uma integração maior do movimento operário que corresponderam a uma resistência do modo de produção capitalista em relação às crises que poderiam advir do acirramento de suas contradições. O caráter afirmativo da cultura apreendido por Marcuse é apresentado como modo de garantir a subordinação do indivíduo ao universal dado e eternizado. Este processo é operado, de acordo com Marcuse, na medida em que o movimento de interiorização promovido pelo caráter espiritual da cultura em oposição às relações materiais de trabalho, foram mediados pela satisfação individual veiculada a coisas: bens de cultura, bens de prazer comparados como mercadorias.

Marcuse conclui seu artigo afirmando que com a ascensão dos regimes totalitários a burguesia entrou em conflito com sua própria cultura. A mobilização total da época do capitalismo monopolista se tornou incompatível com os momentos progressistas da cultura, centrados na idéia da personalidade e individualidade. Começava uma era de abolição da cultura afirmativa. Isto ocorre porque no Estado totalitário o indivíduo se insere numa pseudo-coletividade que requer a renúncia da individualidade e o enquadramento nas determinações governamentais. Para Marcuse,

naquele momento, a cultura ganha novos contornos em sua configuração e passa a trabalhar para a preparação ideológica do Estado autoritário. *A propaganda cultural é uma espécie de ópio pelo qual se disfarça o perigo e se desperta uma enganosa consciência de ordem*[54]. Marcuse acena para as tendências utilitaristas divulgadas pelo próprio Estado totalitário que estabelece para a cultura a função de organização do todo social conforme o interesse de restritos grupos economicamente poderosos. Portanto, se anteriormente a cultura deveria prover uma satisfação para o desejo pessoal de felicidade no plano da aparência real, agora deveria ensinar o indivíduo que não lhe cabe sequer colocar uma reivindicação, mas procurar melhorar sua condição de vida através do trabalho.

No ano de 1937, como resultado dos debates ocorridos no Instituto em torno do ensaio de Horkheimer *Teoria tradicional e Teoria Crítica*, publicado neste mesmo ano na revista de Estudos Sociais, Marcuse publicou no número subseqüente da mesma revista um artigo com o título: *Filosofia e Teoria Crítica,* em que o autor procura traçar um paralelo entre a filosofia idealista e a teoria crítica, divulgada na primeira metade do século XIX, destacando os pontos de divergência entre esses dois sistemas de pensamento e ao mesmo tempo evidenciando as características positivas da Teoria Crítica e apontando as lacunas e problemas da filosofia idealista. Marcuse afirma, no início desse seu artigo, que com o advento da Teoria Crítica e de seu reconhecimento sobre a responsabilidade das relações econômicas sobre o mundo existente, acabou superando a filosofia, pois enquanto a teoria alcançou o "contexto total" da realidade efetiva, a filosofia apresentava-se como uma ciência independente deste "contexto total"

A teoria crítica da sociedade não se apresenta como um sistema filosófico em oposição a outro sistema filosófico, mas como um sistema econômico que pretende, por meio do seu vínculo com o materialismo, promover uma transformação das relações materiais de existência a partir de uma organização racional da sociedade, traçada mediante respectiva análise das relações políticas e econômicas. De acordo com Marcuse, este aperfeiçoamento ulterior da sociedade não poderia ser objeto de análise da filosofia, pois esta, guiada pelo signo da razão, subordinou todas as categorias, como o ser e o mundo, por exemplo, ao pensamento racional. A filosofia idealista transformou a filosofia em filosofia da razão, pois determina que todo indivíduo deve julgar e provar

---

[54] MARCUSE, Herbert. Sobre o Caráter afirmativo da Cultura. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. Op. Cit. p. 125

todo dado segundo a força e o poder de seu conhecimento e que tudo que contradiga a razão deve ser suprimido. Para Marcuse, o conceito de razão, na filosofia idealista, também contém o conceito de liberdade, pois tal prova e julgamento não teriam sentido se o homem não fosse livre para agir de acordo com sua intelecção e racionalizar o existente. No entanto, esta racionalidade e esta liberdade não acontecem no universo exterior ao indivíduo, elas permanecem presas à ordem estabelecida e ganham autonomia somente no âmbito interno, abstrato, ou seja, do pensamento individual.

Segundo Marcuse, todas essas determinações fazem da filosofia idealista da razão uma filosofia burguesa. No idealismo, a razão pura deve ser a razão independente do todo empírico e do seu universo material. Suas limitações em adequar a razão a vida factual e concreta promovem uma crítica que não se estende às relações materiais da existência e que se reserva ao mundo das idéias e se estende a singularidade do indivíduo em termos de sua auto-suficiência e propriedade, pelos quais se deve constituir assim o sujeito do entendimento e da crítica num mundo intersubjetivo. Marcuse destaca que enquanto o universo da crítica se resume ao universo abstrato, o mundo concreto permanece problemático, pois a filosofia idealista reconcilia as oposições por meio da razão, mas como uma reconciliação não na realidade efetiva e sim no mundo ideal.

A luta de grupos reprimidos por melhores relações de vida e que permanecem continuamente associados ao decurso factual dessas lutas originou o protesto e a crítica materialista. Essa situação histórica passou a exigir que a razão e o pensamento puro fossem captados e aplicados para a criação de uma organização social na qual os indivíduos regulem suas vidas de maneira comum e segundo suas necessidades. Segundo Marcuse, as sociedades de maneira geral são determinadas por relações econômicas, de modo que a economia não-controlada controla todas as relações humanas. Cabe à teoria-crítica analisar a capacidade de ruptura desse domínio político e as possibilidades de regulamentação da economia por meio da organização racional da sociedade, pois, diz Marcuse *que na realidade efetiva racional, o processo de trabalho não deve mais decidir sobre a totalidade da existência dos homens, mas sim a totalidade das necessidades sobre o processo de trabalho*.[55]

> Numa tal sociedade, com o desenvolvimento da razão, a filosofia também estaria superada. A teoria (crítica) da sociedade tinha de indicar essa possibilidade e colocar os fundamentos de uma

[55] MARCUSE, Herbert. Filosofia e Teoria Crítica. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. Op. Cit. p. 146

> transformação da estrutura econômica. Ela podia dirigir teoricamente a luta daqueles setores, que por seu lugar histórico devem produzir a transformação.[56]

O debate da teoria crítica com a filosofia está interessado no conteúdo de verdade dos conceitos e problemas filosóficos: pressupõe que a verdade esteja efetivamente contida neles. Para Marcuse, no período burguês, a filosofia distorceu a racionalidade quando o indivíduo precisou pensar em oposição à faticidade, teve que pensar de acordo com a pureza e universalidade filosófica, se abstraindo do *status* existente. De acordo com Marcuse, essa abstratividade salva a verdade da filosofia, a torna possível. *Só é verdade na medida em que não é a verdade sobre a efetividade social.*[57] A Teoria Crítica, por sua vez, se preocupa em retomar algumas regras sociais do passado das sociedades a fim de compreender o que conceitos abstratos como razão, liberdade, conhecimento e felicidade têm em comum com a sociedade competitiva produtora de mercadorias, e assim poder libertar a humanidade dessa universalidade abstrata que resume o homem a um mero sujeito utilizável no processo de produção da sociedade de classes.

No ano de 1938 Marcuse publicou o artigo *Para a crítica do hedonismo*, que retoma as mesmas questões dos artigos publicados no ano anterior. No entanto, aqui o autor destaca a importância da realização de uma felicidade objetiva no plano material que precisa ocorrer nos moldes de um conteúdo de verdade, esvaziado pela reificação e presente de modo formal e individual na situação vigente.

O que no artigo anterior era crítica ao economicismo, a crítica ao hedonismo deste artigo é a crítica à efetivação individualizada da felicidade fundamentada nas necessidades individuais, estas, por sua vez, são socialmente formadas nos termos da imposição das condições gerais. Para Leo Maar *essa situação corresponde justamente aos mecanismos pelos quais a materialidade na esfera dos sentidos, incapaz de ser negada, seria reduzida, contudo, no âmbito da sociedade burguesa, à satisfação de aspectos erotizados, à satisfação de resultantes do processo de reificação da substância material sensível dos homens no âmbito da subordinação dos mesmos ao processo formativo do trabalho capitalista*.[58]

---

[56] MARCUSE, Herbert. Filosofia e Teoria Crítica. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. Op. Cit. p. 144.
[57] Ibidem. p. 153
[58] LEO MAAR, Wolfgang. Marcuse: em busca de uma ética materialista. In: Herbert Marcuse: *Cultura e Sociedade*. Op. Cit. p. 32

Desta forma, Marcuse destaca que o verdadeiro interesse do indivíduo está em que a liberdade efetiva possa existir quando harmonizada à efetiva liberdade universal. Segundo ele, esta não é uma utopia ética, ou seja, algo idealizado filosoficamente, mas sim uma descrição histórica de uma situação a ser construída pelo homem.

No final do artigo Marcuse anuncia que a filosofia hoje necessariamente se converteu em teoria social, pois responde às necessidades da sociedade materialista e capitalista, no entanto, a teoria social remete necessariamente à filosofia, pois esta permite àquela a fundamentação universal de sua análise. Contudo, ao anunciar o fim da filosofia, Marcuse insiste na necessidade de transformar materialmente as relações sociais de produção, tornando a revolução uma realização material que reúne o plano ético e o plano dos sentidos.

> Que o verdadeiro interesse do indivíduo seja o interesse da liberdade, que a real liberdade individual possa coexistir com a real liberdade universal, melhor, que só seja possível com ela, e que a felicidade consista em última instância na liberdade - tudo isto não são afirmações da antropologia filosófica sobre a natureza do homem, mas descrições de uma situação histórica que a humanidade obteve para si mesma em luta com a natureza. Os indivíduos, cuja felicidade depende do uso dessa situação, cresceram na escola do capitalismo: a alta intensificação e diferenciação de suas capacidades e de seu mundo correspondem à obstrução social desse desenvolvimento.[59]

Nesses artigos produzidos por Herbert Marcuse em seus primeiros anos de colaboração para o Instituto de Pesquisas Sociais, durante a década de 1930, pode-se acompanhar uma progressiva historicização das análises marcuseanas presentes em cada um daqueles ensaios. No primeiro texto Marcuse procura descrever a forma como a ideologia liberal foi superada pela doutrina dos Estados totalitários. Em sua segunda resenha o autor demonstrou como a ascensão do modo de produção capitalista foi acompanhada por um processo de mecanização afirmativa da cultura como modo de garantir a subordinação do indivíduo à estrutura sócio-econômica vigente. O debate em torno da questão da ideologia levou Marcuse a discutir em seu terceiro artigo, o critério de verdade vinculado às filosofias idealistas e à Teoria Crítica proveniente do início do século XIX. Este debate levou Marcuse a retomar de forma concreta as grandes mudanças daquele período que permitiram à Teoria Crítica maior eficiência em comparação à filosofia idealista, de acordo com a realidade. No último ensaio, aqui

---

[59] MARCUSE, Herbert. Para a Crítica do Hedonismo. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e Sociedade*. v. I.Op. Cit. p.191

discutido, Marcuse se dispõe a retomar a totalidade, desfigurada pela reificação no plano da satisfação dos interesses, de que o hedonismo representa um resultante.

Enquanto trabalhava para o Instituto, Marcuse era o especialista em filosofia que preparou um livro, *Razão e Revolução*, que introduziria Hegel, Marx e a teoria social ao público de língua inglesa e que iria delinear as origens e perspectivas do tipo de teoria social crítica que estavam sendo desenvolvidas pelo Instituto, que já trazia em si raízes profundamente hegelianas e marxistas. Além da descrição dos grandes temas hegelianos e seu contraste com o pensamento de Marx e as concepções positivistas, Marcuse irá centralizar as discussões em *Razão e Revolução* na defesa de dois conceitos fundamentais do pensamento hegeliano: a Razão e a importância do pensamento negativo. Para isto, Marcuse parte das condições sócio-históricas na qual Hegel se encontrava para sugerir de que maneira as grandes catástrofes sociais que finalizaram o século XVIII e abriram o século XIX foram causa do abalo às crenças em sistemas estáveis de pensamento, como o positivismo e o a filosofia de Kant.

> A Revolução Francesa, segundo Hegel, proclamou o poder definitivo da razão sobre a realidade, o que ele resume dizendo que o princípio da Revolução Francesa afirma que o pensamento deve governar a realidade. As implicações que estão contidas nesta afirmação levam ao próprio cerne da sua filosofia. O pensamento deve governar a realidade. O que os homens pensam ser verdadeiro, certo e bom deve realizar-se na organização real da sua vida social e individual. (...)[60]

Marcuse procurou demonstrar as categorias Kantianas e como elas são analisadas e ao mesmo tempo criticadas por Hegel. O fato de Kant adotar a opinião dos empiristas de que todo o conhecimento humano começa com a experiência e é limitado pela experiência, invalidou, segundo Marcuse, a tentativa de Hegel de defender a razão contra os severos ataques empiristas. Enquanto as coisas-em-si estiverem fora do alcance da razão, esta continuará a ser um princípio subjetivo e privado de poder sobre a estrutura objetiva da realidade; e o mundo seguiria separado em duas partes: a subjetividade e a objetividade, o entendimento e a sensibilidade, o pensamento e a existência. No entanto, o conceito de consciência transcendental de Kant que compreende as formas do entendimento como uma síntese da diversidade de dados sensoriais em uma ordem espaço-temporal, teve grande influência nas construções hegelianas.

---

[60] MARCUSE, Herbert. *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro: Saga, 1969. p. 18

Estudando a *Fenomenologia do Espírito*, obra escrita por Hegel em 1806 em Jena com as tropas de Napoleão às portas da cidade, Marcuse mostra como essa obra, que pretende descrever a evolução do conhecimento desde o conhecimento banal das coisas cotidianas até o conhecimento ideal, ou seja, o conhecimento filosófico ressalta ser o mundo, em realidade não como aparece ao indivíduo que o apreende, mas sim como a filosofia o compreende. Hegel começa com a experiência da consciência ordinária na vida cotidiana e mostra como este modo de experimentar as coisas contém elementos que lhe solapam a confiança em perceber o real. Hegel procurou retomar o conceito de lógica na antiguidade, pois reconhece na lógica a arte de combinar o pensamento segundo regras formais bem definidas, a fim de chegarmos a conclusões a respeito da realidade. Por meio da lógica dedutiva, somos capazes de eleger, dentre as mais diferentes proposições, aquela que concluímos como o melhor acesso à estrutura essencial de determinado dado. Marcuse demonstra que para o jovem Hegel, não há sistema lógico capacitado a esgotar o mundo e as proposições verdadeiras que são afirmadas a respeito do mundo, mas que, nos trabalhos de maturidade, esse filósofo demonstrou a lógica dialética, em que a interação entre o sujeito e o objeto perpassam por desvios históricos capazes de proporcionar aquilo que Hegel denominou de "salto qualitativo", que se constitui no rompimento de teorias cristalizadas.

> A *Fenomenologia do Espírito*, sob este aspecto, abre caminho para a Lógica. Esta última desvela a estrutura do universo na sua verdadeira essência e não nas formas mutáveis que ela apresenta a um conhecimento ainda não absoluto. A Lógica mostra a "verdade na sua forma verdadeira". Assim como a experiência com a qual a Fenomenologia começa não é a experiência cotidiana, também o conhecimento com o qual ela termina não é filosofia tradicional, mas uma filosofia que absorveu a verdade de todas as filosofias anteriores, e, com ela, toda a experiência acumulada pela humanidade durante sua longa jornada em direção à liberdade.[61]

Marcuse detalha todas as etapas do pensamento de Hegel, em especial destaca como as idéias do jovem Hegel serão repetidas, quase que quarenta anos depois, pelo jovem Marx que delas não tinha conhecimento. Marcuse estuda também as contribuições para o hegelianismo feitas por Feuerbach e, sobretudo, por Marx. *Razão e Revolução* concluir-se-á com um ataque ao positivismo de Auguste Comte, que procurou formar as bases de uma ciência da sociedade que analisasse as leis imutáveis que regulam o desenvolvimento da sociedade humana, para Comte, análogas às leis da física ou da química. Marcuse termina seu livro analisando a ideologia do nazismo e

[61] Ibidem. p. 98

procurando demonstrar a incompatibilidade da filosofia hegeliana com o fascismo alemão, onde este procura eliminar a liberdade de pensamento individual, aquela defende uma recusa constante à reificação da sociedade.

Ainda no ano de 1941, Marcuse publicou um artigo em inglês na revista do Instituto que contém o primeiro esboço de Marcuse sobre o papel da tecnologia nas sociedades industriais modernas. Em *Algumas implicações sociais da tecnologia moderna,* Marcuse delineia o declínio histórico do individualismo, desde o tempo das revoluções burguesas até a ascensão da sociedade tecnológica moderna. A racionalidade individual, afirma, venceu a luta contra as superstições reinantes, contra a irracionalidade e a dominação, colocando o indivíduo em uma posição crítica contra a sociedade. A racionalidade crítica foi assim o princípio criativo tanto fonte da libertação do indivíduo quanto do avanço da sociedade. O desenvolvimento da indústria moderna e da racionalidade tecnológica, no entanto, minou a base da racionalidade crítica e submeteu o indivíduo à dominação crescente do aparato técnico-social. À medida que o capitalismo e a tecnologia foram se desenvolvendo, a sociedade industrial avançada foi exigindo um ajuste cada vez maior ao aparato econômico e social, além da submissão à crescente dominação e administração totais. Desta forma, uma "mecânica do conformismo" se espalhou pela sociedade. A eficiência e o poder da sociedade tecnológico-industrial oprimiram o indivíduo, que gradualmente perdeu os traços característicos anteriores da racionalidade crítica, isto é, autonomia, discordância, poder de negação; produzindo assim um declínio da individualidade em razão de uma universalidade homogênia.

> Sob o impacto deste aparato[62], a racionalidade individualista transformou-se em racionalidade tecnológica. Ela não se restringe de maneira alguma aos sujeitos e objetos das grandes empresas, porém caracteriza o modo de pensamento dominante e mesmo as múltiplas formas de protesto e rebelião. Esta racionalidade estabelece padrões de julgamento e promove atitudes que tornam os homens prontos a aceitar e até introjetar os ditames do aparato.[63]

Marcuse faz a distinção entre tecnologia, definida *como "modo de produção", como a totalidade de instrumentos, dispositivos e invenções que*

---

[62] O termo aparato designa as instituições, os dispositivos e as organizações da indústria na sua situação social-predominante.

[63]MARCUSE, Herbert. *Algumas implicações sociais da tecnologia modernas.* Praga, revista de estudos marxistas. São Paulo,nº1, set/dez, 1996. p. 116-117.

caracterizam a era da máquina[64] e técnica, definida como os instrumentos e práticas da indústria, transporte e comunicação; para distinguir o sistema de dominação tecnológica de instrumentos técnicos e seus usos. Ele procurou distinguir tecnologia como toda uma forma de organizar, perpetuar ou modificar as relações sociais, uma manifestação do pensamento e dos padrões de comportamento dominantes, um instrumento de controle e dominação contrastada à técnica, que se refere a técnicas de produção e a instrumentos como carros ou computadores. Enquanto a primeira constitui para Marcuse um sistema de dominação tecnológica, ele afirma que estas últimas podem elas mesmas *promover tanto o autoritarismo quanto a liberdade, tanto a escassez quanto a abundância, tanto o aumento quanto a abolição do trabalho árduo.*[65]

Marcuse destaca que a racionalidade tecnológica constitui em um dos principais fatores que contribuíram para causar a impotência social do pensamento crítico. Para o bom funcionamento do aparato industrial, que por sua vez resulta em grande lucratividade para os indivíduos, o homem aprendeu a ajustar seu comportamento ao de seu semelhante. Os homens agem de maneira igualmente racional, os grupos de oposição transformam-se em partidos de massa e sua liderança em burocracias de massa.

> A multidão é uma associação de indivíduos que foram despojados de todas as distinções naturais e pessoais, sendo reduzidos à expressão padronizada de sua individualidade abstrata, a saber, a busca do interesse próprio. Enquanto membro de uma multidão o homem tornou-se o sujeito padronizado da auto-preservação animal. Na multidão, o limite posto pela sociedade à busca competitiva do auto-interesse tende a tornar-se ineficaz e os impulsos agressivos são facilmente liberados. Esses impulsos desenvolveram-se sob as exigências da escassez e da frustração, e sua libertação antes intensifica o "estado de espírito anterior". (...) A multidão é assim a antítese da comunidade e a realização pervertida da individualidade.[66]

A crítica de Marcuse focaliza a tecnologia como um sistema de dominação e apresenta o nacional-socialismo como um exemplo no qual a tecnologia, a sociedade e a economia racionalizadas podem servir como instrumentos da dominação totalitária, descrevendo o Terceiro Reich como uma forma de "tecnocracia" dedicada à maior eficiência tecnológica. Depois de documentar detalhadamente os modos pelos quais a

---

[64] MARCUSE, Herbert. *Algumas implicações sociais da tecnologia modernas*. Praga, revista de estudos marxistas Op. Cit. p. 113
[65] Idem
[66] MARCUSE, Herbert. *Algumas implicações sociais da tecnologia modernas*. Praga, revista de estudos marxistas Op. Cit. p. 126-127

tecnologia e a racionalidade tecnológica promovem o conformismo e minam a individualidade, Marcuse conclui seu estudo com uma visão de como a técnica pode produzir abundância para todos, eliminar a necessidade da labuta excessiva e do trabalho, além de expandir o reino da liberdade.

> A técnica impede o desenvolvimento individual apenas quando está presa a um aparato social que perpetua a escassez, e este mesmo aparato liberou forças que podem aniquilar a forma histórica particular em que a técnica é utilizada. Por este motivo, todos os programas de caráter antitecnológico, toda propaganda a favor de uma revolução antiindustrial servem apenas àqueles que vêem as necessidades humanas como um subproduto da utilização da técnica. Os inimigos da técnica prontamente se aliam à tecnocracia terrorista.[67]

Esta última referência se destina aos teóricos alemães como Heidegger que criticava acidamente a tecnologia, mas abraçou o nacional-socialismo que, na visão de Marcuse, combinava tecnologia terrorista com ideologia irracionalista. Em seu artigo Marcuse procura evitar a celebração tecnocrática como instrumento inerente de libertação e progresso quanto a sua denúncia tecnofóbica como instrumento apenas de dominação. Esta crítica de Marcuse da técnica e da tecnologia diferencia as características negativas dos potenciais positivos que poderiam ser utilizados para democratizar e melhorar a vida humana. O ensaio conclui-se então com as utópicas especulações de Marcuse sobre como uma nova sociedade tecnológica de abundância e riqueza poderia permitir a completa realização dos potenciais individuais e produzir um novo reino de liberdade e felicidade.

Desde 1938 os diretores do Instituto começaram a pensar em tentar conseguir dinheiro de fundações americanas não só para projetos pessoais dos membros, mas também para trabalhos científicos do próprio Instituto. Como resultado, o Instituto conseguiu recursos para que Horkheimer se instalasse em 1939 na Costa Oeste e desse continuidade em seu projeto de produzir um livro sobre a dialética. Marcuse foi o primeiro a acompanhar Horkheimer na Costa Oeste, inclusive para auxiliar o diretor do Instituto na realização de seu projeto. No entanto, Marcuse recebeu uma redução de salário, efetivada logo que chegou à Costa Oeste junto de sua família. Segundo Wiggershaus, *essa atitude consistia na estratégia de exercer uma pressão*

---

[67] MARCUSE, Herbert. *Algumas implicações sociais da tecnologia modernas.* Praga, revista de estudos marxistas Op. Cit. p. 137-138

financeira sobre Marcuse para que tratasse de arranjar um trabalho que lhe permitisse cooperar com o Instituto sem lhe dar muitas despesas.[68]

No outono de 1941 Marcuse voltou a Nova York para trabalhar em projetos do Instituto e para sondar a possibilidade de palestras pagas feitas por membros do Instituto na Columbia University. Em carta a Horkheimer datada de 15 de outubro de 1941, Marcuse relata uma discussão com Robert Lynd, membro do Departamento de Sociologia da Columbia University com o qual o Instituto tentava desenvolver relações mais estreitas e conseguir emprego de professor para seus membros. Esta carta mostra o desapontamento de Lynd com o fato de o Instituto não se integrar mais profundamente ao cenário cultural e acadêmico da América, além de revelar algumas tensões entre o Instituto e os intelectuais americanos.

> Ontem tive uma discussão improvisada, mas bastante profunda com Lynd. Na verdade eu só pretendia dar um alô, mas ele imediatamente deslanchou em um discurso de quase uma hora sobre o Instituto. Basicamente a mesma velha história: que desperdiçamos uma grande oportunidade. Que nunca conseguimos uma colaboração verdadeira na qual podíamos ter confrontado nossas experiências européias com as condições da América, por exemplo, analisar o capitalismo monopolista, as tendências fascistas e assim por diante. Que nosso primeiro "erro fatal" foi ter publicado a Zeitschrift durante anos em alemão e, quando finalmente a publicamos em inglês, não termos mudado o estilo e formato.[69]

Nesta mesma carta, Marcuse fala a Horkheimer de uma palestra que estava preparando sobre *Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo*. A palestra era parte de uma série ministrada, naquele mesmo ano, oferecida pelo Instituto, sobre o fascismo alemão, na Columbia University. *Pollock sugeriu que eu desse uma palestra em inglês sobre o Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo. (...) Poderia fornecer uma perspectiva concreta a partir da qual se revelaria o indivíduo burguês como realmente é e mostrar que o nacional-socialismo constitui sua realização, bem mais que seu desaparecimento.*[70] Após a sua apresentação em Nova York, Marcuse retornou à Califórnia e lá se dedicou à produção de um artigo sobre a mesma temática apresentada em sua palestra *Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo.* De acordo com Wiggershaus, este texto de Marcuse deveria ter sido publicado em forma de livro junto com os estudos de Franz Neumann, o de Kirchheimer e as análises de Pollock. Este

---

[68] WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: história, desenvolvimento teórico, significação política*. Op. Cit. p. 325

[69] Trecho extraído da carta de Marcuse a Horkheimer escrita em 15 de outubro de 1941. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p.307-308

[70] Ibidem. p. 309

jamais se materializou, mas os manuscritos de Marcuse foram editados por Douglas Kellner, juntamente com outros trabalhos inéditos de Marcuse, na obra *Herbert Marcuse*: *Tecnologia, Guerra e Fascismo*.

Em seu manuscrito Marcuse defende que o nacional-socialismo põe de lado o papel da lei e a separação dos poderes, que eram a forma característica do Estado liberal moderno. Suas estruturas dominantes rejeitam as formas da democracia parlamentar e usam uma combinação de força e ideologia para manter as massas "na linha". O próprio Estado, portanto, não é "totalitário", é antes o partido nazista que procura controlar a vida política, social e cultural, deixando, no entanto, a propriedade dos meios de produção nas mãos da classe capitalista. Mesmo assim, o nacional-socialismo se caracteriza por um enorme grau de organização, racionalização e administração de sua sociedade. Apesar de esta concepção do fascismo alemão parecer contraditória, Marcuse argumenta que ele era caracterizado por tensões entre a ausência de lei e a desordem, em contraste à extrema racionalização e ordem, vendo-o assim como um Estado anárquico que sistematicamente violava não apenas a lei interna, mas também a internacional, além de um sistema altamente racionalizado de organização e dominação sociais.

> A proposta que iremos desenvolver é que o nacional-socialismo liquidou as características essenciais que caracterizaram o Estado moderno. Tende a abolir qualquer separação entre Estado e sociedade transferindo as funções para os grupos sociais que de fato estão no poder. Em outras palavras, o nacional-socialismo tende ao autogoverno direto e imediato dos grupos sociais dominantes sobre o resto da população. Além disso, manipula as massas liberando os instintos mais brutais e egoístas do indivíduo. [71]

Havia um importante debate dentro do Instituto sobre se o nacional-socialismo era ou não um novo tipo de formação social pós-capitalista governado mais pela política que pela economia. Franz Neuman defendia em seu *Behemoth* que o nazismo era uma forma de sociedade na qual os grupos dominantes controlavam o resto da população diretamente, sem a mediação daquele aparato racional, apesar de coercivo, conhecido como Estado. Frederick Pollock argumentava a favor da primazia do político, dizendo que o nacional-socialismo era uma nova forma de capitalismo de Estado no qual a acumulação de capital e a motivação do lucro eram secundárias em relação aos objetos

---

[71] MARCUSE, Herbert. Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p. 108-109.

políticos e metas fascistas.[72] Em seu artigo *Algumas implicações sociais da tecnologia* moderna, Marcuse afirma que o *terceiro Reich é, na verdade, uma forma de "tecnocracia": as considerações técnicas da eficiência e da racionalidade imperialistas superam os padrões tradicionais do lucro e do bem-estar geral* [73]o que aparenta que Marcuse apóia o raciocínio de Pollock sobre a primazia do político, mas nesse mesmo artigo, Marcuse situa a sua análise das novas funções da tecnologia nas sociedades contemporâneas dentro do contexto de uma análise do desenvolvimento capitalista. Marcuse fica entre as duas posições opostas do Instituto, argumentando que os fatores econômicos e políticos estão integralmente relacionados na construção da sociedade fascista. Em vez de falar a favor da primazia do econômico ou do político, Marcuse afirma que eles estão inter-relacionados, ressaltando as várias conexões entre burocracias privadas, semi-privadas (partidos) e públicas (governamentais).

Douglas Kellner apresenta em *Tecnologia, Guerra e Fascismo* um pequeno grupo de manuscritos até então desconhecidos de Marcuse e Neumann, dedicados à teoria da mudança social. Kellner procura esclarecer que estes manuscritos, supostamente, foram escritos durante o trabalho desses dois teóricos para o Instituto de Pesquisa Social. De acordo com Kellner, apesar dos manuscritos não apresentarem data ou alguma referência externa, eles apresentam o endereço do Instituto, o que sugere que tenham sido um produto anterior à guerra, uma vez que a mudança de Marcuse, Neumann e outros membros do Instituto para Washington em 1942, encerraram definitivamente sua filiação ao Instituto. De acordo com essa perspectiva, este projeto provavelmente foi empreendido no início dos anos 40, quando Marcuse e Neumann estavam mais ativos no Instituto e trabalhando em conjunto em Nova York.

Neste projeto, Marcuse e Neumann esboçam suas perspectivas sobre a transformação social no que aparenta ser um tratado sistemático sobre as teorias da mudança social na tradição ocidental do pensamento político e social. Estes dois pensadores pretendiam analisar as tendências conflitantes sobre mudança social a partir do contraste entre teorias conservadoras e progressistas da mudança social, apresentando assim as teorias da sociedade como um terreno de combate entre tendências opostas que procuravam conservar ou transformar as sociedades existentes.

---

[72] Para a posição de Pollock, e Neumann ver MARCUSE, Herbert.*Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p.31-33

[73] MARCUSE, Herbert. *Algumas implicações sociais da tecnologia modernas.* Praga, revista de estudos marxistas. Op. Cit. p. 113

Também defendiam uma síntese entre filosofia, política e teoria social ao desenvolver uma teoria de mudança social, mostrando que a sociologia moderna rompeu a conexão intrínseca entre a teoria da sociedade e a filosofia, e tratou o problema da mudança social como uma questão sociológica específica. O texto intitulado *Uma história da doutrina da mudança social* de Marcuse e Neumann, começa assim:

> Uma vez que a sociologia, como ciência independente, não se estabeleceu até o século XIX, a teoria da sociedade até então era parte integrante da filosofia ou das ciências (como a econômica ou a jurídica) cuja estrutura conceitual se baseava, em grande parte, em doutrinas filosóficas específicas. Esta conexão intrínseca entre filosofia e teoria da sociedade (uma conexão que será explicada no texto) formula o padrão de todas as teorias específicas da mudança social que ocorreram no mundo antigo, na Idade Média e no início dos tempos modernos. Um resultado decisivo é a ênfase no fato de que a mudança social não pode ser interpretada dentro de uma ciência social em particular, mas deve ser compreendida dentro da totalidade social e natural da vida humana. Esta concepção utiliza, em grande parte, fatores psicológicos nas teorias da mudança social. No entanto, a derivação dos conceitos sociais e políticos da "psique" humana não é um método psicológico no sentido moderno, mas antes envolve a negação da psicologia como ciência especial. Para os gregos, os conceitos psicológicos eram essencialmente éticos, sociais e políticos, a serem integrados à ciência suprema da filosofia.[74]

Este texto revela a tendência marcuseana de integrar filosofia, teoria social, psicologia e política, enquanto a prática acadêmica padrão tendia a separar esses campos. Alguns trabalhos como o *The Dialectical Imagination* de Martin Jay afirmam que a Escola de Frankfurt estaria abandonando a política nos anos 40. Kellner defende que neste período da história do Instituto havia duas tendências dentro da teoria crítica: a primeira, desenvolvida por Horkheimer e Adorno na Dialética do Esclarecimento, procura analisar do ponto de vista filosófico-cultural as tendências da civilização ocidental; a segunda constitui-se em um desenvolvimento mais prático-político da teoria crítica como a teoria da mudança social antecipada por Marcuse e Neumann. Cabe ainda lembrar a afirmação de Bárbara Freitag de que:

> Autores tão diferenciados como Adorno, Horkheimer, Benjamim, Marcuse, Habermas, Schmidt, Tiedemann e outros revelam sensíveis diferenças entre si, tanto em sua postura epistemológica quanto em suas estratégias políticas, enfatizando de forma bastante diversa os aspectos da realidade analisada. Estas diferenças serão ilustradas por um lado com a discussão em torno dos conceitos de razão, cultura, ciência, arte, Estado, etc.; e, por outro, com as diferenças estratégicas

---

[74] MARCUSE, Herbert. *Uma história da doutrina da mudança social*. In: MARCUSE, Herbert. Tecnologia, Guerra e Fascismo. Op. Cit. p. 139.

> propostas para pensar e modificar a realidade dada. (...) O termo Escola de Frankfurt ou a concepção de uma "teoria crítica" sugerem uma unidade temática e um consenso epistemológico teórico e político que raras vezes existiu entre os representantes da Escola.[75]

No início de 1942 Marcuse voltou a Los Angeles esperando retomar o trabalho de colaboração com Horkheimer com o projeto sobre dialética. Agora Marcuse não parecia ter perspectivas para lecionar na universidade e a manutenção do auxílio dado a ele pelo Instituto era problemática. Depois do ataque japonês a Pearl Harbour em 1941, os Estados Unidos entraram na guerra e as chances de emprego para emigrantes nas universidades ficaram muito remotas devido aos rigores das condições de guerra e à redução de financiamento à pesquisa acadêmica. Enquanto isso, Horkheimer começou a trabalhar mais com Adorno, que tinha se mudado para a Califórnia em 1941 e que seria, a partir de então, o seu principal colaborador. Marcuse encontrou-se então numa situação bastante insegura na Califórnia, sem garantias de um posto estável no Instituto e vendo-se superado por Adorno como parceiro preferido do Horkheimer em seus trabalhos. Por isso, Marcuse começou a considerar a possibilidade de trabalhar para o governo dos EUA. Neumann foi nomeado consultor chefe do *Board of Economic Warfare* em julho de 1942 e, no outono deste ano, Marcuse viajou a Washington para investigar a possibilidade de um emprego no governo americano.

Em uma carta Marcuse dizia a Horkheimer que estava negociando um emprego no *Bureau of the Office of War Information. Minha função seria fazer sugestões de como apresentar o inimigo ao povo americano, na imprensa, cinema, propaganda etc.*[76] O trabalho exigiria que ele morasse em Washington, onde poderia encontrar todo o material para isso, no entanto, Marcuse diz: *Como lhe disse, não o aceitaria*[77] (o emprego do governo), apesar da indicação de Pollock para que aceitasse o emprego do governo, pois o Instituto apresentava um orçamento curto e que colocaria em risco o futuro de Marcuse. Em uma carta posterior, Horkheimer, com efeito, encorajou Marcuse a aceitar o emprego, o que ele acabou fazendo. Expressando seu pesar a Horkheimer por não poderem continuar seu trabalho juntos, Marcuse indica que está inclinado a aceitar o posto. Marcuse acrescenta:

> Sei que, infelizmente, toda argumentação "racional" é a favor de eu aceitar o emprego em Washington. Mas parece-me que o senhor

---

[75] FREITAG, Bárbara. *Teoria Crítica ontem e hoje*. Op. Cit. p.33
[76] Carta de Marcuse à Horkheimer escrita em 11 de Novembro de 1942 In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p. 312
[77] Idem

> subestima meu desejo de continuar o trabalho que temos feito. Apesar de minha oposição a algumas de suas concepções, nunca e em lugar algum escondi minha convicção de que não conheço outros esforços intelectuais atualmente que estejam mais próximos à verdade, e nenhum outro lugar onde ainda se tem permissão e estímulo para pensar. Acho bom expressar isto neste momento e lhe dizer que jamais esquecerei o que aprendi com o senhor.[78]

Em dezembro de 1942 Marcuse ingressou no *Office of War Information* como analista sênior no *Bureau of Intelligence*. Um manuscrito sobre *A nova mentalidade alemã* foi encontrado por Douglas Kellner no arquivo Marcuse, no qual este filósofo desenvolve sua análise da situação vigente na Alemanha e de como os Estados Unidos poderiam produzir melhor uma propaganda que pusesse os alemães contra o fascismo. O manuscrito é datado de junho de 1942 e foi provavelmente escrito na Califórnia durante o período em que Marcuse trabalhava no estudo *Estado e indivíduo sob o nacional-socialismo*. Kellner afirma que Marcuse preparou esse manuscrito antes de assumir o trabalho para o governo e, como acabou ocorrendo, ajudou-o a conseguir o emprego junto aos serviços de informação norte-americanos. Marcuse inicia seu manuscrito afirmando que:

> O nacional socialismo modificou o padrão de pensamento e comportamento do povo alemão de tal forma que ele já não é mais suscetível aos métodos tradicionais de contrapropaganda e educação. O povo alemão atualmente está orientado para valores e padrões essencialmente diferentes; fala e compreende uma linguagem que difere não apenas daquela da civilização ocidental, mas também da Kultur alemã anterior. Um conhecimento profundo da nova mentalidade e da nova linguagem é um pré-requisito para uma eficiente ofensiva psicológica contra o nacional-socialismo.[79]

A nova mentalidade alemã é um texto que analisa os componentes psicológicos da nova ideologia e mentalidade fascistas. Disseca os componentes lingüísticos do fascismo alemão ao mesmo tempo em que oferece um conceito interessante de "contrapropaganda". Também oferece algumas propostas de "contrapropaganda" e modos de explorar os pontos fracos do nacional-socialismo. Marcuse propõe especialmente usar a "factualidade" contra os próprios fascistas, recomendando uma contrapropaganda que utilizasse principalmente os fatos e evitasse a ideologia, especialmente o uso ideológico de conceitos que o nacional-socialismo parecia ter

---

[78] Carta de Marcuse à Horkheimer escrita em 15 de Novembro de 1942 In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p. 315

[79] MARCUSE, Herbert. A nova mentalidade alemã. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p. 201-202.

minado com sucesso (como o apelo à democracia ou aos direitos). As discussões de Marcuse sobre que formas de linguagem, arte e outras formas de cultura poderiam ser mobilizadas contra o fascismo alemão contêm análises profundas da política da linguagem e dos modos específicos através dos quais o discurso e a cultura operavam na Alemanha nazista. Sobre a forma como a sociedade alemã compreende idéias como liberdade e igualdade, Marcuse atesta em seus manuscritos:

> A factualidade que, na Alemanha atual, fornece bases para qualquer avaliação ainda dá ao regime de Hitler preferência sobre a época da República democrática. As massas alemãs de hoje consideram a liberdade, a igualdade e os direitos do homem uma mera ideologia, a menos que estas idéias se concretizem em segurança material e em um padrão de vida adequado. A República de Weimar não foi capaz de alcançar esta concretização e as massas alemãs se importam muito pouco com o que ocorre nas outras democracias enquanto elas próprias não gozarem destes benefícios. Na Alemanha, o pleno emprego prevalece e a população ainda não está morrendo de fome. Com certeza, as crescentes dificuldades da guerra e as perdas terríveis irão perturbar o equilíbrio em prejuízos do regime, mas não a favor do *status quo*. Aqui, mais uma vez, a avaliação é inteiramente pragmática: a guerra foi pintada para a população alemã como uma proposta comercial; o investimento é alto e terrivelmente arriscado, mas é o único investimento possível e o sucesso inicial é promissor.[80]

Marcuse trabalhou apenas alguns meses como especialista em propaganda no *Office of War Information* e, em maio de 1943, transferiu-se para o *Office of Strategic Services* (OSS), trabalhando até o fim da guerra na *Central European Section of the Research and Analysis Branch*. Enquanto o *Office of War Information* se concentrava principalmente na produção de propaganda para os americanos, os aliados e o público alemão, o OSS estava envolvido mais profundamente com as operações européias, indo da pesquisa sobre as condições na Alemanha até a propaganda ativa e medidas de resistência contra os nazistas. Em carta de 18 de abril de 1943 a Max Horkheimer, Marcuse observa que:

> O senhor já deve ter ouvido falar que decidi ir para a OSS. A última reorganização enfraqueceu ainda mais a posição do OWI e esta agência parece propensa a se tornar presa dos jornalistas e publicitários. Afora este fato, constatei que o OSS tem um material infinitamente melhor e que eu poderia desenvolver um trabalho bem útil lá. (...) [81]

Os membros do Instituto de Pesquisa Social que estiveram a serviço do governo eram membros altamente considerados da Seção Centro-Européia. Como foi

---

[80] Ibidem p. 201-202.

[81] Carta escrita por Herbert Marcuse em 18 de abril de 1943 e destinada a Max Horkheimer. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p. 324

dito em um relatório posterior do diretor da Seção, Eugene Anderson: *Quando assumi a Seção, os dois analistas mais destacados foram nomeados – Dr. Neumann, que logo se tornou diretor de pesquisa da Seção, e o Dr. Marcuse, que imediatamente se tornou o principal analista sobre Alemanha.*[82] Anderson também chamou a atenção para o espírito interdisciplinar de cooperação e a prática de análises contextuais dentro da teoria social crítica, típica do Instituto de Pesquisa Social:

> O espírito de cooperação entre os membros tem sido extraordinariamente eficaz. Grande parte do crédito ali se deve ao Dr. Neumann e ao Dr. Marcuse, que acreditaram nesta abordagem e a praticam em seu trabalho (...) A singularidade de nosso trabalho, no entanto, consiste nas análises de fundo quanto cenário social total e o valor do trabalho futuro da Seção pode muito bem se apoiar na manutenção deste método.[83]

Sobre o trabalho de Herbert Marcuse para o governo americano durante a década de 1940, Douglas Kellner ressalta a necessidade de revisar o ponto de vista dominante que defende a interrupção do trabalho teórico desse pensador neste período. De acordo com Kellner, as condições de trabalho não eram muito diferentes da atividade do Instituto. Marcuse lia grandes quantias de material histórico e empírico, escrevia relatórios e os discutia com seus colegas de trabalho que eram, em sua maioria, acadêmicos renomados, e também com seus superiores. As experiências e o conhecimento proporcionados pelo trabalho de Marcuse para o governo serviram de embasamento empírico e histórico à sua teoria. Sobre a importância do trabalho de Marcuse junto ao governo, Kellner afirma:

> O serviço no governo, suplementando a atividade no Instituto de Pesquisa Social, proporcionou-lhe mais uma experiência de trabalho interdisciplinar, o que veio a enfatizar a necessidade de integrar as perspectivas históricas, econômicas, políticas, sociológicas e culturais. Por conseguinte, seu trabalho no governo corroborava a visão do Instituto sobre o valor das perspectivas interdisciplinares, do trabalho cooperativo e da teoria social crítica quanto a fornecer um contexto para a análise e a interpretação.[84]

Em setembro de 1945, depois da dissolução do OSS, Marcuse passou para o Departamento de Estado, tornando-se chefe do *Bureau* Centro-Europeu. Permaneceu neste departamento até 1951, quando deixou o serviço do governo. Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o início das disputas ideológicas entre os Estados Unidos e a

---

[82] Relatório apresentado pelo diretor da Seção Centro-Européia, Eugene Anderson, apresentado In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p. 46
[83] Idem
[84] KELLNER, Douglas. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p. 52

União Soviética acabou dispersando os vários órgãos de pesquisa da OSS dentro de outros órgãos do governo no pós-guerra. O Setor de Pesquisa e Análise de Marcuse foi transferido para o Departamento de Estado. O fato de Marcuse continuar a trabalhar para o Departamento de Estado era incongruente em vista dos expurgos que ocorreram durante a guerra fria e a disseminação da caça às bruxas anticomunistas. Em carta a Horkheimer em abril de 1946, Marcuse escreve:

> O senhor já deve ter ouvido falar que a Divisão da Pesquisa e Inteligência do Departamento de Estado sofreu forte ataque por supostas tendências comunistas. Com esta justificativa, o Appropriations Committee rejeitou novas verbas, por enquanto. Agora começa a barganha geral com base nos acordos de sempre, mas possivelmente a Divisão será extinta em 30 de junho.[85]

Com o desenvolvimento das pesquisas sobre anti-semitismo, Horkheimer e os demais membros do Instituto passaram a debater a possibilidade de reiniciar a publicação da revista do Instituto de Pesquisa Social. Esta possibilidade trouxe grandes expectativas para Marcuse, que em carta a Horkheimer escreve: *estou muito satisfeito em saber que estão sendo feitas negociações para retomar a publicação da Zeitschrift*.[86] O plano era que Marcuse, Horkheimer, Neumann, Adorno e outros escrevessem artigos sobre filosofia, arte, teoria social e política contemporânea, mas esse projeto não chegou a dar frutos. Diante dessa dificuldade na retomada das publicações, Marcuse se manifesta em carta para Horkheimer:

> Esperava que esta data em 1947 já fosse um período em que estivéssemos colaborando, mas tive que adiar esta esperança mais uma vez. (...) Adiar ainda mais o que precisa ser dito me soa inaceitável, tanto subjetiva quanto objetivamente. Isto se aplica também à Zeitschrift. Vejo a necessidade de seu ressurgimento ainda mais premente do que há três meses. Já fiz minha pequena parte visando à preparação: eu (e, receio, só eu) preparei os relatórios que combinamos em nossa última reunião. Não passam de notas. Mas continuo trabalhando nelas e, uma vez que a conclusão ainda não esteja à vista, enviarei a primeira parte assim que estiver datilografada. Talvez isso, no mínimo, mantenha a discussão viva.[87]

Nesta carta Marcuse informa que esteve preparando o material para a retomada da revista do Instituto e se mostra decepcionado ao compreender que era o

---

[85] Carta escrita por Marcuse em 6 de abril de 1946 para Horkheimer, In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p.334-335

[86] Carta escrita por Marcuse em 22 de agosto de 1946 para Horkheimer, In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p.336

[87] Carta de Marcuse á Horkheimer em 9 de fevereiro de 1947, In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p.340

único, dos membros do Instituto, a preparar um trabalho com vistas à situação do mundo atual para o próximo número do periódico. Esses manuscritos, concluídos por Marcuse em 1947, foram publicados na obra *Herbert Marcuse; Tecnologia, Guerra e Fascismo*, com título de 33 teses. As teses de Marcuse contêm uma visão hegeliano-marxista da situação do mundo contemporâneo profundamente influenciado pelo marxismo clássico. Apresenta um esboço dos obstáculos para a mudança social que projetos de transformação social radical, tais como foram concebidos em seu trabalho com Neumann, iriam enfrentar. Na primeira tese, Marcuse escreve:

> Após a derrota militar do fascismo de Hitler (que foi uma forma prematura e isolada de reorganização capitalista), o mundo está se dividindo em um bloco neofascista e outro soviético. O que ainda resta das formas democrático-liberais ficará comprimido entre os dois blocos ou será absorvido por eles. Os Estados nos quais a antiga classe dominante sobreviveu econômica e politicamente à guerra se tornarão fascistizados num futuro previsível, enquanto os outros entrarão para o bloco soviético.[88]

Marcuse via um sistema de controles e dominação totalitários emergentes que viriam a abranger, em sua visão, tanto as formas do comunismo soviético quanto as sociedades capitalistas avançadas depois da derrota do fascismo alemão. Ele parecia temer um renascimento do fascismo e até mesmo uma guerra entre os países capitalistas neofascistas e a União Soviética. Produzindo uma de suas primeiras críticas abrangentes ao marxismo soviético, Marcuse criticou a incapacidade de criar um socialismo emancipador na União Soviética e insistiu na defesa do ensinamento do marxismo clássico contra todas as transigências e deformações. Sobre a classe operária, Marcuse dedica sua tese 6, onde argumenta que ela está cada vez mais integrada à sociedade capitalista e que não haviam forças aparentes de oposição revolucionária ao sistema. Em suas teses 11 e 12, Marcuse fala do "aburguesamento" da classe operária, da correspondente e profunda mudança estrutural na economia capitalista e da necessidade desse tema ser amplamente teorizado. Em sua tese de número 21, Marcuse insiste que a construção do socialismo era uma meta fundamental para a política radical contemporânea e concebia a socialização dos meios de produção e sua administração pelos produtores imediatos como a tarefa-chave para a construção do socialismo. Marcuse conclui com a idéia de que somente a revitalização da herança revolucionária dos partidos comunistas poderia revigorar a teoria e a prática revolucionária, e que isso parece impossível.

---

[88] MARCUSE, Herbert. Tese 1. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p.291

> A tarefa política consistiria então em reconstruir a teoria revolucionária dentro dos partidos comunistas e em trabalhar na práxis apropriada a ela. A tarefa parece impossível hoje. Mas talvez a relativa independência em relação aos ditames soviéticos exigida por esta tarefa esteja presente como uma possibilidade nos partidos comunistas da Europa Ocidental e da Alemanha Ocidental.[89]

Segundo Wiggershaus, Marcuse continuava defendendo a idéia de que os partidos comunistas eram as únicas forças antifascistas, e que somente por intermédio dos partidos comunistas é que haveria a concretização da teoria. Estas idéias, por sua vez, já não estavam presentes nos trabalhos de Adorno e Horkheimer, que acreditavam que uma pausa na evolução histórica não significava em absoluto prorrogar a exploração e fazer recuar o socialismo, mas sim, criar a possibilidade de refletir e trabalhar na teoria, cujo fim eles não eram capazes de enxergar. Assim, para os principais membros do Instituto, a teoria não é uma força que empurra para frente, e sim uma força que conduz à reflexão.

Desta forma, enquanto os membros do Instituto estavam se abstendo de criticar a União Soviética, provavelmente por conta das tentativas de Horkheimer em conseguir um visto para visitar a Alemanha depois da guerra e avaliar as possibilidades de um retorno do Instituto, que resultaram no estreitamento das relações entre Horkheimer com o Partido Socialista Unificado que acabou por se tornar a República Democrática Alemã, Marcuse, por sua vez, falava a respeito de uma libertação da exploração e da opressão, tentando salvar o marxismo clássico e afirmar o potencial revolucionário da teoria marxista original contra suas subseqüentes. Adorno e Horkheimer falavam de emancipação, no sentido de emancipar-se do medo e da violência, buscando inspirar-se na filosofia da vida, sem a característica conformista, o que resultou no fim da concepção comum da teoria crítica entre os três colaboradores do Instituto.

Marcuse recebeu uma oferta de bolsa de pesquisa no Instituto Russo da Universidade de Columbia, onde, em um período de dois anos, ele não teria outra obrigação senão aprender a língua russa e trabalhar num estudo sobre o marxismo russo (desde a cisão do partido russo até as mais recentes manifestações do stalinismo) em sua interconexão com a transformação da sociedade ocidental desde o início do século. Marcuse pedia, por meio de uma carta enviada a Horkheimer no dia 30 de março de 1949, um apoio financeiro contínuo para tornar possível seu trabalho no Instituto Russo,

---

[89] MARCUSE, Herbert. Tese 33. In: MARCUSE, Herbert. *Tecnologia, Guerra e Fascismo*. Op. Cit. p. 303

no entanto, segundo informa Wiggershaus, sucedeu que a sua esposa, Sophie, teve câncer e ele continuou em Washington com seu emprego no Departamento de Estado até ela morrer, em 1951. Ele então aceitou a oferta do Instituto Russo da Universidade de Columbia.

CAPÍTULO II

O FILÓSOFO DA LIBERDADE: UM NOVO OLHAR SOBRE A SOCIEDADE TECNOCRÁTICA

CAPÍTULO II

O FILÓSOFO DA LIBERDADE: UM NOVO OLHAR SOBRE A SOCIEDADE TECNOCRÁTICA

As décadas de 1940 e 1950 constituem-se como verdadeiros divisores de águas na história americana. Trata-se do período em que o mundo irá novamente envolver-se em um conflito bélico de proporções mundiais em que uma aliança heterogênea antifascista depôs os governos totalitários e apresentou ao mundo duas novas potências econômico-militares: Os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Estas duas novas potências foram responsáveis pela bipolarização do mundo, isto é, a divisão do mundo em duas zonas de influência, em que predominavam o capitalismo ou o comunismo. Neste novo cenário, que teve a Guerra Fria como pano de fundo, os Estados Unidos apresentaram-se como uma moderna sociedade capitalista. O avanço industrial desse país, seu modelo de produção em massa, o acesso de bens e serviços a todos os setores sociais e suas políticas-econômicas caracterizaram um período de grande prosperidade nos Estados Unidos e em várias partes do mundo capitalista.

Neste momento, Herbert Marcuse já não é mais um filósofo expatriado que encontrou em uma universidade americana a tranqüilidade necessária para terminar seus estudos iniciados na Alemanha. Este filósofo residia nos Estados Unidos há quase vinte anos e há algum tempo havia se nacionalizado norte-americano. Apesar de ter dedicado seus estudos de juventude à compreensão do nacional-socialismo, Marcuse, motivado pela vitória da força aliada sobre o nazismo pela Guerra Fria e, mais precisamente pelo desenvolvimento da tecnocracia nos Estados Unidos, desenvolveu um trabalho dedicado à crítica da sociedade americana, suas lacunas e deficiências.

Neste capítulo pretende-se apresentar a interpretação inovadora de Herbert Marcuse sobre a tecnocracia norte-americana presente em sua obra *Eros e Civilização*. Consideramos esse trabalho como o primeiro de sua fase de maturidade, em que o filósofo se propõe a fecundar o marxismo com o freudismo a fim de denunciar a

essência repressiva da sociedade industrializada. Retomar-se-á o contexto político-econômico em que se desenvolveu a sociedade tecnocrata americana que teve seu nascimento acompanhado por Marcuse e depois se tornou o principal objeto de seus estudos. Visa-se retomar algumas interpretações clássicas sobre o capitalismo norte-americano, uma na perspectiva liberal e outra no viés marxista, com o objetivo de destacar e evidenciar o caminho peculiar e ao mesmo tempo inovador pelo qual percorreram as análises de Herbert Marcuse e, por fim, far-se-á um balanço crítico das principais contribuições deixadas pelos seus intérpretes.

2.1 O MODERNO CAPITALISMO DOS ESTADOS UNIDOS

Os anos entre 1935 e 1945 caracterizaram-se por uma situação histórica excepcional que foi determinada pela ascensão e queda da Alemanha de Adolf Hitler, contra qual, Estados Unidos e União Soviética, fizeram causa comum, porque a viam como um perigo maior do que cada um ao outro. Em um período dominado pelo confronto entre o comunismo anticapitalista da Revolução de Outubro, representado pela União Soviética, e o capitalismo anticomunista, cujo defensor e principal exemplar eram os Estados Unidos, nada parecia mais anômalo do que uma aliança militar entre as principais nações de economia capitalista com a União Soviética, principal representante do comunismo mundial.

Os motivos que promoveram uma aliança entre dois lados opostos da política mundial transcendem o alcance das relações internacionais convencionais ou a política de influência; à medida que a década de 1930 avançava, tornava-se cada vez mais claro que havia mais coisas em questão do que o relativo equilíbrio de poder entre os Estados-nação que constituíam o sistema internacional. A partir de 1930, a situação internacional vivia uma fase de tensão que se iniciou com a grande depressão econômica de 1929 e culminou com a subida de Hitler ao poder. Os países europeus procuraram se dividir em grupos cuja aproximação dependia dos interesses políticos, assim, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas mantiveram-se isoladas, enquanto França, Inglaterra e Estados Unidos constituíam as democracias liberais. A situação piorou quando os Estados nazi-fascistas, Itália e Alemanha desrespeitaram o Tratado de

Versalhes[90], aumentaram seu sistema de alianças e iniciaram uma política-militar expansionista.

As linhas divisórias da Segunda Guerra Mundial não foram traçadas entre Capitalismo como tal e a revolução social comunista, mas entre famílias ideológicas pró e antifascistas que cortavam cada sociedade. A civilização ocidental, descendente do movimento iluminista do século XVIII e das grandes revoluções que marcaram esse período em nome de ideais, como liberdade e igualdade, agora via seus valores ameaçados pelo "implacável" projeto nazista que lançava mão de objetivos nacionalistas, antiliberais, anti-marxistas, expansionistas, militaristas e totalitaristas. A partir de 1936 uma sucessiva onda de invasões territoriais varreu a Europa, assinalando o momento de escalada dos regimes totalitários. Desta forma, muitos foram os Estados europeus que tiveram seus governos destituídos pela força militar invasora, e assistiram seus regimes democráticos serem substituídos por uma ditadura totalitária e, além disso, identificaram, no seio de sua sociedade, forças simpatizantes do movimento nazi-fascista.

O que uniu todas as divisões civis nacionais numa única guerra global internacional foi o combate ao fascismo, ao campo alemão, em específico. O antifascismo, portanto, organizou todas as forças políticas que tinham o interesse comum em resistir ao avanço do Eixo por uma política real de resistência. Esta política de resistência à ascensão do campo fascista tratava-se de unir todos os países contra os países totalitaristas, não fazer concessões a eles e, pela ameaça e, se necessário, pela ação comum, detê-los e derrotá-los. De acordo com Eric Hobsbawm, sob certos aspectos, *era provável que o apelo à unidade antifascista conquistasse a resposta mais imediata, pois o fascismo tratava publicamente todos os liberais, socialistas e comunistas ou qualquer tipo de regime democrático e soviético como inimigos a serem igualmente destruídos.*[91]

A política de resistência ao fascismo encontrou como um dos principais fatores que retardaram a sua execução a forte resistência dos Estados democráticos

---

[90] O Tratado de Versalhes (1919) foi um tratado de paz assinado pelas potências européias que encerrou oficialmente a Primeira Guerra Mundial. O principal ponto do tratado determinava que a Alemanha aceitasse todas as responsabilidades por causar a guerra e que, sob os termos dos artigos 231-247, fizesse reparações a certo número de nações da Tríplice Entente (França, Inglaterra e Estados Unidos). Os termos impostos à Alemanha incluíam a perda de uma parte de seu território para um número de nações fronteiriças, de todas as colônias sobre o oceano e sobre o continente africano, e uma restrição ao tamanho do exército, e uma indenização pelos prejuízos causados durante a guerra.

[91] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995. p.149

liberais, que coincidiam serem também os Estados vitoriosos da Primeira Guerra Mundial. Muitos países enfraqueciam diante do perigo de promover uma ação militar contra o fascismo estavam motivados pelas lembranças, ainda muito vivas, da Primeira Guerra. O impacto desta guerra fora sem precedentes, e universal. Outra guerra como aquela precisava ser evitada quase que a qualquer custo. Outro importante fator que estimulou a resistência democrático-liberal foi a tradicional rivalidade entre o comunismo revolucionário e o capitalismo "conservador" que comprometia, em teoria, as negociações entre União Soviética e os governos ocidentais na formação de uma aliança antifascista. Por último podemos destacar como mais um fator determinante na relutância das democracias liberais em promover uma guerra, as fortes marcas deixadas pela grande crise econômica de 1929 e as dificuldades de recuperação faziam esses países recuarem diante dos custos do rearmamento e da possibilidade de um grande déficit econômico.

Em 1941, após dois anos de conflito em solo europeu, os americanos permaneciam fora da Segunda Guerra Mundial, e o presidente Roosevelt ia pouco a pouco convencendo o povo americano de que a América não podia continuar neutra. No final daquele ano dirigiu a economia para a produção de guerra: aviões, navios e carros de combate. Os americanos forneceram aos ingleses vários equipamentos e criaram um sistema de empréstimos para pagamento depois da guerra. Sobre a entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, Hobsbawm afirmou que a democracia liberal daquele Estado:

> Tornou lenta ou impediu a decisão política, notadamente nos EUA, e sem dúvida lhe dificultou, e às vezes impossibilitou a adoção de políticas impopulares. Sem dúvida alguns governos usaram isso para justificar seu próprio torpor, mas o exemplo dos EUA mostra que mesmo um presidente forte e popular como Franklin D. Roosevelt era incapaz de executar sua política antifascista contra a opinião do eleitorado. Não fosse Pearl Harbor e a declaração de Hitler, os EUA sem dúvida teriam continuado fora da guerra.[92]

O ano de 1941 foi marcado, ainda, pelo ataque japonês a base americana de Pearl Harbor e pela declaração de guerra aos Estados Unidos feita pela Alemanha e pela Itália. No final de 1941 o exército alemão promoveu uma ofensiva sobre a União Soviética e encontrou uma feroz resistência russa, que apesar de suas baixas, recebiam equipamentos americanos que fortaleceram seu poderio militar e obrigou o exército nazista inteiro a render-se. O contra-ataque soviético continuou até 1944 e conquistou

[92] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-19.* .Op. Cit. p.153

diversos países satélites da Alemanha: Romênia, Hungria, Bulgária, que um a um foram pedindo paz. A Alemanha estava envolvida por todos os lados. Na frente ocidental os Aliados, especialmente os americanos e ingleses, invadiram a Itália e libertaram a França; na frente oriental, os russos abateram as divisões alemãs e cercaram Berlim. A capitulação final e incondicional da Alemanha veio no ano de 1945. Neste mesmo ano, os americanos apertaram o cerco contra a expansão japonesa lançando sobre as cidades daquele país bombas atômicas, até então desconhecidas, que provocaram milhares de vítimas e a rendição dos japoneses.

Quando a Alemanha invadiu a União Soviética e declarou guerra aos Estados Unidos, trazendo este último para o conflito, em suma, quando a luta contra o fascismo se transformou por fim numa guerra global, a guerra tornou-se tão política quanto militar, pois, na medida em que colocou do mesmo lado, como aliados, o capitalismo dos Estados Unidos e o comunismo da União Soviética, ela promoveu um relaxamento das hostilidades e suspeitas mútuas entre os defensores e adversários da Revolução Russa de Outubro de 1917 contra um inimigo comum: o nazi-fascismo. Hobsbawm reflete sobre a aliança capitalismo e comunismo em prol da resistência antifascista, afirmando que:

> (...) por mais heterogêneo e transitório que fosse sua mobilização, conseguiu unir uma extraordinária gama de forças. E o que é mais, essa unidade não foi negativa, mas positiva, e em certos aspectos duradoura. Ideologicamente, baseava-se nos valores e aspirações partilhados do Iluminismo e da Era das Revoluções: progresso pela aplicação da razão e da ciência: educação e governo popular; nenhuma desigualdade baseada em nascimento ou origem; sociedades voltadas mais para o futuro que para o passado.[93]

Em 1945 a Europa exibia as marcas da destruição. As forças aliadas haviam dissolvido o fascismo, mas o antagonismo entre os vencedores se manifestou ainda em cima das ruínas que o conflito acabava de deixar. Os grandes vencedores haviam sido os Estados Unidos e a União Soviética. Conforme Hobsbawm, era indiscutível *o destaque dos comunistas nos movimentos de resistência e, conseqüentemente, seu espantoso avanço político durante a guerra*[94]. O capitalismo norte-americano, predominante no mundo ocidental desde o fim da Primeira Guerra Mundial, procurava garantir suas zonas de influência, evitando qualquer tipo de conflito que pudesse abalar as estruturas de seu sistema econômico. Para conciliar os interesses

---

[93] Ibidem. p.176
[94] Ibidem. p.166

em jogo, os aliados fizeram acordos sumários em defesa de suas zonas de influência. A idéia propagada era de que a política do pós-guerra devia continuar dentro do esquema de aliança antifascista, isto é, buscando uma coexistência dos sistemas capitalista e comunista. O socialismo, portanto, se limitaria à União Soviética e às regiões ocupadas pelo exército "vermelho" no fim da guerra. Sobre essa espécie de partilha do mundo, Hobsbawm defende:

> Esse roteiro otimista logo desapareceu na Guerra Fria, tão completamente que poucos se lembraram que Stalin exortou os comunistas iugoslavos a manter a monarquia, ou que em 1945 os comunistas britânicos se opunham ao rompimento da coalizão de Churchill da época da guerra, ou seja, à campanha eleitoral que iria levar o Partido Trabalhista ao poder.[95]

Aquela aliança, formada pelos Estados capitalistas e comunistas contra a ameaça militar nazista, nunca teria existido sem a série de agressões da Alemanha, culminando com a invasão da União Soviética e a declaração de guerra aos Estados Unidos. A primeira contingência que se teve que enfrentar foi o colapso dessa aliança, pois assim que não houve mais um fascismo para unir esses divergentes sistemas político-econômicos, eles partiram para enfrentar um ao outro como verdadeiros arquiinimigos. Desta forma, a Segunda Guerra Mundial mal terminara quando a humanidade mergulhou no que se pode encarar como uma Terceira Guerra Mundial, embora uma guerra muito peculiar. A Guerra Fria como se passou a entender a rivalidade entre a União Soviética e os Estados Unidos, dominou o cenário internacional na segunda metade do século XX. Sua principal peculiaridade era a de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra, apesar do discurso pró-militarista e belicoso de ambas as nações, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças que equivaliam a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A União Soviética exercia predominante influência e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os Estados Unidos exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética.

Mesmo que a situação mundial tenha se tornado razoavelmente estável pouco depois da guerra e que, até então, as duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, procurando resolver suas disputas de demarcação sem o choque

---

[95] Ibidem. p.169

entre suas Forças Armadas, os norte-americanos, por analogia com o que ocorrera após a Primeira Guerra Mundial, esperavam uma séria crise econômica pós-guerra. A Primeira Guerra enriqueceu os Estados Unidos, principais fornecedores de matérias-primas, manufaturas e alimentos aos aliados europeus. O crescimento trouxe euforia social, o que dificultava a visão crítica dos perigos da elevada taxa de crescimento. Como resultado deu-se a quebra da bolsa de Nova Iorque. A crise, iniciada em 1929, alastrou-se pelo mundo, por causa da interdependência entre economia americana e muitos outros países, sobretudo quem recebia empréstimos dos Estados Unidos. Dentro do país as repercussões foram tão intensas que exigiram profundas mudanças. O capitalismo liberal entrou em crise e o governo assumiu importante papel na organização da vida econômica, inaugurando uma fase dirigista.

Com base nesse histórico econômico de pós-Primeira Guerra, o governo norte americano previa grandes problemas no pós-Segunda Guerra que poderiam minar o período de estabilidade social e econômica vivido por aquela nação. Outro fator determinante na construção da expectativa econômica americana era o verdadeiro campo de ruínas, habitado por povos famintos e desesperados que haviam se tornado os países beligerantes, com exceção dos Estados Unidos. Com vistas no período da grande crise econômica de 1929 e sua verossimilhança com a situação pós-1945, era grande o número de políticos e cidadãos americanos que defendiam uma postura econômica isolacionista e protecionista. Sobre essa postura de isolamento dos americanos em relação à economia mundial, Allen destaca que:

> A questão que preocupava o mundo em 1945 era saber se os Estados Unidos permaneceriam realmente no palco internacional, ou dele se afastariam por escolha própria como nos idos da Liga das Nações. À luz da História anterior à guerra, o país respondeu a essa pergunta com o que pareceu uma aceitação extraordinariamente inequívoca do papel que lhe cabia, não de participação apenas, mas também de liderança nos assuntos internacionais. Na verdade, o isolacionismo em que tanto viveu estava morto, ou pelo menos agonizante.[96]

Além disso, a situação de miséria do pós-guerra nos países europeus poderia servir de combustível para a revolução social, pois já no pré-guerra a União Soviética apresentava-se fortalecida em amplos trechos da Europa e em outros espaços ainda maiores do mundo não europeu. Hobsbawm procurou apresentar as expectativas do pós-guerra defendendo que:

---

[96] ALLEN, H. C. *História dos Estados Unidos da América*. Rio de Janeiro: Forense, 1968. p. 285-286

> Em suma, enquanto os EUA se preocupavam com o perigo de uma possível supremacia mundial soviética num dado momento futuro, Moscou se preocupava com a hegemonia de fato dos EUA, então exercida sobre todas as partes do mundo não ocupado pelo Exército Vermelho. Não seria preciso muito para transformar a exausta e empobrecida URSS numa região cliente da economia americana, mais forte na época que todo o resto do mundo junto. (...)[97]

Os Estados Unidos, como a União Soviética, era uma potência representando uma ideologia que a maioria dos americanos acreditava ser o modelo para o mundo: a democracia. O governo soviético, enquanto uma ditadura unipartidária, não precisava preocupar-se com eleições presidenciais ou parlamentares, já o governo americano precisava. Hobsbawm destaca que *um anticomunismo apocalíptico era útil, e, portanto tentador, mesmo para os políticos não de todo convencidos de sua própria retórica (...). Um inimigo externo ameaçando os EUA não deixava de ser conveniente para os governos americanos (...).*[98] Compreendemos, portanto, que a grande questão não estava concentrada no combate à expansão comunista de fato, mas à garantia do predomínio capitalista na economia mundial e à manutenção da supremacia americana concreta. Uma vez que os americanos se definiram pela liderança internacional, o anticomunismo era a ferramenta necessária para o alcance desses objetivos.

Em 1947, o general Marshall, chefe do estado-maior do exército americano na Segunda Guerra, discursando na Universidade de Harvard, afirmou que os Estados Unidos precisavam colaborar fortemente na recuperação da Europa. Lançava-se assim o Plano Marshall, assinado no ano de 1948, pelo então presidente americano Harry Truman, que, de acordo com Allen, despertou um apoio maciço da população norte-americana, a despeito da sua declaração de que *era necessário deter a inundação de subversão e domínio militar comunista na Europa.*[99] Compreendemos que o projeto americano de injeção de recursos que beneficiariam a Europa em sua reconstrução, serviu, também, para os Estados Unidos consolidarem sua posição no Velho Continente e ao mesmo tempo para afastar a ameaça comunista naquele território. Ao contrário da ajuda oferecida no pós-Primeira Guerra, em que os norte-americanos tornaram-se os maiores credores do mercado internacional e ao mesmo tempo exportavam tudo que produzia seu mercado interno, de forma que o governo americano, essencialmente liberal, não poderia pensar em intervir na produção, o que resultou na maior crise

---

[97] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-19.* .Op. Cit. p.231
[98] Ibidem. p.232
[99] ALLEN, H. C. *História dos Estados Unidos da América*. Op. Cit. p.288

econômica da história mundial; o esforço intelectual dos planejadores do pós-guerra era dedicado a aprender as lições da Grande Depressão e da década de 1930, para que não se repetissem. De acordo com Eric Hobsbawn, após 1945 *eram quase todos Estados que, deliberada e ativamente, rejeitaram a supremacia do mercado e acreditaram na administração e planejamento da economia pelo Estado*.[100]

O plano americano original para uma economia pós-guerra de livre comércio, livre conversão e livres mercados, dominado pelos Estados Unidos, mostrou-se inteiramente irrealista e arriscado, pois quanto mais aumentavam os problemas de pagamento da Europa e do Japão, necessitados dos escassos dólares dificultavam cada vez mais a liberalização do comércio e os próprios pagamentos. Desta forma, o governo americano estava convencido que só o intervencionismo econômico podia impedir um retorno às catástrofes econômicas do entreguerras e evitar os perigos políticos de pessoas radicalizadas a ponto de preferirem o comunismo, tal como haviam preferido Adolf Hitler. Raymond Aron, evidencia a importância do planejamento estatal da economia norte-americana na prevenção da crise econômica e também como medida anti-comunista quando afirma:

> Durante a Segunda Guerra Mundial prepararam o pós-guerra, obcecados pela lembrança do desemprego em massa, pelo temor de uma paralisia do capitalismo. Até a primeira fase – reconversão da economia de guerra em economia de paz – lhes inspirava uma angústia às vezes confessada. Num determinado país neutro um economista preferia um acordo com a União Soviética a uma dependência econômica, gigantesca e instável, aos Estados Unidos. A reconversão operou-se sem dor; o capitalismo reencontrou um novo alento, reagiu vitoriosamente ao desafio do sovietismo. [101]

A experiência do entreguerras e, sobretudo a Grande Depressão tinham sido tão catastróficas que ninguém esperava vivenciá-las novamente. O ocorrido em 1929 não se repetiu nas décadas de 1940, 1950 e 1960 graças aos muitos homens de negócios do Ocidente do pós-guerra que se achavam convencidos que um retorno ao *laissez-faire* e ao livre mercado estava fora de questão. Alguns objetivos surgiram para inovar o cenário econômico, como o pleno emprego, a contenção do comunismo e a modernização das economias atrasadas e, ao mesmo tempo, justificaram a presença mais forte do governo. Todos esperavam um mundo pós-guerra de crescente produção e comércio, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo por

---

[100] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-19.* .Op. Cit. p.231

[101] ARON, Raymond. *República Imperial. Os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 219

meio de um sistemático controle governamental, administração de economias mistas e de cooperação com o movimento trabalhista organizado. Sobre as expectativas que moldaram as ações político-econômicas do pós-guerra, Hobsbawm escreve:

> Ninguém sonhava com um retorno ao pré-guerra de 1939 – nem mesmo a 1928 ou 1918, como os estadistas após a Primeira Guerra Mundial haviam sonhado com uma volta ao mundo de 1913. Um governo britânico sob Winston Churchill se comprometeu, no meio de guerra desesperada, com um Estado do Bem-estar abrangente e o pleno emprego. Não foi por acaso que o Relatório Beveridge saiu com estas recomendações num dos anos mais negros da desesperada guerra da Grã-Bretanha: 1942.[102]

A reforma do capitalismo e sua posterior globalização iniciaram-se nos Estados Unidos, no governo de Harry S. Truman, que deu continuidade ao programa do *New Deal* posto em execução nos anos trinta, depois da crise de 1929, lançando o programa *Fair Deal,* pelo qual aprimorou o controle do Estado sobre o capital, aumentou a participação dos trabalhadores na renda nacional e permitiu o avanço do sindicalismo, a despeito da Lei *Taft-Hartley* de 1947 que regulamentava o direito de greve. Truman foi responsável pelo Ato de Emprego de 1946, em que organizou um Conselho de Consultores Econômicos e comprometeu-se a promover o máximo de empregos, de produção e de capacidade aquisitiva, para que a demanda econômica do mercado interno não caísse. Ainda que não tivesse atingido o ideal do pleno emprego, o governo desenvolveu a previdência social, inclusive criando um seguro desemprego, e deu especial atenção aos programas de saúde pública, educação e habitação. De acordo com Hobsbawm,

> O compromisso político de governos com o pleno emprego e – em menor medida- com a desigualdade econômica, isto é, um compromisso com a seguridade social e previdenciária, pela primeira vez proporcionou um mercado de consumo de massa para bens de luxo que agora podiam passar a ser aceitos como necessidades[103]

O Estado do bem-estar social significava uma intervenção moderada, porém nada que lembrasse o Estado socialista planificado. O espaço de atuação do Estado no conjunto da sociedade fora ampliado, o que resultou na aceitação do papel crescente da "planificação" econômica, que passava pelo controle dos impostos, do fluxo monetário, do ritmo da produção agrícola ou da produção industrial. A prosperidade econômica provocou a elevação do nível de renda média da população norte-americana. As grandes

---

[102] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-19.* .Op. Cit. p.162
[103] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-19.* .Op. Cit. p.264

fortunas continuaram aumentando, o grupo de pessoas de renda média cresceu, a pobreza relativa diminuiu, mas a pobreza absoluta continuou a existir. Hobsbawm afirma[104] que com a intervenção do Estado na economia, o modelo de produção em massa espalhou-se para as indústrias e ampliou-se para os mais diferentes setores da produção, assim, bens e serviços antes restritos às minorias eram agora produzidos para um mercado de massa. O resultado foi a criação de um poderoso mercado consumidor dentro dos Estados Unidos, cujo crescimento dependia do poder aquisitivo do povo americano, da geração de empregos e do aumento de salários.

O desenvolvimento tecnológico estimulou a produção em massa e a imensa disponibilidade tornou a sociedade mais homogênea. Tinha-se a impressão de que as possibilidades de participação na riqueza produzida pela sociedade estavam abertas a todos, por isso era considerada uma "sociedade afluente". Eric Hobsbawm explica que não é possível explicar a Era de Ouro exclusivamente pela revolução tecnológica, mas sua expressiva influência deve ser destacada, pois a gama de bens e serviços oferecidos pelo sistema produtivo e o alcance deles transformou de maneira absoluta a vida cotidiana no mundo rico e, em menor medida, no mundo pobre. Hobsbawm atenta para o papel determinante da revolução tecnológica no comércio dos produtos em que a novidade se tornou o principal recurso de vendas. A publicidade tornou-se o meio de mobilização dos consumidores. Seu gosto foi estudado e o lançamento de novos produtos passou a exigir amplas pesquisas de mercado. Para Hobsbawm *a Era de Ouro se baseou na mais avançada e muitas vezes esotérica pesquisa científica, que agora encontrava aplicação prática em poucos anos*.[105]

Com o desenvolvimento da sociedade de consumo, a estrutura da sociedade capitalista tornou-se mais complexa. Já não era possível decompô-la unicamente em proprietários e trabalhadores. Os grandes capitalistas ocupavam o topo da hierarquia social, formando uma pequena minoria resultante do processo de concentração de capital. As grandes corporações, resultado de fortunas acumuladas a partir da ruína de pequenas empresas, criaram uma camada social identificada com os interesses da empresa, executivos que recebiam altos salários e gratificações. Eles eram os administradores de capital, uma camada social com alto poder aquisitivo, pois seus rendimentos variavam de acordo com a lucratividade da empresa. Este grupo somado

---

[104] Os dados e informações sobre a revolução tecnológica da Era de Ouro presentes neste parágrafo e no seguinte foram extraídos da obra de HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-19*. .Op. Cit. p. 259-263

[105] Ibidem. p.260

aos pequenos empresários, trabalhadores dos setores de serviços e profissionais liberais constituíam a classe média. A base social era constituída pelos operários que, por meio dos sindicatos, adquiriram alguns benefícios e algumas melhorias nas condições de vida, que tornaram raras as suas reivindicações. As novas tecnologias exigiam mão-de-obra especializada como a de cientistas e técnicos, no entanto, aqueles sem qualificação foram sendo substituídos pelas novas técnicas de produção. Sobre o aumento do contingente de desempregados durante a Era de Ouro, Hobsbawn defende que:

> O ideal a que aspirava a Era de Ouro, embora só se realizasse aos poucos, era a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos, robôs automatizados montando carros, espaços silenciosos cheios de bancos de computadores controlando a produção de energia, trens sem maquinistas. Os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços.[106]

Apesar dos governantes norte-americanos prepararem-se para enfrentar os problemas que seriam criados após a Segunda Guerra Mundial pela desmobilização dos exércitos, a retomada do ritmo normal das produções industriais, a conseqüente redução do número de empregos disponíveis e a normalização do consumo, o inevitável ciclo de prosperidade de depressão tão fatal no período entre as guerras, tornou-se uma sucessão de brandas flutuações graças à administração macroeconômica. Eric Hobsbawm procura esclarecer que, apesar dos Estados Unidos controlarem a economia mundial, *seu desempenho de fato durante os Anos Dourados não foi tão impressionante quanto a taxa de crescimento de outros países que partiram de uma base bem menor.*[107] Durante as décadas de 1950 e 1960 os Estados Unidos cresceram mais devagar do que qualquer outro país, o autor esclarece que suas conclusões são decorrentes das comparações estabelecidas entre a taxa de desenvolvimento norte-americana nos Anos Dourados com a dinâmica de seu crescimento nos anos que seguiram logo após a Segunda Guerra. Em comum acordo com a interpretação de Hobsbawm, de que o surto de prosperidade norte-americana seguiu a guerra tal quanto o do orçamento militar foi consideravelmente aumentado, Paul Baran e Paul Sweezy afirmam que:

> Não há, portanto, mistério algum acerca da situação da economia dos Estados Unidos no período de pós-guerra. Com o surto de prosperidade do pós-guerra acionando uma grande elevação no padrão de vida de dezenas de milhões de pessoas e com os gastos de armamento crescendo perto de cinco vezes mais - de 11,4 bilhões de dólares em 1947 para 55,2 bilhões de dólares em 1963 – pode-se afirmar seguramente que nunca, desde o apogeu da época do surto

---

[106] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-19.* .Op. Cit. p.262
[107] Ibidem. p. 254

> ferroviário, a economia americana esteve sujeita, em tempos de paz, a tão poderosos estímulos.[108]

A supremacia norte-americana era indiscutível após o término da guerra, no entanto, o discurso de seus economistas girava em torno de uma reconstrução da economia internacional de forma que fosse capaz de manter a estabilidade do câmbio e evitar uma depressão econômica. Motivada pela Guerra Fria, a grande potência ajudou a reconstruir e modernizar os países destruídos pela guerra e uma economia capitalista mundial desenvolveu-se assim em torno dos Estados Unidos. Os países comerciavam uns com os outros em medida cada vez maior. De acordo com Hobsbawm, *em meados da década de 1950, os países tinham vendido cerca de três quintos de suas exportações manufaturadas uns aos outros (...)*[109]. Neste contexto de crescente "internacionalização" da economia, começou a surgir, na década de 1950, embora só atingisse plenamente a maioridade duas décadas depois, uma economia cada vez mais transnacional. Termo utilizado por Hobsbawm para se referir a uma economia "mundial", que não baseia seus limites em fronteiras determináveis ou às imposições de qualquer Estado-nação. Sobre a internacionalização da economia, Hobsbawm afirma:

> (...) havia um motivo particularmente convincente para o *boom* da Era de Ouro provocar o abandono dos países-núcleo da velha industrialização. Era a incomum combinação "keynesiana" de crescimento econômico numa economia capitalista baseada no consumo de massa de uma força de trabalho plenamente empregada e cada vez mais bem paga e protegida.[110]

A tendência de transações e empresas comerciais emanciparem do tradicional Estado-nação tornou-se ainda mais acentuada à medida que a produção industrial começava, lentamente a princípio, mas com crescente rapidez, a sair dos países europeus e da América do Norte pioneiros na industrialização e no desenvolvimento capitalista. Tudo isso produziu uma mudança paradoxal na estrutura política da economia mundial. À medida que o globo se tornava sua unidade real, as economias nacionais dos grandes Estados foram dando lugar aos centros *offshore,* pequenos ou minúsculos Estados, que se haviam convenientemente multiplicado em razão de sua generosa política fiscal que atraía empresários que visavam evitar os

---

[108] BARAN, Paul. A. & SWEEZY, Paul. M. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar; 1966. p. 244

[109] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-19.* Op. Cit. p.274

[110] Ibidem. p. 276

impostos e outras restrições existentes em seu próprio país, a registrar a sede legal da empresa nesses territórios.

A repetição da crise de 1929, portanto, não ocorreu. Ao contrário, cresceu a procura de bens de consumo, principalmente de automóveis comprados com o dinheiro economizado durante a guerra, quando havia poucos produtos para comprar. Ao aumento da procura interna veio somar-se o crescimento do mercado externo, pois os países arrasados pela guerra, financiados pelo Plano Marshall, passaram a comprar grandes quantidades de produtos e equipamentos para reorganizarem suas indústrias. E as economias dos países capitalistas industrializados se deram esplendidamente bem, pois pela primeira vez, primeiro nos Estados Unidos e depois em outros países, passava a existir uma economia de consumo de massa com base no pleno emprego e rendas reais em crescimento constante, escorada pela seguridade social, por sua vez paga pelas crescentes rendas públicas. Assim, o capitalismo do pós-guerra foi um sistema reformado ou reestruturado, que, de acordo com Hobsbawm, *foi uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e democracia social (ou, em termos americanos, política do New Deal rooseveltiano) com substanciais empréstimos da URSS, que fora pioneira na idéia do planejamento econômico.* [111]

Herbert Marcuse assistiu e vivenciou a gênese e o desenvolvimento desse capitalismo que foi deliberadamente reformulado nos Estados Unidos durante os últimos anos da Segunda Guerra e nos primeiros anos seguintes a esse conflito e depois se expandiu para toda a sua zona de influência. Com um pensamento edificado sobre os pilares do marxismo e do neohegelianismo e que alcança seu cume com a adesão da teoria crítica como metodologia de pesquisa para seus estudos dos fenômenos sociais, que foi largamente utilizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, do qual Marcuse foi um dos mais importantes membros. Esse pensador não poupou esforços em procurar compreender a sociedade que emergia do moderno capitalismo norte-americano. O resultado desse trabalho de Marcuse pode ser apreciado no ano de 1955 com a publicação de *Eros e Civilização,* obra que projetou Marcuse entre os principais críticos da sociedade norte-americana e seu pensamento em um dos mais debatidos no meio intelectual. Neste ensaio, Marcuse procurou aplicar a Psicologia à análise de acontecimentos sociais e políticos, a fim de demonstrar como as funções políticas dos indivíduos, ou seja, sua existência pública acaba absorvendo seus processos psíquicos

---

[111] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos. O breve século XX 1914-19* .Op. Cit. p.265

individuais, anteriormente autônomos e identificáveis, dissolvendo-os no todo social. Em seu prefácio da primeira edição dessa obra, Marcuse explica:

> Tentei reformular certas questões básicas e acompanhá-las num rumo ainda não inteiramente explorado. Tenho consciência do caráter probatório deste ensaio e espero examinar alguns dos problemas, especialmente os de uma teoria estética, mais adequadamente num futuro próximo.[112]

O trabalho *Eros e Civilizaçã,* não foi o primeiro dedicado a compreender o berço do Capitalismo Moderno, no entanto, como esclarece Marcuse na citação acima, seu ensaio aparece como um estudo inovador que vai percorrer novos caminhos a fim de analisar a nova estrutura social norte-americana proveniente das reformulações sofridas no seu sistema capitalista. Esse novo capitalismo, originado nos Estados Unidos e dissipado para todo o bloco capitalista no mundo, foi tema de calorosos debates entre as mais diversas correntes de pensamento. Desta forma, a fim de evidenciar o olhar divergente e inovador de Herbert Marcuse sobre a sociedade do novo capitalismo norte-americano, procurou-se analisar dois trabalhos que se debruçaram, assim como Marcuse, em compreender essa nova sociedade e em apontar suas lacunas e problemas. O critério de escolha foi definido com base nas perspectivas ideológicas de seus autores e na forma evidente como essas perspectivas intervêm em suas análises e críticas. Elegeu-se a obra *O Capital Monopolista* de Paul A. Baran e Paul M. Sweezy, como representante das análises de viés marxista e o tratado *O Novo Estado Industrial* do economista John Kenneth Galbraith como o representante da perspectiva liberal.

Essas duas obras, apesar de suas diferenças analíticas e estruturais, empenham-se em mostrar a evolução do regime competitivo que marcou o século XIX e a primeira metade do século XX, para o regime de planejamento e oligopólios que caracterizou o capitalista moderno dos Anos Dourados. Ambos também se dedicam em demonstrar como a nova configuração econômica teve grande influência sobre a ordem social. Esses dois trabalhos se dedicam a compreender a economia norte-americana das décadas de 1950 e 1960 e foram publicados na segunda metade da década de 1960, esses fatores foram determinantes em nossas escolhas, pois como nossas análises do pensamento de Herbert Marcuse não se deterão em seu ensaio *Eros e Civilização*, mas sim avançarão até a publicação, em 1964, de *A Ideologia da Sociedade Industrial*, onde o autor amplia suas críticas à sociedade norte-americana, neste sentido nota-se a opção

---

[112] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização. Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud.* LTC: Rio de Janeiro, 1999. p.25

por trabalhos contemporâneos como objetos deste estudo. Acredita-se que a aproximação dos debates em torno do novo capitalismo dos Anos Dourados permitirá avançar na direção de seus pontos de convergência tais como suas oposições e suas influências multilaterais.

Galbraith dedica o primeiro capítulo de sua obra às grandes inovações e alterações do sistema econômico dos Estados Unidos a partir do início da Segunda Guerra Mundial. Para este economista, a mais visível transformação foi a aplicação de uma tecnologia cada vez mais complexa e aprimorada à produção de bens. Em segundo lugar, outra importante mudança está na administração das sociedades anônimas, que deixam de estar sob o comando de seu proprietário e passam para as mãos de um grupo de profissionais especialistas escolhidos por um conselho de diretores. Galbraith atenta para a "Revolução Keynesiana" que resultou em uma mudança na relação do Estado com a economia, em que este passou a regulamentar a renda total disponível para a compra de bens e serviços e procurou garantir eficiente poder aquisitivo para comprar tudo que a força de trabalho poderia produzir. O autor incluiu ao conjunto das mais significativas mudanças dos Anos Dourados o desenvolvimento de um aparelho de persuasão e incentivo associado à venda de mercadorias, à redução do poder de influência dos sindicatos e à grande expansão nas matrículas para o ensino superior.

As mudanças citadas acima fazem parte de uma matriz de mudança muito maior: a necessidade de organização da grande empresa. O grande investimento de capital e a organização da produção muito antes do resultado requerem que haja previsão e que se tomem também todas as medidas exeqüíveis para impedir que o que se previu se torne conhecido. Segundo Galbraith, com o advento da Guerra Fria, o termo planejamento adquiriu uma conotação ideológica. Os países comunistas haviam não apenas socializado as propriedades como planejavam toda a sua estrutura econômica. Como a liberdade naqueles países se achava circunscrita, o planejamento foi algo que sociedade liberal passou a evitar. No entanto, o crescente uso da tecnologia e seus respectivos investimentos de tempo e capital forçaram um extenso planejamento da parte das grandes firmas industriais e do próprio governo. Assim, a condenação foi suspensa e o planejamento tornou-se tema de respeito entre os administradores, ocorrendo a elaboração de um "verdadeiro" aparato legal que a facilitasse. Galbraith afirma que a imediata necessidade de que o planejamento substitua o mercado é proveniente dos altos investimentos de capital na produção que não podem ficar à mercê

das incertezas e oscilações do mercado, mas, ao contrário, a regulamentação da oferta e procura deve ser estabelecida por meio da intervenção humana.

Com a pretensão de estabelecer uma relação entre capital e poder, Galbraith retoma a história da economia ocidental e demonstra o alto grau de maleabilidade do poder e a produção como um dos fatores determinantes para que um indivíduo ou grupo concentre ou não poder em suas mãos. O autor distingue três períodos econômicos: o primeiro é caracterizado pela predominância da produção agrícola, desta forma, quem possuía terra, possuía também mão-de-obra e poder político. A descoberta de terras na América, África e Ásia aumentaram a oferta de terras e desencadearam um aumento da necessidade de capital para as viagens, os equipamentos e a supressão das dificuldades. Galbraith afirma *que o homem que possuía ou controlava o capital podia agora dispor da mão-de-obra e das terras necessárias*.[113] A mudança de concentração de poder das mãos dos proprietários de terra para as mãos do capitalista está diretamente ligado à ascensão do capital como importante fator para a aquisição de invenções mecânicas e outras tecnologias importantes para o aprimoramento da produção, ao passo que a terra era, agora, facilmente obtenível. A última etapa desse processo de evolução do poder acaba no sistema de planejamento das décadas de 1950 e 1960, onde, de acordo com Galbraith

> As exigências da tecnologia e do planejamento aumentaram bastante a necessidade que a empresa tem de talentos especializados e de sua organização. O sistema de planejamento tem que confiar, geralmente, em fontes externas para a obtenção desses talentos. Diferentemente do capital, não é elemento que a firma pode fornecer de maneira ampla a si própria. Para serem eficazes, esses talentos têm que estar na organização. Dada uma competente organização comercial, o capital fica então comumente disponível. Mas a mera posse de capital não é agora garantia de que os talentos exigidos possam ser obtidos e organizados. Dada a experiência passada, pode-se esperar encontrar um novo deslocamento de poder na empresa industrial, do capital para a inteligência organizada. E seria de esperar que esse deslocamento refletisse na extensão do poder na sociedade em geral.[114]

Este grupo de inúmeros indivíduos que estão empenhados, em qualquer tempo determinado, em obter, digerir ou trocar e analisar informações é denominado por Galbraith de Tecnoestrutura. Para este autor, esse grupo de profissionais especializados é necessário para a grande firma industrial devido às exigências

---

[113] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.52
[114] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.54

tecnológicas da indústria moderna e da utilização de tecnologias adiantadas que demandam profissionais qualificados no desenvolvimento, trato e manutenção dessas tecnologias sofisticadas utilizadas na produção. No entanto, os requisitos necessários para comandar a produção dessas novidades tecnológicas não podem ser garantidos ou obtidos por meio da posse de capital, pois se tratam de talentos especializados que compõe a minoria social. Desta forma, a organização empresarial moderna, ou a parte dela que tem a ver com a orientação e direção, não está mais nas mãos de um indivíduo detentor de capital, houve um deslocamento de poder para as mãos de um grupo, uma inteligência organizada, a tecnoestrutura, que disponibiliza informações sobre assuntos de ramos específicos, cuja habilidade colabora para o desenvolvimento da empresa. Sobre a necessidade de que a administração de uma grande indústria esteja nas mãos da tecnoestrutra, Galbraith afirma:

> O planejamento, em suma, requer grande variedade de informações. Requer homens com variedade de informações e homens que sejam convenientemente especializados em obter as que se exigem. Deve haver homens cujo conhecimento os permita prever as necessidades e garantir um suprimento de mão-de-obra, materiais e outros elementos exigidos para a produção; homens que tenham conhecimento para planejar estratégias de preços e providenciar para que os fregueses sejam convenientemente persuadidos a comprar àqueles preços; homens que, em níveis mais altos de tecnologia, possuam tais conhecimentos que possam trabalhar eficientemente com o Estado a fim de que este seja apropriadamente dirigido; e homens que possam organizar o fluxo de informações que as tarefas acima e muitas outras exigem.[115]

Com o advento da sociedade anônima moderna, o surgimento da organização exigida pela tecnologia e pelo planejamento moderno e a separação entre o dono do capital e o controle da empresa, o empresário não mais existe como pessoa individual na empresa industrial amadurecida. Para Galbraith o propósito da Sociedade anônima é fazer negócios como faria um indivíduo, mas acrescido da capacidade de reunir e usar capital de várias ou muitas pessoas. Consequentemente, ela pode empreender tarefas que estão além do alcance de um indivíduo. As sociedades anônimas protegem seus fornecedores de capital, limitando suas responsabilidades na proporção de seus investimentos, garantindo-lhes o direito de voto nos assuntos importantes, definindo poderes para diretores e funcionários. Conforme vimos, a tecnoestrutura é um aparelho de decisão em grupo para reunir e verificar as informações fornecidas por

[115] Ibidem. p. 59

muitos indivíduos visando chegar a decisões que estão além do conhecimento de qualquer um deles. Ela requer um alto grau de autonomia e é vulnerável a qualquer intervenção de autoridade externa, pois, dada a natureza da tomada de decisões em grupo e dos problemas a serem solucionados, tal autoridade externa será sempre incompletamente informada e, portanto, arbitrária. Assim, a sociedade anônima ajusta-se às necessidades da tecnoestrutura, proporcionando fontes de capital, acionistas inócuos e, portanto, grande liberdade de atuação.

Paul Baran e Paul Sweezy, em sua obra *Capitalismo Monopolista,* informam que a grande sociedade anônima começou a surgir na segunda metade do século XIX, primeiro nos campos das finanças e ferrovias, estendendo-se à indústria, na passagem do século, e invadindo mais tarde outros setores da economia nacional. Estes autores afirmam que as primeiras empresas gigantes foram organizadas, em conseqüência das fusões, falências e outras emergências, por uma classe de promotores financeiros que se tornaram conhecidos na história dos Estados Unidos como "magnatas". Baran e Sweezy destacam que o centro do mundo econômico, nessa época, não era a empresa, mas o magnata, que controlava e administrava uma série de companhias em vários ramos de atividade. Estes dois autores defendem que existe uma grande diferença entre o dirigente empresarial das sociedades anônimas da década de 1950, para os magnatas do começo do século. Segundo Baran e Sweezy,

> Há muitas formas de descrever o contraste entre o magnata e o dirigente moderno. O primeiro foi o pai da empresa gigante, o segundo é seu filho. O magnata permanecia fora e acima, dominando a empresa. O dirigente é um homem de dentro, dominado por ela; a fidelidade de outro é para com a organização a que pertence e através da qual se expressa. Para o primeiro, a empresa era apenas um meio de enriquecimento; para o segundo, o bem da companhia tornou-se uma finalidade ao mesmo tempo econômica e ética. O primeiro roubava da empresa e o segundo rouba para ela.[116]

Da mesma forma que procuraram estabelecer as diferenças entre o magnata e o dirigente empresarial, Baran e Sweezy, buscaram esclarecer a diferença na estrutura entre as empresas que estes e aqueles administravam. As companhias gigantes das décadas de 1950 e 1960 possuíam uma altíssima capacidade de maximização de seus lucros nas mesmas proporções que as empresas individuais do período dos magnatas, no entanto, esses dois autores defendem que há pelo menos duas grandes diferenças entre esses dois tipos de empresa: a fuga sistemática dos riscos e uma atitude de tolerância

[116] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 39

para com os outros membros do mundo empresarial. O capitalista individual (o magnata) não possuía o hábito de calcular os riscos, apenas apostava em investimentos, sem conhecer ou preocupar-se com as possibilidades negativas. A grande companhia apresenta um enorme e complexo investimento de capital em sua produção cujo valor deve ser mantido em funcionamento. Esta condição, e da mesma forma as proporções das operações da companhia, impõe uma especialização e racionalização da função administrativa, a fim de fazer com que os riscos sejam reduzidos e as possibilidades estejam todas ao seu favor. A atitude de tolerância, afirma Baran e Sweezy, se restringe aos grandes negócios das companhias devido à amplitude de seus investimentos. Sobre isso os autores escrevem:

> Se uma grande empresa não é concorrente de outra, provavelmente será cliente ou fornecedor dela; e nesse mundo de relações empresariais, o princípio soberano é a reciprocidade, que implica o comportamento correspectivo, tal como a concorrência (...) Conscientes de seu poder e posição na comunidade nacional, tendem naturalmente a formar uma ética de grupo que exige solidariedade e ajuda mútua, e a apresentar uma frente única ao mundo exterior.[117]

Nas primeiras fases do desenvolvimento da sociedade anônima, e notadamente na década de 1930, temia-se que os homens que estivessem no controle fizessem dela um instrumento para seu enriquecimento pessoal. E isso, temia-se também, destruiria a sociedade anônima como um todo. Para Galbraith, o perigo de abuso através da maximização pessoal dos lucros desapareceu quando o poder passou para a tecnoestrutura. Em todas as sociedades anônimas em que a maximização de lucros pessoais causou alarme nas décadas de 1920 e 1930, havia ainda uma figura empresarial dominante. Porém, Galbraith afirma que seu controle apoiava-se na posição financeira e não na competência administrativa ou técnica. *A tecnoestrutura não fornece capital e sim talento especializado e organização.*[118] Seu advento, com suas novas atitudes profissionais e seu poder largamente difuso atuaram como salvaguarda contra a ganância dos empresários ou magnatas. Os membros da tecnoestrutura não recebem os lucros que maximizam e muito menos os ambicionam, pois, de acordo com Galbraith, se os membros da tecnoestrutura procedem assim – *operando com as ações da companhia ou dos fornecedores ou nos mercados de produtos, colocando-se juntamente*

---

[117] Ibidem. p.58
[118] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.99

com seu conhecimento a serviço de uma firma por determinado preço a sociedade anônima seria um caos de ganância competitiva.[119]

Em sua obra *O Novo Estado Industrial*, Galbraith dedicou alguns capítulos à teoria geral da motivação. O autor afirma que nas sociedades contemporâneas a idéia de organização se estende em todos diferentes setores que as constituem. Isto implica que os indivíduos participantes de qualquer tipo de organização sejam persuadidos a por de lado seus propósitos ou objetivos pessoais e seguir os da organização. Para Galbraith existem diferentes formas de conseguir que o indivíduo deixe de lado suas preferências em favor dos objetivos do grupo. A motivação por compulsão é definida como uma recompensa negativa de punição para aqueles que se recusam a aceitar os objetivos do grupo, já a motivação pecuniária, por sua vez, constitui-se no pagamento como forma de recompensa pelo apoio do indivíduo à organização. A influência motivadora chamada de identificação consiste na conclusão do indivíduo de que seus objetivos são inferiores ao do grupo e por fim a adaptação, em que o indivíduo é motivado pela esperança de poder transformar os objetivos do grupo mais parecidos com os seus. Segundo Galbraith,

> A perseguição dos objetivos da organização, em razão da perspectiva ou da esperança de adaptá-los mais estreitamente às preferências do participante, é uma motivação importante (...), pois, a adaptação, como se evidenciará, muito tem a ver com o apetite de poder num mundo de organização.[120]

As sociedades anônimas, ou companhias amadurecidas, são organizações grandes e complexas, onde os indivíduos se adaptam a seus objetivos em resposta a motivos básicos diferentes em combinações variadas. Os acionistas comuns que não se identificam com os objetivos da empresa e sobre os quais não esperam influir são influenciados pela motivação pecuniária. Os operários de produção são motivados de forma mista pela compensação pecuniária e identificação. A compensação pecuniária é a mais importante, pois estimula o trabalhador a encarar o trabalho rotineiro e tedioso na linha de produção, por outro lado, sua associação diária e imediata com a empresa constitui em um incentivo à identificação. A tecnoestrutura, por sua vez, constituída pelos mais variados grupos de supervisores, mestres, técnicos, engenheiros, executivos, cientistas, projetistas e outros especialistas, garante o poder de tomar decisões para cada

---

[119] Ibidem. p.96
[120] Ibidem. p.105

um desses grupos. Por conseguinte, grande número de pessoas tem acesso, ou a ilusão de ter acesso, ao poder. Desta forma, Galbraith conclui que

> A adaptação, como motivo, é mais forte à medida que nos aproxima dos círculos internos da tecnoestrutura. Nisso, tanto a ilusão como a realidade do poder são maiores. O indivíduo terá razões cada vez mais fortes para sentir que, servindo à organização, poderá alinhá-la mais intimamente aos seus objetivos. As decisões dos grupos nos quais ele participa terão um raio de ação mais amplo, e sua posição mais alta na hierarquia contribuirá para sua impressão de poder.[121]

Galbraith chama de princípio da coerência a relação entre a sociedade em geral e a organização. Para este autor, esta relação deve funcionar sob a regência dos mecanismos que coordenam a relação entre a organização e o indivíduo. Deve haver coerência nos objetivos da sociedade, da organização e do indivíduo, e nos objetivos que induzem as organizações e os indivíduos a seguirem esses objetivos. A companhia amadurecida não é compelida a maximizar seus lucros, seu objetivo principal é a autonomia da tecnoestrutura e o nível mínimo de ganhos garantidos por esta. Contudo, embora liberados, os objetivos da empresa têm que estar em harmonia com os da sociedade e também com os dos indivíduos que a formam. Assim, se o crescimento da empresa é bom para a tecnoestrutura, o crescimento econômico será certamente um bem para a sociedade. A coerência é igualmente necessária no caso da identificação. O indivíduo só se identifica com os objetivos da empresa se esta estiver identificada, em seu modo de ver, com algum objetivo social importante. Considerando que nenhum outro objetivo social é mais fortemente admitido que o crescimento econômico, Galbraith conclui:

> Dada a concordância de ser o crescimento econômico um objetivo social, o objetivo da tecnoestrutura tem um forte propósito social. Seus membros podem identificar-se com ela, seguramente cônscios de que estão servindo a uma finalidade maior que a deles. Eles procuram promover o crescimento da firma. Isso promove o crescimento da economia. A identificação, como motivação, reforça o interesse próprio associado a essa expansão. (...) A aceitação do crescimento econômico como objetivo social coincide estreitamente com a subida ao poder da companhia amadurecida e da tecnoestrutura. E esta última tem toda razão para julgá-lo como um objetivo social. Ela não discute os méritos desse objetivo. Como sempre, procede pela presunção maciça.[122]

Baran e Sweezy afirmam que o fato do homem da empresa dedicar-se ao progresso de sua companhia *é resultado dos efeitos seletivos e modeladores das*

---

[121] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.122
[122] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p.136

instituições sobre o pessoal que as faz funcionar[123]. Sob a ordem social do capitalismo, a mais alta forma de êxito é o dos negócios e, sob o capitalismo monopolista, onde predomina o poder das sociedades anônimas, a mais alta forma de negócios é a grande empresa. Estes autores destacam que os negócios formam um sistema ordenado, cujo princípio orientador é aproximar-se o máximo possível da cúpula de administradores dentro de uma empresa que esteja o mais alto possível entre as empresas. A necessidade de dedicar os lucros obtidos ao fortalecimento da posição financeira e da intensificação do crescimento da companhia. Tais coisas se tornam as finalidades e valores subjetivos do mundo dos negócios, porque são as exigências objetivas do sistema. O caráter do sistema capitalista determina a psicologia de seus membros e não o inverso. Para exemplificar essa idéia, Baran e Sweezy reiteram que

> Nesse sistema, o procedimento normal para um jovem ambicioso deve ser procurar aproximar-se o máximo possível da cúpula de uma grande companhia. Quando ingressa numa empresa, ele se dedica a dois objetivos: subir na escala administrativa e fazer progredir a posição relativa de sua companhia no mundo empresarial. Na prática, tais objetivos são indiscutíveis: a ascensão do jovem na companhia depende de sua contribuição para melhorar a posição desta. É essa a essência da questão, e a razão pela qual podemos dizer, sem restrições, que o homem da empresa se dedica ao progresso de sua companhia, e isso precisamente na medida em que se dedica ao seu progresso pessoal.[124]

Paul Baran e Paul Sweezy denominam de Capitalismo Monopolista[125] um sistema econômico constituído de empresas gigantes, também conhecidas como sociedade anônima ou corporações, predominantes no mundo capitalista dos Anos Dourados. Os autores que, não estão fazendo abstração das pequenas empresas, esclarecem que esses dois setores não podem ser vistos de forma qualitativamente igual. Para Baran e Sweezy, o mundo do Capitalismo Monopolista,

> É dominado pelos grandes negócios e pelas grandes empresas que se empenham em maximizar o lucro e acumular capital. São administradas por homens de empresa cuja sorte está identificada com o êxito ou fracasso da companhia. Eles olham para o futuro e calculam com cuidado. É a sua iniciativa que coloca a economia em movimento, seu poder que a mantém em atividade, suas políticas que criam dificuldades

---

[123] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1966. p. 46

[124] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p.47

[125] O tipo de capitalismo que se originou nos Estados Unidos nos anos após o término da Segunda Guerra Mundial e depois adquiriu dimensões mundiais, caracterizado pela intervenção estatal, controle dos preços da mercadoria e de sua demanda e pela grande utilização de alta tecnologia na produção, recebeu diferentes denominações. Paul Sweezy e Paul Baran o denominaram de Capitalismo Monopolista, enquanto John Kenneth Galbraith estabeleceu o conceito de Sistema de Planejamento. Como pretende-se utilizar do estudo desses autores para obter maior domínio sobre as críticas e estudos a respeito do novo capitalismo norte-americano, seus conceitos aparecerão de forma recorrente em nosso trabalho.

> e crises. A pequena empresa se localiza na extremidade receptora, reagindo às pressões das grandes empresas e em certa medida modelando-as e canalizando-as, mas sem o poder efetivo de contrabalançá-las e ainda menos de exercer uma iniciativa independente própria.[126]

Apesar de reconhecerem a existência de um planejamento autêntico nas grandes companhias, Baran e Sweezy afirmam que o capitalismo monopolista é tão sem planificação como o seu predecessor, o capitalismo competitivo. As grandes empresas se relacionam mutuamente, relacionam-se com os consumidores, os empregados e as empresas menores, principalmente através do mercado. Para estes autores, a forma pela qual o sistema funciona é ainda o resultado não-intencional de atos de interesse próprio das numerosas companhias que o compõem. Como as relações de mercado são essencialmente relações de preço, estes autores se dispõem a analisar o mecanismo de preços nesses dois sistemas. No capitalismo competitivo a empresa individual aceita os preços, ao passo que no capitalismo monopolista a grande empresa é quem determina os preços.

O poder e a liberdade das empresas gigantes em escolher os preços a serem cobrados pelos seus produtos e, desta forma, não ficarem à mercê do mercado é explicado por Baran e Sweezy por meio da teoria tradicional sobre o monopólio. O monopolista é definido como o único vendedor de uma mercadoria para qual não há sucedâneos. Como não existe um vendedor rival, a variação do preço de mais alto para mais baixo resulta em maior ou menor número de compradores e nenhum tipo de reação ou retaliação uma vez que não há concorrência. Os autores defendem que a empresa gigante, neste sentido, não é monopolista. Ela é uma das várias empresas que produzem o mesmo tipo de mercadoria e que são sucedâneos mais ou menos adequados entre si. Portanto, quando uma delas varia o preço, o efeito será sentido imediatamente pelas outras. Assim, uma firma pode fazer uma estimativa cuidadosa do preço que leva à maximização de seus lucros, mas ela está intimamente dependente dos preços cobrados pelos seus rivais. Como as tecnologias exigem um comprometimento de tempo e capital na produção, deixar os preços aos "caprichos" do mercado não dirigido apresenta-se como uma possibilidade descartada para as grandes empresas, que se inclinou para o planejamento de operações ordenadas e lucrativas.

O grande objetivo dessas empresas consiste em eliminar a redução de preços, a instabilidade do mercado e buscar de forma racionalizada os lucros máximos, assim,

---

[126] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p.60

elas abandonam a guerra de preços como uma arma competitiva e desenvolvem um sistema de acordo tácito adequado aos seus objetivos. Com a finalidade de coordenar e regulamentar os preços e as produções estes acordos informais foram exemplificados por Baran e Sweezy:

> Nos Estados Unidos, onde por motivos históricos a ideologia da concorrência continuou sendo forte, apesar do fato real da monopolização, as leis antitrustes impedem, com eficiência, tais acordos abertos entre vendedores. O acordo secreto é, sem dúvida, comum, mas tem suas desvantagens e riscos, sendo difícil considerá-lo como a norma para a qual tende uma indústria oligopolista típica. Tal norma, parece claro, é uma espécie de acordo tácito, cuja forma mais aperfeiçoada se encontra na chamada "liderança de preços".[127]

Paul Baran e Paul Sweezy defendem que as empresas mais poderosas do mercado acabam assumindo a posição de liderança de preço, isto é, a empresa que serve como referência no estabelecimento de preços das mercadorias. Nesta, todas as firmas estão comprometidas em aceitar o julgamento feito por ela. Os autores defendem que o monopólio, tratado como caso especial pelos economistas na teoria geral dos preços, revela-se, no regime do capitalismo monopolista, um caso geral. Galbraith informa que essa situação de mercado é reconhecida pela teoria microeconômica sob o cognome de oligopólio. Para Galbraith, presume-se que tenha em sua formação de preços alguns dos poderes de um monopólio e de algumas das restrições da concorrência. Baran e Sweezy esclarecem que, no monopólio puro, os preços sobem ou descem com igual facilidade, dependendo somente do resultado que sua manutenção acusará nos lucros. Nos oligopólios, a incerteza dos procedimentos impede que o preço seja tão favorável aos participantes como é do monopólio. Por isso, existe uma tendência para deixá-lo inalterável durante longos períodos, visto que qualquer movimento substancial poderá provocar o risco de outros não acompanharem a alteração.

Galbraith analisa que a firma oligopolista, por maior que seja, *permanece sujeita ao controle do mercado. Via de regra, deseja maximizar seus lucros. Esforça-se o melhor que pode e, embora falhe e esse malogro torne seu desempenho mais tolerável que o de um monopólio, isso a torna menos sujeita ao controle do mercado.*[128] A política governamental estabelece que o monopólio é ilegal e não presume que o poder do mercado associado ao oligopólio ou ao pequeno número de empresas produza, por princípio, resultados diferentes. Portanto, ele está sob suspeita semelhante. Mas, de

---

[127] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 68-69
[128] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 140

acordo com Galbraith, como o oligopólio é mais abrangente e na prática parece servir muito bem, nada é feito contra ele, ou seja, tende-se a ignorar o oligopólio do qual se concorda ter as mesmas consequências do monopólio, que por sua vez, é ilegal. Sobre os debates em torno da condenação e aceitação do oligopólio, Galbraith critica:

> O conflito entre a condenação legal do monopólio e sua aceitação de facto na forma ligeiramente imperfeita de oligopólio é flagrante. Na vida real, conforme se observou, é obscurecido pela própria exaustividade da discussão que cerca o assunto e também por muita atividade coativa que não trata da realidade do poder do oligopólio e do mercado, porém de atos que poderiam promovê-lo. [129]

Esse controle é exercido, segundo Galbraith, de modo que sirva aos objetivos da tecnoestrutura. Eles, como já observamos, consistem primeiro em minimizar os riscos oferecidos pelo mercado e, segundo, em maximizar o crescimento da firma e o consequente crescimento dos lucros. Assim, os preços são controlados e a concorrência evitada de modo a atender a esses objetivos. Os preços baixos aumentam o número de fregueses e expandem as vendas de tal forma que elevam os lucros e garantem a satisfação dos acionistas. Neste sentido, os preços se conciliam com os objetivos sociais, ou com aqueles que a sociedade foi persuadida a aceitar como objetivos. Galbraith explica que essa é a razão pela qual os oligopólios gozam de imunidade perante a lei. Por mais socialmente hostil que seja o controle de preços, a lei é impotente para aplicar penalidade diante do que é socialmente aceitável.

Os três autores referidos apreciaram em suas obras a importância do controle de preços enquanto uma estratégia da teconoestrutura ou dos homens de negócio para afastar o risco de perdas e de movimentos descontrolados do mercado. Porém, todos esses autores defendem que o controle de preços pouco contribui para a realização desses objetivos. Galbraith, Baran e Sweezy enfatizam a importância de entrelaçar o controle de preços ao controle sobre as quantidades que são compradas ou vendidas, e afirmam que o controle da demanda é uma indústria que cresce rapidamente nos Estados Unidos dos anos cinquenta. Ela abrange uma gigantesca rede de comunicações, um grande dispositivo de organizações de comercialização e vendas, quase toda a indústria da publicidade, inúmeras pesquisas auxiliares e variados profissionais empenhados em vender mercadorias. Baran e Sweezy afirmam que estando os preços sob a custódia do planejamento das firmas, cabe a estas competir no quesito preferência

---

[129] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 143

do consumidor. O arsenal disponibilizado nessa competição é amplo e variado, porém o objetivo é único: o controle do comportamento do consumidor.

A larga utilização de tecnologias na produção e suas frequentes renovações garantiram um aumento significativo no número excedente de mercadorias disponível no mercado. A existência desse excedente reduziu os preços e tornou acessíveis as novas tecnologias a todo o mercado. Com o aumento da renda das massas e com a introdução do rádio e depois da televisão no mercado, a publicidade cresceu astronomicamente e seu poder de persuasão atingiu proporções desconhecidas. A estratégia do publicitário é "martelar" na cabeça das pessoas a conveniência indubitável, e, na verdade, a necessidade imperativa, de possuir o mais recente produto que surge no mercado. Ela exige que as pessoas não tenham limites na aquisição de mais mercadorias. Sobre o esforço publicitário em estimular o consumo constante dos "novos" produtos oferecidos pelo mercado, Baran e Sweezy afirmam que

> A função da publicidade, talvez a sua função dominante hoje, torna-se assim a de travar, em nome dos produtores e vendedores dos bens de consumo, uma guerra incessante contra a poupança e em favor do consumo. E o principal meio de realizar tal tarefa é provocar modificações na moda, criar novas necessidades, fixar novos padrões de status, impor novas normas de propriedade. O êxito indiscutível da publicidade, na realização desses objetivos, fortaleceu de muito seu papel como força contrabalançadora da tendência que tem o capitalismo monopolista a estagnar e ao mesmo tempo marcou-o como o principal arquiteto do famoso "Modo de Vida Americano".[130]

Galbraith afirma que o sistema de planejamento investe na publicidade como principal recurso no controle do mercado consumidor. Esta escolha é definida pela capacidade da publicidade de prender a atenção do consumidor durante consideráveis períodos de tempo e de uma maneira comparativamente sem esforço, além disso, ela pode atingir as pessoas em todos os graus de inteligência e de diferentes classes sociais. Este economista defende que esta eficiência das campanhas publicitárias são resultados de sua forte influência ao consumo e das reações psíquicas provocadas pela aquisição dos produtos divulgados por elas. De acordo com Galbraith:

> A maioria dos bens serve a necessidades que se manifestam por alguma reação psíquica à sua posse. Eles lhe dão uma sensação de realização pessoal, proporcionam-lhe uma sensação de igualdade com seus vizinhos, desviam-lhe a mente da reflexão, servem às aspirações sexuais, prometem aceitabilidade social, acentuam-lhe a sensação subjetiva de saúde, bem-estar ou peristalse regulada, contribuem dentro

[130] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 132

> dos cânones convencionais, para a beleza pessoal ou são, de qualquer outro modo, psicologicamente compensadores.[131]

Sobre a capacidade da publicidade de persuadir as massas ao consumo de mercadorias além de suas necessidades primárias, Baran e Sweezy afirmam que

> A publicidade confessadamente desvia as compras dos consumidores de uma mercadoria para outra, faz com que tomem suas decisões de compra baseados em motivos irracionais, e os induz a gastar parte de sua renda em produtos indignos ou adulterados, é culpada pela falsificação do resultado da livre escolha dos consumidores e assim de interferir na maximização da satisfação dos consumidores.[132]

O autor de *O Novo Estado Industrial* vai criticar a aliança entre o Estado e a iniciativa privada. O autor como um liberal, vê na formação do Estado do bem-estar e na sua relação com as empresas maduras, uma associação negativa que desvirtuou as relações das empresas individuais e de seus empresários com a política. Galbraith procura esclarecer a diferença nas relações estabelecidas entre Estado e empresas individuais e grandes corporações, afirmando *que a relação existente entre a tecnoestrutura e o Estado difere da que existe entre este e a empresa individual*.[133] Este economista esclarece que as relações entre Estado e a empresa individual foram principalmente pecuniárias e na maioria das vezes instáveis. A empresa forte resultaria em sua autonomia frente às restrições públicas; o Estado forte interferia direta ou indiretamente no poder privado. Galbraith admite um equilíbrio nessa relação de base liberal. O Estado tinha muita coisa a oferecer para a iniciativa privada que era pecuniariamente vantajoso, por meio de tributação e regulamentos. A empresa individual tinha a capacidade de despender recursos para fins políticos que refletissem suas vantagens. De acordo com Galbraith, *enquanto a empresa individual teve recursos com que comprar oportunidades pecuniárias do Estado, manteve-se também independente dele*[134]. O contrário não ocorre em relação à tecnoestrutura que é muito mais limitada que o empresário pelo fato de os membros que a compõem não receberem eles mesmos os rendimentos da companhia, o que dificulta que estes possam, como o empresário, estender os recursos financeiros a fim de adquirir benefícios políticos. Galbraith defende que os empresários acabaram vítimas de uma conspiração entre Estado e as grandes corporações quando afirma que

---

[131] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 153
[132] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 128
[133] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 218
[134] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 219

> Até tempos relativamente recentes, o tom e a atitude dos negócios sobre esses assuntos eram ditados pelos empresários. Destituídos da inibição política da organização, eram mais francos. Diferentemente dos membros da tecnoestrutura, tinham também suas queixas. Os membros da tecnoestrutura nada diziam ou então ecoavam as queixas dos empresários sobre o Governo, pois era a sabedoria convencional do homem de negócio. (...) As equipes das organizações empresariais continuavam, sob uma orientação inerte, a recitar ladainha das queixas dos empresários. Estes não viam que a acomodação do Estado às necessidades da companhia amadurecida era uma fonte substancial de seu desconforto. Não viam que eles eram, na realidade, as vítimas de uma conspiração passiva entre outros homens de negócios e o Estado.[135]

A empresa individual tinha um relacionamento pecuniário com a sociedade. O mercado transmitia ao empresário as instruções do consumidor por meio da linguagem da oferta de mais ou menos rendas, mais ou menos produtos. Seu relacionamento com os empregados era predominantemente pecuniário, estes o serviam por dinheiro. O fator dominante nas relações com o Estado era o mesmo, o empresário procurava influenciar o Estado a fim de aumentar seu lucro pecuniário e o Estado obtinha seus préstimos, quando necessário, pagando por eles e utilizando de seus poderes fiscais e reguladores. A companhia amadurecida, em contraste, depende do Estado para conseguir mão-de-obra especializada, regulação de demanda agregada. O Estado, por meio de aquisições militares e de ordem técnica, financia-lhe os maiores comprometimentos de capital em suas áreas de tecnologia mais avançada. Todas estas são importantes ao planejamento com o qual ela substitui o mercado. O Estado, por sua vez, interessa-se seriamente pela estabilidade da economia e por sua expansão ou crescimento, pela educação, pelo progresso técnico e científico e, mais notadamente, pela defesa nacional. Todos esses objetivos têm sua contrapartida nas necessidades e objetivos da tecnoestrutura. Esta exige estabilidade na demanda de seu planejamento. O crescimento traz consigo promoção e prestígio. Exige mão-de-obra treinada. Precisa que o governo financie as pesquisas e o desenvolvimento. Assim como o indivíduo serve à tecnoestrutura em resposta a um complexo sistema de motivação em que a identificação e a adaptação são extremamente importantes, também a mesma motivação se reflete nas relações entre a companhia amadurecida e o Estado. Sobre essa relação de adaptação e identificação entre Estado e tecnoestrutura, Galbraith reitera:

> Não há divisão nítida entre o Governo e a firma privada; a linha torna-se muito indistinta e mesmo imaginária. Cada uma das organizações é importante para a outra; os membros se misturam no trabalho cotidiano;

---

[135] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 222

> cada uma delas passa a aceitar os objetivos da outra e a adaptá-los aos seus. Cada uma delas é, portanto, uma extensão da outra. (...)[136]

O Estado, nas décadas de 1950 e 1960, aparece como uma das principais alternativas de absorção do excedente produzido pela iniciativa privada. De acordo com Baran e Sweezy, *a estrutura da economia capitalista monopolista é tal que um volume continuamente crescente de excedente simplesmente não poderia ser absorvido pelos canais privados: se não houvesse outros escoadouros, ele não seria produzido*[137] Para esses autores, o capitalismo monopolista não cria bastante procura efetiva para garantir a plena utilização seja do trabalho ou da capacidade produtiva de sua sociedade. A importância da ativação desses recursos ociosos está na sua capacidade de produzir os meios necessários de subsistência dos produtores, mas também dos volumes adicionais de excedente. Neste contexto, o governo assume o papel de principal criador dessa procura efetiva, aumentando, consequentemente, seu controle sobre os bens e serviços sem interferir nas rendas de seus cidadãos. Essa criação da procura efetiva pode tomar a forma de compras governamentais diretas de bens e serviços, ou como subvenções a homens de negócios e agricultores, benefícios aos desempregados, pensões aos aposentados, etc.

Este sistema capitalista produz bens e presta serviços num vasto e crescente volume. No entanto, a ampla camada de pobres que, em quaisquer testes que se apliquem, estaria fora do sistema capitalista monopolista, caracteriza o grupo dos que não foram atraídos para o serviço ou que não possuem condição de se qualificarem, exigência de um sistema de produção baseado nas inovações tecnológicas. *Dada a incapacidade do capitalismo monopolista de proporcionar usos privados para o excedente que pode criar facilmente, não pode haver dúvida de que é do interesse de todas as classes que o governo aumente constantemente suas despesas e seus impostos.*[138] Como o sistema capitalista dos Anos Dourados não foi capaz de eliminar o desemprego e a pobreza e, além disso, reduziu o número de trabalho manual a partir do uso intenso de alta tecnologia, a capacidade de negociação com a classe operária e, portanto, a capacidade de defender ou melhorar seu padrão de vida e, em proporções menores, reduzir o nível de desemprego, restringiu-se ao Estado. Com a geração de

---

[136] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 229
[137] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 151
[138] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 154

emprego e consequentemente o aumento do mercado consumidor o trabalho do Estado recebeu apoio absoluto dos mais diferentes grupos sociais.

No decorrer da maior parte da história do homem, os interesses e conflitos políticos originaram-se de interesses e conflitos econômicos. A política tem sido a expressão de interesses de credor e devedor, internos e de exportação, urbanos e rurais, de produtor e consumidor e clássica luta entre empresários e trabalhadores. Galbraith afirma que o sistema de planejamento absorve esses interesses de classes. Absorve-os parcialmente minimizando a realidade dos conflitos e, em parte, explorando a resultante maleabilidade da atitude de obter o controle das ideologias. Desta forma, os objetivos do sistema de planejamento, nesse processo, tornam-se, segundo Galbraith, os objetivos de todos que se acham associados a ele e, portanto, por leve extensão, os objetivos da própria sociedade. Baran e Sweezy afirmam que toda vez que a massa procurou se organizar para conquistar o poder político formal e em seguida procuraram usá-lo de forma que ameace o poder econômico e os privilégios da oligarquia capitalista, o sistema enfrentou crises que resultaram na subida de governos autoritários para enfrentar esses movimentos de oposição. Como segunda forma de oposição aos movimentos radicais Baran e Sweezy defendem que:

> (...) nos países capitalistas desenvolvidos, especialmente os que têm uma longa história de Governo Democrático, as oligarquias relutam em recorrer aos métodos autoritários para enfrentar os movimentos de oposição ou resolver problemas difíceis, e ao invés disso, criam métodos mais indiretos e sutis para realizar seus fins. Fazem concessões para diminuir a agressividade dos sindicatos e dos movimentos trabalhistas e políticos que professam objetivos radicais. Seus líderes são comprados – com dinheiro, lisonjas e honras. Em conseqüência, quando conquistam o poder, permanecem dentro dos limites do sistema, tentando simplesmente conseguir mais algumas concessões aqui e ali, para manter a massa satisfeita sem contudo jamais desafiar os verdadeiros bastiões do poder oligárquico na economia e nos ramos coercivos do poder estatal. [139]

Os Estados Unidos são reconhecidos por Paul Baran e Paul Sweezy como uma típica democracia burguesa. Pela teoria constitucional, o povo exerce um poder soberano, na prática uma oligarquia de uma minoria detentora de capital. Estes autores afirmam que a criação do sistema de divisão de poderes, cuja finalidade era tornar o mais difícil possível a subversão do sistema de relações de propriedade existente, foi pensada como alternativa contra a possibilidade da massa procurar transformar, por meio do direito de voto, sua soberania nominal em poder real. Assim, as instituições

[139] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 160

governamentais que surgiram nos Estados Unidos inclinaram-se no sentido de proteger os direitos e privilégios das minorias: possuidores de propriedade. Baran e Sweezy afirmam que os *Estados Unidos tornaram-se uma espécie de utopia para a soberania privada da propriedade e do comércio. A estrutura mesma do Governo impedia a ação efetiva em muitas áreas da economia ou da vida social*[140] O Governo tendeu-se ao papel positivo de limitar-se rigorosamente a umas poucas funções que poderiam gozar da aprovação de substancialmente todos os elementos das classes abastadas. Mas o advento da Grande Depressão trouxe a necessidade de que o Governo desempenhasse um papel maior e, muitas vezes, concorresse com os interesses privados para poder atender às muitas necessidades sociais e promover as operações de salvamento de muitos proprietários ameaçados pela crise. Veio então a guerra e as despesas governamentais elevaram-se e o desemprego baixou, desde então, o Governo mantém sua posição de apoio no equilíbrio da economia.

O sistema de planejamento adapta os objetivos da sociedade às suas necessidades. Expansão da produção de mercadorias e de seu consumo, comprometimento com as inovações tecnológicas, preferência pelos bens de consumo ao lazer, tratam-se de necessidades das oligarquias capitalistas que coincidem com a virtude social. Galbraith afirma que com isso a tecnoestrutura garante o êxito da organização da qual depende, porém, a *maioria das pessoas julgam existir nisso um aspecto inconfortavelmente coletivista e monolítico*.[141] Esta aliança entre Estado e tecnoestrutura com o objetivo de garantir o desenvolvimento das grandes corporações e ao mesmo tempo promover um bem-estar social, se depara, segundo Galbraith, com um mal-estar evidente que a princípio atingiu a juventude que passou a rejeitar as atitudes convencionais sobre trabalho, carreira, roupas e política exterior, e depois espalhou-se pela classe educacional e científica.

Baran e Sweezy afirmam que o objetivo de ambos ao desenvolverem sua obra *Capitalismo Monopolista* não foi apenas contribuir para a compreensão dos princípios da economia americana dos Anos Dourados, mas também conhecer as forças que moldam as vidas que formam os espíritos e determinam o desenvolvimento das pessoas daquela sociedade. Estes autores reconhecem que

> A desorientação, apatia e, frequentemente, o desespero, perseguindo os americanos em todos os setores da vida, assumiram em nossa época as dimensões de uma crise profunda, que afeta todos os

[140] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 161
[141] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 269

> aspectos da vida nacional, tingindo-lhes as esferas sócio-política e individual - a existência cotidiana do homem comum. Uma pesada e estranguladora sensação do vazio e inutilidade da vida impregna o clima moral e intelectual dos Estados Unidos.[142]

Uma crise aguda e generalizada que se agravou nos anos após a Segunda Guerra Mundial é reconhecida por Baran e Sweezy como resultado do capitalismo monopolista que *apesar de toda a produtividade e riqueza que criou, fracassou totalmente em fundar as bases de uma sociedade capaz de promover o desenvolvimento saudável e feliz de seus membros*[143]. Esses dois pensadores marxistas afirmam que apesar do desemprego ter sido praticamente eliminado nos anos posteriores à Segunda Guerra devido à fase de prosperidade baseada na Guerra Fria e nos enormes orçamentos militares que a acompanharam, a pobreza continuava existindo, como ocorrera sempre, e que ela estava se difundindo e se agravando. Os autores afirmam que as novas tecnologias do período pós-guerra acentuaram agudamente as desvantagens dos trabalhadores não-especializados e semi-especializados e aumentaram o número de desemprego. Além disso, os autores destacam a difusão dos cortiços nos grandes centros urbanos na década de 1950, o aumento gritante do número de automóveis que congestionaram e poluíram as cidades, a difusão dos bairros de periferia como uma alternativa de qualidade de vida para a classe média-alta e a difícil situação da educação, que segundo Baran e Sweezy:

> Em todo o nosso sistema educacional, de alto a baixo, há pouco lugar para a formação e cultivo do intelecto, para o aparecimento e florescimento do indivíduo capaz de uma abordagem inteligente, crítica, do mundo circundante, que foi ensinado e aprendeu a pensar no presente como história. E a grande maioria, os que recebem apenas uma educação secundária superficial ou conseguem obter um diploma universitário qualquer, ingressam na vida prática incapazes de pensar com clareza, sabendo cada vez menos sobre um número cada vez maior de assuntos, e destituídos de todo respeito pelo intelecto e pelo conhecimento e sabedoria acumulados da humanidade.[144]

Galbraith afirma que o sistema de planejamento geralmente ignora ou considera sem importância os serviços do Estado que não estejam estreitamente ligados às necessidades do sistema. A defesa nacional, o apoio às pesquisas e ao desenvolvimento tecnológico, as necessidades colaterais do crescimento industrial como

---

[142] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 281
[143] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 284
[144] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 328

controle de rodovias e tráfego aéreo não são negligenciados. Tampouco a educação. O crescimento do sistema de planejamento induziu enorme expansão da educação. Como a característica orgânica do sistema de planejamento consiste em validar seus objetivos e adquirir a aceitação social destes, a educação não foge desta regra, ou seja, o sistema de planejamento procurou adaptá-la às suas necessidades. Assim, o sistema de ensino superior recebe grandes verbas e incentivos estatais visando que suas instituições formem profissionais qualificados para a indústria e tecnoestrutura. De acordo com Galbraith, os estudos superiores dedicados à estética (arte) e às humanidades são ignorados pelos financiadores, pois além de apresentarem pouca utilidade ao sistema de planejamento, essas duas categorias do pensamento humano, desenvolvem indivíduos críticos e deslocados do monoteísmo vigente. Para Galbraith, cabe à dimensão estética e à educação promoverem um pluralismo político-cultural capaz de promover as ideias daqueles que, intelectualmente falando, preferem sair do sistema de planejamento.

Coube ao Estado afirmar a prioridade da dimensão estética contra a necessidade industrial e também ser seu patrocinador e incentivador. A educação por sua vez deve emancipar-se do sistema de planejamento. Galbraith defende uma maior autonomia dos sistemas universitários e da administração de suas verbas, a fim de garantir a produção de estudos que colaborem para a emancipação humana e o pluralismo cultural. Sobre a importância de o sistema educacional assumir o controle de sua administração e colaborar para a independência da sociedade em relação ao sistema de planejamento, Galbraith afirma:

> Para essa emancipação, a educação - particularmente a educação superior - é obviamente estratégica. Ela é, entre outras possibilidades, um aparelho de afetar a crença e, espera-se, de induzir uma crença mais crítica. O sistema de planejamento, tornando a mão-de-obra treinada e instruída, o fator decisivo da produção, exige um sistema educacional altamente desenvolvido. A influência e o caráter monolítico do sistema de planejamento acentuar-se-á o sistema educacional servir geralmente a suas crenças. Se este for superior ao sistema de planejamento e independente dele, poderá ser a força necessária para o ceticismo, emancipação e pluralismo.[145]

O capitalismo sofreu grandes reformulações após a Segunda Guerra Mundial que objetivavam garantir maior eficiência do sistema e afastar possíveis crises econômicas. Para isto, o aumento contínuo de racionalidade (planejamento) foi aplicado no sistema de produção, controle de preços e de demanda e na gestão das grandes

[145] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 269

empresas. Uma aliança entre o Estado e a iniciativa privada foi promovida a fim de somar essas forças e garantir bons resultados. No entanto, Baran e Sweezy acrescentam que *embora a racionalidade tenha conquistado várias áreas novas da consciência, a incapacidade que teve o pensamento burguês de compreender o desenvolvimento da sociedade como um todo continuou essencialmente inalterada, fiel espelho da continuada elementaridade e irracionalidade da própria ordem capitalista.*[146] Entre as principais incoerências detectadas no capitalismo monopolista que foram evidenciadas por esses autores estão a livre iniciativa, a democracia e os ideais burgueses de liberdade e progresso. Baran e Sweezy atestam que a livre iniciativa pregada pelo sistema capitalista foi substituída pela liberdade das empresas gigantes de exercer, sem serem molestadas, seus poderes de monopólio. A democracia, tão festejada enquanto sistema político que garante igualdade a todos os cidadãos transformou-se, segundo estes pensadores, em um instrumento nas mãos de uma pequena oligarquia baseada num grande poder econômico e que controla todo o aparato político e cultural da sociedade. A liberdade individual e o progresso material, principais metas da bandeira burguesa, se limitaram *à preservação do status quo, ou antes, o mundo livre, com todos os seus males, absurdos e irracionalidade.*[147]

O trabalhador, segundo Baran e Sweezy, é a grande vítima da irracionalidade do capitalismo monopolista. Para estes autores, nos Estados Unidos dos anos cinquenta, já existiam meios de superar a pobreza, de proporcionar as coisas necessárias à vida e ao conforto, e de dar uma educação completa aos indivíduos. No entanto, os homens continuaram se especializando pela divisão do trabalho e as possibilidades de emprego foram se tornando menores para aqueles que não se especializaram. As tarefas estreitamente subdivididas que os operários estavam obrigados a desempenhar não proporcionavam nenhum tipo de satisfação, elas eram justificadas pelo pagamento. Baran e Sweezy defendem que o pagamento é a chave das satisfações que porventura são permitidas aos trabalhadores naquela sociedade. O auto-respeito, o *status*, e o reconhecimento pelos companheiros dependiam principalmente da posse de bens de consumo. *Forças semelhantes às que destroem a identificação do trabalhador com seu trabalho levam à erosão de sua auto-identificação como consumidor*[148]. Nem o trabalhador e nem o consumidor se sentem satisfeitos, o trabalho e o consumo, apesar

---

[146] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 335
[147] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 337
[148] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 342

de atenderem às necessidades básicas da sobrevivência, perdem cada vez mais seu conteúdo e sentido inteiros.

Outro aspecto da vida do trabalhador que é alienado é o uso que faz dos momentos de ócio. O lazer, tradicionalmente considerado como momento de renovação e refocalização das energias mentais e psíquicas sofreu uma modificação. Os autores citam Eric Fromm para explicar esta modificação:

> O lazer tornou-se sinônimo de tempo gasto na passividade, na ociosidade. Já não significa fazer a pessoa o que deseja, em distinção ao que deve fazer no trabalho; em proporções cada vez maiores, significa simplesmente não fazer nada. E a razão para não fazer nada é, em parte, haver muito pouca coisa que seja humanamente interessante para fazer; mas talvez seja, ainda mais, porque o vazio e a inutilidade da vida numa sociedade capitalista sufocam o desejo de qualquer coisa.[149]

Com a crescente especialização e racionalização dos processos da economia capitalista, o cálculo impregnou todos os aspectos da vida. O indivíduo é comprimido a moldes de comportamento que objetivam a normalidade como resultado desse produto humano padronizado, racionalizado, sistematicamente controlado por meio de levantamentos estatísticos realizados por numerosos departamentos especializados, assim, as reações humanas tornam-se cada vez mais previsíveis. As formas de lazer oferecidas pela televisão, rádio e cinema são produzidas de acordo com o princípio básico de que não podem fazer exigências indevidas aos recursos intelectuais e emocionais do público. As pessoas já não se identificam entre si, promovendo reuniões sociais motivadas menos pelo desejo de encontrar outra pessoa do que pelo medo de estar só. Sobre a falta de identificação espontânea e o fingimento como mecanismo para disfarçar a falta de interesse emocional, Baran e Sweezy criticam a sociedade e sua atitude quando escrevem:

> Como cão de Pavlov, reagindo ao som de uma campainha, apressamo-nos a fingir atenção em determinadas ocasiões, manifestamos um falso interesse por um livro ou uma conversação, revelamos falsa preocupação com acontecimentos políticos, internos ou externos; expressamos uma falsa alegria em datas fixas, como Natal, os nascimentos, os aniversários.[150]

O mecanismo de fingimento tende a desmontar-se totalmente e deixar de cumprir a função de possibilitar a manutenção de contatos humanos básicos no terreno

---

[149] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 342
[150] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 346

das relações entre sexos. Baran e Sweezy afirmam que, nesse caso, o fingimento não pode ocultar o recalque de impulsos libidinosos e a incapacidade de insatisfação sensual. Os autores afirmam que o fenômeno da repressão não é recente, em toda a história da humanidade, o recalque vem comprimindo e sufocando o homem dentro de moldes que o tornam passível de explorar e ser explorado.

Durante séculos, as forças do recalque extraíram boa parcela de seu poder de duas fontes: a escassez e os tabus. A primeira delas era considerada uma realidade inevitável da natureza e obrigava o homem a uma vida inteira sobre padrões mínimos de sobrevivência. As regras e regulamentos que governam o comportamento dos homens em sociedade são elaborados pelo aparato cultural e religioso da sociedade e depois transmitidos de uma geração para a seguinte, sempre vigiando e punindo seus violadores. Em tempos de capitalismo monopolista, a construção de um aparato industrial de grande capacidade de produção e o aperfeiçoamento da automação e da cibernética indicava o fim da longa era na qual a inevitabilidade da escassez constitui a realidade central da existência humana. Ademais, o avanço e a difusão da racionalidade resultantes do progresso da ciência e tecnologia solaparam a fé em muitos princípios morais que orientavam a conduta do homem. Assim, as relações sexuais dentro e fora do casamento ficaram mais livres e serviram, inclusive, para libertar as mulheres da escravidão. Por outro lado, Baran e Sweezy, afirmam que *o capitalismo monopolista mostrou-se incapaz de citar uma nova moral para guiar a conduta de homens numa era de abundância em potencial.*[151]

Os autores recorrem à teoria de Sigmund Freud para explicar que os recalques dos impulsos libidinosos podem ser canalizados, e estes "canais de sublimação" constituem-se em espécies de escoadouros das energias latentes. Porém, Baran e Sweezy afirmam que no capitalismo monopolista a totalidade do processo vital de sublimação foi colocada em perigo pela alienação do significado de trabalho, pelo lazer, pela degeneração da cultura e pelo fenecimento da atividade política como caminhos a serem percorridos na luta da sociedade por uma vida melhor. Desta forma, a sexualidade voltou ao primeiro plano como principal canal de sublimação dos impulsos libidinosos, todavia, essa retomada ao sexo não cumpre sua função de dessublimação, pois, de acordo com Baran e Sweezy, o homem sofre uma espécie de castração psíquica, uma incapacidade de experimentar a catarse psíquica através da atividade sexual. Os

[151] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 349

autores falam de um esvaziamento do conteúdo emocional humano, onde todas as atividades perdem seu real sentido. Sobre isso, os autores reiteram

> Mas essa "reprimitivização" não funciona. Há uma assimetria essencial no progresso em causa: os tabus e as sublimações eram essenciais à contenção e reorientação das energias libidinosas, mas o enfraquecimento dos tabus e a obstrução dos canais de sublimação não levam automaticamente à reorientação dos impulsos libidinosos no sentido de suas finalidades biológicas originais. Pelo contrário, o efeito é simplesmente levar mais longe a destruição da capacidade psíquica de satisfação direta das necessidades libidinosas.[152]

Na atrofia do conteúdo e do significado psíquico da atividade sexual, os autores encontram mais uma vez o paradoxo da racionalidade parcial avançando juntamente com a irracionalidade total. O conhecimento elimina os velhos tabus e inibições, reduz a ignorância e o medo, torna possível o volume de atividade sexual. Ao mesmo tempo aumenta a distância entre a satisfação das exigências sexuais e o prazer obtido com a atividade sexual e o sofrimento provocado pela inadequação psíquica se torna mais debilitante e mais difícil de suportar. Baran e Sweezy ressaltam como conseqüência desse processo um crescente número de divórcios, alcoolismo, consumismo de novas modas e manias, empreendimentos em terapias ocupacionais e etc. Outro impacto da busca de satisfações substitutivas é o terreno de pais e filhos, em que a convicção de que as dificuldades entre marido e mulher serão minoradas pela sua responsabilidade e afeição conjunta pelos filhos.

Paul Baran e Paul Sweezy acreditam que o sofrimento da sociedade capitalista como consequência de sua irracionalidade, promoverá a bancarrota do capitalismo monopolista. Para eles, *a irracionalidade do fim nega todos os aperfeiçoamentos dos meios. A própria racionalidade se torna irracional*[153] Os autores não acreditam na idéia defendida pela ortodoxia marxista de que o proletário deve erguer-se na revolução contra os capitalistas, uma vez que aqueles foram integrados no sistema vigente como consumidores e como membros ideológicamente condicionados dessa sociedade, mas os autores ressaltam a guerra revolucionária como a mais alta forma de resistência ao domínio e exploração do capitalismo monopolista.

Durante os Anos Dourados, muitos foram os debates sobre o futuro do capitalismo. Economistas, conferencistas, editoriais, eclesiásticos e socialistas contribuíram com suas revelações pessoais. Os socialistas, como Baran e Sweezy,

---

[152] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 351
[153] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 358

fortaleciam-se na crença de que o socialismo seria o próximo estágio num processo natural de mudança. Muitos defendiam que o sistema de planejamento era um fenômeno terminal. A grande escalada desse sistema, o declínio da empresa individual, o desenvolvimento da tecnoestrutura, a mudança nas relações com trabalhadores e nas relações com o Estado sugeriam que a dinâmica social chegava ao fim. Galbraith, como um liberal, contesta a idéia de perpetuação do sistema de planejamento e se posiciona favorável a um dos principais dogmas do sistema capitalista: a mudança como lei da vida econômica. Para este economista, o futuro do sistema de planejamento não é discutido em parte por causa do poder que exerce sobre as crenças. Galbraith afirma que o sistema de planejamento *conseguiu tacitamente excluir a noção de que é um fenômeno transitório, o que seria dizer que é de certo modo um fenômeno imperfeito*.[154]

Para demonstrar as etapas alcançadas pelo sistema de planejamento e assim compreender melhor as possibilidades de seu futuro, Galbraith afirma que no desenrolar desse exercício é possível reconhecer os pontos de convergência entre o sistema de planejamento e o socialismo. As convergências começam com uma produção moderna em grande escala, com enormes necessidades de capital, tecnologia sofisticada e uma organização aprimorada. Tudo isso requer um controle de preços e, tanto quanto possível, controle da demanda das mercadorias. O que significa que o planejamento substitui o mercado. Nas economias socialistas o controle de preços é função do Estado e o controle da demanda ocorre como uma consequência da limitada oferta de produtos e novidades. No caso do capitalismo dos Anos Dourados, Galbraith evidencia que o controle é efetuado de forma menos formal pelas companhias e por suas agências de publicidade. Essas diferenças, evidentemente, são mais de métodos de controle do que de propósitos, para Galbraith, *o industrialismo em grande escala exige, em ambos os casos, que o mercado e a soberania do consumidor sejam francamente postos de lado*.[155]

A autonomia das grandes organizações é um dos imperativos do sistema de planejamento. Assim, no sistema capitalista monopolista e no sistema socialista, ambos sob o jugo do planejamento, a vontade externa e não esclarecida do capitalista é excluída. Galbraith afirma que os sistemas de planejamento, independente se soviético ou não, não têm a capacidade inerente para regular a demanda total e estabilizar o mercado. Nesse aspecto, o sistema de planejamento confia no Estado. Assim, o pleno

---

[154] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 282
[155] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 282

emprego e a estabilidade de preços e salários é uma das principais funções do Estado. No sistema do tipo soviético, Galbraith afirma que o Governo procura fazer um cálculo cuidadoso da renda que está sendo fornecida em relação ao valor dos bens que estão disponíveis para compra. Já no capitalismo monopolista, a tecnoestrutura se apóia no Estado no tocante à mão-de-obra treinada e instruída, fator decisivo na produção. O mesmo também se dá com o industrialismo socialista. Sobre as convergências entre esses dois sistemas e sobre os críticos contrários à idéia de que existem pontos de convergência entre capitalismo monopolista e socialismo, Galbraith escreve;

> Assim a convergência entre os dois sistemas de planejamento ostensivamente diferentes ocorre em todos os pontos fundamentais, o que é uma coisa sobremodo afortunada. Com o tempo, e talvez em menos tempo do que se pode imaginar, liquidará com a idéia de um inevitável conflito baseado em diferenças inconciliáveis. (...) Aqueles, do outro lado, que falam do abismo intransponível que divide o mundo livre do mundo comunista, e a livre iniciativa do comunismo estão protegidos por uma crença igualmente eclesiástica de que, qualquer que possa ser a evolução da iniciativa, não pode jamais vir a assemelhar-se ao socialismo. Essas posições, porém, podem sobreviver à evidência apenas certo tempo. Somente o ideólogo mais comprometido ou o propagandista mais fervoroso pode resistir firmemente à impressão de que um crescente número de pessoas os consideram antiquados. A vaidade é uma grande força da modernização intelectual.[156]

Dada a profunda dependência do sistema de planejamento para com o Estado e sua identificação com os objetivos públicos e a adaptação destes às suas necessidades, Galbraith afirma que o sistema de planejamento não será considerado, por muito mais tempo, como algo à parte do governo. Este economista defende que a companhia moderna e aqueles que as dirigem possuem uma autonomia dentro de uma estrutura de objetivos que lhes permite trabalhar facilmente em associação com a burocracia estatal, resultando em uma estreita fusão entre a iniciativa privada e o Estado.

As duas grandes questões que assombram o sistema de planejamento consistem no seu enquadramento às necessidades físicas do homem e se está em harmonia com sua liberdade. Para Galbraith, pouca dúvida existe sobre a capacidade do sistema de planejamento de servir ás necessidades do homem. Como já se viu o sistema pode controlá-las porque as serve abundantemente e possue mecanismos que fazem os homens desejarem tudo aquilo que o sistema fornece. Quanto às perspectivas de liberdade, a linha clássica do liberalismo sempre defendeu que a aliança entre Estado e atividades econômicas colocaria em perigo a liberdade. Galbraith esclarece que, à

---

[156] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 283

medida que o sistema de planejamento evoluiu para uma aliança com o Estado, a questão de sua relação com a liberdade surgiu de forma urgente. Galbrait explica que o grande perigo do fim da liberdade como resultado da aliança tecnoestrutura e Estado não está no fim da liberdade do homem de negócio, mas na parceria entre estes a fim de persuadir o indivíduo e suas preferências, criando ostensivamente novas necessidades e conveniências que apenas irão servir às necessidades do mercado e transmitirão a ilusão que garantem o bem-estar do indivíduo. Sobre a grande ameaça que o sistema de planejamento representa para a liberdade, Galbraith afirma:

> Se continuarmos a crer que os objetivos do sistema de planejamento - a expansão da produção acompanhada de aumento no consumo, o progresso tecnológico, as imagens públicas que o sustentam - estão coordenadas com a vida, então tudo em nossa vida estará a serviço desses objetivos. Teremos ou nos será permitido ter aquilo que for compatível com esses fins; tudo o mais ficará à parte. Nossas necessidades serão controladas de acordo com as do sistema de planejamento; as diretrizes do Estado estarão sujeitas à idêntica influência; a educação será adaptada às necessidades do sistema de planejamento; as disciplinas exigidas pelo sistema de planejamento serão a moralidade convencional da comunidade. Far-se-á com que todos os outros objetivos pareçam insignificantes, sem importância ou anti-sociais. Ficaremos presos aos fins do sistema de planejamento. O Estado acrescentará seu poder moral e talvez parte de seu poder legal para que sejam cumpridos. Em geral, o que irá acontecer será a servidão benigna da serviçal doméstica que é ensinada a amar a patroa e a ver-lhe os interesses como seus próprios, e não a servidão obrigatória do trabalhador dos campos. Isso, porém, não será liberdade.[157]

2.2 EROS E CIVILIZAÇÃO: UM ESTUDO DA SOCIEDADE OPRESSORA E A BUSCA DA FELICIDADE

Eros e Civilização assinala o encontro entre a filosofia e a política. Neste trabalho, Marcuse procurou nas ideias de Sigmund Freud a respeito da estrutura psíquica do indivíduo, não uma teoria psicológica para um indivíduo isolado, mas sim as bases para uma teoria sociológica da sociedade livre. O principal critério que direcionou o exercício proposto por Marcuse de desenvolver a substância política e sociológica das noções psicológicas foi:

> A fronteira tradicional entre Psicologia, de um lado, a Política e a Filosofia Social, do outro, tornou-se obsoleta em virtude da condição do homem na era presente: os processos psíquicos anteriormente autônomos e identificáveis estão sendo absorvidos pela função do

[157] GALBRAITH, John Kenneth. *O Novo Estado Industrial.* Op. Cit. p. 288

> indivíduo no Estado - pela sua existência pública. Portanto, perturbação particular reflete mais diretamente do que antes a perturbação do todo, e a cura dos distúrbios pessoais depende mais diretamente do que antes da cura de uma desordem geral. A era propende para ser totalitária, mesmo que não tenha produzido Estados totalitários.[158]

Numa década em que a sociedade pós-industrial era glorificada como a forma mais perfeita da civilização ocidental - com exceção de alguns trabalhos como os de John Kenneth Galbraith, Paul Sweezy e Paul Baran apresentados nesta pesquisa - em que a ciência e a tecnologia eram supostas como modo mais avançado que tinha o homem para conhecer e controlar a natureza. Marcuse voltou-se contra essas crenças. Em *Eros e Civilização*, este autor procurou denunciar toda a renúncia humana da satisfação como pré-requisito para o progresso e desenvolvimento da civilização. A civilização ocidental do capitalismo moderno disciplinou o homem de acordo com um sistema estabelecido de lei e ordem, onde o trabalho como ocupação integral acabou subordinando a felicidade humana. Marcuse afirma que este sacrifício humano compensou nas áreas tecnicamente avançadas, pois o homem concluiu sua conquista da natureza e ampliou sua capacidade de satisfação das necessidades de um maior número de pessoas. Contudo, a mecanização e padronização da vida e o empobrecimento mental fornecem bases suficientes, de acordo com Marcuse, para por em dúvida o princípio que tem governado o progresso da civilização ocidental.

A teoria dos instintos de Freud[159] foi encontrada em alguns manuscritos datados de 1915 e que somente mais tarde ganharam publicação sob o título de metapsicologia. Por volta dos primeiros anos da década de 1920, este psicanalista iniciou um longo processo de revisão de suas teorias, tentando desenvolver uma espécie de filosofia capaz de fundamentá-las. Ampliando as bases de suas idéias, Freud também alarga o campo de suas aplicações. Antes seu foco era o indivíduo e as relações interpessoais, aonde o indivíduo não chega a desaparecer diante do todo, agora as sociedades, as religiões, o desenvolvimento da civilização tornaram-se seus objetos de estudo. Segundo Freud, a história do homem é a história de sua repressão. A cultura coage toda a estrutura instintiva do ser humano uma vez que estes são incompatíveis com toda a idéia de associação e preservação que caracteriza a cultura ocidental, e também por lutarem por um tipo de gratificação que a civilização ocidental não é capaz

---

[158] MARCUSE, Herbert. Prefácio da Primeira Edição. In: MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 25

[159] A informações apresentadas sobre a psicanálise freudiana foram extraídas da obra Eros e Civilização de Herbert Marcuse e do trabalho de MEZAN, Renato. *Freud Pensador da Cultura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

de consentir: a gratificação como tal e como um fim em si mesmo. Portanto, os instintos foram desviados de seus objetivos, inibidos em seus anseios. Para Freud, o homem começa a se civilizar quando seus objetivos primários - isto é, a satisfação integral de seus instintos - são abandonados.

O instinto seria uma pulsão como as que ocorrem nos animais que se convertem em instintos humanos sob a influência da realidade externa. A realidade que dá forma tanto aos instintos como às suas necessidades e satisfação é um mundo sócio-histórico. O homem animal converte-se em ser humano somente através de uma transformação fundamental de sua natureza que afetará não só seus instintos, mas também os princípios que governam a consecução dos anseios. Freud descreveu essa mudança como a transformação do princípio de prazer em princípio de realidade. Essa interpretação corresponde à distinção entre os processos inconscientes e conscientes. Funciona como se o indivíduo fosse guiado por dois processos mentais diferentes. O inconsciente, governado pelo princípio do prazer, compreende os processos primários instintivos, enquanto o consciente, por sua vez, entra em ação na medida em que o impulso de prazer se choca com o meio natural humano e compreende que a gratificação de suas necessidades é impossível. Assim, o homem aprende a renunciar ao prazer momentâneo e incerto, substituindo-o pelo prazer adiado, restringido, mas garantido.

Após essa experiência, um novo princípio de funcionamento mental ganha ascendência. O princípio de realidade supera o princípio de prazer e assim o ser humano desenvolve a função da razão, aprende a examinar a realidade, distinguir entre o bom e o mau, o verdadeiro e o falso, o útil e o prejudicial. O homem adquire as faculdades da atenção, memória e discernimento, torna-se um sujeito consciente, pensante e equipado para uma racionalidade que lhe é imposta pelo mundo exterior. A substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade é o grande acontecimento traumático no desenvolvimento do homem - no desenvolvimento do gênero humanidade, tanto quanto no indivíduo. Segundo Freud, esse evento não foi único, pois se repete ao longo da história da espécie humana e de cada um dos seus indivíduos. Isso ocorre devido ao fato de que o indivíduo, evoluindo dentro de tal sistema, aprende que os requisitos do princípio de realidade são os da lei e da ordem, e transmite-os à geração seguinte. O resultado desse processo é a formação de um conjunto de carências e necessidades vitais que acompanham o indivíduo e lhe ensinam que não pode gratificar livremente seus impulsos, bem como a impossibilidade de viver sob o princípio de prazer.

Freud considera eterna a luta primordial pela existência e, portanto, acredita que o princípio de prazer e o princípio de realidade são eternamente antagônicos. Assim, considerando que estes dois princípios competem pelo monopólio da condução da vida humana, Freud desconsidera a possibilidade de uma sociedade não-repressiva, pois a civilização caminha paralelamente à opressão da humanidade, a evolução daquela acompanha o processo de desenvolvimento desta. Herbert Marcuse, por sua vez, procurou provar como concepções fundamentais da metapsicologia de Freud negam a visão pessimista deste psicanalista. Marcuse afirma que a teoria freudiana contém elementos que transgridem essa racionalização e sugerem até o inverso daquilo defendido por Freud. O fato do princípio de realidade ter de ser continuamente restabelecido no desenvolvimento do homem, indica, para Marcuse, que o seu triunfo sobre o princípio de prazer jamais é completo e seguro. Desta forma, apesar de divergir com a teoria freudiana em alguns aspectos, este filósofo dedicou-se a examinar a possibilidade histórica de uma civilização não-repressiva, com base na metapsicologia freudiana, pois, de acordo com Marcuse:

> A metapsicologia de Freud é uma tentativa sempre renovada para desvendar e investigar a terrível necessidade de vinculação íntima entre civilização e barbarismo, progresso e sofrimento, liberdade e infelicidade – uma vinculação que se revela, fundamentalmente, como uma relação entre Eros e Thanatos. Freud discute a cultura não de um ponto de vista romântico ou utópico, mas com base no sofrimento e miséria que sua implementação acarreta. Assim, a liberdade cultural surge-nos à luz da escravidão, e o progresso cultural à luz da coação. Por conseguinte, a cultura não é refutada: escravidão e coação representam o preço que deve ser pago.

Em *Eros e Civilização*, Marcuse procurou apresentar toda a teoria dos instintos de Freud e ao mesmo tempo desenvolver uma interpretação própria sobre o processo de evolução da repressão nos indivíduos. Para melhor operar este trabalho, ele dividiu sua obra em duas partes. Na primeira delas, Marcuse dedica-se a apresentar todas as etapas dos estudos de Freud e suas principais conclusões e, conjuntamente, elaborar suas próprias concepções a respeito das causas e motivos das sociedades opressoras. No segundo tomo dessa obra, o autor segue um caminho mais independente da metapsicologia freudiana e procura trabalhar com as possibilidades de uma sociedade livre da opressão cultural e moral. Marcuse buscou elucidar os caminhos para superar as barreiras que determinam a não gratificação dos instintos e especular sobre as possíveis transformações e problemas de uma sociedade liberta da repressão. A fim de viabilizar a apresentação da teoria freudiana dos instintos, Marcuse subdividiu a primeira parte de

sua obra. No primeiro item o autor dedicou-se ao processo de evolução da repressão nos processos mentais do indivíduo. De acordo com Marcuse, Freud afirmava que o desenvolvimento da repressão na estrutura instintiva do indivíduo é resultado de uma dinâmica biológica e sociológica, protagonizada pela luta de categorias opostas: inconsciente e consciente, processos primários e secundários da psique, das forças herdadas e daquelas determinadas pela realidade.

Após muitos questionamentos e diferentes conclusões sobre os princípios básicos que governam o aparelho mental e de que forma a luta entre esses opostos pronuncia a vida humana, Freud chegou a uma formulação final da teoria dos instintos concluindo que a luta "interior" humana pela existência é realizada através da agressão socialmente útil, como a atividade dos instintos de destruição. De acordo com Freud, *a vida orgânica é dotada de uma compulsão inerente de recuperar um anterior estado de coisas que a entidade viva fora obrigada a abandonar, sob a pressão de pertubadoras forças externas (...)*[160] . Isto significa que quando o indivíduo entrou em contato com o mundo exterior seus instintos primários de prazer foram renunciados em função de suas necessidades reais de existência. Assim, a realidade ganha o significado de obrigação e sofrimento, enquanto os instintos são atraídos para a órbita da morte, ou seja, são anulados. Assim, a vida passa a ser governada pelo princípio do equilíbrio, entre os instintos anulados e a dedicação humana ao trabalho de suprir suas necessidades.

Para Freud, esse equilíbrio, denominado por ele de nirvana, é associado a um estado de prazer, um imobilismo contente em si mesmo, lembrando-se do êxtase místico do budismo, a percepção imóvel de todas as coisas. Contudo, a primazia do princípio do nirvana, a convergência de prazer e morte, dissolveu-se logo, e segundo Freud, por mais universal que seja a inércia regressiva da vida orgânica, os instintos esforçam-se por alcançar seus objetivos de modos fundamentalmente diferentes. Para Marcuse, apesar do parentesco óbvio entre as pulsões de vida e de morte, a relação básica entre esses dois instintos mantém-se obscura, pois:

> (...) a descoberta da "natureza conservadora" comum dos instintos milita contra a concepção dualista e mantém a mais recente metapsicologia de Freud no estado de incerteza e profundidade que fez dela uma das maiores especulações intelectuais empreendidas no domínio da ciência do homem.[161]

---

[160] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.43
[161] Ibidem. p. 46

Estes instintos agem dentro de uma estrutura definida da personalidade. Essa estrutura é constituída por três camadas, a estrutura tripartida freudiana é composta pelo *id, o ego e o superego*. A camada mais fundamental, mais antiga e maior, é o *id,* o domínio do inconsciente, dos instintos primários. O *id* está isento das formas e princípios que constituem o indivíduo consciente e social. Não visa a autopreservação, esforça-se unicamente pela satisfação de suas necessidades e não é afetado pelo tempo, nem perturbado por valores morais ou contradições. O *ego* é o mediador entre o *id* e o mundo exterior. O *ego* preserva a sua existência ajustando-se à realidade e alterando-a no seu próprio interesse. O principal papel do *ego* é coordenar, alterar, organizar e controlar os impulsos instintivos do *id*, de modo a reduzir ao mínimo os conflitos com a realidade. O *ego* substitui o princípio de prazer, que exerce influência sobre os processos do *id*, e substitui-o pelo princípio de realidade, que promete segurança e maior êxito. A última entidade mental é o *superego*. O *superego* surge na criança muito pequena em virtude de sua dependência intensa em relação a seus pais. Subsequentemente, uma série de influências sociais e culturais é admitida através do *superego* até ele se solidificar no representante da moralidade. Estas restrições externas são introjetadas no *ego* e convertem-se na sua consciência. O *superego* tem uma função punitiva: se o indivíduo não segue suas determinações, como elas surgiram para impedir o desprazer, ele é punido com o sofrimento.

O princípio da realidade ampara o organismo no mundo externo por meio da intermediação do *superego.* De posse dessa afirmação, Marcuse procurou ampliar o nível de abrangência dos conceitos freudianos do âmbito do indivíduo para o nível social. De acordo com Marcuse, a teoria freudiana reconhece os processos históricos como processos naturais (biológicos), porém, para este filósofo, o mundo externo que o *ego* defronta é, em qualquer estágio da sua evolução, uma organização histórico-social específica da realidade, e suas características afetam as estruturas mentais através de agências ou agentes sociais específicos. Sobre esse salto que dá Marcuse do nível do indivíduo para o nível social das categorias freudianas, o autor afirma:

> O caráter "não-histórico"dos conceitos freudianos contém, pois, o seu oposto: sua substância histórica deve ser retomada, não somando-se-lhe alguns fatores sociológicos (como fazem as escolas "culturais" neofreudianas), mas revelando o seu próprio conteúdo. Neste sentido, o nosso exame subseqüente constitui uma "extrapolação" que deriva tão-só numa forma coisificada, em que os processos históricos se apresentam como processos naturais.[162]

[162] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.51

A forma como Marcuse estende a metapsicologia freudiana para o âmbito social, tem como princípio gerador a idéia de carência. Para Freud, a carência é o resultado de um impulso ou uma necessidade humana que não puderam ser satisfeitos. A carência tem lugar em um mundo demasiado pobre para a satisfação das necessidades humanas sem restrição. A condição de escassez pode ser superada por meio do trabalho, arranjos ou iniciativas que permitam a satisfação das necessidades. Enquanto o trabalho dura, o prazer é suspenso e o sofrimento físico prevalece. Assim, o princípio de prazer é incompatível com a realidade e os instintos sofrem com uma arregimentação repressiva.

Para Marcuse, com o passar da história da civilização humana, as carências e a escassez foram sendo organizadas de modo que não foram distribuídas coletivamente de acordo com as necessidades individuais, nem a obtenção de bens para a satisfação de necessidades tem sido organizada para melhor atender às crescentes necessidades dos indivíduos. Pelo contrário, a distribuição de escassez e o trabalho foram impostos aos indivíduos, primeiro por meio da violência, depois por uma utilização mais racional do poder. Para Marcuse essa dominação racional e sua gradual conquista da escassez estava vinculada e foi modelada de acordo com o interesse de dominação. Os vários modos de dominação – do homem ou da natureza – resultam em várias formas históricas do princípio de realidade. Assim, a repressão será diferente em escopo e grau segundo o tipo de produção econômica de uma sociedade. Sobre os variados tipos de dominação e sua relação com a forma de organização sócio-econômica de uma civilização, Marcuse afirma:

> Essas diferenças afetam o próprio conteúdo do princípio de realidade, pois toda e qualquer forma do princípio de realidade deve estar consubstanciada num sistema de instituições e relações sociais, de leis e valores que transmitem e impõem a requerida "modificação" dos instintos. Esse corpo do princípio de realidade é diferente em diversos estágios da civilização. Além disso, embora qualquer forma do princípio de realidade exija um considerável grau e âmbito de controle repressivo sobre os instintos, as instituições históricas específicas do princípio de realidade e os interesses específicos de dominação introduzem controles adicionais acima e além dos indispensáveis à associação civilizada humana. Esses controles, *adicionais,* gerados pelas instituições específicas de dominação, receberam de nós o nome de *mais - repressão*.[163]

Na medida em que o termo *mais-repressão*, ou seja, restrições requeridas pela dominação social foi utilizado, tornou-se necessário ampliar a análise para

[163] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.53

categorias sociais como instituições e relações que constituem um determinado princípio de realidade. Marcuse designou o termo *princípio de desempenho*, com o objetivo de destacar como uma sociedade é estratificada de acordo com os desempenhos econômicos concorrentes dos seus membros. O princípio do desempenho pressupõe um longo período de desenvolvimento durante o qual a dominação foi crescentemente racionalizada, e no decorrer de uma boa parte dessa evolução, os interesses de dominação e os interesses do todo coincidem: a utilização lucrativa do sistema produtivo satisfaz às necessidades e faculdades dos indivíduos. Porém, quanto mais especializada se torna a divisão do trabalho, mas ele se torna estranho para o indivíduo que o realiza.

O trabalho tornou-se geral, todos trabalham e ocupam grande parte do seu tempo trabalhando, sem gratificação, ou seja, na medida em que trabalham, negam o princípio de prazer. A libido é desviada para desempenhos socialmente úteis, assim, apesar dos indivíduos se empenharem em atividades que não coincidem com suas próprias faculdades e desejos, sua energia instintiva não se acumula, porque sua utilização social sustenta e até enriquece a vida do indivíduo.

Marcuse denomina o indivíduo que emprega grande parte de sua energia ao trabalho alienado[164] como instrumento de desempenho alienado. Esta denominação é proveniente da idéia de que um indivíduo passa horas do seu dia trabalhando, ou seja, dedicando toda a sua energia instintiva a um tipo de atividade que lhe foi "imposta" por um pequeno grupo dominante e privilegiado. Porém, esse sujeito-objeto renuncia à sua liberdade porque acredita estar buscando sua sobrevivência de acordo com as leis sociais. Desta forma, a ideia de uma autoridade social, geral e superior aos indivíduos é absorvida na consciência e no inconsciente do indivíduo, que opera como se fosse seu próprio desejo e lhe causa a sensação de felicidade toda vez que ele se sente adequado à sociedade como um todo.

As ideias apresentadas nos quatro parágrafos acima se constituem como resultado da interpretação de Marcuse da teoria dos instintos de Freud e ao mesmo tempo permitem reconhecer a forte influência marxista na construção intelectual de

[164] A alienação do trabalho consiste, de acordo com Karl Marx, no fato de que o produto do trabalho e os objetos produzidos pelo trabalhador na indústria, não lhe pertencem e se tornam hostis e estranhos para com ele, obedecendo normas próprias, como um poder independente dele e que o domina. Mas a alienação ocorre também no interior da atividade produtiva, pois o trabalho, segundo Marx, não se define como essência do ser humano, mas como uma atividade forçada, realizada por extrema necessidade. Assim, o trabalhador se sente infeliz e mortificado em seu trabalho que não acarreta o seu desenvolvimento mental e físico.

Marcuse. No exercício de seus exames das categorias freudianas, Marcuse ofereceu uma nova visão de conceitos como repressão, princípio da realidade e ainda por cima duplica outros termos freudianos como mais-repressão e princípio de desempenho, que esclarecem sua clara identificação com as idéias de Karl Marx e sua tentativa de fundi-las às conclusões de Sigmund Freud. Considerando que a estrutura social é proveniente da atuação do indivíduo na produção de sua existência, e que esta atividade é, muitas vezes, determinada pelas condições materiais e independentes da vontade dos indivíduos, Marx defende que a principal consequência dessas limitações materiais são os distintos modos de produção que se constituem ao longo da história humana. Em *Eros e Civilização*, Marcuse afirma que a alteração da realidade econômica acarretaria na mudança do grupo dominante, ou seja, aquela camada social a quem cabe o controle do trabalho, das necessidades e da escassez, o que resultaria na transformação ideológica da sociedade. Um novo grupo dominante promoveria novas formas de dominação, assim, a realidade se apresentaria de forma diferente.

Desta forma, Marcuse defendeu a existência de várias formas do princípio de realidade, que por sua vez ganham novas características de acordo com os modos de dominação, da mesma maneira que Marx procurou definir a existência de diferentes modos de produção ao longo da história. Quando Marcuse afirma que a civilização humana, em seu processo evolutivo, desenvolveu uma série de carências, ou seja, necessidades de sobrevivência e outras instintivas que foram reprimidas no processo de formação da civilização e que nesse processo, grupos sociais passaram a controlar a escassez e a distribuição dos bens e do trabalho, necessários para a sobrevivência. Marcuse resgata o princípio da determinação material da vida social de Karl Marx, de que as condições materiais da produção condicionam, também, o conjunto de elementos da estrutura social:

> O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu de fio condutor aos meus estudos, pode resumir-se assim: na produção social da sua vida, os homens contraem determinadas relações necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada fase de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral. Não é a consciência do homem que determina o seu ser, mas pelo contrário, o seu ser social é que determina a sua consciência. Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade se chocam com as relações de produção existentes, ou, o que

> não é senão a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais se desenvolveram até ali.[165]

Marcuse defende que aqueles grupos sociais responsáveis pela distribuição desigual das carências, da escassez e do trabalho conseguem manter seu controle a partir de uma racionalização da dominação. Assim, o trabalhador aceita resignar seu tempo e sua energia instintiva a um tipo de atividade que não condiz com seus objetivos e pretensões individuais e, ao mesmo tempo, acredita que está cumprindo com seu dever social. De acordo com Karl Marx, o grupo de indivíduos que, por deter as forças produtivas, controlam as relações de produção e, conjuntamente, toda a ideologia social, é denominado por Marx de classe dominante. As idéias, as representações ou conceitos divulgados pela classe dominante tratam-se de seus interesses particulares, que são difundidos como "ideias puras", apresentadas como sendo de interesse comum de toda a sociedade e suas relações de dominação como a expressão da vontade geral obtida consensualmente. Isso significa que o grupo que controla os meios de produção materiais, controla também os meios de produção de ideias, valores e relações sociais; desta forma, a classe despojada desses meios de produção material deve submeter-se às ideias da classe dominante. Por isso, compreendemos que Marcuse procurou comparar o *superego* ao conceito de alienação de Karl Marx que consiste em uma operação na qual o homem passa a considerar como algo exterior e acima dele aquilo que na verdade é o resultado de sua própria criação**.** Neste contexto, *o superego*, quando introjeta ao *ego* do indivíduo, desde sua infância até sua maturidade, as regras da sociedade, promove a alienação, pois a realidade que em algum momento era consciente para os indivíduos, se tornou tão habitual e inconsciente e, por resultado, virou realidade exterior a eles.

A sociedade governada pelo princípio do desempenho, ou seja, aquela em que o indivíduo deve dedicar seu tempo e sua energia às atividades de produção é governada sob as determinações de um trabalho alienado e pelo controle do tempo do ócio. Este controle é realizado pelo *ego* do indivíduo que treina o organismo para uma gratificação temporal, isto é, depois de uma jornada de trabalho, vem o descanso e o ócio. De acordo com Marcuse, a própria rotina fatigante do trabalho promove o controle básico do tempo do ócio, pois o trabalho alienado requer que o lazer seja um relaxamento passivo e uma recuperação de energias para o trabalho. Só quando se atingiu um avançado estágio da civilização industrial, em que as máquinas substituem a

---

[165] MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega. s.d. v. 1. p.301-302.

mão-de-obra humana, o homem já não consome toda sua energia com o trabalho, assim quando a crescente produtividade ameaça superar os limites fixados pela dominação repressiva, a técnica de manipulação das massas criou então uma indústria de entretenimento, a qual controla diretamente o tempo de lazer, pois o princípio de prazer é "intemporal" e, portanto, milita contra o desmembramento temporal do prazer. Deixar o indivíduo livre, entregue a si próprio, pode acarretar em uma sociedade que, ao buscar sua satisfação, fuja do controle social. Sobre isso, Marcuse reitera:

> Não se pode deixar o indivíduo sozinho, entregue a si próprio. Pois se tal acontecesse, com o apoio de uma inteligência livre e consciente das potencialidades de libertação da realidade da repressão, a energia libidinal do indivíduo, gerada pelo id, lançar-se-ia contra as suas cada vez mais extrínsecas limitações e esforçar-se-ia por abranger uma cada vez mais vasta área de relações existenciais, assim arrasando o ego da realidade e seus desempenhos repressivos.[166]

A organização da sexualidade reflete as características básicas do princípio do desempenho e sua organização social. A impossibilidade de satisfação dos instintos acaba unificando os instintos parciais num único objeto libidinal: a genital do sexo oposto. Esta idéia é sugerida por Freud, que afirma que os instintos parciais não evoluem livremente para um estágio superior de gratificação que preserve seus objetivos, mas são isolados e reduzidos a funções subalternas. Esse processo realiza a dessexualização da sociedade, a libido passa a concentrar-se numa parte do corpo, deixando o resto livre para ser usado como instrumento de trabalho. Marcuse buscou a influência histórica que culminou na supremacia genital. Para ele, o instinto do sexo não tem limitações extrínsecas, temporais e espaciais ao seu sujeito e objeto. A organização social do instinto sexual denomina e interdita como perversões praticamente todas as manifestações que não servem ou preparam a função procriadora. De acordo com Marcuse as perversões expressam uma rebelião contra a subjugação da sexualidade à ordem da procriação,

> Contra a sociedade que emprega a sexualidade como um meio para um fim útil, as perversões defendem a sexualidade como um fim em si mesmo, colocam-se, pois, fora do domínio do princípio de desempenho e desafiam os seus próprios alicerces. Estabelecem relações libidinais que a sociedade tem de votar ao ostracismo porque ameaçavam inverter o processo de civilização que fez do organismo um instrumento de trabalho. São um símbolo do que teve que ser suprimido para que a supressão pudesse prevalecer e organizar o cada

[166] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.60

> vez mais eficiente domínio sobre o homem e a natureza – um símbolo da identidade destrutiva entre liberdade e felicidade.[167]

Paul Baran e Paul Sweezy também utilizaram da teoria freudiana dos instintos para explicar o fato da sexualidade ocupar o primeiro plano nas sociedades de capitalismo monopolista. Para eles, o sexo tornou-se sinônimo de felicidade na ideologia oficial e os tabus, proibições e injunções caíram em desuso, foram enfraquecidos. Porém, as aparentes possibilidades sugeridas com tamanha liberdade sexual continuam inatingíveis, pois, segundo Baran e Sweezy *o homem anestesiado sofre uma espécie de castração psíquica, uma incapacidade de experimentar a catarse psíquica através da atividade sexual*.[168] Devemos considerar que esses autores escreveram suas afirmações na obra *Capitalismo Monopolista* uma década depois das afirmações de Marcuse, no entanto, ambos comprovam que apesar de maior liberdade sexual, o homem continua oprimido por um sistema que agora, ao invés de reprimir o sexo em si mesmo, transformou-o em um bem de consumo e lançou incessantes campanhas de vendas à sexualidade. Assim, a obsessão da sociedade da década de 1960 com a sexualidade é explicada por Baran e Sweezy como um reflexo da habilidade do sistema de dominação que rapidamente adéqua a realidade a fim de manter o controle rígido sobre a sociedade.

Ainda na primeira parte de *Eros e Civilização,* Marcuse procurou apresentar a reconstrução feita por Freud da pré-história da humanidade desde a horda primordial, passando pelo parricídio, até a civilização. De acordo com Marcuse, nessa especulação "antropológica" de Freud, *ele encaixa, numa seqüência de eventos catastróficos, toda a dialética histórica de dominação e, por conseguinte, elucida aspectos da civilização* (..)[169], que Marcuse utilizou apenas como valor simbólico. Na construção freudiana, o primeiro grupo humano foi estabelecido e mantido pelo domínio imposto de um indivíduo sobre os outros. O homem que conseguiu dominar os outros era o pai. O pai monopolizou para si próprio a mulher (prazer supremo) e subjugou os outros membros da horda ao seu poder. O fardo de todo e qualquer trabalho a realizar era imposto aos filhos que, por sua exclusão do prazer reservado ao pai, tinham ficado livres para a canalização da energia instintiva para as atividades desagradáveis, mas necessárias. Na construção de Freud, o ódio contra o despotismo patriarcal culmina na rebelião dos

---

[167] Ibidem. p. 62
[168] BARAN, Paul A. & SWEEZY, Paul M. *Capitalismo Monopolista.* Op. Cit. p. 351
[169] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.70

filhos, o assassinato do pai e o estabelecimento do clã dos irmãos. O patriarca, pai e tirano em um só indivíduo, unem sexo e ordem, o prazer e a realidade suscitam amor e ódio, garante a base biológica e sociológica de que depende a história da humanidade. O aniquilamento de sua pessoa ameaça aniquilar a vida do próprio grupo. Os filhos satisfizeram seu instinto agressivo, mas o amor pelo pai e as consequências sociais do crime causou-lhes remorso, criou-lhes o superego por identificação e, portanto, gerou as restrições que impediram a repetição do feito. A dominação paterna reflete o princípio da realidade e a revolta dos filhos o impulso de destruição em nome do princípio de prazer, sobre essa relação, Marcuse afirma que:

> O crime contra o princípio de realidade é redimido pelo crime contra o princípio de prazer: a redenção, portanto, anula-se a si mesma. O sentimento de culpa é mantido, apesar de repetida e intensificada redenção: a ansiedade persiste, porque o crime contra o princípio de prazer não foi redimido. Existe a culpa a respeito de um ato que não foi realizado: a libertação.[170]

Freud atribuiu ao sentimento de culpa um papel decisivo no desenvolvimento da civilização, além disso, estabeleceu uma correlação entre progresso e um crescente sentimento de culpa. Ele afirma que sua intenção de representar o sentimento de culpa como o mais importante problema da civilização avançada é de dar a entender que a sociedade paga o preço do progresso com a perda de sua felicidade através da intensificação do sentimento de culpa. À medida que o "pai" é multiplicado, suplementado e substituído pelas autoridades da sociedade, à medida que as proibições e inibições se propagam, o mesmo ocorre com o impulso agressivo e seus objetos. Assim, é preciso arregimentar e controlar de forma intensificada a repressão dos instintos, a sequência de inibições e deflexões das finalidades instintivas não pode ser quebrada, pois a civilização avançada está fundada na supressão dos instintos.

A civilização é, acima de tudo, progresso no trabalho, trabalho para o agenciamento e ampliação das necessidades da vida. Esse trabalho realiza-se, normalmente, sem satisfação alguma em si mesmo, o que, para Freud, é desagradável e penoso. Com desenvolvimento tecnológico, a racionalidade nas técnicas de produção estabeleceu um padrão mental e comportamental para o desempenho produtivo e o controle sobre a natureza tornou-se praticamente idêntico à civilização. Na civilização madura, isto é, tecnologicamente desenvolvida, a dominação torna-se cada vez mais impessoal, objetiva, universal, e também cada vez mais racional, eficaz e produtiva. Sob

---

[170] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.75-76

o domínio do princípio do desempenho plenamente desenvolvido, a subordinação apresenta-se como que efetivada através da divisão social do trabalho; a hierarquia de funções e relações adquire a forma de razão objetiva: a lei e a ordem identificam-se com a própria vida da sociedade. O desenvolvimento de um sistema hierárquico de trabalho social não só racionaliza a dominação, mas também "contém" a rebelião contra a dominação. Das revoltas de escravos no mundo antigo à revolução social do nosso tempo, a luta dos oprimidos terminou no estabelecimento de um novo e "melhor" sistema de dominação, onde o progresso teve lugar através de um aperfeiçoamento da cadeia de controle. Para Marcuse, a crescente racionalização do poder parece refletir-se na crescente racionalização da repressão, pois

> Ao reter os indivíduos como instrumentos de trabalho, forçando-os à renúncia e à labuta, a dominação já não está apenas, ou primordialmente, defendendo privilégios específicos, mas sustentando também a sociedade como um todo, numa escala em contínua expansão. Por conseguinte, a culpa de rebelião é grandemente intensificada. A revolta contra o pai primordial eliminou uma pessoa individual que podia ser, e foi, substituída por outras pessoas; mas quando o domínio do pai se expandiu, tornando-se o domínio da sociedade, tal substituição não parece ser possível e a culpa torna-se fatal.[171]

A Dialética da Civilização, de acordo com Marcuse, configura-se no ciclo freudiano de dominação – rebelião - dominação. No entanto, apesar da rebelião fazer parte desse processo de evolução da sociedade, nas sociedades avançadas, ela aparece como um crime contra a sociedade humana, em seu todo, portanto, está além dos limites de recompensa e além da redenção. A desculpa da escassez, que tem justificado a repressão institucionalizada desde seu início enfraqueceu à medida em que o conhecimento e controle do homem sobre a natureza promovem os meios de satisfação das necessidades humanas com um mínimo de esforço. Para Marcuse, quanto mais perto se encontra a possibilidade real de emancipar o indivíduo das restrições outrora justificadas pela escassez e imaturidade, tanto maior é a necessidade de manutenção e dinamização dessas restrições, para que a ordem estabelecida de dominação não se dissolva. A defesa da civilização contra o espectro de um mundo que possa ser livre, ocorre num fortalecimento dos controles não tanto sobre os instintos, mas sobre a consciência, a qual, segundo Marcuse, ao se permitir que fique livre, poderá reconhecer o trabalho da repressão mesmo nas maiores e melhores satisfações de necessidades. A

[171] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.93

manipulação da consciência ocorre na promoção de atividades ociosas que não exigem empenho mental e onde triunfam as ideologias antiintelectuais.

A gradativa redução do papel da família na constituição do superego do indivíduo colabora para uma organização repressiva coletiva. *A empresa familiar independente e, subseqüentemente, a empresa pessoal independente deixaram de ser as unidades do sistema social; estão sendo absorvidas nos agrupamentos e associações impessoais em grande escala.*[172] De acordo com Marcuse, o ego é prematuramente socializado por todo um sistema de agentes e agências extrafamiliares. O rádio e a televisão fixam os padrões para a conformidade e a rebelião, os desvios de padrão são punidos não tanto no seio da família, mas fora dela. Os especialistas dos meios de comunicação com a massa transmitem os valores requeridos, oferecem um treino eficiente e, assim, a família deixou de estar em condições de competir. Como a dominação se congela num sistema de administração objetiva, as imagens que orientam o desenvolvimento do superego tornam-se despersonalizadas e as imagens do pai pessoal desaparecem gradualmente atrás das instituições. Marcuse afirma que a impessoalidade da repressão causa um caos no indivíduo que, por sua vez, não tem contra quem voltar-se e seu impulso agressivo mergulha num vácuo, é reprimido, (...) *o indivíduo não dispõe mais de "espaço mental" suficiente para desenvolver-se contra o seu sentimento de culpa, para viver com uma consciência própria. O seu ego contraiu-se num grau tal que os multiformes processos antagônicos entre o id, ego e superego não podem desenrolar-se em sua forma clássica.*[173]

Marcuse retomou, na primeira parte de seu livro, toda a teoria metapsicanalítica de Freud, e alcançou o ponto em que o psicanalista defende a existência de múltiplas formas de regressão que constitui segundo este psicanalista, um protesto inconsciente contra a insuficiência da civilização, contra o predomínio da labuta sobre o prazer, do desempenho sobre a gratificação. A teoria freudiana de civilização assinala repetidamente essas tendências contrárias. Por mais destrutivas que possam parecer, à luz da cultura estabelecida, são testemunhos da destrutividade da repressão que se esforçam em destruir e ao mesmo tempo denunciam o caráter histórico do princípio da realidade e os limites de sua validade e necessidade. De acordo com a interpretação de Marcuse, nesse ponto, a metapsicologia de Freud se encontra com a Fenomenologia de Hegel. O autor afirma que, como Hegel trabalha com a idéia de

---

[172] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.96
[173] Ibidem. p.98

transcendência[174], a negação, segundo o próprio Hegel, seria o melhor caminho para o indivíduo (ser) confirmar sua existência. Marcuse explica que essa negação deve proceder para com os objetos e o mundo real. No entanto, na esfera espiritual, o mundo concreto ou empírico é afastado e o espírito encontra uma liberdade atemporal, ou seja, o tempo não limita a atividade racional. Desta forma, o espírito nega o tempo e retoma o seu passado por meio da recordação. Apesar de retomar o passado, o homem permanece no presente.

Hegel afirma que quando o homem nega o tempo e relembra o passado ele exerce sua liberdade mantendo-se dentro do quadro fixado pelo princípio de realidade estabelecido. Desta forma, enquanto Freud afirma que a história do homem é caracterizada por um ciclo onde dominação–rebelião-dominação se alternam, Hegel defende que essa dialética ocorre no campo da idéia e resulta na verdadeira liberdade.

> No final e no princípio, o mundo empírico mantém-se na negatividade- substância e instrumento do espírito, ou de seus representantes terrenos. Na realidade, a relembrança e o conhecimento absoluto não redimem o que era e o que é. Entretanto, essa filosofia dá testemunho não só do princípio de realidade que governa o mundo empírico, mas também da sua negação. (...) Entre o princípio e o fim está o desenvolvimento da razão como lógica de dominação- o progresso da alienação. A libertação do reprimido é sustada – na idéia e no ideal.[175]

A segunda parte de *Eros e Civilização* inicia-se com a apresentação de Marcuse sobre a questão base que guiará todo o restante dessa obra: o princípio do desempenho como o princípio de realidade deve ser tomado como ponto pacífico ou terá ele criado as pré-condições necessárias para um princípio de realidade qualitativamente diferente e não-repressivo? Marcuse procurou responder essa questão afirmando que

> O princípio de desempenho impõe uma organização repressiva e integrada da sexualidade e do instinto de destruição. Portanto, se o processo histórico propender para tornar obsoletas as instituições do princípio de desempenho, tenderá para tornar obsoleta a organização dos instintos – isto é, para libertar os instintos das restrições e desvios

---

[174] Para Edmund Husserl, há uma ambigüidade em relação ao ego humano: de um lado, ele é uma parte comum do mundo, uma das coisas que nele habitam, o "eu" é uma coisa material, orgânica e psicológica, denominado de ego empírico. De outro lado, esse mesmo "si" pode também ser posto contra o mundo: ele é o centro de manifestação para quem o mundo e tudo nele manifesta a si mesmo. Quando considerado dessa forma, ele não é mais simplesmente parte do mundo, ele é o chamado ego transcendental. Uma espécie de substância em que se podem modificar os conteúdos sem que ela mesma em si se modifique, adquirindo, segundo Sokolowski, uma semelhança com espírito divino, por sua vez de tradição imutável diante de todos os conteúdos do mundo. As informações sobre o ego transcendental foram extraídas de SOKOLOWSKI, Roberto. *Introdução à Fenomenologia*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

[175] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.113

> requeridos pelo princípio do desempenho. Isso implicaria a possibilidade real de uma eliminação gradual da mais-repressão, pelo que uma crescente área de destrutividade poderia ser então absorvida ou neutralizada pela libido assim fortalecida.[176]

Apesar da teoria freudiana não caminhar em favor da formulação de uma utopia psicanalítica que defenda a possibilidade de uma sociedade não repressiva, Marcuse se dispõe, nesta parte de seu livro, a direcionar sua análise nesse caminho. O filósofo esclarece que seus exames têm agora objetivos diferentes dos anteriores, onde ele procurou demonstrar o surgimento e a consolidação do princípio do desempenho. Neste momento ele se dedicará a analisar as possibilidades de um desenvolvimento não repressivo. Marcuse recorda a afirmação de Freud de que a natureza dos instintos é "historicamente adquirida", portanto essa natureza está sujeita a mudanças se as condições fundamentais que foram a causa dos instintos adquirirem tal natureza tiverem mudado. Marcuse reconhece que naquele momento, as condições históricas ainda são as mesmas e se desenrolam dentro do quadro de escassez e dominação. No entanto, o filósofo acredita na possibilidade de que essas se tornem obsoletas e artificiais, ampliando a possibilidade real de sua eliminação. Desta forma, para Marcuse,

> A hipótese de uma civilização não-repressiva tem de ser teoricamente validada, primeiro, demonstrando-se a possibilidade de um desenvolvimento não-repressivo da libido, nas condições de civilização amadurecida. A direção de tal desenvolvimento é indicada por aquelas forças mentais que, de acordo com Freud, conservam-se essencialmente livres do princípio de realidade e transmitem essa liberdade ao mundo de consciência madura.[177]

No processo de formação do homem civilizado, a unidade entre o ego e o prazer foi rompida e a mente humana se dividiu. Segundo Freud, em uma das partes da mente humana o princípio da realidade foi canalizado e nesta esfera a razão manteve seu monopólio da verdade. A outra parte do aparelho mental continuou livre do princípio da realidade, porém, foi subjugada, e reconhecida como impotente, irreal e inconsequente. Enquanto isso a razão prevaleceu com o *status* de útil, correta e verídica. Freud destaca a fantasia como uma atividade mental que retém um elevado grau de liberdade, mesmo na esfera da consciência desenvolvida. A fantasia liga as mais profundas camadas do inconsciente aos mais elevados produtos da consciência, ela é lugar de refúgio do princípio de prazer quando as necessidades se estabeleceram e o ego foi separado do id. Apesar de seu papel de refúgio do princípio de prazer, a fantasia foi renegada e

---

[176] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.124
[177] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 131

abandonada pela organização do ego e do prazer de acordo com os valores de conduta e moral da realidade. Freud foi quem reinvestiu a imaginação dos seus direitos. Como processo mental independente e fundamental, a fantasia tem valor próprio e autêntico capaz de superar a antagônica realidade humana e reconciliar o indivíduo com o todo, o desejo com a realidade e a felicidade com a razão. De acordo com Marcuse, a imaginação, apesar de concentrar-se no universo subjetivo, ganha realidade através da arte, onde o indivíduo é capaz de manifestar-se contra a repressão e negar o estado de não liberdade. Marcuse chama a arte de "o retorno do reprimido", usando um conceito de Freud que a ela se refere diretamente como a possibilidade do artista, através de sua arte, resgatar de sua memória consciente "confusa" fonte de inspiração para seu trabalho. Para melhor explicar o papel da arte no "retorno do reprimido", Marcuse cita a teoria do frankfurtiano Theodor Adorno:

> A arte é, talvez, o mais visível "retorno do reprimido", não só no indivíduo, mas também no nível histórico-genérico. A imaginação artística modela a "memória inconsciente" da libertação que fracassou, da promessa que foi traída. Sob o domínio do princípio de desempenho, a arte opõe à repressão institucionalizada a imagem do homem como sujeito livre; mas num estado de não-liberdade, a arte só pode sustentar a imagem da liberdade na negação da não-liberdade.[178]

Para Freud, a fantasia do inconsciente, os processos biológicos primordiais e um retrocesso ao passado são os principais caminhos para a liberdade, no entanto, o caráter subjetivo desses três aspectos transforma a liberdade em uma utopia na concepção freudiana. Para Marcuse, a arte, como a fantasia, é o desenvolvimento de imagens ao longo de linhas de máxima satisfação. Na fantasia totalmente gratificante se acha a raiz da liberdade artística. A arte é livre por estar fundada na fantasia, ao mesmo tempo é alienada, porque a fantasia não pode se realizar no mundo. Marcuse afirma que a *arte somente sobrevive na medida em que se anula, na medida em que poupa a sua substância mediante a negação de sua forma tradicional e assim negando a reconciliação; quer dizer, na medida em que se torna realista e atonal.*[179] A fantasia é gratificante porque nela se encontra a única possibilidade de expressão irrestrita do princípio de prazer. Desde que no mundo o princípio do prazer se encontra bloqueado, suas manifestações através da arte poderão se opor às coisas existentes no mundo. Desta maneira, a arte alienada participará do mundo criticando-o. Essa ideia como oposição é

---

[178] ADORNO, Theodor W. *Die gegângelt Musik*, In: MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 135

[179] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 136

proveniente dos estudos realizados pela Escola de Frankfurt no período em que Marcuse contribuiu para as pesquisas daquele instituto. Marcuse, Horkheimer e Adorno

> São unânimes em atribuir à cultura em geral, e à obra de arte em especial, uma dupla função, a de representar e consolidar a ordem existente e ao mesmo tempo a de criticá-la, denunciá-la como imperfeita e contraditória. Essa dupla função decorre do caráter ambíguo da própria cultura de ser ao mesmo tempo a depositária das experiências passadas de repressão e das expectativas de melhoria, de aperfeiçoamento: ela critica o presente e remete ao futuro. A dimensão conservadora e emancipatória da cultura e da obra de arte encontram-se, pois, de mãos dadas.[180]

Marcuse defende que a renegação da liberdade instintiva para a "terra de ninguém", ou seja, para o inconsciente, é um produto da sociedade civilizada e fruto da ideologia do princípio do desempenho. Porém, Marcuse continua defendendo a possibilidade de um processo evolutivo em que os homens se voltarão contra a realidade estabelecida, este evento histórico ocorreria na mesma proporção da história geológica do homem e do princípio da civilização. Para Marcuse esta terceira e última etapa ocorreria num estágio do progresso em que este estaria plenamente avançado, no entanto, a escassez e a opressão ainda se manteriam. Esta condição tornaria o princípio do desempenho obsoleto, uma vez que o trabalho explorado ainda não havia solucionado os problemas individuais, mas apenas trazido o progresso geral. Marcuse argumenta que, de acordo com Freud, a urgência de um princípio da realidade não opressivo, não destruiria a organização social do trabalho, mas sim a riqueza material e intelectual seria tal que permitiria a gratificação indolor das necessidades, enquanto a dominação deixaria de obstruir essa gratificação. O trabalho, por sua vez, continuaria impondo restrições – quantitativas e qualitativas- aos instintos, porém, garantiria maior liberdade ao indivíduo.

Marcuse afirma que desde a antiguidade a razão sempre teve o monopólio do princípio da realidade e serviu como instrumento de coação contra qualquer atitude que pertencesse à esfera da sensualidade, do prazer e dos impulsos. A imaginação, reconhecida por Freud como a grande detentora da liberdade sempre foi tomada como incompatível com a realidade e com a verdade. No entanto, Marcuse destaca, *a cultura do princípio de desempenho curva-se perante as estranhas verdades que a imaginação mantém vivas no folclore, nas lendas, na literatura e na arte (...)*[181], isto é, os mitos e heróis que a razão festeja também tratam-se de histórias impossíveis, porém, são

---

[180] FREITAG, Bárbara. *A Teoria Crítica: ontem e hoje*. Op. Cit. p. 77
[181] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 147

identificados pelos homens e reconhecidos de forma legítima, pois estão de acordo com a ideologia do princípio da realidade. Marcuse procurou trabalhar em sua obra com dois heróis da mitologia grega que, segundo ele, representam a grande recusa, uma vez que suas histórias tratam de destruir a estrutura vigente e pregam uma vida com uma nova realidade, onde há a unidade entre o prazer e a realidade, por isso, acabaram renegados ao antagonismo pela cultura ocidental. Marcuse se propõe a identificar alguns desses símbolos e examinar seu valor de verdade histórica. O autor procurou abordar os heróis culturais que persistiram na imaginação como símbolos da atitude e dos feitos que determinaram o destino da humanidade. Marcuse cita Prometeu como o herói-arquétipo do princípio de desempenho e Orfeu e Narciso como símbolos de uma realidade muito diferente. Sobre essa diferença entre esses heróis e anti-heróis analisados, Marcuse destaca:

> As imagens órfico-narcistas são as da Grande-Recusa: recusa em aceitar a separação do objeto (ou sujeito) libidinal. A recusa visa à libertação- à reunião do que ficou separado. Orfeu é o arquétipo do poeta como liberator e creator: estabelece uma ordem superior no mundo, uma ordem sem repressão. Na sua pessoa, arte, liberdade e cultura estão eternamente combinadas. È o poeta da redenção, o deus que traz a salvação e a paz mediante a pacificação do homm e da natureza, não através da força.[182]

Neste esforço de Marcuse em procurar analisar alguns heróis mitológicos, a fim de demonstrar como suas imagens se comunicam com a realidade, identificamos, pela segunda vez, a influência teórico-metodológica dos pensadores frankfurtianos. Em 1947 Adorno e Horkheimer publicaram a obra *Dialética do Esclarecimento*, fruto do trabalho de ambos entre os anos de 1941 e 1946 que, segundo Bárbara Freitag, aborda uma grande temática que trespassa a obra de todos os autores da Escola de Frankfurt. Esses dois autores procuram descrever nessa obra uma dialética da razão que em sua trajetória, *originalmente concebida como processo emancipatório que conduziria à autonomia e à autodeterminação, se transforma em seu contrário: em um crescente processo de instrumentalização para a dominação e repressão do homem.*[183] A primeira parte da obra, intitulada "Conceito de Esclarecimento", Adorno e Horkheimer buscaram interpretar os mitos antigos da cultura ocidental como lugar de origem do racionalismo. Por meio dessa abordagem, os autores acreditam poder demonstrar que o tema da racionalidade é uma ideia proveniente muito antes da ciência moderna se constituir

---

[182] Ibidem. p.154
[183] FREITAG, Bárbara. *A Teoria Crítica: ontem e hoje*. Op. Cit. p. 34

como arma humana para a intervenção nos processos naturais. Segundo eles, todas as características essenciais do racionalismo já se encontram no mito. O mito e o ritual racionalizam a realidade quando reduzem esta realidade e o mundo que nos cerca aos conceitos míticos centrais. Reduzir aos conceitos centrais de um mito significa afirmar que no mundo nada pode haver de novo. Adorno e Horkheimer defendem a tese da simetria entre mito e ciência que consiste na afirmação de que

> A tese simétrica à do mito como antecipação da ciência, não menos polêmica do que essa, é proposta pelos autores: há algo no conhecimento científico que o liga inextrincavelmente ao mito, a saber, o caráter da repetição. A objetividade da ciência consiste também no fato de que tudo nela pode ser repetido *ad nauseam*, como um experimento, por exemplo, dando sempre o mesmo resultado. Ora, segundo Horkheimer e Adorno, a temporalidade de repetição que é hoje considerada típica da ciência moderna: O princípio da imanência, da explicação de todo acontecer como repetição no qual o esclarecimento defende contra a imaginação mítica, é aquele do próprio mito.[184]

Como a teoria da civilização de Freud não apresenta uma defesa da possibilidade de uma sociedade não opressora, e como Marcuse busca demonstrar não só a história da constiuição e a estrutura da opressão, mas também analisar os possíveis caminhos para uma sociedade livre, o próximo passo desse autor foi tentar reaver o conteúdo total da dimensão estética mediante a legitimação filosófica. Marcuse buscou nos principais teóricos da estética, a fundamentação necessária para demonstrar que a noção de estética como uma função da mente capaz de aliar os princípios antagônicos e promover uma realidade não-opressora. Na filosofia de Kant, o antagonismo básico entre sujeito e objeto reflete-se na dicotomia entre as faculdades mentais: sensualidade (sensações) e intelecto (entendimento); desejo e cognição, razão prática e teórica. Para Kant, a dimensão estética é o meio onde os sentidos e o intelecto se encontram. A mediação realiza-se pela imaginação, que é a "terceira faculdade mental". Além disso, a dimensão estética também é o meio onde a natureza e a liberdade se encontram. Essa dupla mediação é requerida pelo conflito geral entre as faculdades superiores e inferiores do homem, o qual é gerado pelo progresso da civilização – um progresso obtido através da subjugação das faculdades sensuais à razão e através de sua utilização repressiva para as necessidades sociais. Sobre a teoria kantiana a respeito da estética, Marcuse conclui que *quando a função estética se converte no tema central da filosofia*

---

[184] DUARTE, Rodrigo. *Adorno/Horkheimer & A Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p.29

da cultura, é usada para demonstrar os princípios de uma civilização não-repressiva, em que a razão é sensual e a sensualidade é racional.[185]

Quando a sociedade industrial começou, no século XVIII, a ganhar forma sob o domínio do princípio do desempenho, muitos filósofos, como Hegel, Herder e Schiller, desenvolveram em termos quase idênticos o conceito de alienação e o princípio de negatividade inerente ao princípio de desempenho, impregnou suas análises filosóficas. Para Schiller, o homem moderno cultiva uma ferida que é proveniente de um antagonismo numa série de conceitos emparelhados como sensualidade e razão, matéria e espírito, natureza e liberdade, o particular e o universal. Cada uma dessas duas dimensões são governadas por impulsos diferentes: o impulso sensual, essencialmente passivo e receptivo, e o impulso formal, ativo e dominador. De acordo com Schiller, a cultura é um produto da combinação e interação desses dois impulsos, mas a civilização avançada tem cultivado uma relação antagônica entre eles. A civilização submeteu a sensualidade à razão. Para Schiller a reconciliação entre esses dois impulsos seria obra de um terceiro impulso que ele define como impulso lúdico, tendo por objetivo a beleza e por finalidade a liberdade.

Para Schiller o homem só é livre quando está livre de coações, externas e internas, físicas e morais – quando não é reprimido pela lei nem pela necessidade. Porém, tal coação é a realidade. Assim, liberdade é a emancipação de uma realidade estabelecida, o homem, segundo Schiller, deve estar livre para expor-se, mostrar quem ele realmente é, pensa e sente. De acordo com Marcuse, *essas idéias representam uma das mais avançadas posições do pensamento. Deve-se entender que a libertação, em face da realidade que se preconiza neste contexto não transcendente, íntima ou, meramente, uma liberdade intelectual, mas uma liberdade na realidade.*[186] Marcuse afirma que Schiller diagnosticou a doença da civilização como um conflito entre os impulsos básicos do homem e defendeu que a liberdade aconteceria quando os controles repressivos dessem lugar ao impulso sensual como um princípio orientador da sociedade. Para Schiller, toda a sociedade entraria em equilíbrio no instante em que a liberdade se tornasse a ordem universal.

Marcuse defende que o pré-requisito para uma ordem não-repressiva é que uma civilização atinja um grau supremo de maturidade tal que todas as necessidades básicas possam ser satisfeitas com um dispêndio mínimo de energia física e mental,

---

[185] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 161
[186] Ibidem. p.167

num mínimo de tempo. Contudo, ocorrendo no auge da civilização, como conseqüência não de uma derrota, mas de uma vitória na luta pela existência, e apoiada numa sociedade livre, tal libertação da civilização, poderia, de acordo com Marcuse, ter como resultado uma subversão de cultura. Seria uma regressão, mas à luz da consciência madura e guiada por uma nova racionalidade. De acordo com Marcuse,

> a noção de uma ordem instintiva não repressiva deve ser primeiramente testada no mais desordenado de todos os instintos: os da sexualidade (...) Temos de indagar se os instintos sexuais, após eliminação de toda a mais-repressão, são capazes de desenvolver uma racionalidade libidinal que seja não só compatível, mas promova até o progresso para as formas superiores de liberdade civilizada..[187]

Sob o domínio do princípio de desempenho, as relações libidinais foram preparadas para o intercurso genital. Essas restrições impostas pela necessidade de conservar uma vasta proporção de energia e tempo aos labores não-gratificantes, perpetuam a dessexualização do corpo e o estabelecimento do amor e das relações duradouras e monogâmicas, que aliam sexualidade e afeto, que de acordo com Marcuse, são o resultado histórico de um longo processo de domesticação do instinto sexual. Assim, a manifestação legítima do instinto sexual foi sustada para que o sujeito pudesse empregar suas energias a serviço de tarefas socialmente úteis. Marcuse afirma que o processo de ressexualização ocorreria, em primeiro lugar, com a redução do tempo e das energias gastas com o trabalho, depois o excedente dessas categorias seriam utilizados para o prazer. Assim, o homem teria a "coisificação" de seu corpo atenuada, deixando de ser um mero instrumento de trabalho e seu corpo se converteria em um objeto de catexe (algo a ser desfrutado). Marcuse afirma que, apesar de parecer que com a destruição das instituições morais o mundo viraria uma sociedade de maníacos sexuais, a realidade seria o oposto. Pois, ao contrário de uma explosão de libido que, por sua vez é necessária em sociedades opressoras de homens reprimidos, ocorreria uma propagação da libido que modificaria a personalidade humana, eliminando os tabus e seus conteúdos pervertidos.

Para Freud o conceito de sublimação refere-se ao destino da sexualidade sob um princípio de realidade repressivo. Assim, a sublimação significa uma alteração na finalidade e objeto do instinto em vista do qual os valores sociais entraram no jogo. A sublimação opera, então, sobre uma estrutura instintiva precondicionada, que inclui as restrições funcionais e temporais da sexualidade, sua canalização para a reprodução

---

[187] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 175

monogâmica e a dessexualização da maior parte do corpo. Existem, contudo, outros modos de sublimação. Freud falou de impulsos sexuais de finalidade inibida, os quais não precisam ser descritos como sublimados, embora estejam relacionados aos impulsos sublimados. Freud chama-os de instintos sociais e menciona como exemplo as relações entre pais e filhos, o sentimento de amizade e os vínculos afetivos do casamento. Existem outros impulsos que dissipam-se de forma natural, como o complexo de Édipo que, mesmo nas sociedades onde impera o princípio da realidade repressiva, sua dissipação é um acontecimento natural. Marcuse interpreta a concepção freudiana de existência de diferentes tipos de instintos como uma idéia que sugere uma civilização diferente da que deriva da sublimação repressiva, pois

> Esses conceitos aproximam-se do reconhecimento da possibilidade de sublimação não-repressiva. (...). E, de fato, sob o princípio de realidade estabelecido, a sublimação não-repressiva só pode aparecer em aspectos marginais e incompletos, sua forma totalmente desenvolvida seria sublimação sem dessexualização. O instinto não é desviado de sua finalidade; é gratificado em atividades e relações que não são sexuais no sentido de sexualidade genital organizada, mas que, não obstante, são libidinais e eróticas.[188]

Marcuse não está pregando a fetichização do mundo, não está desejando que os objetos que cercam as pessoas de repente se tornem para elas objetos de libido, objetos do desejo sexual. O mundo erotizado, à luz das ideias de sublimação não-repressiva e da definição freudiana de Eros, é um mundo onde Eros deixou de ser confundido com o impulso genital específico. É um mundo que se mostra como uma emanação do princípio da vida. De acordo com a ideia freudiana de prolongar a vida e desenvolve-la, Marcuse afirma que

> O impulso biológico converte-se num impulso cultural. O princípio de prazer revela a sua própria dialética. A finalidade erótica de sustentar todo o corpo como sujeito-objeto de prazer requer o contínuo refinamento do organismo, a intensificação de sua receptividade, o crescimento de sua sensualidade. A finalidade gera seus próprios projetos de realização: a abolição do esforço, o aperfeiçoamento do meio, a conquista da doença e da decrepitude, a criação do luxo. Todas essas atividades fluem diretamente do princípio de prazer e, ao mesmo tempo, constituem um trabalho que associa os indivíduos às maiores unidades; não mais confinados ao domínio mutilador do princípio de desempenho, eles modificam o impulso sem o desviarem de sua finalidade.[189]

---

[188] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 182
[189] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 184-185

No grau em que a luta pela existência se torna cooperação para o livre desenvolvimento e satisfação das necessidades individuais, a razão repressiva dá margem a uma nova racionalidade da gratificação, em que a razão e a felicidade convergem. Cria a sua própria divisão de trabalho, suas próprias prioridades, sua própria hierarquia. Contudo, a questão de que como pode a sociedade gerar livremente a liberdade, quando a não-liberdade se tornou parte integrante da engrenagem mental continua sendo levantada por Marcuse nessa última etapa de sua obra. O autor afirma que não é o conflito entre instinto e razão que fornece o mais forte argumento contra a ideia de uma civilização não-repressiva, mas, antes, o conflito que o instinto gera em si mesmo. De acordo com Marcuse, o que distingue o prazer da cega satisfação de carências e necessidades é a recusa do instinto em esgotar-se na satisfação imediata, é a sua capacidade para construir e usar barreiras para obstruir o ato de plena realização. Contudo, mesmo que uma moralidade libidinal seja identificável na estrutura instintiva, e ainda que uma racionalidade sensual pudesse tornar Eros livremente suscetível de ordem, o vínculo que liga Eros ao instinto de morte torna-se o maior obstáculo a desafiar todo e qualquer projeto de desenvolvimento não-repressivo.

Esta relação entre Eros e o instinto de morte foi desenvolvida por Martin Heidegger em sua obra *Ser e Tempo,* onde o filósofo afirma que a morte *não é o fim da vida, mas o ser-para-o-fim, ela não está à frente de nossa vida, mas está dentro de nossa vida. Embora todos sejamos atingidos pela morte, cada um tem de morrer sua própria morte*.[190] O homem esquiva-se da morte no anonimato do *a gente*, porém, quando o indivíduo resolve exercitar-se perante a morte, ele coloca-se diante da mais extrema e radical possibilidade de ser ele mesmo. Para Heidegger a consciência absoluta do fim de nossa existência desperta uma consciência moral que desencobre nossa situação de não-ser e nos apresenta a liberdade como possibilidade. Heidegger confere ao exercitamento para a morte o papel de liberar as nossas autênticas possibilidades fáticas. Sobre a forma como a morte suscita a dolorosa consciência, Heidegger afirmou

> Basta a finitude nossa para inculpar-nos. Mas essa mesma culpa nos chama para a finitude. É então que, compreendendo-nos livres, podemos ouvir a intimação desse poder-ser. A vocação convoca-nos à nossa liberdade, a um "querer ter consciência", que é o que escolhemos angustiadamente.[191]

---

[190] Idem
[191] NUNES, Benedito. *Heidegger & Ser e Tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 23

A angústia, conforme Heidegger, é o momento em que o mundo perde sua importância e que o *Dasein* sente-se exilado, não-protegido e sem objetivo, é a descoberta do Nada, a descoberta de uma ausência. Nossa relação com a morte é ambivalente. Por um lado, ela provoca a angústia: angústia frente aos amigos que morreram, cuja morte abre um vazio, revela o Nada, faz o mundo perder o sentido. Por outro lado, o princípio de morte conduz a uma imobilidade que se identifica ao estado máximo da expressão de Eros, da felicidade. Sendo a morte o fato brutal que nega a realidade de uma existência não-repressiva, pois é a negatividade final do tempo, Heidegger afirma que o ser humano jamais alcançará a condição de um ser acabado e nunca alcançará aquilo que pode ser, estará sempre diante de uma série infinita de possibilidades, sobre as quais se projeta. Estabelecendo um estado de permanente tensão entre aquilo que o homem é e aquilo que virá a ser, essa projeção constituiria a inquietação. A inquietação, estrutura o ser do homem dentro da temporalidade, prendendo-o ao passado, mas, ao mesmo tempo, lançando-o para o futuro. Assumindo seu passado e, ao mesmo tempo, seu projeto de ser, o homem afirma sua presença no mundo. Marcuse, apoiado na afirmação de Heidegger, afirma que a mera previsão do fim inevitável, presente a todo instante, introduz um elemento repressivo em todas as relações libinais e torna o próprio prazer doloroso. Para Marcuse

> Essa frustração primária na estrutura instintiva do homem torna-se a fonte inexaurível de todas as outras frustrações – e de sua afetividade social. O homem aprende que não pode durar, de qualquer modo, que todo o prazer é curto, que para todas as coisas finitas a hora de seu nascimento é a hora de sua morte - que não poderia ser de outro modo. Está resignado, antes da sociedade o forçar à prática metódica da resignação. (...)[192]

O fluxo do tempo é o maior aliado natural da sociedade na manutenção da lei e da ordem. A capacidade do ser humano para esquecer é um requisito indispensável da higiene mental e física, mas é também a faculdade mental que sustenta a capacidade de submissão e renúncia. Marcuse afirma que a memória da civilização é treinada pelo princípio da realidade para se recordar dos deveres, em lugar dos prazeres, a memória foi associada à culpa e ao pecado. Essa unilateralidade reforça a idéia de que felicidade é uma coisa que ficou retida no passado. Eros, penetrando na consciência, é movido pela recordação, assim, protesta contra a ordem de renúncia: usa a memória em seu esforço para derrotar o tempo num mundo dominado pelo tempo. Com a sua luta pela

---

[192] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 200

eternidade, Eros transgride o tabu decisivo que somente sanciona o prazer libidinal como uma condição temporal e assim

> A natureza conservadora dos instintos acabaria repousando num presente realizado em sua plenitude. A morte deixaria de ser uma finalidade dos instintos. Continua sendo um fato, talvez mesmo uma necessidade suprema - mas uma necessidade contra a qual a energia irreprimida da humanidade protestará, contra a qual deflagrará a sua maior batalha.[193]

A finalidade de Marcuse em *Eros e Civilização* foi demonstrar que, sob o aparente pessimismo e conservadorismo do pensamento de Freud, havia uma subjacente tendência crítica - Marcuse chamou-lhe "a tendência oculta da psicanálise"- que continha uma acusação à civilização estabelecida e uma promessa de libertação final. Ele propôs uma inversão da interpretação predominante de Freud, que tinha por mensagem central a noção de que a civilização era necessariamente repressiva, ou seja, a repressão como necessária concomitância na formação da civilização. Com olhar crítico, Marcuse reinterpretou o pensamento de Freud e dissecou o neofreudianismo. Ele objetou à pretensão destes revisionistas de que tinham "acrescentado" uma dimensão sociológica à psicologia de Freud, objetou tanto por causa do "aparente" fato de estes revisionistas ignorarem o caráter profundamente sociológico do pensamento de Freud como em virtude da noção assistemática de que uma dimensão social poderia ser acrescentada a uma psicologia individual. Em contraste com os neofreudianos, Marcuse propôs-se levar a cabo uma reinterpretação radical da teoria de Freud, que resultou em um pensamento dialético. De acordo com Paul Robinson, Marcuse é um crítico brilhante que, em sua reinterpretação de Freud, essa qualidade ficou mais evidente, pois o filósofo

> Começou por aceitar os pressupostos psicológicos de Freud mais extremos e, evidentemente, mais pessimistas: a importância inigualável da sexualidade, o significado primordial do inconsciente e da repressão, e, finalmente, a hipótese de um instinto de morte. Empregou até, embora nem sempre coerentemente ou na acepção pretendida por Freud, noções tão impopulares quanto as de crime primordial, pararelo ontogenético/filogenético e o conceito hidráulico de energia libidinal. Contudo, logrou chegar a conclusões que eram ainda mais "positivas" do que as imaginadas pelos revisionistas. É esse sentido de surgimento dialético da realização humana desde as profundezas da depravação e da opressão que imprime a Eros e Civilização o seu violento impacto dramático, uma qualidade que, na

[193] MARCUSE, Herbert. *Eros e Civilização*. Op. Cit. p. 203

> minha opinião, só se encontra em idêntico grau em O Capital, de Marx.[194]

O feito de conseguir que o pensamento dialético e sua capacidade de absorver a motivação concreta da vida social derivasse para a incorporação da psicanálise freudiana, foi explicado por Marcuse, quando este observou que a psicologia de Freud penetra numa dimensão do aparelho psíquico onde o indivíduo continua a ser a espécie. A libido é uma força biológica, e não somente um impulso individual. O conflito entre a libido e a sociedade, entre Eros e civilização, não tem por alvo apenas o bem estar do indivíduo, mas a saúde psíquica da raça inteira. Por isso, José Guilherme Merquior afirma que para Marcuse *o que o pessimista Freud elaborou é uma teoria social, tanto quanto - embora em outra perspectiva - a crítica sociológica de Marx.*[195] De acordo com Marcuse, a incorporação da psicanálise à teoria social, não requer nenhuma nova orientação cultural ou sociológica para revelar o caráter sociológico da psicanálise, apenas necessita de uma historicização do conteúdo dos conceitos psicológicos. Para Robinson, essa afirmação de Marcuse é algo enganoso,

> Visto que a própria reinterpretação marcuseana da teoria psicanalítica dependia, de fato, da introdução de numerosas e importantes distinções históricas e sociológicas. Marcuse sugeriu que essas distinções foram introduzidas apenas para reforçar o caráter essencialmente histórico das hipóteses do próprio Freud. Contudo, as distinções de Marcuse tiveram o efeito de transformar o que, creio eu, eram percepções inteiramente não-históricas – por exemplo, a noção de que a civilização é sempre e inevitavelmente repressiva- em percepções históricas, habilitando Marcuse, por conseguinte, a correlacionar a teoria psicanalítica com os pressupostos do Marxismo.[196]

Marcuse declara no prefácio de *Eros e Civilização* que pretende empregar categorias psicológicas, visto que elas se tornem categorias políticas. Assim, o objeto dos seus estudos resume-se na interpretação de algumas das idéias dominantes da cultura intelectual, por meio de uma psicologia dinâmica, capaz de detectar as estratégias repressivas, elaboradas em termos de conflito entre os impulsos naturais do homem e os obstáculos que a sociedade lhes impõe. Assim, a análise das estruturas sociais deve se desdobrar em psicanálise, a teoria de Marx deve ser complementada pela

---

[194] ROBINSON. Paul A. *A Esquerda Freudiana. Wilhelm Reich – Geza Rohein – Herbert Marcuse*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. p. 156

[195] MERQUIOR, José Guilherme. *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamim*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969. p.25

[196] ROBINSON. Paul A. *A Esquerda Freudiana.* Op. Cit p.138

de Freud. A respeito da arquitetura do pensamento marcusiano ter sido edificada sobre as bases da psicanálise freudiana e da teoria marxista, Merquior afirma:

> No campo econômico, Marx analisou o processo de transformação do passado liberal da economia capitalista nas tendências monopolísticas que deveriam redundar na liquidação do sistema. A ambição de Marcuse é rastrear uma evolução paralela no terreno da cultura (e especificamente na filosofia); ele se propõe demonstrar como as aspirações de liberdade e de satisfação embutidas na tradição ideológica do Ocidente se perderam com a implantação da sociedade de massa.[197]

Quando Marx considera o período de transição do capitalismo para o socialismo, ele parece prever dois processos que se desenvolverão lado a lado. Um é o colapso econômico do sistema capitalista e o outro processo é o desenvolvimento da consciência política da classe trabalhadora. Marx vê a concentração de trabalhadores em unidades fabris e os limites salariais como condições necessárias ao desenvolvimento da consciência, mas não diz mais nada sobre como e por que os trabalhadores irão aprender essas verdades. Esta lacuna levou Marcuse a buscar na psicanálise as respostas para essa questão. Para Alasdair MacIntyre *talvez pareça paradoxal que Marcuse se voltasse para Freud em busca da psicologia social que faltava ao marxismo, já que as próprias opiniões políticas de Freud, como cidadão e como teórico, eram extremamente conservadoras*.[198] Porém, a sugestão de que no capitalismo, os homens são dominados e explorados por opressores externos e também por formas de consciência que os impedem de libertar-se, foi muito pertinente a alguém preocupado com os acontecimentos sócio-políticos após a Primeira Guerra Mundial. O nome de Karl Marx não foi mencionado nenhuma vez por Marcuse em sua obra *Eros e Civilização*, no entanto, Paul Robinson, em comum acordo com Merquior, afirma que a finalidade deste filósofo era por de acordo a teoria freudiana com as categorias do Marxismo. Para Robinson,

> Marcuse achava, francamente, que a Psicanálise abria dimensões críticas que não tinham sido previstas na teoria marxista. Mas, quando se lê e relê Eros e Civilização, fica-se inevitavelmente impressionado pelo modo sistemático como Marcuse trasladou as categorias não-históricas e psicológicas do pensamento de Freud para as categorias eminentemente históricas e políticas do Marxismo.[199]

Os dois mais importantes conceitos que Marcuse desenvolveu em *Eros e Civilização* foram a Mais-Repressão e o Princípio de Desempenho. Esses dois conceitos

---

[197] MERQUIOR, José Guilherme. *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamim*. Op. Cit. p.26
[198] MACINTYRE. Alasdair. As idéias de Marcuse.São Paulo: Cultrix 1970. p.51
[199] ROBINSON. Paul A. *A Esquerda Freudiana.* Op. Cit. p. 157

desempenham o papel de retificar a idéia freudiana e definir as características da reinterpretação de Marcuse. Este autor afirma que a história da civilização tem sido o conflito dos contrastes entre liberdade e felicidade e entre sexualidade e civilização como produto de instituições específicas pertencentes a estágios particulares do desenvolvimento humano, e não produto da natureza humana como havia afirmado Freud. Por mais-repressão Marcuse entende um conjunto de restrições que são necessárias para manter alguma forma particular de dominação social. Robinson afirma que *a terminologia de Marcuse revelou claramente que a Mais-Repressão tinha o propósito de ser identificada com a Mais-Valia de Marx, isto é, a medida quantitativa da exploração humana sob o capitalismo.*[200] Marcuse admitiu a legitimidade das análises de Freud sobre o princípio de realidade, mas argumentou que, no período moderno, sob a dominação capitalista, o princípio da realidade tinha assumido forma particular que exigia maior e mais variada repressão do que era, de fato, necessária para a sobrevivência da civilização. Marcuse denominou essa variante histórica do princípio de realidade de princípio de desempenho. O princípio de desempenho, de acordo com Robinson, *correspondia à caracterização qualitativa da existência sob o capitalismo, enunciada por Marx, notadamente, as noções de alienação e coisificação (...)*[201], pois, apesar do conceito de Marcuse remeter a um aspecto mais inclusivo do que os conceitos marxistas, no âmago do termo estava a noção de Marx de transformação dos homens em coisas, alienados do seu trabalho, do processo e dos seus concidadãos.

A reinterpretação de Marcuse da hipótese do crime primordial é compreendida por Robinson como outra prova da tentativa de Marcuse de sintetizar as categorias freudianas e marxistas. Para Robinson, nas mãos de Marcuse,

> O crime primordial converteu-se numa espécie de alegoria capitalista. Embora não o afirmasse explicitamente, é óbvio que transformou o pai primordial freudiano no empresário capitalista e o bando de irmãos no proletariado europeu. (...) Para Marcuse, a civilização não começou com a revolta dos irmãos contra a tirania paterna mas com a fundação do governo do pai sobre os filhos. Foi esse o momento histórico em que o princípio de realidade (ou, mais rigorosamente, o princípio de desempenho) substituiu o princípio de prazer.[202]

Acompanhando o raciocínio de Robinson, essa analogia também sugere a revolta dos irmãos como símbolo da revolução proletária e ao mesmo tempo o fracasso da mesma como resultado de uma questão psicológica como de um poder político e

---

[200] Ibidem. p.158
[201] Ibidem. p.159
[202] ROBINSON. Paul A. *A Esquerda Freudiana.* Op. Cit. p. 162

econômico. Marcuse procurou, de acordo com Robinson, vincular a questão da repressão sexual - exclusão dos filhos de qualquer acesso sexual às irmãs e à mãe - à subordinação econômica – os filhos estavam livres para canalizar sua energia instintual para o trabalho – e assim explicar a ascensão do capitalismo. Para Robinson, Marcuse não conseguiu interligar a sua análise de crime primordial com a sua noção da repressão dos impulsos sexuais secundários, pois

> A supressão sexual iniciada pelo pai primordial só dizia respeito, segundo parece, à sexualidade genital e, de fato, a sugestão de Freud de que o clã fraterno se mantinha unido por laços homossexuais implicou que somente os impulsos secundários sobreviveram à revolução paterna. Assim, Marcuse pode usar a hipótese de Freud para substanciar apenas as restrições quantitativas impostas à sexualidade pelos interesses da dominação e não a dimensão qualitativa da repressão, que tinha sido a característica mais original da sua análise do princípio de desempenho.[203]

Para Alasdair, a questão do crime primordial é mais ampla do que as críticas aplicadas de forma específica por Robinson a esta hipótese freudiana. A substituição do princípio de prazer pelo princípio de realidade constitui um evento traumático no desenvolvimento da espécie que, de acordo com Freud, é recorrente através de toda a história da humanidade, bem como de todo indivíduo. Marcuse subordina a tese de recapitulação à semelhança existente entre um conjunto de eventos pré-históricos e um conjunto de eventos sociais na infância. Para Alasdair, *é, pois, no mínimo, surpreendente que não interesse à sua posição o fato de os eventos pré-históricos realmente terem acontecidos ou não.*[204] Segundo Alasdair, a descrição freudiana é uma versão primitiva do contrato social de Thomas Hobbes que se destina a explicar a origem das instituições sociais. No entanto, Alasdair destaca que, mesmo que se queira, a exemplo de Marcuse, considerar esta versão não como uma hipótese plausível, mas uma metáfora esclarecedora, faz-se necessária uma versão mais coerente, porque, de acordo com esse autor,

> O relato de Freud é, na verdade, incoerente. A exemplo do que ocorre com a versão de Hobbes do contrato social, o que falta aqui é a explicação de como pode ter ocorrido a transição de um estado em que as relações entre os homens são apenas de força bruta, em que cada qual procura impor a própria vontade aos demais, para outro em que haja normas e instituições socialmente estabelecidas que, de uma maneira impessoal, regulem o comportamento humano. As etapas através das quais essa transição se processa não as mesmas sugeridas

---

[203] Ibidem. p.163
[204] MACINTYRE. Alasdair. *As idéias de Marcuse*. São Paulo: Cultrix 1970. p.58

> por Hobbes; eles são culpados, estabelecem-se tabus, e em seguida faz-se um contrato social.[205]

Marcuse defendeu a possibilidade de uma civilização não-repressiva em duas frentes: uma teórica eoutra histórica. Para Robinson, Marcuse dedicou muito menos atenção às tendências históricas que facilitavam uma civilização não-repressiva do que à demonstração de sua legitimidade teórica. O componente histórico de seu argumento resume-se na afirmação de Marcuse de que o princípio de desempenho criaria as precondições históricas para a sua abolição. Em relação ao argumento teórico, Robinson assinala que

> *Eros e Civilização* foi, em sua maior parte, um livro de teoria, desenvolvendo-se num elevado nível de abstração. O próprio tratamento dado ao material histórico foi vazado em linguagem categórica e as questões teóricas foram abordadas de um modo muitíssimo sério. Marcuse parecia sugerir que a mera conceptualização de uma determinada possibilidade histórica (como a da civilização não-repressiva) representava mais da metade da batalha. O simples fato dos escritos de Hegel, Marx, Freud e outros conterem tão esplêndidas condenações da ordem vigente, tão contundentes argumentos a favor de uma sociedade não-repressiva, tendiam a fazer com que Marcuse falasse como se a nova ordem já existisse na realidade. (...) Por outras palavras, Marcuse insinuou freqüentemente que a possibilidade estava em vésperas de converter-se em realidade por causa das várias denúncias teóricas e promessas contidas nos escritos de Hegel, Freud, Schiller, Nietzche e outros críticos.[206]

O argumento dado por Marcuse em *Eros e Civilização* para o tratamento dado por ele a esses teóricos foi de que seu intuito era emprestar maior autoridade à noção de uma civilização não-reprimida. Com efeito, Robinson destaca que Marcuse afirmou que a psicanálise era herdeira de uma sólida tradição no pensamento europeu, quer Freud tivesse sido ou não diretamente influenciado por essa tradição. A forma como Marcuse converteu Schiller em um proponente da liberdade sexual foi criticada por Merquior que afirmou:

> No fundo da desilusão marcusiana com a práxis, e da sua dramática tentativa de preservar assim mesmo um norte utópico, a necessidade de dar uma resposta ética ao problema social se conjuga tão intimamente com o sonho de uma sociedade áurea, que a força da aspiração a um estado harmônico, ético-estético, é suficiente para velar todas as fraturas e contradições da crítica de Schiller ao puritanismo de Kant. A ética da alma bela - o esteticismo moral de Schiller - não é discutido por Marcuse, nem tampouco a estética do impulso lúdico, isto é o moralismo estético "pendant" do esteticismo

---

[205] Ibidem. p. 59
[206] ROBINSON. Paul A. *A Esquerda Freudiana.* Op. Cit. p. 170

> moral. A Marcuse não interessa analisar os elementos do composto schilleriano, porque o que lhe seduz é justamente a sua síntese - não importa quanto seja ilusória. Na sociedade sem repressão, a arte passará à vida, e a vida será uma obra de arte. A existência fluirá dos instintos livres.[207]

Alasdair destaca que os escritos de Freud determinam ao leitor continuamente voltar-se da teorização para os históricos de caso, da leitura de esquemas conceituais para o detalhe clínico revelador e é nestas observações que, no final, a prova da veracidade ou falsidade dos postulados psicanalíticos eram encontrados. Robinson afirma que em *Eros e Civilização*, Marcuse raramente desceu ao nível tático, *ele considerou o problema de como realizar a ordem não-repressiva em apenas algumas passagens dispersas. Como tático, o usualmente enfático e audacioso filósofo mostrava-se evasivo e tímido*.[208] Para Alasdair a falta de interesse de Marcuse pelos fatos empíricos é fatal para toda a sua tese, pois

> Ele revisa Freud em função de sua própria teoria; mas evidentemente considera líquida e certa a versão freudiana da sexualidade não fundamentalmente defectiva, e, assim, não faz nenhuma tentativa de investigar por si mesmo os fatos a respeito da sexualidade. Não admira que a sua manipulação de teorias antagônicas e incompatíveis chegue às raias do escandaloso.[209]

Marcuse argumentou que a sociedade moderna sofria uma repressão sexual que havia se tornado necessária por força de uma determinada forma histórica de civilização. Com efeito, ele insistiu em afirmar que a maior parcela de repressão sexual na civilização era a mais-repressão, repressão a serviço da dominação. O princípio de desempenho envolvia não só uma desnecessária repressão da sexualidade, como um tipo particular de sexualidade, a saber, os impulsos sexuais secundários. O princípio do desempenho levou à quase completa dessexualização das zonas erógenas de todo o corpo e reforçou a genitalização total da sexualidade. A libido passou a estar concentrada numa parte do corpo, os órgãos genitais, a fim de deixar o resto do corpo livre para o trabalho. Marcuse procurou explicar a conexão histórica entre "tirania genital" e princípio de desempenho utilizando a teoria freudiana do crime primordial fazendo uma analogia do processo de formação da ordem capitalista.

Nesse processo, Marcuse detectou que a civilização super-administrada da década de 1950 atuava diretamente sobre o indivíduo e que a família, como veículo de

---

[207] MERQUIOR, José Guilherme. *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamim*. Op. Cit. p.44
[208] ROBINSON.Paul A. *A Esquerda Freudiana.* Op. Cit. p. 173
[209] MACINTYRE. Alasdair. *As idéias de Marcuse*.São Paulo: Cultrix 1970. p.55

repressão, havia perdido sua função. Com a queda da família e de sua função determinante no superego do indivíduo, Marcuse quase não mencionou o complexo de Édipo em *Eros e Civilização*, centro da psicologia de Freud, exceto para negar a sua importância. A tônica deste trabalho de Marcuse era evidenciar que pairava sobre a civilização não só a perspectiva de contínuo descontentamento e labuta, mas também a trágica ameaça de autodestruição. Foi essa percepção que o levou ao conceito freudiano do instinto de morte. Marcuse destacou a propensão de Freud para as concepções dualistas e notou a tendência regressiva comum aos instintos eróticos e destrutivos de procurar reduzir o nível de energia psíquica, ameaçando constantemente converter-se num monismo de morte. Marcuse adotou o dualismo instintual de Freud para poder argumentar que o futuro da humanidade dependia da aptidão do homem para inverter a tendência repressiva da civilização moderna. Ele via a civilização como uma luta dialética entre as forças do Amor e da Morte, em que a derrota de Tanatos só poderia ser assegurada através da libertação de Eros.

Marcuse deu a essa economia libidinal o nome de dialética da civilização e foi sua principal preocupação em *Eros e Civilização* demonstrar que a civilização moderna, sob a égide do princípio do desempenho, estava de fato sufocando Eros. É importante notar que a análise de Marcuse da dialética da civilização diferiu da sugerida por Freud. Para Freud, o antagonismo de Eros e Tanatos implica que a detenção do impulso de destrutividade não depende da libertação de Eros, mas da sua repressão. Assim, o argumento de Marcuse de que só a sexualidade irreprimida poderia opor-se à força da destrutividade contradiz, portanto, a análise freudiana libidinal da civilização. Freud, segundo Alasdair, *vê o homem a buscar a felicidade numa trajetória pontilhada de frustações e derrotas. Mas, ao contrário de Marcuse, procura explicar certos fenômenos empíricos, notadamente os sintomas de pacientes neuróticos*.[210] Marcuse falou dos desvios sexuais e das perversões como protesto contra a tirania genital, afirmou que é na fantasia que nossa fidelidade ao princípio de prazer é preservada, e falou da função libertadora da memória, que ele equiparou à noção freudiana de retorno do reprimido.

Marcuse equiparou todos esses fatores à condição em que o homem venha a alcançar a sua livre auto-realização, mas também admite que os homens ainda terão necessidades e diferentes formas de satisfação, e que o conflito continuará a existir.

---

[210] MACINTYRE. Alasdair. *As idéias de Marcuse*. São Paulo: Cultrix 1970. p.49

Alasdair questiona: *Por que esses conflitos não haveriam de nos levar a novas formas de dominação*[211]*?* E também responde: *A esse respeito Marcuse silencia, e talvez silencie porque sua explicação é realmente vazia.*[212] Em última instância, Robinson procurou definir este trabalho de Marcuse afirmando: *Fundamentalmente, Eros e Civilização permanece como uma obra de teoria mas, no seu nível escolhido de discurso, é um poderoso trabalho de análise crítica*.[213]

[211] Ibidem. p.60
[212] Ibidem. p. 60
[213] ROBINSON. Paul A. *A Esquerda Freudiana.* Op. Cit. p. 173

CAPÍTULO III

UM CRÍTICO DA SOCIEDADE TECNOCRÁTICA

CAPÍTULO III

UM CRÍTICO DA SOCIEDADE TECNOCRÁTICA

Refratários são os sujeitos que ninguém consegue sujeitar. Mal vistos à direita, mal vistos à esquerda, vomitados pelo centro, estrangeiros nas margens, onde você quer colocá-los?

Philippe Sollers

No final dos anos 60 e início dos 70, Herbert Marcuse era considerado um dos mais importantes teóricos vivos. Mundialmente aclamado como o filósofo da libertação e da revolução, Marcuse era figura proeminente no *Zeitgeist*[214], influenciando profundamente a Nova Esquerda e os movimentos de oposição. Seu trabalho era debatido passionalmente por pessoas de todas as linhas políticas e teóricas, e influenciou profundamente uma geração de intelectuais e ativistas radicais. Na verdade, seus livros atingiram até o grande público e ele foi discutido, atacado, criticado e celebrado tanto nos meios de comunicação de massa quanto nas publicações acadêmicas.

Parece natural que o pensamento de Herbert Marcuse tenha sido alvo de críticas e apreciações por parte de intelectuais, ativistas políticos e até mesmo do público leigo, pois este filósofo que viveu importantes anos de sua vida nos Estados Unidos, fez da sociedade norte-americana seu objeto de estudo e foi responsável pela formulação de uma teoria crítica sobre as sociedades industriais contemporâneas, marcada por um enfoque materialista-histórico que ao mesmo tempo dialoga com a filosofia alemã.

Apesar das elaborações intelectuais de Marcuse terem sido avaliadas como obras de grande originalidade teórico-metodológica, outras vezes como ensaios provocantes, Marcuse se tornou conhecido mundialmente durante eventos políticos que

---

[214] Termo alemão cuja tradução significa *espírito de época* ou *espírito do tempo*. O *Zeitgeist* significa, em suma, o nível de avanço intelectual e cultural do mundo, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

marcaram o período logo após a Segunda Guerra Mudial, tendo seu nome anunciado nas faixas de protesto dos estudantes em maio de 1968 ao lado de Marx e Mao Tse-tung, seja nos Estados Unidos, na Alemanha, em Paris e até mesmo na América Latina. A recusa difusa dos jovens contra o mundo afluente do final dos anos 50 e em toda década de 1960 encontrou eco nas obras de Marcuse, principalmente em um livro publicado no ano de 1964 que o consagrou como "guru do movimento estudantil", trata-se de *A Ideolologia da Sociedade Industrial.*

As análises dos mecanismos internos da sociedade moderna foram apresentadas de maneira esparsa por seus teóricos. Galbraith manteve seu foco na estrutura econômica da tecnocracia, enquanto Paul Baran e Paul Sweezy se dedicaram a uma análise da ordem econômica e social americana, *Eros e Civilização* toca em diversos pontos centrais do problema da sociedade moderna repressiva, porém mantém seu foco na teorização dessa repressão. Desta forma, uma análise mais aprofundada, uma teoria unificada com uma perspectiva global da sociedade tecnocrática ainda precisava ser realizada. Marcuse tentou construir essa perspectiva em seu livro *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Criar uma teoria unificada significa, de acordo com Francisco Antonio Dória,

> Descobrir o ponto central que possibilita o desenvolvimento das sociedades pós-industriais, e mostrar como diferentes aspectos de nossa vida cotidiana vão depender dessa orientação central. E criar uma teoria unificada quer também dizer indicar a abertura que deverá possibilitar a solução dos problemas identificados dentro da sociedade.[215]

Neste capítulo buscar-se-á apresentar a teoria unificada da sociedade industrial de Herbert Marcuse elaborada em sua obra *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Esta segunda obra da maturidade intelectual do autor, de acordo com nossa divisão, é a tentativa de compreender as transformações operadas na sociedade do pós-guerra e o evento político-ideológico que caracteriza a época contemporânea. Retomar-se-á o contexto político-econômico, mas com especial dedicação principalmente ao resgate de todas as transformações sociais e culturais que atingiram os Estados Unidos na década de 1960. Desta forma, pretende-se associar essa revolução sócio-cultural vivida pelas sociedades capitalistas avançadas, em específico os Estados Unidos, à formulação de uma teoria feita por Herbert Marcuse que visa denunciar o desaparecimento das forças históricas que representavam, num estado anterior de

[215] DÓRIA, Francisco A. *Marcuse. Vida e Obra*. São Paulo: Paz e Terra, 1983. p. 234

desenvolvimento, as novas possibilidades e as novas formas de vida. Para finalizar pretende-se apresentar as principais críticas elaboradas sobre esse polêmico trabalho de Herbert Marcuse.

3.1 OS ESTADOS UNIDOS NA DÉCADA DE 1960: UM CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-CULTURAIS

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos surgiram como grande potência econômica e militar do Ocidente, tendo como oponente a União Soviética. Como país desenvolvido, os Estados Unidos, apresentava elevada produtividade industrial, renda *per capita* crescente, notável desenvolvimento tecnológico e índice igualmente alto do nível de vida da população em termos de subsistência, educação e mesmo participação política e cultural. A oposição do sistema socialista da União Soviética ao capitalismo norte-americano desencadeou uma guerra fria entre essas potências. Esse conflito ideológico encorajou os americanos a adotar uma política de ajuda aos países destruídos pela guerra convencidos pela idéia de afastar o perigo de uma expansão comunista para o mundo capitalista. A guerra fria teve como efeito o desenvolvimento de uma economia capitalista mundial em torno dos Estados Unidos. A Era de Ouro americana se internacionalizou e os países do mundo capitalista, passaram a viver importantes transformações no setores sociais e culturais que foram estimuladas pelo comércio entre as nações e a implantação de um Estado do Bem-Estar-Social. De acordo com Eric Hobsbawm, as mudanças para a maior parte do globo foram igualmente súbitas e sísmicas, e se acentuaram na década de 1960. Apesar de sua abrangência mundial, procurar-se-á concentrar o foco nos Estados Unidos da América.

A mudança social mais impressionante e de mais longe alcance foi, para Hobsbawm, o fim do campesinato. Desde a pré-história, a maioria dos seres humanos viviam nas zonas rurais e praticavam a agricultura e a pecuária. Segundo Hobsbawm, a partir do terceiro quartel do século XX a redução do número de pessoas dedicando-se ao trabalho rural alcançou a proporção de três pessoas de cada cem que viviam da agricultura. A população agrícola dos Estados Unidos caíra para idêntica proporção, mas, em vista de seu acentuado declínio, era surpreendente o fato de essa minúscula fração de força de trabalho ter condições de abastecer os Estados Unidos e o mundo

com grande quantidade de alimentos. Enquanto as propriedades rurais se esvaziavam, as cidades recebiam cada vez mais pessoas. O mundo da segunda metade do século XX tornou-se urbanizado como jamais fora. Os grandes centros urbanos, reconhecidos por suas importantes áreas comerciais, industriais e administrativas, viveram a partir da década de 1960 uma verdadeira revolução no sistema de transporte. O tráfego de automóveis particulares se intensificou e o sistema público de transporte passou a investir em novos sistemas de metrôs e trens suburbanos a fim de atender à grande demanda de pessoas circulando das áreas centrais para as marginais.

Quase tão dramático quanto a queda do campesinato e o inchaço dos grandes centros urbanos foi o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior. Nos anos 50 e 60, planejadores do governo haviam percebido que a moderna economia exigia muito mais administradores, professores e especialistas técnicos que demandavam uma substancial expansão da educação superior. Paul Johnson destaca que em 1963, em uma Conferência em Harvard, o presidente de Berkley, Clark Kerr, principal estadista acadêmico americano afirmou que o saber era agora

> O setor líder do crescimento da economia. O que as ferrovias fizeram pela segunda metade do século passado e o automóvel pela primeira metade deste, a indústria do saber poderá fazer pela segunda metade deste século: isto é, servir de centro irradiador para o crescimento nacional.[216]

Com esse *background*, a década de 1960 foi marcada pela explosão de grande número de centros universitários. Nos Estados Unidos, o processo começara com projetos de lei na década de 1940 que determinavam que fundos públicos fossem destinados pra a educação universitária de veteranos que retornavam da guerra e continuou em 1952 com a Guerra da Coréia. Em 1958, a Lei de Defesa da Educação Nacional dobrou o orçamento federal para a educação e deslocou para o governo federal a dinâmica financeira da educação. De acordo com Johnson, o governo americano esperava confiantemente que esse enorme investimento na educação não apenas estimulasse o desenvolvimento do país, mas alcançasse o propósito de conduzir a democracia à classe média. Hobsbawm comenta que *as famílias corriam a pôr os filhos na educação superior sempre que tinham a opção e a oportunidade, porque esta era de*

---

[216] KERR, Clark. The Uses of the University. In: JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos. O Mundo dos Anos 20 aos 80*. Op. Cit. p. 540

longe a melhor chance de conquistar para eles uma renda melhor e, acima de tudo, um status superior.[217]

Mas a educação não promoveu somente estabilidade social e individual. Ao contrário, muitos estudantes manifestaram de forma radical seus interesses por temas políticos e sociais. Diante dos primeiros de sinais de violência dos movimentos estudantis, levantou-se uma dúvida geral a respeito dos motivos que levavam jovens provenientes de famílias de classe média e a caminho de um futuro muito melhor que o de seus pais, a se atraírem pelo radicalismo político? Os grupos jovens ainda não assentaram-se na idade adulta estabelecida e constituem-se no *lócus* tradicional da alegria, do motim e da desordem, segundo Hobsbawm, *essa crença se achava tão entranhada nas culturas ocidentais que o establishment em vários países já contava com a militância estudantil, chegando mesmo à guerrilha armada, na geração jovem.*[218] Ademais, a expressiva explosão do número de estudantes frequentando universidades na década de 1960 teve como consequência uma tensão entre essa massa de estudantes despejada nas universidades que não estavam física, organizacional e intelectualmente preparadas para tal influxo. Assim, sobre os estímulos dos movimentos estudantis, Hobsbawm argumenta que:

> Ir para a universidade deixou de ser um privilégio especial que já constituía uma recompensa em si, e as limitações que isso impunha a jovens e adultos (geralmente sem dinheiro) deixavam-nos ressentidos. O ressentimento contra um tipo de autoridade, a universidade, ampliava-se facilmente para o ressentimento contra qualquer autoridade e, portanto (no Ocidente), inclinava os estudantes para a esquerda. Assim, não surpreende de modo algum que a década de 1960 se tenha tornado a década da agitação estudantil *par excellence*.[219]

Os movimentos estudantis da década de 1960 promoveram um impacto devastador nas universidades do mundo todo e culminou no conhecido episódio de maio de 1968 em Paris. Muitos radicais julgaram esses movimentos como uma revolução, enquanto conservadores os denominaram de "psicodrama". Para Hobsbawm, os levantes estudantis não podem ser vistos como um mero "teatro de rua" porque obtiveram resultados políticos em muitos lugares onde foram promovidos, como na França que viu a era do general De Gaulle chegar ao fim, ao mesmo tempo, o motivo pelo qual as rebeliões de estudantes não constituíram uma revolução era que apenas os

---

[217] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Op. Cit. p. 291
[218] Ibidem. p. 294
[219] Ibidem. p. 295

estudantes, segundo Hobsbawm, por mais numerosos que fossem não podiam fazê-la sozinhos. A efetividade política deles estava em sua capacidade de agir como detonadores para grupos maiores e que se inflamavam com menos facilidade. Além do mais, ao contrário das classes ou agrupamentos mais velhos e estabelecidos, os jovens estudantes, não tinham um lugar determinado nem um padrão de relações, suas insatisfações não eram amortecidas pela consciência de ter vivido épocas melhores, ao contrário, eles sentiam que tudo podia ser diferente e melhor, mesmo não sabendo exatamente como.

Ao contrário das populações do campo e universitárias, as classes operárias industriais não sofreram terremotos demográficos. No final dos anos sessenta o número de empregados em manufatura na população global estava maior em proporção do que houvera antes, apesar disso, as classes operárias industriais continuaram bastante estáveis durante todos os anos dourados, mesmo nos velhos países industriais. Para Eric Hobsbawm, a ilusão de uma classe operária em colapso deveu-se mais a mudanças dentro dela e dentro do processo de produção. A imensa fábrica de produção em massa construída em torno da correia de transmissão, a cidade ou região dominada por uma só indústria e a classe operária local unida, pareciam ter sido características da era industrial clássica. No final do século XIX a classe operária se via como o único grupo vendendo seu trabalho braçal por salários e a coletividade era o elemento central dos partidos operários que justificavam sua existência a partir da convicção do trabalhador de que eles não podiam melhorar sua sorte pela ação individual, mas só pela ação coletiva.

Durante as décadas de ouro quase todos esses elementos foram minados. A combinação de pleno emprego e uma sociedade de autêntico consumo transformou a vida do operário de forma radical. A prosperidade e a privatização destruíram o que a pobreza e a coletividade na vida pública haviam construído. O pleno emprego e uma sociedade de consumo orientados para um mercado de massa colocavam a maior parte da classe operária num patamar que jamais havia vivido. Sobre a mudança na vida operária, Hobsbawm afirma que era possível falar de uma certa prosperidade na vida operária

> Era mais porque algum tipo de riqueza estava agora ao alcance da maioria, e a diferença entre o dono de um Fusca e o de um Mercedes era muito menor que entre o dono de qualquer carro e o dono de carro

> nenhum, sobretudo se os carros mais caros se achavam (em teoria) disponíveis em prestações mensais.[220]

Uma grande mudança que afetou a classe operária e também a maioria de outros setores das sociedades desenvolvidas, foi o papel impressionantemente maior nela desempenhado pelas mulheres, sobretudo as mulheres casadas. O fato da mulher ter entrado no mercado de trabalho não era novo. A partir do fim do século XIX, o trabalho em escritório, lojas e certos tipos de profissões assistenciais estavam fortemente feminizados. Nas décadas de 1950 e 1960 a porcentagem de mulheres casadas que entraram para o mercado de trabalho quase duplicou e o número de mulheres que entraram para o ensino superior ganhou números impressionantes. Esses acontecimentos colaboraram para que na década de 1960 ocorresse o reflorescimento dos movimentos feministas.

De acordo com Hobsbawm, são inegáveis os sinais de mudanças significativas nas expectativas das mulheres sobre elas mesmas, como por exemplo o direito adquirido de voto na década de 1960, e sobre o lugar delas na sociedade, entretanto, a retomada do movimento feminista, começando nos Estados Unidos, mas se espalhando rapidamente por outros países do Ocidente, sugere uma perspectiva de classe nos problemas femininos. As pioneiras americanas se preocupavam maciçamente com a questão de como a mulher poderia combinar carreira com família, o que, de acordo com Hobsbawm, tratavam-se de problemas que afetavam basicamente as mulheres de classe média. O feminismo demorou a abordar interesses vitais da operária, como a licença-maternidade. Além disso, nas décadas de 1950 e 1960 a própria demanda para romper a esfera doméstica e entrar no mercado de trabalho tinha, entre as mulheres casadas prósperas e educadas da classe média, uma forte carga ideológica. Sobre essas motivações, Hobsbawm afirma

> Apesar disso, nos países desenvolvidos, o feminismo de classe média, ou o movimento de mulheres educadas e intelectuais, alargou-se numa espécie de sensação genérica de que chegara a hora de liberação feminina, ou pelo menos da auto-afirmação das mulheres. Isso se dava porque o feminismo específico de classe média inicial, embora às vezes não diretamente relevante para os interesses do resto do grupo feminino ocidental, suscitava questões que interessavam a todas: e essas questões se tornaram urgentes à medida que a convulsão social que esboçamos gerava uma profunda, e muitas vezes súbita, revolução moral e cultural, uma dramática transformação das convenções de comportamento social e pessoal.

---

[220] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Op. Cit. p. 301

> As mulheres foram cruciais nessa revolução cultural, que girou em torno das mudanças de família tradicional e nas atividades domésticas – e nelas encontraram expressão - de que as mulheres sempre tinham sido o elemento central.[221]

A ideia de família nuclear – um casal com filhos - que se tornou o modelo padrão na sociedade ocidental nos séculos XIX e XX, na segunda metade do século XX, começou a mudar com grande rapidez, mais precisamente nos países ocidentais desenvolvidos. Mudanças no comportamento e avanços científicos colaboraram para a regressão da família. O divórcio tornou a mulher mais livre para organizar seu futuro, permitindo que ela optasse entre o lar e a empresa, entre maridos que aceitassem ou não a duplicidade de suas funções, consequentemente, o casamento, em muitos casos, tornou-se muito menos estável. Por outro lado, as pílulas anticoncepcionais surgidas nos anos 60 permitiram às mulheres planificar o nascimento de seus filhos, evitando a gravidez indesejada. Assim, elas se tornavam senhoras de seus corpos e poderiam administrar seu tempo para o trabalho fora de casa. O papel dos homens na relação familiar, por sua vez, foi transformado, perdendo sua antiga autoridade em favor de esposas bem-sucedidas. A nova identidade da mulher pressupunha uma nova identidade para o homem, e a redefinição do significado e papel da família no seio da sociedade ocidental. De acordo com Hobsbawm,

> A crise da família estava relacionada com mudanças bastante dramáticas nos padrões que governam a conduta sexual, a parceria e a procriação. Eram tanto oficiais quanto não oficiais, e a grande mudança em ambas está datada, coincidindo com as décadas de 1960 e 1970. Oficialmente, essa foi uma era de extraordinária liberação tanto para os heterossexuais (isto é, sobretudo para as mulheres, que gozavam de muito menos liberdade que os homens) quanto para os homossexuais, além de outras formas de dissidência cultural-sexual.[222]

Se o divórcio, nascimentos ilegítimos e o aumento de famílias com só um dos pais (isto é, mães solteiras) indicavam uma crise na relação entre os sexos, um aumento de uma cultura juvenil específica, e extraordinariamente forte, indicava uma profunda mudança entre as gerações. Primeiro a juventude era vista como um estágio preparatório para a vida adulta, mas, em certo sentido, como o estágio final do pleno desenvolvimento humano. O fato de esse grupo estar se tornando mais jovem em idade à medida que tanto a puberdade quanto as alturas máximas eram atingidas, não mudava, em si, a situação. Simplesmente causava tensão entre os jovens e seus pais e

---

[221] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Op. Cit. p. 313
[222] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Op. Cit. p. 316

professores, que insistiam em tratá-los como menos adultos do que eles próprios se sentiam. A radicalização política dos anos 60, antecipada por contingentes menores de dissidentes culturais e marginalizados sob vários rótulos, foi dessa juventude, que rejeitava o status de criança e mesmo de adolescentes que, ao mesmo tempo, não acreditavam em humanidade plena na vida acima de trinta anos de idade. Para Hobsbawm, apesar dessa crença da juventude não corresponder a uma realidade social em que poder, influência e realização, além de riqueza, aumentavam com a idade, esses jovens continuam a insistir numa organização social insatisfatória e a defender a importância das idéias de sua geração, pois

> A nova autonomia da juventude como uma camada social separada foi simbolizada por um fenômeno que, nessa escala, provavelmente não teve paralelo desde a era romântica do início do século XIX: o herói cuja vida e juventude acabavam juntas. Essa figura, antecipada na década de 1950 pelo astro de cinema James Dean, foi comum, talvez mesmo um ideal típico, no que se tornou a expressão cultural característica da juventude – o rock. Buddy Holly, Janis Joplin, Brian Jones, membro dos Rolling Stones, Bob Marley, Jimi Hendrix e várias outras divindades populares caíram vítimas de um estilo de vida fadado à morte precoce. O que tornava simbólicas essas mortes era que a juventude por eles representada era transitória por definição. Ser ator pode ser uma carreira duradoura, mas não ser um *jeune premier.*[223]

A cultura juvenil tornou-se dominante nas economias de mercado desenvolvidas, em parte porque representava, na segunda metade do século XX, uma massa concentrada de poder de compra porque cada nova geração de adultos fora socializada como integrante de uma cultura juvenil autoconsciente, e trazia as marcas dessa experiência, e não menos porque a espantosa rapidez da mudança tecnológica na verdade dava à juventude uma vantagem mensurável sobre grupos etários conservadores. Outra importante peculiaridade da nova cultura jovem nas sociedades urbanas foi seu espantoso internacionalismo. O *blue jeans* e o *rock* se tornaram marcas da juventude "moderna", das minorias destinadas a tornar-se maiorias. As letras de *rock* em inglês muitas vezes não eram traduzidas, isso refletia a esmagadora hegemonia cultural dos Estados Unidos na cultura popular e nos estilos de vida, embora se deva notar que a cultura jovem ocidental era o oposto dessa hegemonia cultural, sobretudo em seus gostos musicais. Essa hegemonia cultural americana não era novidade, entre as guerras, seu principal vetor fora a indústria cinematográfica, a única com distribuição

---

[223] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Op. Cit. p. 318

global maciça. Contudo, o surgimento da televisão, a indústria americana de cinema perdeu um pouco de sua predominância e mais de seu público. Os estilos juvenis difundiram-se diretamente através da ampliação dos sinais de televisão e do vasto e estratificado quadro de possibilidades a serem explorados de acordo com a diversidade de mercado que a televisão pode atender. Difundiram-se através de discos e depois fitas, através da distribuição mundial de imagens, através dos contatos internacionais do turismo juvenil, através da rede mundial de universidades, cuja capacidade de rápida comunicação internacional se tornou óbvia na década de 1960. Difundiram-se ainda pela força da moda na sociedade de consumo que naquele momento chegava às massas, ampliada pela pressão dos grupos de seus pares. A Era de Ouro, ao mesmo tempo que garantiu o pleno emprego e trouxe mais prosperidade aos pais que tinham menos necessidade do dinheiro dos filhos para o orçamento familiar, liberou todo o poder aquisitivo jovem para o consumo de itens característicos dessa geração, assim o abismo entre as gerações se alargou e a cultura jovem foi se definindo gradativamente.

A cultura jovem tornou-se a matriz da revolução cultural no sentido amplo de uma revolução nos modos e costumes. Segundo Hobsbawm, *duas de suas características são portanto relevantes. Foi ao mesmo tempo informal e antinômica, sobretudo em questões de conduta pessoal.*[224] Esta última característica evidenciada por Hobsbawm diz respeito à restrição externa, à ideia de independência do comportamento individual em relação aos demais, embora existissem os grupos que impunham uniformidade aos seus membros. O caráter de informalidade da cultura jovem, por sua vez, caminhou na direção inversa à clássica indústria cinematográfica de Hollywood e seus sólidos valores da família e de seu ideal social do estilo de vida americano, como também do gênero burguês de musical da Broadway que predominava nas festas e bailes. As novidades que os jovens das classes altas e média trouxeram nas décadas de 1950 e 1960 foram a aceitação da música, das roupas e até da linguagem das classes baixas urbanas, que acabaram tomando como modelo de vida. O estilo informal foi uma forma conveniente de rejeitar os valores das gerações paternas ou, mais precisamente, uma linguagem em que os jovens podiam buscar meios de lidar com um mundo para o qual as regras e valores dos mais velhos não mais pareciam relevantes.

A antinomia essencial da nova cultura jovem surgiu mais claramente nos momentos em que encontrou expressão intelectual como em maio de 1968 em Paris,

---

[224] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Op. Cit. p. 323

onde cartazes apresentavam declarações políticas que tornaram-se famosas como "É proibido proibir". Estas declarações, que no sentido político tradicional visavam abolir as leis repressivas do Estado, eram, ao mesmo tempo, anúncios públicos de sentimentos e desejos privados. O slogan de maio de 1968, "Quando penso em revolução quero fazer amor", foi tomado como um dizer incompreensível pelos jovens militantes comunistas e como promiscuidade pela sociedade. Para os jovens que divulgavam suas ideias em Paris, o importante era sem dúvida não o que os revolucionários esperavam conseguir com suas ações, mas o que faziam e como se sentiam fazendo-o. Liberação pessoal e liberação social, assim, davam-se as mãos. A melhor forma reconhecida por esses jovens de ultrapassar os limites do Estado, dos pais, dos vizinhos, da lei e da convenção era o compromisso público com o até então proibido ou inconvencional. O uso de drogas era por definição uma atividade proscrita, e o próprio fato de a droga mais popular entre os jovens ocidentais, a maconha, ser provavelmente menos prejudicial que o álcool e o tabaco, tornava o ato de fumá-la não apenas em um desafio, mas um ato de superioridade em relação aos que a proibiam.

O sexo foi outro campo do comportamento que sofreu uma ampliação das categorias publicamente aceitáveis. Nos Estados Unidos, o surgimento público de uma subcultura homossexual abertamente praticada em grandes centros urbanos como São Francisco e Nova York, ocorreu durante os anos 60 e passou a influenciar muitos outros grupos e outros territórios. Para Eric Hobsbawm, mais significativo do que essas mudanças rejeitarem a ordem histórica a muito estabelecida por meio de convenções e proibições nas relações humanas em sociedade, foi o fato dessa rejeição não ocorrer por causa de outro padrão de ordenação da sociedade, mas em nome de uma ilimitada autonomia do desejo humano. Supunha-se um mundo de individualismo supremo que deveria se erguer contra as convenções e restrições que fundamentavam a sociedade de consumo de massa. Sobre essa revolução cultural, Hobsbawm reitera

> A revolução cultural de fins do século XX pode ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais, pois essas texturas consistiam não apenas nas relações de fato entre seres humanos e suas formas de organização, mas também nos modelos gerais dessas relações e os padrões esperados de comportamento das pessoas umas com as outras; seus papéis eram prescritos, embora nem sempre escritos. (...)[225]

[225] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Op. Cit. p. 328

As instituições mais severamente solapadas pelo novo individualismo moral foram as famílias nucleares e as igrejas que se ergueram no Ocidente. No curso da década de 1960, para melhor ou para pior, a autoridade moral e material da Igreja sobre os fiéis desapareceu no buraco negro que se abriu entre suas regras de vida e moralidade e a realidade do comportamento de fins do século XX. As consequências materiais do afrouxamento dos laços de família tradicional foram talvez mais sérias, pois, a família era um mecanismo para reprodução da espécie humana e ao mesmo tempo um mecanismo para a cooperação social. Como tal, fora essencial para a manutenção tanto da economia agrária quanto das primeiras economias industriais locais ou globais. A grande maré de prosperidade que cobria as regiões de capitalismo desenvolvido na parte ocidental do mundo, reforçada pelos sistemas públicos de seguridade social cada vez mais abrangentes e generosos, pareciam eliminar todos os problemas da desintegração dessas instituições. O Estado do Bem-Estar Social garantia o mínimo de abrigo, sustento, educação e saúde a sua população, assim, o drama das tradições e valores desmoronados não estava tanto nas desvantagens materiais de não ter os serviços sociais e pessoais outrora oferecidos pela família e pela comunidade. Estes podiam ser substituídos por esses Estados assistenciais. O problema, segundo Hobsbawm, estava na desintegração dos velhos sistemas de valores e costumes, e das convenções que controlavam o comportamento humano cuja perda foi sentida no surgimento de um fenômeno norte-americano visível a partir da década de 1960 conhecido como "política de identidade" que ganhou força por meio de movimentos militantemente nostálgicos que buscavam recuperar uma hipotética era passada de ordem e segurança sem problemas.

Em 1960, Eisenhower era o mais velho presidente a ocupar a Casa Branca. Herói da Segunda Guerra Mundial, teve sua recondução facilitada em 1956 por duas crises internacionais: a insurreição na Hungria contra o domínio soviético e a crise do Canal de Suez, nacionalizado pelo presidente egípcio Nasser. Seu segundo mandato viu renascer o movimento negro que, com suas marchas, protestos e boicotes, cresceu intensamente nos bairros negros das grandes cidades, verdadeiros guetos onde o movimento adquiriu feições violentas, forçando o Congresso a aprovar leis relativas aos direitos civis. A abundância de recursos do mundo incitava a crença de que as economias avançadas haviam dominado a dificuldade de produzir bens de consumo, de que os problemas econômicos estavam resolvidos e que caberia ao Estado desempenhar o papel criativo, usando a afluência privada para acabar com o desequilíbrio de

riquezas, não apenas dentro das nações mas também entre elas. De acordo com Johnson, Eisenhower *não compartilhava desse otimismo. Ele achava que a economia americana poderia ser facilmente destruída em conseqüência do excesso de gastos em armamentos ou em bem-estar social, sem falar nos dois combinados.*[226]

Até meados de 1957, os norte-americanos tinham certeza de sua supremacia militar em relação à União Soviética, pois, apesar de os soviéticos terem explodido sua bomba nuclear em 1949, acreditava-se que não teriam condições para criar os meios para lançá-las sobre o Ocidente. Nesse ano, o lançamento do Sputnik, o primeiro satélite artificial soviético, demonstrava que a técnica de foguetes e mísseis estava suficientemente desenvolvida para que um artefato atômico fosse lançado a grande distância. Eisenhower mobilizou todos os esforços possíveis para tirar a diferença em relação aos soviéticos, descontando o atraso americano na corrida espacial que então se iniciava. Em 1958 foram lançados satélites norte-americanos equilibrando a competição no campo das armas estratégicas. O esforço provocou um dos maiores rombos orçamentários da história dos Estados Unidos, desmoralizando a administração republicana de Eisenhower. O agravamento das questões sociais e a crise financeira do Estado fizeram crescer o eleitorado do Partido Democrata que tinha, nesse momento, um jovem rico e dinâmico para atrair a atenção dos eleitores para o seu carisma: John Kennedy.

Kennedy enfrentava um adversário poderoso, Richard Nixon, vice-presidente do governo anterior, mas conseguiu empolgar o eleitorado. Para Johnson, s*ua força se baseava nas relações públicas e numa eficiente e implacável máquina política dirigida pelo irmão Robert*.[227] Sua campanha tornou-se um marco na história norte-americana. Uma de suas características inovadoras foi o emprego sistemático da televisão, que influiu decididamente no resultado das eleições, sobretudo com os debates ao vivo. Chegava ao fim a típica campanha presidencial baseada em comícios feitos nas cidades localizadas nos principais entroncamentos ferroviários. Foram utilizadas intensamente técnicas de pesquisa de opinião pública para orientar o candidato a respeito dos temas que mais sensibilizavam a população. A televisão tornou-se o principal veículo da campanha política. Com um programa de governo ambicioso, começavam, em 1961, os mil dias de Kennedy. Prometia aos norte-americanos uma "nova fronteira" da igualdade, da justiça social. Entretanto, sua luta

---

[226] JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos. O Mundo dos Anos 20 aos 80*. Op. Cit. p. 517
[227] Ibidem. p. 517-518

contra a pobreza e a segregação racial e sua opção pelos menos favorecidos na sociedade encontraram viva oposição no Congresso, que vislumbrava nesse programa um "socialismo nascente". Sobre o projeto social de Kennedy, Johnson afirma que o presidente democrata promoveu grandes mudanças nos projetos tradicionais dos presidentes anteriores, pois

> No outono de 1962, a Administração se comprometeu com o novo e radical princípio de criar déficits orçamentários, mesmo quando não havia uma emergência econômica, estando o orçamento já deficitário e a economia avançando. Assim, concedendo a si mesmo liberdade financeira, Kennedy introduziu um novo conceito de "grande governo": o eliminador de problemas. Todas as áreas de miséria humana poderiam ser classificadas como um problema; o governo federal poderia, então, se preparar para eliminá-lo. O problema da pobreza, se tornara um assunto em moda no início dos anos 60 (...). Em 1963, introduziu o "programa da pobreza", juntamente com uma enorme quantidade de outras legislações de alto custo. Kennedy encontrou dificuldades em reeducar o Congresso para as novas idéias expansionistas, e sua legislação se empilhava. (...)[228]

Contraditoriamente, Kennedy deu um cunho universalista às obrigações externas da América e junto de seu secretário de Estado, Dean Rusk, tornou-se um dos maiores entusiastas da Guerra Fria. De acordo com Johnson, Kennedy declarou, em seu discurso de posse, que os tempos representavam uma hora de máximo perigo para a liberdade e que sua geração tinha recebido a missão de defendê-la. Para Johnson, *de certa forma Kennedy era um esportista profissional, muito mais um propagandista e agente de publicidade do que um estadista*.[229] Foi Kennedy quem deu início ao envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã, enviando observadores ou conselheiros militares para ajudar o governo do Vietnã do Sul. Para Johnson, as culpas que recaíam sobre Kennedy por envolver a América no Vietnã são em parte merecidas. O autor afirma que Kennedy herdou uma crise em que cada presidente americano anterior à Kennedy havia contribuído com sua quota de erros, no entanto, Kennedy foi reconhecido como culpado por não querer abandonar o país a seu destino e resolver por um acordo, no qual seria concedida ajuda militar, em volume crescente, mas nunca decisivo, a um governo-cliente que não podia controlar. A decisão de apoiar refugiados cubanos, organizados e treinados pela CIA em um desembarque em Cuba, em 1961, com a finalidade de pôr fim ao regime comunista naquele país, um projeto herdado de Eisenhower, colaborou para as dificuldades desse governo. Para Eric Hobsbawm, o mau

---

[228] JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos. O Mundo dos Anos 20 aos 80*. Op. Cit. p. 538
[229] Ibidem. p.531

resultado da ação foi culpa da CIA, que pensou poder reeditar o plano para deposição do presidente Arbenz da Guatemala em 1954, sem perceber que as situações eram completamente diferentes.

A política de coexistência pacífica com a União Soviética, desenvolvida depois da ascensão de Krushov, foi abalada pela derrubada do avião U-2 em território soviético, em 1961, onde se encontrava em missão de espionagem. Voando a 22 mil metros de altura, fotografava bases militares soviéticas quando foi derrubado por um míssil terra-ar, e seu piloto, Gary Powers, capturado e julgado pelas autoridades comunistas. No ano seguinte, teve início a construção do Muro de Berlim, que separava os lados ocidental e oriental da cidade, uma represália soviética que reaquecia a Guerra Fria. Em 1962, a ousadia chegou ao limite quando, por solicitação de Fidel Castro, os soviéticos decidiram instalar bases para lançamentos de mísseis em território cubano. Kennedy mandou bloquear a ilha por mar e ar, forçando o retorno de cargueiros soviéticos que se dirigiam a Cuba, além de exigir a desmontagem das bases, levando ao recuo soviético. Para Johnson,

> A maneira pela qual o presidente Kennedy conduziu os problemas concernentes a Cuba sugeria uma imperfeita compreensão dos interesses vitais americanos e um fracasso na distinção entre imagem e realidade. Essas fraquezas, características da abordagem política de relações públicas de Kennedy, foram reveladas em outras áreas, notadamente no programa espacial e no Viet-Nam. [230]

Em maio de 1961 Kennedy comprometeu publicamente a América no programa Apolo, com o objetivo de aterrissar na Lua uma espaçonave dirigida pelo homem, antes do fim da década. De acordo com Paul Johnson, *foi um projeto típico dos anos 60, com desprezo pelas finanças e a suposição de que os recursos eram ilimitados*.[231] O autor segue afirmando que ao lançar os Estados Unidos na corrida lunar para reafirmar a liderança norte-americana na tecnologia espacial, o presidente Kennedy *estava, na verdade, procurando uma área onde pudesse obter um retumbante sucesso com sua política externa, especialmente depois da humilhação da Baía dos Porcos.*[232] A ação política de Kennedy criara inimigos internos e externos. No dia 22 de novembro de 1963, quando desfilava em carro aberto na cidade de Dallas, no Texas, Kennedy foi assassinado.

---

[230] JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos. O Mundo dos Anos 20 aos 80*. Op. Cit. p. 530
[231] Ibidem. p. 531
[232] JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos. O Mundo dos Anos 20 aos 80*. Op. Cit. p. 531

Para completar o mandato de Kennedy, assumiu seu vice-presidente Lyndon Johnson, reeleito em 1964. Talvez numa derradeira homenagem ao presidente assassinado, o quarto na história dos Estados Unidos, o Congresso norte-americano tenha decidido aprovar muitas leis de caráter social que ele havia proposto. Pelo programa *Great Society* ficava garantida a assistência médica para pessoas idosas e sem recursos, bem como maiores oportunidades educacionais para a população em geral. No primeiro discurso à União, em 8 de janeiro de 1964, Johnson anunciou:

> A América tinha que adquirir a sabedoria de usar a opulência de recursos para enriquecer e elevar a nossa vida nacional, para ir ao encalço não apenas da sociedade rica e poderosa, mas até da Grande Sociedade, mas até da Grande Sociedade, que se baseava na abundância de liberdade para todos, onde cada criança encontraria o conhecimento para enriquecer o espírito e desenvolver o talento, e todos estariam aptos a satisfazer o desejo de beleza e o anseio de comunhão.[233]

Os programas sociais de Lyndon Johnson tiveram grande êxito durante sua segunda gestão, no entanto, o mesmo não se pode dizer sobre a questão racial ainda efervescente desde os tempos de Kennedy. A violência social chegou ao limite extremo em 1968, quando foram assassinados, sucessivamente, o líder do movimento pacifista negro, Martin Luther King, em abril, e o senador Robert Kennedy, em junho. A radicalização levou o movimento negro a substituir o pacifismo pela ação violenta, surgindo numerosas facções extremistas, como, por exemplo, os *Black Panthers* e o movimento *Black Power*. Para Paul Johnson, *em 1968, com a Guerra do Viet-Nam chegando a um doentio clímax, os estudantes revoltando-se em mais de 200 campi, os negros ateando fogo nas maiores cidades, Johnson era a imagem do fracasso.(...) Ele foi a primeira vítima importante das ilusões dos anos 60.* [234]

Enquanto o clima de prosperidade dos anos 50 perduraram, não havia espaço para o comunismo no mundo ocidental. Contudo, na década de 1960, o centro de gravidade do consenso mudou para a esquerda. De acordo com Eric Hobsbawm dois são os motivos dessa mudança: em primeiro lugar, o clima da Era de Ouro era contra a esquerda devido ao crescente recuo do liberalismo econômico diante da administração Keynesiana e intervencionista; em segundo lugar, o autor destaca a existência de um claro paralelismo entre a mudança para a esquerda e os acontecimentos públicos mais significativos da década de 1960, ou seja, o aparecimento de Estados de Bem-Estar Social no sentido literal da palavra, quer dizer, Estados em que os gastos com a

---

[233] JOHNSON, Paul. *Tempos Modernos. O Mundo dos Anos 20 aos 80*. Op. Cit. p. 538
[234] Ibidem. p. 544

seguridade social se tornaram a maior parte dos gastos públicos totais, e as pessoas envolvidas em atividades de seguridade social formavam o maior corpo do funcionalismo público. A geração da Era de Ouro acreditava ter solucionado pra sempre os problemas da sociedade ocidental, para Hobsbawm, essa crença, baseava-se *na presunção da crescente harmonia interna de uma sociedade agora basicamente satisfatória, se bem que aperfeiçoável, ou seja, na confiança na economia de consenso social organizado. Esse consenso não sobreviveu à década de 1960.*[235] Para este autor, enquanto os políticos e economistas acreditavam na eficiência do sistema tecnocrático, a guerra do Vietnã chegava a limites extremos, os movimentos jovens se radicalizam e o movimento negro se expandia. Os trabalhadores também viveram uma mudança no estado de espírito que teve muito peso nas agitações estudantis de 1968. De acordo com Hobsbawm, todos esses eventos eram sinais do desgaste do sistema intervencionista e comprovavam que a Era de Ouro não podia durar.

3.2 UM ESTUDO DA IDEOLOGIA DA SOCIEDADE INDUSTRIAL AVANÇADA

Na introdução de *A Ideologia da Sociedade Industrial*, Herbert Marcuse procurou evidenciar o método utilizado na elaboração de sua teoria crítica da sociedade industrial presente nesse seu ensaio. Para o autor, esta sociedade está organizada de maneira tal que na medida em que o homem expande seu domínio sobre a natureza, ele aumenta sua capacidade de oferecer a uma enorme faixa da população confortos e satisfação como jamais existiram. Ao mesmo tempo, é um estado beligerante, um estado onde todos os esforços se orientam direta ou indiretamente para uma situação externa de guerra, ou para a preparação dessa guerra. Este autor afirma que o universo tecnológico da sociedade industrial desenvolvida é um universo político, haja vista que a transformação e a organização da natureza configuram-se em um material de dominação. No ambiente tecnológico, a cultura, a política e a economia se fundem num sistema onipresente que engloba ou rejeita todas as alternativas. O potencial de produtividade e crescimento desse sistema estabiliza a sociedade e contém o progresso técnico dentro da estrutura de dominação. A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política. As necessidades políticas da sociedade se tornam necessidades e

[235] HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991*. Op. Cit. p. 280

aspirações individuais, sua satisfação promove os negócios e a comunidade, e o conjunto parece constituir-se na própria personificação da Razão. Não obstante, essa sociedade, para Marcuse, é irracional como um todo. Sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz, mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento, dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência – individual, nacional e internacional. A repressão da sociedade pós-industrial se caracteriza por conquistar as forças centrífugas por meio da tecnologia, com a dúplice base de uma eficiência indiscutível e num padrão de vida crescente.

Para investigar as raízes de tais fatos e o exame de suas alternativas históricas, que conjugam os principais objetivos de Herbert Marcuse em seu trabalho, o autor se dispõe a realizar uma teoria crítica da sociedade contemporânea. Essa teoria deve analisar a sociedade à luz de suas aptidões utilizadas e não-utilizadas para aprimorar a condição humana. De acordo com esse autor, a tentativa de responder a essa proposta exige uma série de abstrações. Para identificar e definir as possibilidades de ótimo desenvolvimento, a teria crítica deve abstrair-se da organização e utilização de práticas dos recursos da sociedade, bem como dos resultados dessa organização e utilização. Segundo Marcuse, tal abstração que se nega a aceitar o universo dos fatos, pertence à própria estrutura da teoria social. Esta se interessa pelas alternativas históricas que assombram a sociedade estabelecida como tendências e forças subversivas. Os valores ligados às alternativas se tornam fatos quando transformados em realidade pela prática histórica. Os conceitos teóricos terminam com a transformação social.

Em uma ligeira comparação entre a fase de formação da teoria da sociedade industrial e sua situação nas sociedades industriais avançadas, Marcuse retoma a primeira metade do século XIX, quando a crítica da sociedade industrial alcançou concreção numa mediação histórica entre teoria e prática, valores e fatos, necessidades e objetivos. Essa mediação histórica ocorreu na consciência e na ação política de suas classes que se confrontaram: a burguesia e o proletariado. Contudo, o desenvolvimento capitalista alterou a estrutura e a função dessas duas classes de modo que o interesse predominante na preservação e melhoramento do *status quo* institucional une os antigos antagonistas nos setores avançados da sociedade contemporânea. Na falta de agentes e veículos de transformação social, a crítica é, assim, levada a recuar para um alto nível de abstração. Para Marcuse, torna-se impossível harmonizar teoria e prática quando o

objeto de estudo trata-se da sociedade industrial avançada, visto que categorias como família, classe e indivíduo, perdem sua conotação crítica e transformam-se em categorias operacionais. O autor contesta as críticas de uma possível especulação irreal como resultado de seu método:

> A tentativa de recuperar o objetivo crítico dessas categorias e de compreender como o objetivo foi cancelado pela realidade social, parece, logo de início, uma regressão da teoria ligada à prática histórica para o pensamento abstrato e especulativo: da crítica da Economia Política para a Filosofia. Esse caráter ideológico da crítica resulta do fato de a análise ser forçada a partir de uma posição "externa" às tendências da sociedade, tanto positivas como negativas, tanto produtivas como destrutivas. A sociedade industrial moderna é a identidade penetrante desses opostos- é o todo que está em questão. Ao mesmo tempo, a teoria não pode ser meramente especulativa. Deve ser um ponto de vista histórico no sentido de dever basear-se nas aptidões da sociedade em questão.[236]

O primeiro problema abordado por Marcuse em seu ensaio é a questão da liberdade. Para este pensador, uma falta de liberdade democrática prevalece na sociedade industrial desenvolvida. Os direitos e liberdades que foram fatores assaz vitais nas origens e fases iniciais da sociedade industrial estão perdendo seu sentido lógico e conteúdo tradicionais. Independência de pensamento, autonomia e direito à oposição política estão perdendo sua função crítica básica numa sociedade que parece cada vez mais capaz de atender às necessidades dos indivíduos da forma pela qual é organizada. Nas condições de um padrão de vida crescente, o não-conformismo com o próprio sistema parece socialmente inútil, principalmente quando acarreta desvantagens econômicas e políticas tangíveis e ameaça o funcionamento suave do todo. Desta forma, a civilização industrial contemporânea demonstra haver alcançado a fase na qual a sociedade livre não mais pode ser adequadamente definida nos termos tradicionais de liberdades econômicas, política e intelectual. Marcuse defende que a necessidade de novas modalidades de concepção de liberdade é suplantada pela implantação das necessidades materiais e intelectuais como forma de absorver e resistir ao surgimento de forças opositoras ao regime estabelecido.

As necessidades humanas são necessidades históricas e no quanto a sociedade exija o desenvolvimento repressivo do indivíduo, as próprias necessidades individuais e o direito destas à satisfação ficam sujeitas aos padrões críticos predominantes. Marcuse procurou distinguir as necessidades verídicas e as falsas. As

---

[236] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p.17-18

necessidades vitais como alimento, roupa e teto o autor definiu como necessidades verídicas. As "falsas" são aquelas superimpostas ao indivíduo por interesses sociais particulares que o reprimem: as necessidades que perpetuam a labuta, a agressividade, a miséria e a injustiça. Marcuse afirma que tais necessidades têm um conteúdo e uma função social determinadas por forças externas sobre as quais o indivíduo não tem controle algum, e independente do quanto ele se identifique com elas e se encontre em sua satisfação, elas continuam a ser o que eram de início - produtos de uma sociedade cujo o interesse dominante exige repressão. Para Marcuse, a questão sobre quais necessidades devam ser falsas ou verdadeiras só pode ser respondida pelos próprios indivíduos, mas apenas se e quando eles estiverem livres para dar a sua própria resposta. Enquanto eles forem doutrinados e manipulados a resposta que derem a essa questão não poderá ser tomada como sua.

A particularidade distintiva da sociedade industrial desenvolvida é a sufocação das necessidades que exigem libertação. Marcuse procura exemplificar essa afirmação:

> Aqui, os controles sociais extorquem a necessidade irresistível para a produção e o consumo do desperdício; a necessidade de trabalho estupefaciente onde não mais existe necessidade real; a necessidade de modos de descanso que mitigam e prolongam essa estupefação; a necessidade de manter liberdades decepcionantes como as de livre competição a preços administrados, uma imprensa livre que se autocensura, a livre escolha entre marcas e engenhocas.[237]

Na moderna sociedade industrial, os controles tecnológicos parecem ser a própria personificação da Razão para o bem de todos os grupos e interesses sociais – a tal ponto que toda contradição parece irracional e toda ação contrária parece impossível. Esse é o aspecto sócio-psicológico do acontecimento político que marca o período contemporâneo: o desaparecimento das forças históricas que, em períodos anteriores da sociedade industrial, pareceu representar a possibilidade de novas formas de existência. De acordo com Marcuse, o indivíduo na sociedade de capitalismo avançado teve seus múltiplos processos de introjeção[238] ossificados em reações quase que mecânicas. Isso significa que, nesse processo, a dimensão "interior" da mente, na qual a oposição ao *status quo* pode criar raízes, é desbastada, haja vista que o aparato

---

[237] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.28

[238] Introjeção sugere uma variedade de processos mentais relativamente espontâneos pelos quais um Eu (Ego) transfere o "exterior" para o "interior". Assim, introjeção subentende a existência de uma dimensão interior distinta e até antagônica das exigências externas- uma consciência individual e um inconsciente individual separados da opinião e do comportamento públicos.

produtivo e as mercadorias trazem consigo atitudes e hábitos prescritos, certas reações intelectuais e emocionais que prendem os consumidores de forma "agradável" aos produtores e, através destes, como um todo. O resultado não é uma identificação imediata do indivíduo com a sua sociedade e, através dela, com a sociedade em seu todo.

A alienação assume uma forma desconhecida nos sistemas pós-industriais. Em períodos anteriores era possível distinguir dois níveis diferentes, tanto na esfera individual como na social: o nível da ideologia, do não-realizado e o nível da realidade, do possível. Os dois níveis se originavam em necessidades dos seres humanos, e ao nível ideológico relacionava-se o feixe de necessidades não atendidas. Segundo Herbert Marcuse, a realidade incorporou a ideologia quando o indivíduo pode satisfazer todas as suas necessidades e aspirações graças à eficiência de um sistema onde a produção e a distribuição em massa aliados a um Estado do Bem-Estar Social garantem o alcance de todas as benesses do sistema. Porém, a absorção da ideologia pela realidade significa o fim da ideologia? pelo contrário, a cultura industrial avançada é mais ideológica que sua predecessora, visto que a ideologia está no próprio processo de produção. Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensionais na qual as ideias, as aspirações e os objetivos que por seu conteúdo transcendem o universo estabelecido da palavra e da ação são repelidos ou reduzidos. Desta forma, os desejos, aspirações e necessidades falseados pelo sistema são tomados pelos indivíduos como seus, desenvolvendo um processo de alienação que, segundo Marcuse

> Acabo de sugerir que o conceito de alienação parece tornar-se questionável quando os indivíduos se identificam com a existência que lhes é imposta e têm nela seu próprio desenvolvimento e satisfação. Contudo, a realidade constitui uma etapa mais progressiva de alienação. Esta se tornou inteiramente objetiva. O sujeito que é alienado é engolfado por sua existência alienada. Há apenas uma dimensão, que está em toda parte e tem todas as formas. As conquistas do progresso desafiam tanto a condenação como a justificação ideológica; perante o tribunal dessas conquistas, a "falsa consciência" de sua racionalidade se torna a verdadeira consciência.[239]

Marcuse irá constatar a tendência à unidimensionalidade em diferentes esferas sociais. Na esfera política essa tendência se manifesta em marcante unificação ou convergência de opostos. As disputas ideológicas da Guerra Fria resultaram em uma bipolarização mundial. A política externa definiu-se por um bipartidarismo que se

[239] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.31

alastrou para as políticas internas dos países e se sobrepôs aos interesses competitivos dos grupos políticos que, sob a ameaça constante de um comunismo ou capitalismo internacional, transformaram seus programas partidários cada vez mais indiferençáveis. Essa unificação dos opostos se abate sobre as próprias possibilidades de transformação social, onde abrange as próprias classes cuja existência antes personificava a oposição ao sistema como um todo.

Segundo Marcuse, no Ocidente os antigos conflitos no seio da sociedade são modificados e arbitrados sob o duplo e inter-relacionado impacto do progresso técnico e do comunismo internacional. As lutas de classes são atenuadas e as contradições imperialistas suspensas diante da ameaça externa. Mobilizada contra essa ameaça, a sociedade capitalista ostenta união e coesão internas desconhecidas em etapas anteriores de civilizações industriais. Trata-se de coesão por motivos assaz materiais, a mobilização contra o inimigo age como poderoso estímulo de produção e do emprego, mantendo, assim, o elevado padrão de vida. Os partidos comunistas nacionais que sempre tiveram o papel histórico de partidos de oposição são testemunhos da profundidade e da amplitude da integração capitalista, quando foram legalizados e condicionados à não radicalidade.

A teoria marxista clássica visualizava a transição do capitalismo para o socialismo como uma revolução política: o proletariado destrói o aparato político do capitalismo, mas conserva o aparato tecnológico, submetendo-o à socialização. Para Marx, a organização e a direção do aparato produtivo pelos operários introduziriam uma modificação qualitativa na continuidade técnica: produção visando a satisfação de necessidades individuais livremente desenvolvidas. Contudo, no capitalismo avançado essa modificação qualitativa foi promovida pelo governo e iniciativa privada, e ao mesmo tempo tornou-se o meio de controle e coesão num universo político que incorpora as classes trabalhadoras. Assim, segundo Marx, o proletariado, primordialmente o trabalhador braçal que gasta e esgota sua energia física no processo de trabalhar, tomaria consciência do universo alienado de sua existência, de modo que a necessidade de modificação qualitativa seria uma questão de vida ou morte. De acordo com Marcuse, a noção marxista de que forças históricas libertadoras se desenvolvem no seio da sociedade industrial avançada tornou-se uma verdadeira pedra angular mediante a estrutura do capitalismo moderno.

A compra e o uso da energia física, em condições subumanas para a apropriação privada da mais-valia, foram denunciados por Marx e os principais motivos

que o motivaram a coroar a classe operária como a negação viva da sociedade. A sociedade capitalista avançada apresenta um grande desenvolvimento de sua mecanização que está reduzindo cada vez mais a quantidade e a intensidade da energia física consumida no trabalho. A automatização, segundo Marcuse, promove uma estratificação ocupacional, isto é, o declínio da mão-de-obra operária e o aumento do número de trabalhadores não-empenhados na produção, a redução da autonomia profissional do trabalhador, sujeitando-o ao conjunto técnico e, por fim, geram uma integração do trabalhador com a fábrica e, acima disso, uma integração sócio-cultural com a sociedade capitalista. Marcuse esclarece que o mundo do trabalho tecnológico estende seus domínios inclusive no setor administrativo. Patrões e proprietários capitalistas perdem sua identidade como agentes responsáveis e assumem a função de burocratas numa máquina corporativa. Dentro da enorme hierarquia das juntas executivas e de gerência que se estende até os laboratórios científicos e o instituto de pesquisa e ao Governo, a fonte tangível de exploração desaparece por trás da fachada da racionalidade objetiva. Sobre a formação de uma sociedade totalitária fundamentada por um círculo de dependências, Marcuse afirma

> Inversamente, ao tender à espoliação para tornar-se totalitária em virtude de sua forma tecnológica, os próprios organizadores e administradores se tornam cada vez mais dependentes da maquinaria que eles organizam e administram. E essa dependência mútua não mais é a relação dialética entre Senhor e Servo, já rompida na luta pelo reconhecimento mútuo, mas, antes, um círculo vicioso que inclui tanto Senhor como Servo.[240]

Sobre a perspectiva de rompimento dessa cadeia de produtividade e repressão crescentes, Marcuse fala da automatização como uma tendência centrífuga que sugere uma expansão do crescimento qualitativo da produção que, por sua vez, é incompatível com a sociedade baseada na exploração privada de força humana no processo de produção. Diante da suposição do avanço da automatização, Marcuse antevê como efeito uma automatização completa na esfera da necessidade que enfraqueceria a posição competitiva nacional e internacional do capital, ocasionando uma depressão de longo alcance e, consequentemente, reativaria o conflito de interesses de classe. Essa possibilidade se tornaria mais real, segundo Marcuse, ao passar da disputa entre capitalismo e comunismo do campo militar para o campo social e econômico. Por outro lado, a possibilidade de um rápido avanço da automatização no sistema soviético, pelo seu caráter total de administração político-econômica, é adiada,

[240] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.50

segundo Marcuse, pela distinção que se processa entre os membros do partido comunista e a base produtora. De acordo com Marcuse, a Revolução Soviética adquiriu um caráter político e abdicou de sua dimensão histórica quando manteve o controle estatal sobre os meios de produção e sustentou as distinções de classe na própria base do sistema. Marcuse ressalta as condições ideais para o socialismo soviético tornar-se realidade:

> A economia nacionalizada poderia explorar a produtividade do trabalho e do capital sem resistência estrutural, ao mesmo tempo reduzindo consideravelmente as horas de trabalho e aumentando as comodidades da vida. E poderia realizar tudo isso sem abrir mão da administração total do povo. Não há razão alguma para se pressupor que progresso técnico mais nacionalização favorecerão a liberação "automática" das forças de negação. Pelo contrário, a contradição às crescentes forças produtoras e sua organização escravizadora - abertamente admitida como uma característica do desenvolvimento soviético até por Stálin – tem mais probabilidade de se aplanar do que de se agravar. Quanto mais os dirigentes forem capazes de entregar os bens de consumo, tanto mais firmemente a população subjacente estará atada às diversas burocracias dirigentes.[241]

Marcuse conclui que as perspectivas de contenção da transformação oferecidas pela política da racionalidade tecnológica, dependem das perspectivas do Estado do Bem-Estar Social. Este por sua vez configura-se em um modelo de administração pública estabelecido por uma total restrição sistemática do tempo livre disponível, da quantidade e da qualidade das mercadorias e serviços disponíveis para as necessidades individuais vitais e da inteligência (consciente e inconsciente) capaz de aperceber-se das possibilidades de autoderminação. Para Marcuse a sociedade industrial avançada aumenta a produtividade e a oferta de produtos que se destinam a um consumo aumentado que, por sua vez, implica num aumento do tempo dedicado ao trabalho e na redução do valor de uso da liberdade. Porém, os indivíduos se auto reconhecem satisfeitos e felizes com as mercadorias e os serviços que lhes são entregues pela administração, não havendo razão alguma para insistirem na autoderminação. De acordo com Marcuse, *se os indivíduos são precondicionados de modo que as mercadorias que os satisfazem incluem também pensamentos, sentimentos, aspirações, por que deveriam desejar pensar, sentir e imaginar por si mesmos?*[242]

---

[241] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.57-58
[242] Idem. p. 63-64

Na fase mais avançada do capitalismo, a sociedade do Bem-Estar Social apresenta-se como um sistema de pluralismo subjugado, no qual as instituições competidoras cooperam para a solidificação do poder do todo sobre o indivíduo. Segundo Marcuse, a sociedade industrial desenvolvida é um sistema de poderes que se contrabalançam. As forças opostas se cancelam numa unificação cujo interesse comum é defender e ampliar a posição firmada, combater as alternativas históricas e conter a transformação qualitativa. A produtividade crescente e o alto padrão de vida não dependem da ameaça externa, mas seus usos para a contenção da transformação social e para a perpetuação da servidão, dependem. Para Marcuse, o inimigo não é o comunismo ou o capitalismo, em ambos os casos é a possibilidade real da libertação que assombra. De acordo com Marcuse, *ambos os sistemas tem suas aptidões deformadas até o irreconhecimento e, em ambos os casos, a razão é, em última análise, idêntica – a luta contra uma forma de vida que dissolveria as bases da dominação*.[243]

Após discutir a integração política da sociedade industrial desenvolvida, Marcuse procurou analisar a integração correspondente no âmbito da cultura. Marcuse vê a sociedade pós-industrial como tendo reduzido a ideologia à realidade: tudo o que se deseja é alcançável, mas o que se deseja não é o correspondente às necessidades reais. Para melhor analisar como esse processo se manifesta na arte, Marcuse recorreu, em sua obra *Ideologia da Sociedade Industrial,* mais uma vez à teoria dos instintos de Freud e retomou a ideia freudiana de sublimação. Freud criou o conceito de sublimação para explicar a transformação de impulsos que não atingiram seu objetivo no nível do concreto, ou que se viam bloqueados na possibilidade de extravasar sua energia, em atividades não relacionadas a eles diretamente. Marcuse reconhece na arte uma das muitas possibilidades de se realizar através da sublimação os desejos bloqueados dentro do universo do concreto.

Para esclarecer a capacidade sublimadora da arte, Marcuse retomou a idéia presente em seu artigo publicado na revista do Instituto de Pesquisas Sociais, *O Caráter Afirmativo da Arte* (1935), em que o autor evidenciava que a arte assume uma função alienante na medida em que faz com que os homens se ajustem e se adéquem às formas dominantes de organização social, ao mesmo tempo em que se fechava ao consumo da classe trabalhadora por ser considerada bem de consumo reservado a uma elite. Para o Marcuse de *A Ideologia da Sociedade Industrial*, a literatura e a arte eram

---

[243] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.68

essencialmente alienação, conservando e protegendo a contradição. Eram forças racionais e cognitivas, revelando uma dimensão do homem e da natureza que era reprimida e repelida na realidade. Sua verdade estava na ilusão evocada, na insistência em criar um mundo no qual a dificuldade da vida era recordada e interrompida – dominada pelo reconhecimento.

A arte numa cultura pré-tecnológica é bidimensional, pois enquanto consagra o estilo de vida ideal e dominante, ela evidencia o contraste aterrador da vida cotidiana. Separado da esfera de trabalho na qual a sociedade reproduz a si mesma e sua miséria, o mundo da arte que ela cria permanece com toda a sua verdade, um privilégio e uma ilusão. As maneiras pelas quais o homem e as coisas são levados a se apresentar, cantar, soar e falar são maneiras de refutar, interromper e recriar sua existência real. Essa lacuna entre o ideal artístico e o real cotidiano que conserva aberta a alienação artística, é progressivamente fechada pela sociedade tecnológica em desenvolvimento. As obras de alienação são elas próprias, incorporadas na sociedade pós-industrial e circulam como parte e parcela do equipamento que adorna e psicanalisa o estado de coisas predominante. Tornam-se, assim, anúncios. De acordo com Marcuse, os meios de comunicação em massa misturam de maneira harmoniosa a arte, política, religião e filosofia com anúncios, levam essas esferas da cultura ao seu denominador comum – a forma de mercadoria. Para este autor, a liquidação da cultura bidimensional não ocorre por meio da negação e rejeição dos valores culturais, mas por sua incorporação total na ordem estabelecida pela sua reprodução e exibição em escala maciça. Marcuse revela a redução da cultura da dimensão mental à realidade:

> Essa assimilação do ideal com a realidade é um testemunho do quanto o ideal foi ultrapassado. Ele é trazido do reino sublimado da alma ou do espírito ou do ser interior e trazido para termos e problemas operacionais. Aí estão os elementos progressivos da cultura em massa. A preservação é indício do fato de a sociedade industrial desenvolvida defrontar com a possibilidade de uma materialização de ideais.[244]

Os impulsos sublimados (reprimidos) eram escoados nas sociedades pré-industriais por meio da cultura superior alienante e sua característica valorização do ideal e oposição ao real. A cultura da sociedade industrial avançada bloqueou a capacidade da sociedade em recusar ou negar o real por meio da arte e a compensou por meio de um processo de dessublimação. Isto significa que o sistema concede maior

[244] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.70

liberdade moral e instintiva a fim de conseguir uma maior coesão e contentamento social, alcançando seu objetivo maior: a unificação de todos os opostos. Marcuse denomina de dessublimação repressiva o processo em que é aumentada a liberdade de impulsos aos indivíduos com o objetivo de ampliar a satisfação e acalmar a recusa, ou seja, uma liberdade acompanhada de repressão.

Para melhor explicar a dessublimação repressiva, Marcuse procurou exemplificá-la falando das energias instintivas sexuais. Para ele, o universo da concentração de desejos libidinosos foi reduzido. O ambiente mecanizado parece bloquear a autotranscendência da libido. Impelida no esforço para ampliar o campo de satisfação erótica, a libido se torna menos poliforma e menos capaz de eroticismo, porém intensificando a sexualidade. No mecanismo mental, a tensão entre o que é desejado e o que é permitido parece consideravelmente reduzida, assim o indivíduo deve adaptar-se a um mundo que não parece exigir a negação de suas necessidades íntimas, o que facilita a adaptação ao mundo sem exigir qualquer tipo de recusa da realidade. Essa mobilização e administração da libido pode ser a responsável por muito da submissão voluntária, da ausência de terror, da harmonia estabelecida entre necessidades individuais e desejos.

De acordo com Marcuse a consciência ainda preserva muitas renúncias que a sociedade repressiva inflige ao indivíduo, e, portanto, ainda preserva a necessidade de liberação. Nesse contexto de liberdade satisfatória, o indivíduo desenvolve a consciência do mau ato para ele e para a sociedade, sublimando seus impulsos de maneira autônoma e compreensiva. Sobre essa dessublimação conferida pela sociedade estabelecida, Marcuse afirma

> A dessublimação institucionalizada parece, assim, ser um aspecto da "conquista da transcendência" conseguida pela sociedade unidimensional. Assim como essa sociedade tende a reduzir e até a absorver a oposição (a diferença qualitativa!) no âmbito da política e da cultura superior, também tende a fazê-lo na esfera instintiva. O resultado é a atrofia dos órgãos mentais, impedindo-os de perceber as contradições e alternativas e, na única dimensão restante da racionalidade tecnológica, prevalece a *Consciência Feliz*.[245]

A Consciência Feliz, crença em que o real seja racional e em que o sistema entrega as mercadorias, reflete o novo conformismo. Este possui um grau de racionalidade sem precedente, daí sua denominação de novo. O conformismo sustenta esta sociedade que reduziu a irracionalidade mais primitiva das fases precedentes e esta,

---

[245] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.88

por sua vez, exerce um poder sobre o homem, que é diariamente absolvido por sua eficácia e produtividade. Em todo o ensaio, Marcuse vai demonstrando todos os aspectos unidimensionais que caracterizam a civilização avançada. Ele começou falando do fim da liberdade, das falsas necessidades e partiu para como na política já não há mais oposição, como a cultura perdeu seu caráter negativo e agora Marcuse trata de um aspecto bastante original desse seu trabalho em relação à suas influências teóricas que é a unidimensionalidade na linguagem.

Martin Heidegger, em sua obra *Ser e Tempo,* afirmou que os indivíduos em seu cotidiano tendem a costumes equivalentes que reduzem as diversidades de cada indivíduo a um conjunto de hábitos estabelecidos pelo senso comum. Francisco Antonio Dória destaca que Heidegger estabeleceu a tagarelice como um dos principais modos de alienação da vida cotidiana, em que a linguagem, cuja função é de comunicar coisas novas, se perdeu em conversas banais e falas convencionais. De acordo com Marcuse, a estrutura locutiva nas sociedades avançadas estabeleceu uma linguagem condensada para a sociedade como um todo, desta forma, as palavras perderam seus significados variantes, de acordo com classe social ou meio de origem, e ganharam um caráter uniforme em seus significados. Para esse crítico, as declarações públicas, os discursos, as propagandas, ritualizaram a linguagem e aboliram as diferentes conotações, e com isso tornaram-se imunes a qualquer tipo de contradição:

> Ao exibir suas contradições como sinal de veracidade, esse universo da locução se fecha contra qualquer outra locução que se apresente em seus próprios termos. E, graças à sua capacidade de assimilar todos os demais termos nos seus, oferece a perspectiva de combinar a maior tolerância possível com a maior unidade possível.[246]

Marcuse afirma que o sistema de linguagem funcional como uma fórmula hipnótica. O autor explica que os substantivos são sempre ligados aos mesmos adjetivos e assim repetidos infinitas vezes, resultando em uma associação imediata do leitor ou ouvinte ao entrar em contato com essas palavras à estrutura dessas associações. Marcuse afirma ainda que essas preposições que determinam associações por sua intensa repetição assumem a forma de comandos sugestivos e transmitem uma falsa familiaridade. A mesma familiaridade é estabelecida por meio da linguagem personalizada, que desempenha o caráter de auto-identificação dos indivíduos com as funções desempenhadas por eles e pelos demais. De acordo com Herbert Marcuse, a criação de um vocabulário e sintaxe básicos que determinam uma grande identificação

[246] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.97

dos indivíduos e constantemente impinge imagens aos seus receptores e locutores, milita contra o desenvolvimento e a expressão de conceitos. Em sua imediação e objetividade, impedem o pensamento conceitual e o pensamento.

A supressão da dimensão da linguagem no universo social da racionalidade operacional é uma supressão da história. Marcuse alerta que a linguagem funcional é radicalmente anti-histórica. Para ele, a lembrança do passado pode dar surgimento a introspecções, como pode também possibilitar a dissociação dos fatos dados e promover uma mediação do poder onipresente dos fatos dados. O relembrar milita contra o fechamento do universo da locução e do comportamento, possibilita o desenvolvimento dos conceitos que desestabilizam e transcendem o universo fechado ao compreendê-lo como universo histórico. Marcuse defende que a linguagem rito-autoritária se dissemina pelo mundo contemporâneo, pelos países democratas e não-democratas, capitalistas e não-capitalistas,

> Visto que a substância dos vários regimes não mais aparece em formas alternativas de vida, repousa em técnicas alternativas de manipulação e controle. A linguagem não apenas reflete esses controles, mas torna-se, ela própria, um instrumento de controle até mesmo onde não transmite ordens, mas informação, onde não exige obediência, mas escolha, onde não exige submissão, mas liberdade.[247]

A comunicação funcional é apenas a camada externa do universo unidimensional no qual o homem é treinado para esquecer e para traduzir todo o fator negativo, ou seja, de contestação da ordem estabelecida, em positivo e adequada ao sistema. As instituições de liberdade de expressão e de pensamento não obstruem a coordenação mental com a realidade, o que ocorre é uma redefinição do próprio pensamento, de sua função e conteúdo. A coordenação do indivíduo com a sua sociedade atingem as camadas da mente em que são elaborados os próprios conceitos destinados a compreender a ordem vigente. Marcuse procura esclarecer que os conceitos compreendidos pelo autor como uma representação mental de algo que é entendido ou conhecido como resultados de um processo de reflexão estão sendo retirados da tradição intelectual e traduzidos em conceitos operacionais em virtude de sua capacidade de transcender a referência descritiva e o contexto operacional.

Os conceitos reduzidos a uma concreção isolada das condições que constituem a realidade, foram definidos por Marcuse como conceitos operacionais. Para este pensador esses conceitos assumem uma função política. O indivíduo e seu

[247] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.107

comportamento que não se ajustam à sociedade são analisados num sentido terapêutico, isto é, seu pensamento e expressão, teoria e prática, serão postos em harmonia com os fatos da existência sem deixar lugar para a crítica ou oposição. Para Marcuse, ciências como a Sociologia e a Psicologia, constituem em correntes de pensamento e estudos cujo objetivo é estabelecer um padrão de referência que promova a relação social harmonioza. Marcuse, por sua vez, se coloca contrário a esse tipo de Ciência e *defende a elaboração de conceitos que exigem o avanço do estudo além da concreção ilusória do empirismo positivista*.[248]

Tendo completado seu levantamento sociológico da sociedade pós-industrial e tendo identificado o problema desta sociedade como sendo a razão que se transformou em racionalismo, Marcuse passou à tentativa de romper o problema. Para alcançar seus objetivos o filósofo buscou os motivos dessa passagem da razão para o racionalismo, e para conhecê-los ele promoveu um levantamento histórico do sentido que a "razão" existiu em diferentes momentos da história que conduziu ao momento em que Marcuse elaborava essa obra. Na filosofia clássica grega, Razão é a faculdade cognitiva que é capaz de distinguir o que é verdadeiro e o que é falso, na medida em que a verdade é primordialmente uma condição do Ser e da realidade. Porém, as civilizações antigas estabeleciam como requisitos para sua existência uma preposição de que liberdade é incompatível com labuta e de que cognição da verdade e existência verdadeira implica liberdade de toda a dimensão de tal atividade. Se a verdade pressupõe cognição e ambas dependem da liberdade de labuta e se essa liberdade é na realidade social, a prerrogativa de uma minoria, então a realidade só permite uma aproximação dessa verdade para um grupo privilegiado. Esse estado de coisas, segundo Marcuse, contradiz o caráter universal da verdade, que define e prescreve não apenas uma meta teórica, mas a melhor vida do homem como homem, com relação à essência do homem.

Para Marcuse, *a filosofia se origina na dialética; seu universo da locução reage aos fatos de uma realidade antagônica*[249], ela reflete a experiência de um mundo antagônico em si mesmo, um mundo que é afligido pelas necessidades da sobrevivência que excluem o indivíduo da capacidade de cognição e contato com a verdade e pela negatividade de pensamento como oposição à realidade, constantemente ameaçado de destruição, mas também, um mundo estruturado pela conformidade com os seus

---

[248] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.111
[249] Ibidem. p. 127

objetivos finais. A filosofia reconhece essas contradições como insolúveis e se submete a negação real da igualdade, porém, como ela visualiza a igualdade entre os homens ela prossegue sua tarefa de construção de uma realidade que domine sua negatividade e que seja completa e independente em si, isto é, livre. De acordo com Marcuse, a filosofia alcança seu objetivo por meio de Logos e Eros. Ele usa o termo Logos para designar o mundo como um todo organizado, e ao mesmo tempo qualquer discurso que se dedique a explicar a ordem do mundo. O conceito de Logos é a fonte do conceito de Razão. Nota-se aqui a forma como a cognição era interpretada pelos gregos: por meio dela seria possível revelar a essência das coisas, controlá-las. A cognição era tida como um processo realizando-se longe da realidade, sem que fosse necessária uma interação entre o sujeito pensante e o mundo. Logos unia teoria à prática. Eros aproximava-se do conceito do Eros freudiano. Tratava-se do emocional, envolvendo todas as coisas que intuímos no mundo quanto uma possibilidade de movimento em direção a essas coisas.

Logos se separou de Eros. As filosofias desenvolvidas durante toda a história da sociedade pré-industrial ocidental dividiram quase que aprioristicamente o mundo nas duas regiões: a da razão e a da emoção. E desde que a expressão do logos é reconhecida pela filosofia como fonte de verdade é também marcada pela racionalidade. O logos tornou-se o fundamento para o mundo industrializado. Marcuse procurou demonstrar como ocorreu a supremacia de Logo*s* no pensamento da humanidade, retomando da filosofia dialética de Platão. Este filósofo defende que a realidade é algo dado, apresentado, um resultado da ocorrência dos fatos e o pensamento humano, por sua vez, configura-se de forma totalmente diferente da realidade. O pensamento é caracterizado por sua forma abstrata e ideológica. Sua potencialidade crítica se encontra bloqueada pela realidade da qual se dissocia e passa a construir o reino da Razão purgado de contingência empírica. As duas dimensões do pensamento, a verdade essencial e a verdade aparente não mais interferem uma na outra, e sua relação concreta se torna uma relação abstrata epistemológica ou ontológica. Marcuse criticou o idealismo platônico que manteve a supremacia do pensamento, quando afirmou:

> Nesse sentido, o idealismo era adequado ao pensamento filosófico, porquanto a noção de supremacia de pensamento (consciência) também pronuncia a impotência do pensamento num mundo empírico que a Filosofia transcende e corrige – em pensamento. A racionalidade, em nome do que Filosofia fez os seus julgamentos, alcançou aquela pureza abstrata e geral que tornou imune ao mundo em que se tinha de viver. Com exceção dos heréticos materialistas, o

> pensamento filosófico raramente foi perturbado pelas aflições da existência humana.[250]

Marcuse denomina a lógica platônica de dialética porque ela está marcada por uma grande diferença entre o pensamento filosófico e a realidade. A lógica aristotélica é denominada pelo filósofo como Lógica Formal, pois esta se apresenta acima desses conflitos entre ideal e real. Na lógica formal, o pensamento é indiferente aos seus objetos. Querem sejam eles mentais ou físicos, quer pertençam à sociedade ou à natureza, tornam-se sujeitos às mesmas leis gerais da organização, cálculo e conclusão. Essa qualidade geral é a precondição da lei e da ordem, tanto na lógica quanto na sociedade, o preço do controle universal. Marcuse afirma que o homem teve de criar a harmonia teórica da discórdia geral para expurgar as contradições do pensamento, e para substancializar unidades identificáveis no complexo processo da sociedade e da natureza. A noção de conflito entre essência e aparência e a separação entre o princípio da identidade e princípio da contradição foram removidos da ordem lógica. Os conceitos lógicos se tornaram instrumentos de predição e controle. A lógica formal, segundo Marcuse, foi o primeiro passo no processo de construção do pensamento científico. A lógica formal aristotélica transformou todos os objetos do pensamento em universais e desta forma superou a ponderação individual, transformando-se em uma abstração sociológica, por meio da formulação de leis de pensamento.

Marcuse afirma que a lógica dialética não pode ser formal porque é determinada pelo real e que tal concreção exige uma lógica que seja guiada pela racionalidade da contradição, da oposição das forças, tendências e elementos que constituem o movimento da realidade. Para este filósofo, quando a lógica dialética se liberta da objetividade ela se torna capaz de compreender os fatores que motivam os fatos, a realidade nos dados da experiência, isto é, o mundo com um universo histórico. De acordo com Marcuse, *quando o conteúdo histórico entra no conceito dialético e determina metodologicamente seu desenvolvimento e sua função, o pensamento dialético atinge a concreção que liga a estrutura do pensamento à da realidade*.[251] A Razão se transforma em uma razão histórica, ela contradiz a ordem estabelecida em nome das forças sociais existentes que revelam o caráter irracional dessa ordem.

---

[250] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.135
[251] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.140

Marcuse demonstra sua tendência ao hegelianismo, quando se coloca em defesa da lógica dialética:

> A definição dialética define o movimento das coisas daquilo que elas não são para aquilo que elas são. O desenvolvimento de elementos contraditórios, que determina a estrutura de seu objeto, determina também a estrutura do pensamento dialético. O objeto da lógica dialética não é a forma abstrata e geral de objetividade nem a forma abstrata e geral de pensamento – nem os dados da experiência imediata. A lógica dialética desfaz as abstrações da lógica formal e da Filosofia transcendente, mas também nega a concreção da experiência imediata.[252]

A lógica matemática e simbólica contemporânea é muito distinta de sua predecessora, a lógica formal aristotélica; mas ambas compartilham da oposição radical à lógica dialética. Em termos dessa oposição, a antiga e a nova lógica formais expressam um mesmo modo de pensar: ambas abdicam do negativo. A lógica moderna que definiu a Ciência quantificou a natureza, desenvolveu à sua explicação em termos de estruturas matemáticas, e separou a realidade objetiva de todos os fins inerentes. O método científico levou a dominação cada vez mais eficaz da natureza e ao mesmo tempo em que forneceu conceitos puros e neutros entrou para o serviço da razão prática. De acordo com Marcuse, a ciência pura não é ciência aplicada, mas conserva sua identidade e sua validez independentemente de sua utilização. Contudo, o caráter instrumentalista interno do método científico passou a ser empreendido na exploração de todo material natural. Desta forma a sociedade reproduz um crescente conjunto técnico de coisas e relações na luta pela exploração da natureza.

Independente do tamanho da eficiência do potencial operacional da ciência tem se estabelecido no processo de sua formação uma tensão entre Razão de um lado e, de outro, as necessidades e carências da população subjacente. De acordo com Herbert Marcuse, assim como Platão já havia definido a supremacia do Logos, e Aristóteles a relação entre o deus e o mundo como "erótica", a racionalidade científica emerge no centro dessas relações como essencialmente neutra. Fora dessa racionalidade "neutra" vive-se num mundo de valores. Estes, segundo Marcuse, possuem validez abstrata e inofensiva independente do quanto possam ser reconhecidos ou respeitados sofrem por não serem objetivos. Mas precisamente, sua falta de objetividade os transforma em fatores de coesão social e são invalidadas por não atenderem as necessidades diárias dos negócios e da política.

---

[252] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.140

A sociedade racionalista e operacional com sua tendência em aproximar a teoria com a prática alavancou seu empirismo para o universo social. A prática de um empirismo social ganhou a denominação de positivismo e apresentou como características a validação do pensamento cognitivo pela existência dos fatos, a orientação do pensamento cognitivo paras as Ciências Físicas como um modelo de certeza e exatidão e a crença de que o progresso do conhecimento depende dessa orientação. O positivismo definiu-se como uma luta contra todas as idéias metafísicas, contra todos os transcendentalismos e contra todos os idealismos como forma de pensamento regressivo. No mundo positivista a dimensão metafísica, antes um campo genuíno do pensamento racional, se torna irracional e anticientífica. A filosofia, a eterna representante do pensamento metafísico, teve seu alcance reduzido e sua ineficiência constantemente proclamada.

Marcuse culmina sua análise da unidimensionalização do Logos com um ataque ao pensamento de Wittgenstein. Em uma de suas obras esse autor sugere que o sentido da palavra é o seu uso e desenvolve uma técnica para investigar o sentido das palavras através de seu uso comum. Conforme Marcuse, o universo da locução cotidiana é espoliado e o exercício de esclarecer esse tipo de locução resulta em uma análise que se abstrai do negativo, ou seja, de todo antagonismo existente na esfera da linguagem. Segundo este filósofo, cabe a filosofia preservar e proteger o direito humano de pensar e falar em termos outros que não os do uso comum, termos que são significativos, racionais e válidos precisamente pelo fato de serem outros termos. A utilização de termos cotidianos na linguagem filosófica ativa o universo ideológico predominante da vida do leitor. Proporcionar-lhe uma sentença diferenciada significa promover um não-preenchimento da palavra de um significado prévio originando assim novos pensamentos.

O tipo de análise que Wittegenstein utiliza – como acontece com muitos pensadores do gênero – não é exatamente a técnica por Marcuse descrita, embora essa seja a técnica empregada pelos filósofos da linguagem que se focalizam em Wittegestein, os chamados terapeutas. A filosofia para estes, passa a ser uma espécie de tratamento da linguagem, de cuidados que devem ser tomados com a linguagem para que as palavras sejam sempre usadas propriamente. As palavras devem ter sentidos claro e habitual. Para Marcuse a linguagem ordinária pode, com seu “uso simples”, ser de fato de importância vital para o pensamento filosófico crítico, mas no meio desse pensamento as palavras perdem sua simples humildade e revelam aquele algo

escondido que não interesse para esse grupo de terapeutas e para o próprio Wittegestein. Hegel, segundo Marcuse, utilizando-se da fenomenologia, compreende que a palavra cotidiana apresenta uma dimensão oculta de seu significado que é fruto do domínio da sociedade sobre a linguagem. Para Marcuse, as palavras revelam-se como termos genuínos não apenas no sentido gramatical, mas material. Haja vista que a sociedade impõe termos à locução e ao comportamento limitando seu significado e seu desenvolvimento. Marcuse afirma que a análise crítica deve dissociar-se daquilo que ela se esforça por compreender, os termos filosóficos devem ser diferentes dos ordinários, pois:

> Sob tais circunstâncias, a frase falada é uma expressão do indivíduo que a fala também daqueles que o fazem falar como fala, bem como de qualquer tensão ou contradição que os possa inter-relacionar. Ao falar a sua própria linguagem, as criaturas falam também a linguagem de seus senhores, de seus benfeitores, de seus anunciantes. Assim, eles não apenas expressam a si mesmas, os seus próprios conhecimentos, sentimentos e aspirações, mas também algo diferente delas mesmas. Ao descreverem "por si mesmas" a situação política, seja de sua cidade natal, seja a do cenário internacional, elas (e o termo "elas" também inclui a nós os intelectuais que conhecemos a situação e a criticamos) descrevem o que o seu meio de comunicação em massa lhe diz- e isso se funde com o que elas realmente pensam, vêem e sentem.[253]

O método científico que levou a dominação cada vem mais eficaz da natureza forneceu tanto os conceitos puros como os instrumentos para a dominação cada vez maior do homem pelo homem por meio da dominação da natureza. A fusão de razão teórica com razão prática resultou em uma dominação que se perpetua e se estende não apenas através da tecnologia, mas como tecnologia. Garantindo assim legitimação do crescente poder político que absorve todas as camadas da cultura. Nesse universo, diz Marcuse, a tecnologia também garante a grande racionalização da não-liberdade do homem e demonstra a impossibilidade técnica de a criatura ser autônoma, e de determinar sua própria vida. Isso porque essa não-liberdade não parece irracional nem política, mas antes uma submissão ao aparato técnico que amplia comodidades da vida e aumenta produtividade do trabalho. Assim, a natureza, cientificamente compreendida e dominada, reaparece no aparato técnico da produção e destruição que mantém e aprimora a vida dos indivíduos enquanto os subordina aos senhores do aparato. Referente às condições repressivas nas quais os homens pensam e vivem e sob

---

[253] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.182-183

as quais seus pensamentos estão restritos e orientados de forma pragmática ao *status quo,* Marcuse afirma:

> Na época totalitária, a tarefa terapêutica da Filosofia seria uma tarefa política, porquanto o universo estabelecido da linguagem ordinária. Então, a política apareceria em Filosofia, não como uma disciplina especial, mas como a intenção de seus conceitos para compreender a realidade não mutilada. Se análise linguística não contribui para tal entendimento; se, em vez disso, ela contribui para o pensamento no círculo do universo mutilado da locução ordinária ela é, na melhor das hipóteses, inteiramente inconseqüente. E, na pior das hipóteses, é uma fuga para o incontroverso, para o irreal, para aquilo que é apenas academicamente controverso.[254]

Sobre a possibilidade dos indivíduos administrados, que tiveram sua liberdade mutilada, libertarem-se do controle da tecnocracia e resgatarem sua autonomia Marcuse responde que a autodeterminação somente será real quando as massas sejam dissolvidas em indivíduos libertos de toda propaganda, doutrinação e manipulação, tornando-se capazes de conhecer e compreender um fato e de avaliar as alternativas. Na sociedade pós-industrial tanto o sistema material como o cultural negam a exigência de uma sociedade racional e livre reproduzida por um sujeito histórico essencialmente novo. O poder e a eficiência desse sistema, tais como, sua completa assimilação da mente como o fato, do pensamento com o comportamento exigido, militam contra o surgimento desse novo sujeito. Não obstante, existem fatos que validam uma teoria crítica da sociedade e de seu desenvolvimento em que se pode destacar a utilização planejada de recursos para a satisfação de necessidades vitais com um mínimo de labuta e transformação de horas de lazer em tempo livre. Porém, Marcuse afirma que, *tanto em bases teóricas como empíricas, o conceito dialéticos pronuncia sua própria desesperança. A realidade humana é sua história e, nela, as contradições não explodem por si*.[255]

Em sua fase mais avançada a dominação funciona como administração. E nas áreas superdesenvolvidas de consumo em massa a vida administrada se torna a boa vida de todos em defesa do que os opostos estão unidos. Assim, as tendências totalitárias da sociedade tornam ineficaz o processo tradicional de protesto, torna-o talvez até mesmo perigosos porque preservam a ilusão de soberania popular. Marcuse defende que, por baixo da base conservadora popular está um substrato de explorados e perseguidos de outras raças ou desempregados que existem fora do processo

---

[254] MARCUSE. Herbert. *A Ideologia da Sociedade Industrial*. Op. Cit. p.187
[255] Ibidem. p. 232

democrático e que sua existência é a mais real necessidade de por fim às condições e instituições dominantes. Afirma Marcuse que *sua oposição é revolucionária ainda que sua consciência não o seja. Sua oposição atinge o sistema de fora para dentro, não sendo, desviada pelo sistema, é uma força elementar que viola as regras do jogo e, ao fazê-lo, revela-o como um jogo trapaceado.*[256] Marcuse concluiu seu ensaio defendendo a forte possibilidade de nessa etapa da sociedade industrial avançada a consciência da humanidade trave uma batalha contra a força exploradora, enquanto isso, o filósofo defende a importância da teoria crítica e seu papel negativo para com a sociedade vigente.

A publicação de *Ideologia da Sociedade Industrial* foi recebida por muitos críticos como um abandono do exercício freudiano a que se dedicou Herbert Marcuse na década de 1950 e um retorno à política. Miguel Siguán e outros críticos defendem a mudança na atmosfera política dos Estados Unidos na década de 1960 como o principal motivo dessa transformação. Após uma década de McCarthismo e de um governo "morno" de Eisenhower a esquerda tem um surpreendente renascimento nos anos 60. O perene radicalismo de Marcuse foi forçado à clandestinidade na década de 1950. A hostilidade aos adeptos da esquerda é um exemplo das pressões governamentais que levaram Marcuse a deixar a Universidade de Harvard e transferir-se para a provinciana Universidade de Brandeis em Massachussets no ano de 1955. Robinson e Siguán concordam que a investida de Marcuse na teoria psicanalítica serviu como saída para as suas energias críticas num período entre o colapso do marxismo europeu nos anos 30 e a renovação política esquerdista na América na década de 1960. Sobre o emudecimento da consciência política de Marcuse durante os anos 50, Siguán atesta:

> Insistiendo em meditar sobre Hegel y Marx corre el riesgo de terminar en un marxista de gabinete, em lo más opuesto a su carácter, en un puro erudito. Pero para enfrentarse criticamente con la sociedade americana, las categorias marxistas en las que hasta ahora se ha movido resultan escasamente útiles. La represión y la alienación del hombre concreto americano no se dejan caracterizar por el esquema de Marx. Ante esto, Marcuse, como otros marxistas alemanes transplantados a Estados Unidos, como Adorno y Fromm, sus amigos de antiguo, se inclina hacia la psicologia, el "talon de Aquiles del marxismo", como um dia la calificó Erich Fromm.[257]

---

[256] Ibidem. p. 235

[257] SIGUÁN, Miguel. La vida y La Obra de Herbert Marcuse. In: MARCUSE, Herbert. *Ensayos Sobre Política y Cultura*. Barcelona, 1970.p. 15

O *Marxismo Soviético* (1958) foi reconhecida como a única obra política de vulto que Marcuse publicou nesse período. Esta obra foi desenvolvida simultaneamente com *Eros e Civilização.* Para Siguán trata-se de um *análisis crítico, lúcido y preciso de la deformación del marxismo em el Estado soviético, y um análisis hecho desde dentro, desde la própia doctrina marxista(...) una acusación al comunismo ruso por haber traicionado las ideas marxistas em aras de la produtividade y la eficácia.*[258] Apesar de toda compreensão erudita em sua acentuada hostilidade ao comunismo soviético, e embora Marcuse tentasse explicar o curso do desenvolvimento político e social soviético, Paul Robinson afirma que *de modo geral, faltou ao livro uma penetração crítica da análise contemporânea da Guerra Fria (...)*[259] onde as instituições econômicas, políticas e militares americanas fosse criticadas e suas culpas devidamente apontadas e atribuídas. Para Robinson

> Em compensação, *Ideologia da Sociedade Industrial* foi um digno sucessor de *Eros e Civilização*. O livro representa uma poderosa denúncia da política e cultura americanas. Marcuse explorou a sua crítica de um modo sistemático e pormenorizado (...)[260]

A idéia de a *Ideologia da Sociedade Industrial* assinala uma virada marcante no pensamento de Marcuse e é defendida por Alasdair MacIntyre. Muito embora esse teórico evidencie que as substâncias apresentadas nessa obra de Marcuse acerca da sociedade industrial do ocidente e da sociedade soviética já estivessem expostas respectivamente em *Eros e Civilização* e *Marxismo Soviético*, o autor afirma que há nesse ensaio duas novidades: seu virtual abandono de quaisquer categorias distintamente marxistas – por oposição às hegelianas, e o seu pessimismo. Em seu *Prefácio Político, 1966*, feito por Marcuse para a segunda edição de *Eros e Civilização* o autor admitiu um otimismo eufemístico quando defendeu que as realizações da sociedade industrial avançada habilitariam o homem a inverter o rumo do progresso e a romper a união de produtividade e destruição e liberdade e repressão. Em adição, confessou ter negligenciado e minimizado a possibilidade de forças ainda mais eficientes de controle social se desenvolvessem, e ele anunciou o seu apoio às mais radicais formas de protesto político. A única postura política legítima, argumentou ele,

---

[258] Ibidem. p.14
[259] ROBINSON. Paul A. *A Esquerda Freudiana.* Op. Cit. p. 182
[260] Ibidem. p. 183

era a da recusa absoluta, que inclui a recusa em beneficiar os apologistas da reação da tolerância usual.[261]

A tese fundamental de *Ideologia da Sociedade Industrial* que sustentou esse pessimismo do prefácio de Marcuse é a de que a moderna ciência e técnica, além de serem forças produtivas, funcionam como "ideologia" para legitimar o sistema. A ciência unidimensionalizada é utilizada para dominar a natureza e com isso acelerar a produção através da dinamização das forças produtivas. Mas a mesma ciência também é utilizada para dominar os homens. Em nome da produtividade, outros aspectos da reflexão científica e existencial estariam recalcados e sublimados, tal como a crítica ao *status quo* e a emancipação dos homens do reino das falsas necessidades. Marcuse é acusado por Alasdair por desenvolver esta tese embasada por um apelo às evidências, todavia elas pouco apareceram em seu ensaio, e, no entanto este crítico procurou evidenciar o caráter elitista na afirmação marcusiana de que as necessidades humanas são moldadas pela tecnocracia e que desta forma os homens se vêem incapazes de perceber tal dominação. Segundo Alasdair;

> Como foi que Marcuse se atribuiu o direito de dizer quais sejam as verdadeiras necessidades de outrem? Como foi que ele conseguiu escapar à lavagem cerebral que atingiu todos os outros? (...) Marx na Terceira Tese sobre Feurbach assinala que a doutrina segundo a qual os homens são moldados pelas circunstâncias divide os homens em dois grupos: os que moldam e os que são moldados. De novo, Marcuse revive uma doutrina pré-marxista. O seu elitismo tornará a aparecer como uma doutrina explícita; mas constitui desde já o pressuposto implícito de *Ideologia da Sociedade Industrial*.[262]

Uma das principais asserções de Marcuse em *Eros e Civilização* foi a de que o princípio de desempenho criara as precondições de sua própria abolição. Argumentou ele que a moderna racionalidade econômica e tecnológica, embora seja o produto de uma tremenda repressão sexual, criara uma situação em que o dia de trabalho podia ser drasticamente reduzido, liberando assim os homens da necessidade repressiva de trabalhar e abrindo as possibilidades de uma escalada maciça do erotismo. *Em Ideologia da Sociedade Industrial,* Marcuse formulou o conceito de dessublimação repressiva para caracterizar o aumento da tolerância sexual na sociedade industrial avançada. A dessublimação repressiva designa o modo como a sexualidade foi colocada ao serviço da ordem estabelecida. Sobretudo do sistema econômico estabelecido, de acordo com Robinson,

---

[261] MARCUSE, Herbert. Prefácio Político, 1966. In: MARCUSE, *Eros e Civilização*. Op. Cit. p.23
[262] MACINTYRE. Alasdair. *As idéias de Marcuse*.São Paulo: Cultrix 1970. p.77

> O ponto a ser enfatizado é que a crítica da racionalidade tecnológica contida em *Ideologia da Sociedade Industrial* abala substancialmente o argumento de Marcuse em *Eros e Civilização*. A tecnologia da automação deixou de parecer o alicerce da libertação erótica mas, pelo contrário, constitui o principal esteio de uma organização cada vez mais irracional e repressiva da vida dos homens.[263]

A avaliação pessimista da moderna tecnologia de Marcuse foi complementada por uma igualmente sombria avaliação da tolerância sexual na sociedade industrial avançada. Robinson afirma que Marcuse temia ter sido mal interpretado como apologista da promiscuidade sexual. O autor afirma desconfiar da existência de um traço reprimido na compleição moral e intelectual de Marcuse que se defrontou com uma desalinhada realidade do sexo. Porém, o autor afirma respeitar a integridade de Marcuse como crítico da moderna tolerância, pois *ele apresentou fortes testemunhos empíricos em defesa de sua alegação de que as manifestações ostensivas de sexualidade permitidas são propícias à contínua sobrevivência da ordem repressiva*.[264] Segundo Robinson, Marcuse se vale do argumento de *Eros e Civilização* para afirmar em *Ideologia da Sociedade Industrial* que,

> A sublimação tinha a virtude de preservar a consciência das renúncias que sociedade repressiva inflige ao indivíduo. Assim, enquanto que o dissidente sexual tinha sido herói de *Eros e Civilização*, o neurótico altamente reprimido assumiu o papel de principal crítico social em *Ideologia da Sociedade Industrial*[265]

As alegações que Marcuse fez em *Ideologia da Sociedade Industrial* foram mais do que alegações acerca de ordens sociais. Ele também afirmou que o pensamento filosófico das sociedades industriais avançadas, especialmente a filosofia que predomina nos Estados Unidos da América, está corrompida em virtude de seu caráter conformista e não-crítico. A acusação que Marcuse fez à filosofia recente dividiu-se em duas partes, uma filosófica e outra sociológica. A sociológica é a de que a filosofia recente tem a função de tornar os homens incapazes de fazer uma crítica racional do meio ambiente social. Quanto ao aspecto filosófico da crítica à filosofia de Marcuse ele defende que a lógica formal é a lógica da "realidade dada", ou da realidade estabelecida, ao passo que a lógica dialética se empenha em opor-se à realidade estabelecida. Para Alasdair a proposta de Marcuse de desenredar e descobrir o irracionalismo da sociedade moderna por meio da lógica como sua principal ferramenta

---

[263] ROBINSON. Paul A. *A Esquerda Freudiana.* Op. Cit. p. 185
[264] ROBINSON. Paul A. *A Esquerda Freudiana.* Op. Cit. p. 185-186
[265] ROBINSON. Paul A. *A Esquerda Freudiana.* Op. Cit. p. 187

desvendou a incompreensão desse filósofo sobre o papel da lógica em questões intelectuais. Para Alasdair, Marcuse ignorou a distinção existente entre aqueles elementos que estão expostos à corrupção ideológica pela ordem social e dos que estão menos. Para esse crítico de Marcuse,

> Isso salienta o erro da visão que Marcuse tem da lógica. Pois fica obliterada a distinção entre o pensamento que concorda com as leis da lógica e o pensamento que não concorda com elas. O pensamento que não se harmonize com as leis da lógica não encontraria forma verbal coerente para expressar-se. Não poderia haver nem pode ter havido e, por conseguinte, jamais houve pensamento assim.[266]

A crítica que Marcuse faz à "filosofia lingüística" padece de acordo com Alasdair, *dos mesmos defeitos da sua má interpretação da lógica*.[267] Marcuse acusa Wittegenstein de aceitar o *status quo* porque este insiste em que a filosofia não pode de nenhuma forma interferir no verdadeiro uso da linguagem. Ela pode somente no final das contas descrevê-la. Wittegenstein, por sua vez, insiste que apesar dos filósofos não poderem interferir nos usos da linguagem eles devem descrever com precisão a fim de esclarecer o modo como teorias mistificadoras são em parte mistificadoras, porque, e em qual medida deixam de preencher os requisitos. Para Alasdair, essa crítica de Marcuse à filosofia linguística de Wittegenstein corresponde ao fato do filósofo atribuir à filosofia a totalidade da investigação intelectual e ao mesmo tempo obliterar toas as importantes distinções entre os métodos e os usos diferentes de pesquisa e idéias. Sobre as críticas marcuseanas, Alasdair destaca:

> Mais uma vez fica manifesto que a crítica que Marcuse faz à filosofia baseia-se em sua exageração neo-hegeliana das pretensões da filosofia. Marcuse procura fazer da crítica específica de ordens sociais específicas, bem como de uma compreensão da tarefa de mudá-las todas, parte do conteúdo da filosofia. Mas ao exagerar os postulados filosóficos, ele perde de vista o que a filosofia pode conseguir. Também nesse particular ele interpreta mal Wittegestein.[268]

A teoria social do pensamento de Herbert Marcuse ocupa-se da perspectiva de transformação da sociedade abordando os atributos da ordem social que corrigiria as deficiências da presente. Apesar de seu pessimismo com relação à marcha da História nas sociedades contemporâneas, Marcuse insiste em que o nível de progresso tecnológico alcançado conquistou um espaço subjetivo e objetivo para o reino da

---

[266] MACINTYRE. Alasdair. *As idéias de Marcuse*.São Paulo: Cultrix 1970. p.92
[267] MACINTYRE. Alasdair. *As idéias de Marcuse*.São Paulo: Cultrix 1970. p.94
[268] Ibidem. p. 96

felicidade humana. Merquior destaca que Marcuse repele *a eventual objeção de que a atenção da moderna teoria social aos aspectos francamente escatológicos da obra de Marx seja irrealista ou irresponsável em face do vulto da miséria material ainda espalhada pelo mundo.*[269] Para este crítico, a tendência frankfurtiana de apreciar novas dimensões do problema social em função de um substrato filosófico da antiga teoria social limita o alcance das investigações, impedindo-os de ultrapassar o plano da denúncia. Marcuse, fundamentado nessa herança frankfurtiana só vê uma oportunidade de protesto revolucionário e esta nada mais é do que uma oportunidade. A oportunidade dos párias e dos marginalizados, explorados e perseguidos que poderiam recorrer à ação radical. A teoria crítica de Herbert Marcuse, não pode fornecer base alguma para predizer esse acontecimento, na verdade, cabe ao pensamento negativo, a recusa do sistema estabelecido, o ideal revolucionário e o ideal utópico.

[269] MERQUIOR, J. G. *Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamim*. Op. Cit. p.289

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

Neste trabalho procuramos explorar a seguinte problemática: a de que a crítica desenvolvida por Herbert Marcuse a respeito do capitalismo pós-industrial norte-americano, em relação às suas influências teóricas e em comparação com as demais críticas a esse sistema, enveredou por um caminho próprio e peculiar. A estratégia no decorrer dessa pesquisa foi a de procurar reconstruir todo o pensamento teórico crítico de Marcuse. Percorrendo suas produções da fase de juventude até sua maturidade, mantendo como foco esta última etapa da vida intelectual de nosso autor. Exploramos as idéias centrais presentes nas duas obras que esse pensador dedicou uma crítica à tecnocracia estadunidense: *Eros e Civilização* e *Ideologia da Sociedade Industrial*, confrontando-as de maneira sistemática com suas principais críticas.

Podemos perceber ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa a multiplicidade de formas com que críticos e interpretes definem a obra e o pensamento de Herbert Marcuse. Muitos tomam esse pensador como um *eterno* membro da Escola de Frankfurt. Alguns reconhecem em seu método dialético e em sua postura crítica uma forte presença hegeliana, enquanto para outros Marcuse sempre foi um marxista radical em busca de uma revolução. Compreendemos que essa variedade de definições e qualificações que cercam o método e as produções marcuseanas constitui-se como resultado de dois importantes fatores: a forma como um vasto quadro de influências teóricas se converge em um método próprio.

Na fase jovem do pensamento de Herbert Marcuse observou-se a existência de um projeto teórico-metodológico próprio que o filósofo denominou de filosofia concreta, na qual, o principal objetivo consistia no desenvolvimento de uma teoria social. O jovem Marcuse defendia a necessidade de que o materialismo histórico de Marx ampliasse sua abrangência e atingisse o domínio da existência humana abordando as formas cotidianas de alienação. Este projeto motivou Marcuse a percorrer os caminhos da fenomenologia heideggeriana. A tentativa de articulação entre fenomenologia heideggeriana e materialismo marxista pretendia de um lado lutar contra uma interpretação cientificista e mecanicista do marxismo e, de outro, lutar contra as correntes filosóficas predominantes no meio acadêmico alemão do período enquanto

filosofias que se ocupavam com o sujeito puramente abstrato e transcendental da teoria do conhecimento.

O contexto histórico-biográfico foi determinante nos caminhos percorridos por Marcuse em toda sua história intelectual. Em sua juventude, marcada pela busca de uma filosofia concreta, na qual materialismo histórico e fenomenologia dialogassem a fim de permitir um estudo teórico-crítico da sociedade, percebeu-se como a decepção com a falência dos movimentos socialistas radicais e a sua burocratização, "moderação" e muitas vezes o "desvirtuamento" no processo de implantação de regimes socialistas levaram Marcuse a decepcionar-se com o marxismo político-partidário e militante e dedicar-se a um marxismo acadêmico voltado para o estudo do social.

A forma específica com que Marcuse promove a articulação entre filosofia e marxismo definiu-se como a principal característica do pensamento deste filósofo. Notamos que apesar de Marcuse ainda não ter conciliado as categorias marxistas e filosóficas em nenhum estudo social específico durante a sua juventude este jovem pensador já definia seu caminho metodológico exclusivo que se constituiria na teoria crítica marcuseana utilizada ao longo de sua carreira intelectual, em específico, na sua fase madura.

A adesão de Herbert Marcuse ao Instituto de Pesquisa Social em 1934 permitiu que ele amadurecesse sua idéia de uma teoria crítica do social. Este Instituto que se convencionou chamar de Escola de Frankfurt, pois sua cede se localiza nesta cidade alemã, sob a orientação de Marx Horkheimer, definiu-se por um grupo de pesquisadores de diferentes especialidades trabalhando em regime interdisciplinar e tendo como referência comum a tradição marxista e a filosofia hegeliana. Para Marx Horkheimer, diretor do Instituto a partir de 1930, tratava-se de um momento de ultrapassar a separação entre sociologia e filosofia social para que esta última deixasse de ser mais uma disciplina e se transformasse em uma ferramenta para a compreensão dos fenômenos sociais.

Caberia a esse grupo de pesquisadores analisarem o funcionamento concreto das estruturas sociais à luz de uma emancipação ao mesmo tempo concretamente possível e bloqueada pelas relações sociais vigentes. De posse desse cabedal teórico-metodológico, os estudos apresentados pelo Instituto foram resultados de uma prática empírica e fundamentada na concepção hegeliana de que a ligação entre individualidade e totalidade social foi quebrada nas sociedades capitalistas

contemporâneas e resultaram na perda da Identidade na ordem social, desta forma os projetos do Instituto se voltavam para a questão da possibilidade da "transfiguração" do indivíduo na totalidade social, ou seja, na retomada da ligação entre o indivíduo e a sociedade.

O contato de Marcuse com o Instituto foi primeiramente impulsionado pela subida de Hitler ao poder e pelo arrocho nas perseguições a intelectuais marxistas e judeus. Neste mesmo contexto, a adesão de nosso filósofo ao Instituto permitiria seu exílio político nos Estados Unidos. No entanto, é inegável a identificação do projeto marcuseano de uma teoria crítica do social com a metodologia de pesquisa que o Instituto de Pesquisa Social se propunha desenvolver. Contudo, vale destacar que esse projeto do jovem Marcuse foi lançado desde 1927 no âmbito de seus primeiros contatos com a filosofia heideggeriana. A teoria crítica frankfurtiana, por sua vez, somente fora elaborada e colocada em prática a partir de 1930 quando Horkeimer, seu idealizador, subiu à direção do Instituto.

Vários projetos foram desenvolvidos pelo Instituto, no entanto, nenhum deles contou com a participação efetiva de Herbert Marcuse, sua colaboração "prática", resumiu-se na produção de dezenas de ensaios que foram publicados na revista do Instituto. Neste sentido compreendeu-se que a principal motivação para a adesão desse filósofo na Escola de Frankfurt foi a profunda identidade de seu projeto teórico metodológico com a proposta frankfurtiana de uma filosofia social. Valem destacar que Marcuse colaborou de forma indireta por meio de suas diversas conversas, discussões e debates com os importantes membros do Instituto como Max Horkheimer, que se pode avaliar nessa pesquisa por meio da análise de algumas cartas trocadas entre ambos.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial, a situação financeira do Instituto tornou-se cada vez mais difícil ao posso do desenrolar do conflito. Mais uma vez é possível perceber a forte intervenção dos fatos na vida e na obra de Herbert Marcuse. Com a redução da ajuda financeira do Instituto para o desenvolvimento dos estudos de seus membros muitos deles foram obrigados a buscar saídas alternativas para a sobrevivência. Marcuse encontrou a solução por meio de um emprego junto ao governo americano. O novo trabalho e a mudança de estado promoveram o afastamento físico que resultaram na separação definitiva de Marcuse com o Instituto, na ocasião do retorno dos membros à Alemanha depois do fim da guerra e de sua permanência nos Estados Unidos da América.

Todavia, a análise de manuscritos do filósofo recentemente publicada, realizada nesta pesquisa, permitiu compreender que sua separação com o Instituto aconteceu antes mesmo do distanciamento físico. Tratou-se de uma separação intelectual. Marcuse, juntamente com Franz Neuman, defendia a necessidade de um desenvolvimento prático-político da teoria crítica que possibilitasse a mudança social real, em contraste à tendência defendida por Horkheimer e Adorno que se concentrava em uma análise do ponto de vista filosófico-cultural das tendências da civilização ocidental.

O abismo intelectual entre Marcuse e os frankfurtianos aumentou conforme este pensador aumentava sua dedicação ao trabalho junto ao governo americano. Observou-se por meio das análises desses trabalhos publicados na coletânea de manuscritos de Marcuse, promovida por Douglas Kellner, que ele iniciou toda a estrutura do seu pensamento maduro nos trabalhos prestados ao governo e desenvolvidos por ele no transcorrer de toda a década de 1940. Nos estudos desse período verificou-se a propensão de Marcuse em analisar os componentes psicológicos, lingüísticos e culturais que operavam sobre uma sociedade em prol de uma ideologia dominante naquele período, especificamente, o nazi-fascismo.

A semelhança nos trabalhos realizados por Marcuse para o Instituto de Pesquisas Sociais e para o governo americano colaborou para ossificar sua postura teórico-metodológica de conjugar marxismo e filosofia. Porém, naquele momento em que Heidegger havia se convertido o nazismo e Marcuse se decepcionado com a postura de seu antigo mestre, a fenomenologia cedia lugar no projeto de Marcuse à filosofia especulativa de Hegel. Como resultado de seu fascínio pelo racionalismo e negação hegelianos herdada de seu contato com a Escola de Frankfurt, detectou-se em todos os escritos da fase frankfurtiana do pensamento de Marcuse o emprego da antítese negativo-positivo, ou afirmativo-destrutivo, de modo a acompanhar a dialética hegeliana.

Enquanto os membros do Instituto abrandavam suas críticas e recuavam suas pesquisas empíricas a fim de alcançar o apoio do governo alemão para o retorno do Instituto ao seu país e cidade de origem, Marcuse engessava sua postura hegeliano-marxista, definindo o regime comunista soviético e as sociedades capitalistas como sistemas de controle e dominação totalitários, e defendendo a idéia de que os partidos comunistas eram as únicas forças antifascistas que poderiam concretizar a teoria.

O retorno do Instituto de Pesquisa Social à Alemanha e o ingresso de Marcuse ao Instituto Russo da Universidade de Columbia, ambos os fatos ocorreram no final da década de 1940, foram decisivos para o desenvolvimento das obras de maturidade de nosso autor. O distanciamento total dos membros da Escola e seu envolvimento nas pesquisas e estudos sobre o socialismo da União Soviética permitiram que Marcuse mudasse o foco de suas análises dos regimes totalitários nazi-fascistas para o socialismo e capitalismo contemporâneos. Compreendeu-se que a produção de duas obras publicadas na década de 1950 e que se caracterizam como produções de sua maturidade, *Eros e Civilização* e *Marxismo Soviético*, constituem-se como resultado de seu olhar sobre novos objetos. Esta última obra definiu-se como uma crítica ao sistema socialista implantado na União Soviética, ao passo que a primeira, trouxe uma profunda crítica ao sistema capitalista norte-americano. Entendeu-se que esses dois trabalhos faziam parte do projeto de Marcuse em evidenciar como esses dois regimes, o socialismo e o capitalismo contemporâneos, apresentavam traços de repressão e dominação totalitários.

A definição da Guerra Fria enquanto um conflito ideológico na década de 1950 intensificou as perseguições do governo norte-americano a todos os comunistas e simpatizantes desse sistema. Como consequência desse contexto, compreendeu-se que a crítica Marcuse ao regime capitalista estadunidense não poderia ser efetivada de forma aberta e livre como se deu a crítica ao regime socialista soviético. Como resultado dos riscos e limitações impostos a Marcuse, concluiu-se que o autor abrandou sua crítica em função de uma análise da repressão dos instintos e sua função sócio-política na história da civilização.

A psicanálise intervém de forma constante na sociologia crítica dos frankfurtianos como um instrumento que proporciona decifrar de forma apropriada os mecanismos abissais da consciência social, e confirmando a necessidade da lógica do inconsciente para interrogar as mediações da consciência histórica e fornecer-lhes uma fixação concreta. Contudo, os trabalhos de Marcuse na sua fase, como membro da Escola de Frankfurt, pronunciavam seu interesse ulterior por Freud. Com exceção de alguns poucos artigos em que o autor levantou a questão da repressão sexual na ordem social exploradora, Marcuse apresentou modestos entusiasmos freudianos se comparado aos seus parceiros do Instituto e ao seu entusiasmo por Hegel evidenciado pela constante presença das categorias hegelianas em suas análises. Mediante tais observações, constatou-se que o uso feito por Marcuse da metapsicologia freudiana

vinha atender a uma dupla necessidade: demonstrar que o pensamento freudiano possuía uma tendência crítica que acusava a civilização estabelecida e apresentava uma promessa de libertação final, assim como, permitir a Marcuse atingir seus objetivos de maneira indireta e que atraísse pouca atenção das forças governamentais.

Com as duas obras que inauguram sua fase de maturidade Marcuse inovou em seus objetos, em especial, em *Eros e Civilização*, reinterpretando o pensamento de Freud, orientado pelo estilo hegeliano, de uma forma em que a psicanálise e suas dimensões críticas, abertas pelo filósofo, entraram em comum acordo com as categorias marxistas sem que Marcuse precisasse mencionar o nome de Marx em sua obra. Marcuse reforçou o caráter histórico das hipóteses de Freud, por meio de um paralelo ontogenético/filogenético do conceito hidráulico de energia libinal desenvolvendo conceitos próprios como Mais-Repressão e Princípio de Desempenho a fim de explicar a repressão nos domínios político e econômico no contexto do capitalismo.

A década de 1960 foi marcada por uma centena de fatores que foram determinantes na publicação da segunda maior obra da maturidade Marcuseana: *Ideologia da Sociedade Industrial*. A ascensão de governos democráticos, a explosão de dezenas de diferentes movimentos sociais, o surgimento de uma "Nova Esquerda" e de intensas transformações culturais, somaram-se como evidências de um período de enfraquecimento do conservadorismo que possibilitaram a publicação de maneira direta, objetiva, livre e clara ao estilo marcuseano, da crítica já arquiteta por Marcuse em *Eros e Civilização.*

Em *Ideologia da Sociedade Industrial*, Marcuse procurou evidenciar as categorias antagônicas presentes na democracia de massa como liberdade e agressão, produção e destruição que se converteram em um projeto de subversão do progresso que Marcuse argumentou ser produto da moderna racionalidade tecnológica do capitalismo pós-industrial. A crítica profunda às diferentes formas que obstacularizam uma postura negativa nessas sociedades avançam para uma homogeneização política, cultural e social e aceitação pacífica do indivíduo dessa condição. A forma insistente de Marcuse no primado da política, tanto da crítica política quanto da ação política em Ideologia da Sociedade Industrial, caracteriza o retorno, de Freud à Marx e Hegel, da psicanálise à teoria crítica.

No final da década de 1960 foram publicados muitos trabalhos que se aproveitaram da fase de maior liberdade política e também apresentaram críticas a tecnocracia norte-americana. Dentre analisou-se de forma sistemática os trabalhos de

Paul Baran e Paul Sweezy (1966) e John Kenneth Galbraith (1967), um na perspectiva socialista e outra na perspectiva liberal. Considerando que Marcuse desenvolveu sua crítica sobre as sociedades pós-industrial primeiramente por meio do caráter psicanalítico de suas formas repressivas, em 1955 com a publicação de *Eros e Civilização*, e depois na forma de uma crítica política às sociedades unidimensionais, em 1964 com a *Ideologia da Sociedade Industrial*, conclui-se a primazia de Marcuse no que concerne à crítica ao capitalismo pós-industrial dos Estados Unidos e sua forte influência sobre as demais críticas e movimentos que desenvolveram após a publicação de seus trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1- FONTES

MARCUSE, Herbert. **Algumas implicações sociais da tecnologia moderna**. Praga, revista de estudos marxistas. São Paulo,nº1, set/dez, 1996.

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. v.I

MARCUSE, Herbert. **Cultura e Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. v. II

MARCUSE, Herbert. **Ensayos sobre Política y Cultura**. Barcelona: Edicones Ariel, 1970.

MARCUSE, Herbert. **Eros e Civilização. Uma Interpretação Filosófica do Pensamento de Freud.** Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MARCUSE, Herbert. **Ideologia da Sociedade Industrial**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

MARCUSE, Herbert. **Materialismo Histórico e Existência**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1968.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução**. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

KELLNER,Douglas. & MARCUSE, Herbert. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

2. BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **A Dialética do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALLEN, H. C. **História dos Estados Unidos da América**. Rio de Janeiro: Forense, 1968

ALMEIDA, A. M. **República de Weimar e a ascensão do nazismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

ARON, Raymond. **República Imperial. Os Estados Unidos no Mundo do Pós-Guerra**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

BARAN, Paul. A. & SWEEZY, Paul. M. **Capitalismo Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar; 1966

BOURDIEU, Pierre. **A ontologia política de Martín Heidegger**. Campinas: Papirus, 1989.

CARR, E. H. **A revolução russa de Lênin e Stálin**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981

DÓRIA, Francisco A. **Marcuse vida e obra**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

DUARTE, Rodrigo. **Adorno/Horkheimer & A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FERNANDES, F. (org) **K. Marx, F. Engels: história.** São Paulo: Ática, 1983.

FETSCHER, Iring. **Karl Marx e os Marxismos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREITAG, Bárbara. **A Teoria Crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GALBRAITH, John Kenneth. **O Novo Estado Industrial**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GALEFFI, Dante Augusto. **O que é isto – A fenomenologia de Husserl?.** Ideação, Feira de Santana, n.5, p.13-36, jan./jun. 2000

HEIDEGGER, Martin. **Conferências e Escritos filosóficos**. São Paulo: Nova Cultural. 1999.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEIMER, MAX. **A presente situação da filosofia social e as tarefas de um instituto de pesquisas sociais**. Praga – revista de estudos marxistas. São Paulo, nº7,março, 1999.

JOHNSON, Paul. **Tempos Modernos: o mundo dos anos 20 aos 80**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército: Instituto Liberal, 1994.

LÊNIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. Goiânia: Centauro, 2000

MACINTYRE, Alasdair. **As idéias de Marcuse**.São Paulo: Cultrix, 1970

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os pensadores. 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de "O Capital".** São Paulo: Livr. Ed. Ciências Humanas, 1978

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Hucitec, 1993.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo: Alfa-Omega. s.d. v. 1.

MERQUIOR, José Guilherme. **Arte e Sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamim**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

MEZAN. Renato. Freud Pensador da Cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marx: ciência e revolução**. São Paulo: Moderna, 2000.

NOBRE, Marcos. **A Teoria Crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NUNES, Benedito. **Heidegger & Ser e Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002

PISANI, MARILIA MELLO. **A Atualidade de Herbert Marcuse. Filosofia e Engajamento.** Revista Filosofia Ciência & Vida edição 16. São Paulo, 08/11/2007

REIS FILHO, D. A.; FERREIRA, J.; ZENHA, C. (org). **O século XX, o tempo das certezas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

ROBINSON. Paul A. **A Esquerda Freudiana. Wilhelm Reich – Geza Rohein – Herbert Marcuse.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

RODRIGUES, L. C. B. **A primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Atual, 1985.

SAFRANSKI, Rüdiger**. Heidegger, um mestre da Alemanha entre o bem e o mal**. São Paulo: Geração editorial, 2000.

SCHEBEKA, Jürgen. **Berlim, 1919-1933: a encarnação extrema da modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOKOLOWSKI, Roberto. **Introdução à Fenomenologia**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

WIGGERSHAUS, Rolf. **A Escola de Frankfurt. História, desenvolvimento teórico, significação política**. Rio de Janeiro: Difel, 2006.

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo